

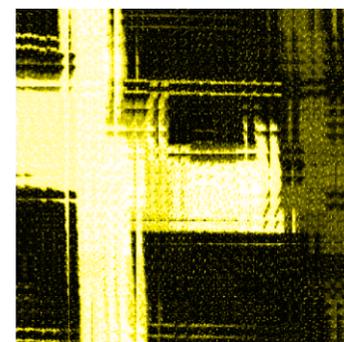
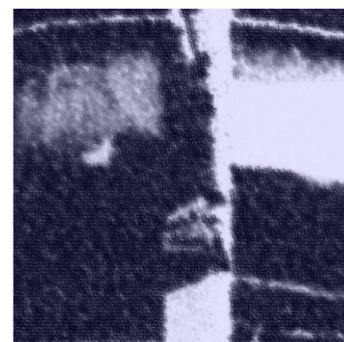
Para tentar responder ao desafio da consolidação de um campo analítico interdisciplinar e crítico sobre a problemática habitacional-urbana é que lançamos essa série, que acolherá trabalhos de caráter diverso, sejam esses mais reflexivos, descritivos, propositivos ou artísticos.

**Luciana Corrêa do Lago
e Adauto Lucio Cardoso**
Organizadores

OUTROS TÍTULOS DA SÉRIE

- ▶ Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições
- ▶ O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais
- ▶ O território do homem comum

Este trabalho visa compreender os atuais projetos de cidade e sociedade do Movimento Nacional de Luta por Moradia, tendo como estudo de caso a Ocupação Manoel Congo, localizada no Centro do Rio de Janeiro. As três perguntas norteadoras da pesquisa são: (1) Como os moradores da ocupação Manoel Congo se interpretam e se apropriam da cidade? (2) morar no centro (em oposição às periferias) amplia o campo de possibilidades dessas pessoas? (3) participar de u.m projeto de autogestão (em oposição ao projeto hegemônico, pautado pelo individualismo, heteronomia, competição e consumismo) amplia o campo de possibilidades dessas pessoas? A pesquisa mostrou que a vivência numa ocupação autogestionária no Centro possibilitou a muitos dos entrevistados o acesso a postos de trabalho, aos serviços de saúde, aos espaços de lazer e o retorno aos estudos. Ainda assim, apesar dos recursos disponíveis no Centro da cidade, há aqueles que permaneceram com todos os seus laços sociais e profissionais no bairro de origem. Com base nas falas, fica claro que os “não militantes” não formulam projetos de cidade, contudo, valorizam a vida comunitária. Os “militantes”, por sua vez, prezam o conflito de classes, formulando o Centro como um lugar de conflito.



Irene de Queiroz e Mello

TRAJETÓRIAS, COTIDIANO E UTOPIAS DE UMA OCUPAÇÃO NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO

LETRAPITAL

Série HABITAÇÃO E CIDADE



TRAJETÓRIAS, COTIDIANO E UTOPIAS DE UMA OCUPAÇÃO NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO

Irene de Queiroz e Mello



LETRAPITAL

Série HABITAÇÃO E CIDADE

Uma ideia central nos estimulou a criar essa série editorial no âmbito do Observatório das Metrôpoles: a divulgação sistemática de trabalhos acadêmicos e não acadêmicos voltados par os temas da habitação e da cidade, coma intenção de provocar um olhar sobre as interações entre esses dois temas e de unificá-los num mesmo campo analítico.

Nessa empreitada, propomos uma conceituação multidimensional de habitação e de cidade, que contenha não apenas a materialidade dos fenômenos, ou seja os objetos físicos como resultantes da produção, mas também os próprios processos de produção e consumo. A habitação, como condição indispensável à vida humana, é abrigo, e como condição de reprodução ampliada da vida social, é também cidade. Nesse sentido, a habitação diz respeito à acessibilidade aos serviços, equipamentos, amenidades, trabalho, enfim, a todas as práticas definidas socialmente como necessárias ao bem-estar urbano.

**Trajetórias, cotidianos e utopias de
uma ocupação no centro do Rio de Janeiro**

Irene de Queiroz e Mello

**TRAJETÓRIAS, COTIDIANOS E UTOPIAS DE
UMA OCUPAÇÃO NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO**



**Observatório
das Metrópoles**
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

LETRACAPITAL

Copyright© Irene de Queiroz e Mello, 2015.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.
O livro ou qualquer de suas partes podem ser reproduzida ou transmitida
desde que citadas as fontes.

EDITOR: João Baptista Pinto Silva

DIAGRAMAÇÃO: Francisco Macedo

CAPA: Davi Rodrigues

REVISÃO: Da autora

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M478t

Mello, Irene de Queiroz e, 1985-
Trajetórias, cotidiano e utopias de uma ocupação no Centro do Rio de Janeiro / Irene
de Queiroz e Mello. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.
210 p. : il. ; 23 cm. (Habitação e cidade ; 4)

Inclui bibliografia

ISBN 9788577854202

1. Rio de Janeiro (RJ) - Condições sociais. 2. Sociologia urbana - Rio de Janeiro (RJ) .
3. Planejamento urbano - Rio de Janeiro (RJ) . I. Título. II. Série.

15-29198

CDD: 307.76098161

CDU: 316.334.56(815.6)

21/12/2015 21/12/2015

NÚCLEO DE PESQUISA AÇÃO HABITAÇÃO E CIDADE
Coordenação: Luciana Corrêa do Lago e Adauto Lucio Cardoso
www.habitacaoecidade-observatoriodasmetrosoles.net

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ
Coordenação Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5ª andar – Ilha do Fundão
Cep 21.941-901 – Rio de Janeiro, RJ
Tels: +55 (21) 3938-1950/1932
www.observatoriodasmetrosoles.net

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3353-2236 / 2215-3781
vendas@letracapital.com.br
www.letracapital.com.br

Agradecimento

Este livro é resultado do meu mestrado em planejamento urbano e regional, pelo IPPUR/UFRJ, orientado pela grande e querida professora e amiga Luciana Lago. Ela é a primeira pessoa a quem agradeço, por trazer alegria e entusiasmo para cada momento vivido. Sua escuta atenta e ativa é inspiradora. Muito obrigada pelas reflexões compartilhadas, carinho, apoio, confiança e por todos os recursos físicos e humanos investidos em mim.

Desde a infância, a partir de um incômodo com as desigualdades sociais e urbanas, cresci pensando como a cidade e sociedade poderiam ser diferentes e questionando o lugar dos pobres nas periferias. Agradeço isso aos meus pais, grandes inspirações políticas e sociais, além de emocionais. Também dedico um espaço importante nessas influências ao meu amor, Davi, que com seus ideais anarquistas e utopias cotidianas, me estimulou a seguir nesse trabalho. Seu companheirismo e amor foram fundamentais.

Este trabalho não teria sido possível se não fosse o acolhimento e contribuições de todos os moradores da ocupação Manuel Congo entrevistados, que confiaram suas vidas e me ajudaram a refletir sobre como poderia ser uma outra cidade. Um agradecimento especial à Lurdinha, que abriu as portas da Ocupação e do MNLM-RJ, e à Monica, pelas infundáveis atualizações sobre o Movimento.

À equipe da Luciana, que enriqueceu as discussões da pesquisa apresentada neste livro, e aos meus amigos Ippurianos e da vida, que compartilharam debates e angústias, desde o plano das ideias teóricas e políticas, passando pelas emocionais, até ajudas em questões específicas da dissertação.

Aos professores do IPPUR, pela formação crítica e pelas contribuições acadêmicas, aos professores que aceitaram participar das bancas de qualificação e defesa, pelas contribuições relevantes que me fizeram refletir por outros ângulos. Aos funcionários do IPPUR, por manterem o melhor ambiente possível e pela solicitude e agilidade nos momentos necessários.

Pelo apoio financeiro à pesquisa, agradeço, além da minha orientadora, ao Observatório das Metrôpoles, à CAPES e à FAPERJ.

SUMÁRIO

Prefácio	9
1 Introdução	11
1.1 Cenário: o centro	27
1.2 Justificativa para o estudo de caso.....	35
1.3 Metodologia	36
1.4 Estrutura.....	40
2 Centro do Rio de Janeiro: um lugar em disputa	43
2.1 Por que a disputa?.....	43
2.2 Centro econômico	56
2.3 Centro cultural.....	59
2.4 Centro político	62
2.5 Centro como lugar de moradia	64
2.6 Cinelândia	68
3 A ocupação Manuel Congo	68
3.1 O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM).....	76
3.2 Estratégia de acesso à terra.....	83
3.3 A relação com o Estado (legalidade/financiamento).....	95
3.4 Autogestão.....	110
3.5 Perfil socioeconômico das famílias ocupantes <i>versus</i> o perfil socioeconômico da região	120
4 Os ocupantes: trajetórias, cotidiano e apropriações da cidade	130
4.1 Trajetórias de vida	130
4.2 A dimensão política da cidade: conflito.....	148
4.3 A dimensão econômica da cidade: acessibilidade a recursos.....	158
4.4 A produção - apropriação coletiva da cidade	175
5 Conclusão	195
Referências	201

Prefácio

São muitos os desafios e os riscos de um estudo científico politicamente comprometido com os projetos e ações que dão corpo ao objeto a ser analisado. É grande o risco de nos enredarmos num discurso ideológico linear e simplificador dos conflitos sociais e, para evitá-lo, precisamos construir uma relação dialógica com alto grau de confiança entre o pesquisador e os sujeitos objeto de sua pesquisa. Assim, a complexidade e as contradições das práticas cotidianas podem emergir de forma inteligível. Esse foi o caminho percorrido pela socióloga Irene Mello no desenvolvimento de sua dissertação de mestrado, até desvendar a potência transformadora de uma ocupação coletiva situada no centro da cidade do Rio de Janeiro, assim como as barreiras à sua efetivação. Foi uma longa caminhada de quatro anos de convivência com as lideranças e as famílias protagonistas da Ocupação Manuel Congo, acumulando informações e percepções sobre suas trajetórias, seus projetos de vida e suas estratégias, coletivas e domésticas, para (sobre)viver no centro de uma grande metrópole socialmente segregada e desigual.

A experiência dessa ocupação é exemplar para todos que buscam analisar as cidades capitalistas na perspectiva do conflito de classes como elemento constituinte dos processos de produção e apropriação do espaço urbano. Trata-se da ocupação de um edifício público ocioso em área central valorizada, organizado por um movimento de moradia de âmbito nacional, cuja principal bandeira é o direito igualitário à cidade. O estudo evidencia com clareza o caráter insurgente do evento analisado, tanto na dimensão mais específica da tomada de um imóvel há longo tempo sem uso e a espera do interesse empresarial, como na dimensão mais ampla da construção coletiva de outra forma de reprodução da vida, sustentada no cooperativismo e na autogestão.

O primeiro grande mérito desse trabalho foi nos apresentar as contradições de um movimento social em permanente confronto com

as forças hegemônicas que controlam a produção e o acesso à cidade. O mérito está no entendimento dessas contradições como inerentes à luta política e como estímulos a novas formulações, consideradas pela autora como processos de “ampliação do campo de possibilidades” materiais e reflexivas, do coletivo formado na própria luta e de cada uma das famílias que o compõe. Aqui, foi muito bem apropriado o sentido dado por Lefebvre à noção de “direito à cidade”, ao se pensar esse direito não apenas em relação à materialidade da cidade, como o direito aos serviços urbanos de qualidade, mas ainda em relação à capacidade imaginativa que as tensões e sobreposições na cidade potencializam. A pesquisa se debruçou sobre as condições de acesso aos equipamentos e serviços urbanos no centro e sobre as experiências cotidianas de apropriação do espaço central pelos protagonistas da ocupação, buscando as interações entre as condições materiais e os ideais da boa vida na cidade.

Um segundo mérito do trabalho que merece destaque foi tratar todos aqueles diretamente envolvidos com a ocupação como sujeitos históricos, com trajetórias próprias e margens (embora limitadas) de escolha sobre as formas de viver na cidade. Encontramos no estudo realizado uma diversidade de trajetórias socioespaciais, de arranjos familiares, de experiências laborais e de níveis de engajamento no movimento do qual são parte. Essa diversidade de trajetórias e perfis sociais foi analisada relativamente ao contexto socioeconômico da área na qual se situa a ocupação, nos permitindo visualizar uma das dimensões do conflito urbano: a disputa por localização entre as classes sociais. Podemos perceber que as famílias da ocupação Manuel Congo estão “fora do lugar”.

A diversidade de trajetórias das famílias também serviu de base para a compreensão das formas de apropriação do centro da cidade por cada uma destas. A riqueza nas descrições das experiências cotidianas dentro e fora da ocupação evidenciou o estreito vínculo entre histórias de vida, expectativas, práticas cotidianas e novas expectativas.

Tive o privilégio e o prazer de acompanhar a feitura desse trabalho que me esclareceu sobre a urgência em começarmos a operacionalizar a *utopia dialética* sobre a qual Harvey nos estimulou a pensar.

Luciana Corrêa do Lago

1. Introdução

Este livro¹ procura compreender os atuais projetos de cidade e sociedade de um movimento de moradia em ação no Brasil. Optamos por eleger as representações de sujeitos coletivos como objeto da dissertação porque reconhecemos que as representações e as práticas (indissociáveis) são constituidoras dos processos para a construção do real.

A noção de projeto de cidade é entendida aqui como representações do que deve ser a vida em sociedade materializada no espaço urbano, com distintos graus de coerência e explicitação, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos.

Um projeto [...] implica um horizonte mais ou menos aberto de possibilidades, estruturado culturalmente através das narrativas existentes mas implicando também em orientação, missão, vocação mesmo, num engajamento autoconsciente de um futuro transformável (MISCHE, 2001 apud DAGNINO et al., 2006, p. 39).

As três perguntas norteadoras da pesquisa são: 1) Como os moradores da ocupação Manuel Congo se interpretam e se apropriam da cidade? 2) morar no centro (em oposição às periferias) amplia o campo de possibilidades² dessas pessoas? Se sim, como? 3) participar de um

¹ Este livro é resultado da dissertação da autora em Planejamento Urbano e Regional, defendida em 2014, no IPPUR/UFRJ.

² “Campo de possibilidades” é um termo de Pierre Bourdieu, que também o trata como “universo de possibilidades”, significando “o conjunto das ‘escolhas’ constitutivas de estilos de vida classificados e classificantes que adquirem seu sentido a partir de sua posição em um sistema de oposições e correlações” (BOURDIEU, 2007, p. 166). Este termo está associado ao conceito *habitus* que pressupõe o social inscrito no corpo, ou seja, as possibilidades estão inscritas em um senso de necessidades que é percebido a partir do que se está preparado para perceber e realizar, em função de sua condição de classe e experiências de vida cultural, consumo e gosto. Desta forma, o autor está afirmando que as escolhas de um indivíduo e, conseqüentemente, seu gosto, estão dentro de um campo de possibilidades previsíveis, a partir das condições objetivas de cada

projeto de autogestão (em oposição ao projeto hegemônico, pautado pelo individualismo, heteronomia, competição e consumismo) amplia o campo de possibilidades dessas pessoas? Se sim, em que sentido?

O movimento aqui analisado é o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), protagonista da Ocupação³ Manuel Congo, localizada no centro do Rio de Janeiro. O MNLM, assim como outros movimentos, tem como bandeira a moradia nas áreas centrais, por serem consolidadas e com infraestrutura, além de estarem situadas próximas aos centros de trabalho. A estratégia de acesso à terra é a ocupação de imóveis ociosos nos centros das cidades. Além de ser uma forma de conquistar uma moradia, também é um ato político de apropriação de um espaço sob o controle das classes dominantes⁴. Essa é uma bandeira contra o padrão de segregação socioespacial institucionalizado político social e espacialmente no último século, no qual as classes mais abastadas moram nas áreas centrais infraestruturadas e os pobres nas periferias⁵ e franjas urbanas. Dessa forma, os movimentos sociais que vêm ocupando imóveis vazios em áreas centrais desde o final da década de 1990 estão questionando o lugar pensado pelas políticas habitacionais para as classes populares na cidade.

Neste livro, partimos do pressuposto de que não existe pensamento sem utopia⁶, isto é, “não existe pensamento que não explore uma possibilidade, que não tente encontrar uma orientação” (LEFEBVRE, 2008, p. 73), assim como não existe pensamento sem referência a uma prática (LEFEBVRE, 2004).

indivíduo (por exemplo renda, educação) em relação às condições existentes na sociedade.

³ Usa-se, neste livro, o termo “ocupação”, conforme usado pelos movimentos sociais e pela bibliografia relacionada ao tema, para designar o conjunto formado pelo espaço físico ocupado por pessoas às margens dos mecanismos formais do mercado imobiliário e estas mesmas pessoas.

⁴ Neste livro, utilizaremos o conceito de “classe social” de Bourdieu (1997) que é fundamentada nas relações de dominação. Por praticar a sociologia relacional, o autor entende a classe “para os outros”, pois ela se constitui em movimento. Na relação de alteridade ela se constitui como identidade, consciência, projeto de ação, como fenômeno sociológico. Além disso, a definição das classes sociais não é determinada somente pela posição nas relações de produção, mas também pelo *habitus* de classe que normalmente se encontra associado à posição na estrutura social (práticas culturais, consumo, gosto). Assim, ele propõe uma explicação relacional e multidimensional das classes.

⁵ Periferias aqui não pressupõe necessariamente uma distância física, podendo ser também uma distância social e simbólica, como, por exemplo, o caso das favelas, portanto territórios populares, fincadas na Zona Sul do Rio de Janeiro, região mais valorizada da cidade.

⁶ Neste trabalho as categorias “projeto de cidade”, “ideal de cidade” e “utopia” serão tratadas como sinônimos.

Ao longo dos séculos, as condições sociais e históricas levaram a oscilações nas interpretações da noção de utopia⁷, bem como nas temáticas a ela associadas, variando desde significados unívocos e restritos a significados amplos, contraditórios e heterogêneos. Afinal, conforme Bronislaw Baczko (1971 apud CAÚLA, 2008), utopia não é de modo algum um termo neutro, já que possui uma conexão direta com o presente.

No século XX, período marcado por guerras, revoluções, movimentos radicais, sistemas totalitários e abusos de poder, o papel crítico da utopia foi ressaltado por diversos pensadores como uma necessária interrogação do real (RICOUER, 1986; BLOCH, 1959; SERVIER, 1979 apud CAÚLA, 2008), sendo impossível, para Ricouer (1986 apud CAÚLA, 2008), imaginar uma sociedade sem utopia. Esta seria uma sociedade sem vontade de mudar, sem horizonte e, conseqüentemente, sem a capacidade de compreender.

Para Ernst Bloch (1976-1982 apud NASCIMENTO, 2008), a utopia é a antecipação imaginária de um objetivo. A utopia concreta, por sua vez, faz parte da realidade, é imanente ao movimento social, regida pelo princípio do “ainda não”; algo que é possível porque está nas possibilidades do real e do presente. Paulo Freire se aproxima de Bloch ao dizer que o “sonho possível” não é uma idealização ingênua, mas uma reflexão crítica sobre as condições sociais de opressão, que

compreende a realidade como mutável a partir da participação dos sujeitos que a constituem, sendo igualmente por ela constituídos. Desse modo, incluir-se na luta por ‘sonhos possíveis’ implica assumir um duplo compromisso: 1) o compromisso com a denúncia da realidade excludente e o anúncio de possibilidades de sua democratização; 2) bem como o compromisso com a criação de condições sociais de concretização de tais possibilidades (FREIRE, 2001 apud NASCIMENTO, 2008, p. 38).

Neste livro, nos aproximaremos dessas ideias e adotaremos a noção de utopia como uma utopia concreta, isto é, “dialeticamente, o possível é uma categoria da realidade, desde que sejam conside-

⁷ A palavra “utopia” surgiu em 1516 na obra - *A Utopia* -do irônico autor Thomas More, que brinca com os significados dos dois possíveis prefixos gregos “ou-”, que tem sentido de negação, e “eu-”, que tem sentido positivo (o que é bom), antes de “topia”, que estaria associado ao substantivo grego “*topos*” - lugar. Desta forma, a palavra “utopia” possuiria um duplo sentido, podendo ser *outopos*, significando o “não-lugar”, e *eutopos*, como “bom lugar” (CAÚLA, 2008).

radas as tendências do real, ao invés de mantê-lo no mesmo lugar” (ENGELS, 1969 apud LEFEBVRE, 2008, p. 98). Portanto, a utopia, neste livro, necessariamente parte das condições existentes, é “o não-lugar que não acontece e, entretanto, procura seu lugar” (LEFEBVRE, 2004, p. 45).

Ao nos colocarmos a questão sobre a utopia dos movimentos sociais relacionada à cidade, estamos partindo do pressuposto de que a produção da cidade, logo o projeto de cidade, está diretamente relacionada com a forma como se produz e reproduz a sociedade, abrangendo as relações sociais, relação com a natureza, estilo de vida, tecnologias e valores estéticos que se quer (HARVEY, 2008). Conforme Harvey (2009, p. 210-211):

“Ao produzirmos coletivamente nossas cidades, produzimos coletivamente a nós mesmos. [...] Cada um de nós, sem exceção, tem algo a pensar, a dizer e a fazer no tocante a isso. A maneira como nossa imaginação individual e coletiva funciona é portanto crucial para definir o trabalho da urbanização”.

Complementando com Unger (1987 apud HARVEY, 2009, p. 211), se entendemos que a ‘sociedade é construída e imaginada’, temos que acreditar que ela pode ser ‘reconstruída e reimaginada’. Mais do que a relação direta entre a cidade e a sociedade, acreditamos que além da primeira mudar quando a segunda muda, “as transformações da cidade não são resultados passivos da globalidade social, de suas modificações” (LEFEBVRE, 2011, p. 51).

A cidade não deve ser vista como um conjunto de objetos, mas como relações sociais. “Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos” (LEFEBVRE, 2011, p. 52). A realidade social necessariamente implica formas e relações, ela não subsiste sem se apegar aos objetos, às coisas, por conseguinte, não pode dispensar uma morfologia, uma base prático-sensível. Se, por um lado, a cidade nada cria, apenas *centraliza* as criações, por outro, ela cria tudo, pois nada existe sem troca, sem proximidade, isto é, sem *relações*.

“Ela [a cidade] cria uma situação, a situação urbana, onde as coisas diferentes advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças. [...] o urbano não é indiferente a todas as diferenças, pois ele precisamente as reúne. Nesse sentido, a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levando a conflitos” (LEFEBVRE, 2004, p. 111).

O autor faz uma primeira definição da cidade, que, segundo o próprio, ainda não abarca sua complexidade:

[...] cidade como sendo projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano (LEFEBVRE, 2011, p. 62).

Muitos arquitetos e autores de literatura, como Thomas More, criam utopias espaciais nas quais a forma espacial controla a temporalidade, isto é, “a geografia imaginada controla a possibilidade da mudança social e histórica”. Neste tipo de utopia, o tempo, dimensão inexorável da história real, é suprimido, transformando-se em uma condição estacionária, sem que se pense em um futuro, já que a conjuntura desejada já foi alcançada. A estabilidade social é garantida por uma forma espacial fixa (HARVEY, 2009).

Porém, os processos mobilizados para a realização desses esquemas descortinam uma contradição fundamental: enquanto as utopias de forma espacial pretendem controlar estes processos, no próprio ato de realização destas, o processo social domina a forma espacial. Muitas vezes a concretização de utopias espaciais resulta em consequências negativas importantes, pois a disposição espacial é definida previamente independente de quem viverá na área, gerando, por exemplo, autoritarismo. Isso acontece porque a dialética é reprimida e a estabilidade e a harmonia são asseguradas por meio de atividades de vigilância e controle (HARVEY, 2009). Por esse motivo, diversos autores, como Dadoun (2000 apud CAÚLA, 2008) e Ragon (1984 apud CAÚLA, 2008) defendem que a fixação é a aniquilação das utopias urbanas.

Mas a rejeição do utopismo a partir disso também tem o efeito infeliz de interromper o livre fluxo da imaginação na busca de

alternativas. Por conseguinte, enfrentar essa relação entre o livre fluxo da imaginação e o autoritarismo é a tarefa que tem que estar no cerne de toda política regeneradora que tente ressuscitar ideais utópicos (HARVEY, 2009, p. 214).

Já as utopias do processo social, como é o caso, por exemplo, da obra de Marx, costumam ser interminavelmente abertas e não se propõem a chegar a um ponto conclusivo no espaço e no lugar, pois se exprimem em termos puramente temporais. A utopia de processo mais potente da história do capitalismo foi a utopia do livre mercado, que se funda nas atividades racionais do “homem econômico”, de Adam Smith. Sua materialização demonstrou efeitos catastróficos espaciais, gerando o desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2009): para alguns Estados Nações serem ricos, muitos outros são miseráveis. Além disso, a destruição criativa (HARVEY, 2008) também é intrínseca à materialização dessa utopia, que destrói para posteriormente acomodar sua própria dinâmica de acumulação de capital.

Portanto, o modo como uma utopia é circunscrita espacialmente é fundamental para sua concretização, já que a vida real está, simultaneamente, regida pelo tempo e limitada no espaço. Conforme Lefebvre (2004, p. 50), o espaço é “político, lugar e objeto das estratégias; [...] uma projeção do tempo, reagindo sobre ele e permitindo dominá-lo, e, por conseguinte, atualmente, explorá-lo até a morte. O que anuncia a libertação do tempo-espaço”. Embora compartilhe essa definição com Lefebvre, Harvey ressalta algumas dificuldades para a transformação do espaço.

Utopias do processo materializadas não podem fugir à questão do fechamento ou do acúmulo arraigado de tradições, de inércias institucionais e coisas do gênero que elas mesmas produzem (HARVEY, 2009, p. 244).

Considerando que espaço e tempo são construções sociais, mas que as utopias restritas a apenas um aspecto são frágeis, Harvey (2009) propõe a construção de um utopismo explicitamente espaço temporal, chamado por ele de ‘utopismo dialético’. Do utopismo espacial, o utopismo dialético carregaria a ideia de uma experimentação aberta potencialmente infinita, com uma disposição espacial livre e criativa, destinada a alcançar metas morais e sociais específicas, explorando

diversas potencialidades humanas e abrangendo formas de vida coletiva, relações de produção, de consumo, de gênero, de relação com a natureza etc.

Das utopias processuais, o utopismo dialético teria o aprendizado de que as estruturas sociais, institucionais e materiais necessariamente se concretizam e que, uma vez construídas frequentemente essas estruturas resistem a mudanças. Portanto, é necessário adotar a dialética do “ou isso ou aquilo” em detrimento da “tanto isso como aquilo”.

“O fechamento (a realização concreta de alguma coisa), seja de que tipo for, contém sua própria autoridade, pois materializar todo e qualquer projeto, por mais flexível que seja sua construção, é impedir antecipadamente, em alguns casos de modo temporário, mas em outros com relativa permanência, a possibilidade de materializar outros projetos. [...] A dialética é ‘ou isso ou aquilo’, não ‘tanto isso como aquilo’” (HARVEY, 2009, p. 257).

Além disso, ressalta que para conceber dialeticamente a reconstrução do processo social, há que partir das possibilidades presentes - enfrentando o problema da desconstrução das estruturas, tanto físicas como institucionais, de relativa permanência, produzidas através da materialização da utopia neoliberal - e buscar reverter as formas socioecológicas impostas pela acumulação descontrolada do capital, pelas amplas desigualdades de poder e pelos privilégios de classe, esboçando trajetórias diferentes para os “desenvolvimentos geográficos desiguais humanos” (HARVEY, 2009).

Quando menciona “nossas possibilidades presentes”, o autor se refere aos processos econômico-políticos, às capacidades tecnológicas e às características superestruturais do conhecimento, do direito, das crenças políticas, entre outras. Além disso, devem ser considerados o contexto físico e ecológico em constante mudança, que trazem incertezas e riscos. Ainda assim, o utopismo dialético deve incentivar a ação humana através da vontade de criar, mesmo que não tenhamos total controle dos efeitos de nossas ações no que diz respeito às mudanças histórico geográficas.

Essa “vontade de criar” pode ser exercida em diversos “teatros de ação social”, desde o individual, a nível pessoal ou em suas relações sociais, o coletivo, seja na comunidade ou em movimentos sociais, ou em instituições mediadoras do particularismo e da universalidade,

como o Estado, ou mesmo até o da tradução das lutas, que é fundamental para universalizar as utopias dialéticas.

O utopismo dialético a que aspiro exige a perspectiva de uma revolução histórico-geográfica permanente. É útil pensar as práticas políticas transformadoras como manifestações de um utopismo dialético e espaço-temporal. Mas isso só vai ocorrer se entendermos como a atividade e o pensamento, nos diferentes teatros de ação social, se relacionam, se combinam e se misturam entre si para criar uma totalidade evolutiva de ação social (HARVEY, 2009, p. 331).

Os movimentos sociais tratados neste livro são fruto de lutas urbanas iniciadas na década de 1980, motivadas pela insatisfação das classes populares com as práticas governamentais no campo habitacional e urbano. Algumas de suas principais questões têm sido a carência de urbanização nas áreas populares e a falta de participação nas decisões sobre ações públicas vinculadas às regiões onde habitam.

Souza (2006) faz uma distinção entre luta *de* bairro e luta *a partir do* bairro que facilita a diferenciação entre os ativismos urbanos e os movimentos sociais urbanos. Para o autor, a luta *de* bairro não amplia seu horizonte de luta para além do recorte espacial pré determinado, atuando principalmente em função da conjuntura, sem estabelecer articulações com processos estruturais. Seu objetivo é resolver demandas imediatas, conseqüentemente a luta de bairro não radicaliza as críticas às relações sociais que condicionam e determinam uma ordem sócio-espacial. A luta *a partir do* bairro, por sua vez, pode estabelecer relações entre a conjuntura e a estrutura, produzindo críticas mais amplas, que colocam em questão a dinâmica urbana, reivindicando transformações estruturais no sistema urbano. Neste livro, enquadraremos as lutas dos quatro movimentos sociais urbanos nacionais⁸ em ação hoje como “lutas a partir do bairro”.

Ainda, o termo “movimento social” será aqui “reservado para ações coletivas organizadas, de caráter público e relativamente duradouras e particularmente ambiciosas” (SOUZA, 2009, p. 9-10).

⁸ Os quatro movimentos sociais urbanos nacionais são: Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), União Nacional de Moradia Popular (UNMP), Central de Movimentos Populares (CMP) e a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM). A Ocupação Manuel Congo, estudo de caso deste livro, é organizada pelo MNLN.

Nesse sentido, podemos pensar as lutas urbanas na década de 1980 como pouco “ambiciosas”, ao refletirem um projeto de transformação urbana restrito. Lutava-se pela superação de determinadas carências urbanas que marcavam o território popular, em especial, carência de titulação da terra, de saneamento e de creche. Esse é o momento em que estes sujeitos coletivos reconhecem que, como cidadãos, possuem direitos e que, portanto, o Estado deveria garantir os serviços em seus locais de moradia. No Rio de Janeiro, se lutava pelo direito à casa na periferia e na favela e inexistia qualquer processo de financiamento público de mutirões coletivos autogeridos; em São Paulo, já existia mutirão, financiado pela prefeitura desde o governo Mario Covas (1983-1985), processo que foi acentuado na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989- 1992). No que diz respeito à utopia processual, o foco era o controle social do poder decisório. Quanto à utopia espacial, arquitetos comprometidos com a causa popular iniciaram a criação democrática de bairros populares periféricos com parâmetros urbanísticos e construtivos inovadores frente aos parâmetros hegemônicos.

Desde o final da década de 1980, entre tensões, conflitos e reivindicações, os movimentos sociais urbanos, juntamente com os profissionais engajados, tiveram muitas vitórias, especialmente institucionais, como as consolidadas na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade (2001). Na Carta Magna, com a inserção da função social da propriedade no título de direitos e garantias fundamentais e a incorporação do direito à moradia e do capítulo de política urbana. No Estatuto da Cidade (2001), com o estabelecimento de diversos instrumentos de regulação do uso do solo, como as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) em áreas consolidadas e vazias, a desapropriação de terras para moradia popular e a captura da mais valia.

Esses instrumentos vão ao encontro da luta dos movimentos sociais urbanos, pois visam à “[redução] do poder de monopólio dos proprietários fundiários e [pretendem atuar] como recurso ideológico na luta contra a mercantilização do bem imóvel.” Assim, esse marco regulatório gera uma nova contradição urbana em relação ao projeto liberal de desregulação do mercado, inclusive imobiliário, que vem se consolidando no Brasil desde a década de 1990 (LAGO, 2012).

Percebendo as contradições vigentes e os diversos interesses do Estado, os quatro movimentos sociais urbanos nacionais entendem

que o Estado é heterogêneo e poroso – variando em função dos órgãos, funcionários e gestores em questão, resultantes das coalizações formadas para que tal governo alcance o poder. Portanto, as tomadas de decisão não são mecânicas, cada agente constrói seu próprio projeto em função da sua percepção sobre as possibilidades disponíveis a partir de seu *habitus*. O Estado, então, é pensado nesta pesquisa como um campo de forças, ou seja, um campo de lutas onde cada agente ocupa uma posição no espaço, que existe e subsiste sob limitações estruturadas do campo, “no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p. 50). Dessa forma, os movimentos percebem que há possibilidades para transformá-lo, gradativamente, sendo importante avaliar as condições que têm para estabelecer certos conflitos ou não.

Assim, este livro também pretende, como questão secundária, tentar compreender como os projetos dos movimentos de moradia vão se transformando na interação com a política habitacional voltada para a autogestão, criada em resposta à demanda dos próprios movimentos por programas que garantissem o poder dos futuros moradores gerirem a produção de seu empreendimento.

Entre a década de 1980 e os anos 1990 e 2000, houve uma mudança significativa no contexto, pois, após o período de redemocratização, as políticas neoliberais ganharam espaço, gerando desregulação dos direitos sociais e privatizações do sistema produtivo estatal (MIAGUSKO, 2008). Nesse contexto, as tendências principais das políticas migraram do universalismo para o focalismo. Conforme Machado (2009), houve um esgarçamento do tecido social, caracterizado pela falta de confiança no Estado e pela violência física como princípios das condutas.

Contudo, ainda assim, consideramos que existem movimentos sociais urbanos, ou pelo menos lideranças destes, que mantêm sua luta por um “projeto de democracia participativa” (DAGNINO et al., 2006), que envolve a ampliação do conceito de política por meio da participação cidadã na elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas, bem como pela transparência na atuação governamental⁹.

⁹ Vale notar, conforme Dagnino et al. (2006), que estas categorias de participação e transparência, entre outras, têm sido acionadas por atores com projetos radicalmente distintos, desde o

Além dessas bandeiras processuais referentes à gestão pública, os movimentos defendem uma “cidade e sociedade mais justas”, com “moradias dignas”. No entanto, eles acabaram incorporando essas categorias de “cidade justa” e “moradia digna” sem exatamente problematizar os parâmetros de bem estar postos na “cidade formal”. Será que se o processo fosse radicalmente democrático, não surgiriam novos parâmetros sustentados pelo sentido público da cidade?

Conforme observa Nunes (1989), não existem carências estabelecidas *a priori* que poderiam determinar o que constitui uma “moradia digna” ou uma “cidade justa”. Elas são construídas historicamente; as condições materiais e históricas específicas determinam o “campo de possibilidades” da criação de carência, pois só se pode sentir carência do que já foi ou que é possível ser produzido.

Portanto, as carências se originariam nas “contradições urbanas”, entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, que comprometem a reprodução da força de trabalho. Tais carências são consideradas decorrências do processo de urbanização capitalista. É exatamente esse “desenvolvimento” que gera novas necessidades urbanas, como saneamento, transporte, educação, etc., essenciais para a reprodução da força de trabalho, que abastece o mercado de trabalho, logo, também fundamentais para a reprodução do capital (NUNES, 1989).

A criação de necessidades é usualmente explicada por processos “objetivos”, relacionados com o desenvolvimento da urbanização capitalista, como o ritmo de vida mais intenso, o aumento das distâncias e a inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Essa abordagem, entretanto, não atribui um papel ativo na determinação das carências a quem as sofre, devendo ser, pois questionada (NUNES, 1989).

Não se trata somente de carências físicas; também existem as sociais e intelectuais, determinadas pela “tradição histórica” e pelo “hábito social”. Tais carências não determinam uma quantidade de valor definível genericamente, mas diversas qualidades de valores de uso, possuindo uma dimensão subjetiva¹⁰.

projeto de democracia participativa até o projeto neoliberal, gerando a “confluência perversa” e dificultando a leitura dos projetos em disputa.

¹⁰ “São carências de bens materiais, do uso de equipamentos, de formas de sociabilidade, de atividade, de distinção, de novas formas de relações sociais etc., algumas das quais irrealizáveis nos marcos estruturais de sua [do trabalhador] sociedade” (NUNES, 1989, p. 11).

Como já apontado por Marx (1975), além das condições materiais existe um fator moral na reprodução da força de trabalho, que define quais costumes e hábitos são aceitos como justos para qualquer pessoa que pertença ao grupo em questão¹¹. Este fator é construído a partir dos valores da sociedade, que implicam em escolhas individuais entre modos de vida, que estabelecem, entre as diversas opções, as estruturas de carências escolhidas.

Para Harvey (2009), o “corpo laborante”, ou seja, a pessoa na forma de trabalhador, também deve ser visto como um lugar de resistência política, já que, como diz o Manifesto Comunista, a universalidade da luta de classes¹² tem a particularidade de cada pessoa como origem. Consequentemente, a política de classe tem que fazer sentido para cada indivíduo, pois sua alienação tem que ser superada. Todavia, o corpo deve ser concebido de forma relacional, criado, delimitado, sustentado num fluxo espaço-temporal de múltiplos processos.

O indivíduo é capaz de criar ordem interna, mas também em seu entorno, transformando ativamente os processos que o produzem, sustentam e enfraquecem, sempre em exercício de poderes e contrapoderes com outros corpos. Como a determinação de carências é um processo subjetivo e individual, os Movimentos Sociais Urbanos (MSUs) – sujeitos coletivos que reivindicam atendimento a carências urbanas, como, por exemplo, a moradia – estabelecem, ao nível micro, uma mediação fundamental entre a vida de cada trabalhador e as questões sociais, e vice e versa, organizando a base politicamente (NUNES, 1989).

Outra mediação realizada pelos MSUs reivindicativos, ao nível macro, é a colaboração para conformar entre os cidadãos e grupos sociais perante o Estado o conjunto de carências cujo atendimento é considerado socialmente legítimo e, portanto, uma obrigação política. Assim, explicitando o caráter necessariamente relacional da dominação política, os MSUs estão associados diretamente aos critérios de legitimidade do poder político, ou seja, à definição do próprio fim ético do Estado.

¹¹ É importante ressaltar, entretanto, que a presença de valores democráticos, ao menos como ideia reguladora, é fundamental para (a possibilidade de) existir a insatisfação com as condições de vida (NUNES, 1989).

¹² Segundo Lefebvre (1980 apud 2004), as lutas de classes não se restringem à disputa entre classes sociais por maiores frações da riqueza social, mas se refere ao embate em torno da abertura e realização dos possíveis. Portanto, ao embate entre utopias ou projetos de cidade e sociedade.

Na sociedade capitalista, as necessidades são construídas e transformadas todo o tempo, pois a materialização da utopia liberal impõe à condição do indivíduo moderno o autodesenvolvimento ilimitado. Isto porque a acumulação de capital é viabilizada pela demanda de nova produção, que é determinada pela criação de carências que estimulam o consumo. Por isso, na luta de classes, o conjunto de carências se transforma constantemente, em função das diversas “determinações originadas nas lutas sociais, na capacidade de persuasão dos atores em disputa, em grande parte através das instituições políticas” (NUNES, 1989, p. 2). Vale ressaltar, como já dizia Marx, que o sentido de bem estar é antes comparativo que absoluto, portanto não devemos centrar nossas atenções somente nas condições absolutas de subsistência, mas voltá-las, também, para a desigualdade social, isto é, a distância entre os ricos e os pobres (HARVEY, 2009).

Essas considerações servem para demonstrar que as necessidades não são direta e exclusivamente derivadas das questões macroestruturais, mas que também dependem de escolhas por modos de viver, opções estas que estão postas em função do sistema de valores presente na sociedade. Sendo assim, não podemos falar em termos absolutos e imediatos “das carências”, pois elas só podem ser recuperadas através de análises históricas concretas (NUNES, 1989).

Logo, um pressuposto inicial deste livro é de que os projetos individuais e coletivos são (re)construídos com base na realidade material da atual condição de um sujeito, bem como nos processos históricos pelos quais os sujeitos individuais e coletivos passaram. Talvez, então, com um acúmulo de experiências democráticas de produção habitacional novas carências sejam estabelecidas. Por isso, optamos por contextualizar as falas dos entrevistados com a história da Ocupação (o que os une), suas trajetórias de vida e cotidianos atuais.

A Carta Mundial do Direito à Cidade (2009) afirma que o direito à cidade, além dos direitos civis e políticos, abrange o direito à terra, aos meios de subsistência (alimentação e vestuário), ao trabalho, à saúde pública, à educação pública, à cultura, à moradia, à segurança pública, à convivência pacífica, ao transporte público, à energia elétrica, ao saneamento (água potável, esgoto, coleta de lixo e drenagem), ao lazer e à informação. Tendo como parâmetro essa Carta, queremos entender o que os moradores da Ocupação Manuel Congo, localizada no Centro do Rio de Janeiro, compreendem como “serviços básicos”.

Seguindo as orientações de Bourdieu (2010), *como, porque, onde e quando* tais serviços foram classificados como “básicos”? Isso nos possibilitará compreender a amplitude dos campos de possibilidades desses moradores. A noção de “serviços básicos” para eles inclui transporte e saneamento, além de saúde e educação? Quais? Lazer e cultura? Comércio? Qual? Como o trabalho se articula (ou não) a essas necessidades?

A bandeira da autogestão está presente nos discursos e práticas dos movimentos de moradia no Brasil, expressando a crença na construção coletiva e autônoma da moradia digna pelas classes populares. A autogestão como utopia processual é entendida pelas lideranças desses movimentos como condição primeira para a idealização e construção da cidade democrática. Embora alguns autores, como Bourdet (1970 apud Schteingart, 1990), defendam que a autogestão é um sistema oposto à sociedade de classes, outros, como Schteingart (1990), defendem que há experiências de autogestão em países socialistas e capitalistas, desenvolvidos e em desenvolvimento. Para não misturar processos diferentes sob o rótulo de “autogestão”, é necessário identificar suas diversas origens, que podem estar em alguns movimentos cristãos, como o prolongamento de um liberalismo ampliado e corrigido, ou dentro das correntes anarquistas e marxistas (AVRON, 1980 apud SCHTEINGART, 1990).

A autogestão, neste livro, é entendida como um processo de gestão coletiva no qual os integrantes do grupo participam dos processos decisórios, superando a diferença entre aqueles que tomam decisões e aqueles que as executam, bem como buscando a superação das pressões externas ao coletivo na definição do processo decisório.

Segundo Nascimento (2004 apud FERREIRA, 2012c), a autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social construída com base em experiências concretas de agir coletivamente, sendo produto de vitórias e derrotas. É importante ressaltar que a autogestão não pode acontecer de forma plena sem uma reestruturação no sistema político do Estado, sobretudo no que se trata da descentralização do poder em diversos centros de decisão (BOBBIO; MATEUCCI, 1981 apud SCHTEINGART, 1990).

Mesmo no atual sistema político, na prática, conforme Bonduki (1992, p. 161), “Quem participa deste processo [de autogestão] o faz conscientemente, opta por ele a partir de uma discussão nas instâncias

deliberativas da entidade e, portanto, assume uma responsabilidade e se envolve com o trabalho”. Não se deve pensar que a autogestão significa abdicar dos direitos dos cidadãos frente ao Estado. Pelo contrário, a autogestão pode se dar em setores formais e informais e deve contar com o Estado como ente redistributivo. Por isso, não se deve assimilá-la às “vantagens da informalidade”, indicadas pelos neoliberais¹³ (SCHTEINGART, 1990).

É importante considerar o tipo de relação que deveria existir entre Estado e sociedade civil, sem renunciar aos direitos cidadãos e reconhecendo as reais limitações dos projetos chamados autogeridos, que muitas vezes envolvem a autoprovisão de meios de consumo através de uma superexploração da força de trabalho dos habitantes urbanos ou uma autogestão da miséria. Para Schteingart (1990, p. 4):

[...] um verdadeiro projeto urbano autogerido seria aquele que envolve organizações representativas dos habitantes, incluindo funções de planejamento urbano local, provisão de moradia e serviços e geração de emprego, que são assumidas coletivamente pela base social.¹⁴

Tendo como pressuposto que a redistribuição de recursos e do poder é condição para a construção de um projeto alternativo, como essas políticas habitacionais com diversas normativas que restringem a ação dos movimentos interferiram no campo de possibilidades para a construção do projeto de cidade? Em que medida a cogestão ou seja, a gestão compartilhada entre o movimento e o Estado, dificulta – se é que o faz – o projeto autogestionário de outros de parâmetros de bem estar urbano, moradia digna e cidade justa?

Desde fins dos anos 1980, os movimentos sociais urbanos de âmbito nacional fazem jornadas e propõem agendas pelo direito à moradia no centro (FASE, 2007; RAMALHO, 2008) e por um fundo com verba pública para financiamento habitacional com participação dos movimentos no conselho gestor. A reivindicação pela moradia no

¹³ A categoria “autogestão”, assim como a “participação”, vem sendo acionada atualmente por discursos provenientes de projetos políticos distintos. Por isso, faz parte do jargão que caracteriza a “confluência perversa” (DAGNINO et al., 2006).

¹⁴ Tradução livre da autora. No original: “[...] un verdadero proyecto urbano autogestivo sería aquél que está a cargo de organizaciones representativas de los pobladores, incluyendo funciones de planificación urbana local, provisión de vivienda y servicios y generación de empleo, que son asumidas colectivamente por la base social.”

centro se baseia, juridicamente, no cumprimento da função social da propriedade. Como essas áreas centrais estão, geralmente, entre as mais valorizadas pelo mercado imobiliário, dificilmente são acessíveis às pessoas de baixa renda.

Em resposta às demandas dos movimentos, foram criados, em âmbito federal¹⁵, em 2004, o Programa Crédito Solidário, voltado para a produção habitacional por autogestão e, em 2005, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Este englobaria todos os recursos existentes voltados para habitação popular, que formariam o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). No que diz respeito à demanda pelo direito ao centro, não houve nenhuma orientação específica do governo federal, tendo alguns municípios desenvolvido políticas pontuais de habitação popular no centro, por meio da reforma de imóveis abandonados, como foi o caso do Programa Novas Alternativas, da prefeitura do Rio de Janeiro.

O SNHIS foi visto como uma grande vitória pelos movimentos por ser regido pelo princípio do controle social sobre os critérios de distribuição dos recursos para habitação, já que sua composição abarca conselhos compostos por representantes do Estado e da sociedade civil, como o Conselho Gestor do FNHIS e o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), nos quais os quatro movimentos nacionais têm assento. Assim, os conselhos seriam espaços de disputa entre agentes com interesses distintos.

No entanto, já em 2007, o governo federal injetou verba para habitação popular por fora do FNHIS, por meio do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e, em 2009, do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Insatisfeitos com essa situação, mas entendendo que só conseguiriam verba para programas de autogestão se seguissem a linha de condução do governo, – ou seja, externa ao SNHIS, logo sem controle social – os movimentos lutaram e conseguiram que uma parcela do PMCMV fosse direcionada para um programa voltado para a autogestão, que seria o aperfeiçoamento do Programa Crédito Solidário (PCS), chamado Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E).

¹⁵ No âmbito municipal, o governo da Luiza Erundina já havia implementado, em 1989, um programa específico em São Paulo para a produção de habitação social por mutirões organizados pelos movimentos sociais. Também em Porto Alegre, a gestão Olívio Dutra (1989 – 1992) lançou programa de fomento a cooperativas habitacionais.

Foi somente com o financiamento público¹⁶ específico para associações e cooperativas que um número expressivo de “empreendimentos¹⁷” autogestionários, considerados uma vitória pelos movimentos, foi viabilizado. Entretanto, a grande maioria desses “empreendimentos” está localizada nas periferias pouco urbanizadas e o centro continua legalmente inalcançável para os movimentos. Reproduz-se, pois, o padrão de desigualdades socioespaciais histórico das cidades brasileiras.

1.1 Cenário: o centro

A Ocupação Manuel Congo está localizada no Centro do Rio de Janeiro, lugar de heranças sobrepostas no espaço e contradições urbanas acumuladas ao longo de cinco séculos. De um ponto de vista simbólico, as áreas centrais urbanas são espaços de poder, já que reúnem os principais tomadores de decisão, tanto da esfera pública como privada. Em uma perspectiva econômica, o principal indicador dos centros urbanos é o alto valor do solo, resultante da disputa entre agentes econômicos por localização numa área com elevada acessibilidade e concentração de atividades. Em termos sociais, os centros também se configuram como espaços privilegiados, pois milhares de pessoas convergem para eles diariamente em busca de relações sociais, sejam elas o trabalho, o consumo ou o lazer. Além disso, também podem possuir um papel importante no imaginário social da cidade, por concentrar monumentos históricos importantes. Assim, conforme Monnet (2000), a centralidade é caracterizada por qualidades atribuídas ao espaço e não como um atributo intrínseco do lugar.

Para Lefebvre, não existe realidade urbana sem centro, seja ele comercial, simbólico ou mesmo de informação e de decisão. Porém, dialeticamente, todo centro se destrói a si próprio, através

¹⁶Embora o volume dos recursos tenha sido até o momento quase insignificante quando comparado aos recursos voltados para as empresas.

¹⁷ Esta categoria foi introduzida pela Caixa Econômica Federal e é utilizada recorrentemente por lideranças dos movimentos, porém deve ser problematizada. Isto porque há uma crítica entre os movimentos de que ao aceitar todas as normas e exigências do órgão financiador, os movimentos estariam se tornando “empreendedores”. Em geral, o acesso à terra onde estão localizados os “empreendimentos” se dá de forma legal, seja através do mercado, ou de negociações com o poder público para doar imóveis (luta institucional). Já no caso das ocupações, a estratégia de acesso à terra é através da “ocupação”, isto é, por meio da ação direta (luta de enfrentamento) para depois então lutar pela regularização da situação.

da saturação, da orientação para novas centralidades ou mesmo por meio da ação daqueles que o próprio centro expulsa para as periferias. “A criação se interrompe, mas, por sua vez, para criar.” (LEFEBVRE, 2004, p. 112). O urbano, que é centro, deve ser entendido como *lugar de expressão de conflitos*:

[O urbano] só pode ser concebido como oposição à segregação que tenta acabar com os conflitos separando os elementos no terreno. Segregação que produz desagregação da vida mental e social. [...] O urbano se apresenta, ao contrário, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições (LEFEBVRE, 2004, p. 160).

Segundo o autor, é a forma geral e abstrata, no caso urbano, que proporciona o sentido às constatações empíricas e não o inverso. Por outro lado, são estas que revelam o conteúdo da forma. Assim, pretendemos, com o estudo de caso da Ocupação Manuel Congo, trazer a tona ao menos parte da concretude desse urbano entendido como unidade das contradições.

Se, partindo para uma análise mais concreta, considerarmos, conforme propõe Harvey (1980), a cidade como um sistema urbano de recursos, a maior parte dos quais é de criação humana, deve-se analisar sua distribuição geográfica, atentando para seus significados econômico, social, psicológico e simbólico. Cada *decisão locacional*, seja por parte do poder público, dos empreendedores privados ou das famílias, interfere no nível de desigualdade socioeconômica. Em outras palavras, quando a forma espacial da cidade é transformada pelas decisões locais o preço de acessibilidade¹⁸ e o custo de proximidade¹⁹ de qualquer moradia também são alterados. Nesse sentido, é desafiador se pensar uma forma de medir o bem estar urbano, pois como esses preços e custos são calculados em função de valores culturais e sociais e das avaliações tecnológicas, ou seja, das preferências individuais exis-

¹⁸ “Acessibilidade” está associado à distância e ao tempo necessários para se alcançar equipamentos e serviços necessários à vida urbana. A relação destas duas variáveis impacta as pessoas de formas diferentes, em função de suas barreiras sociais e psicológicas, que podem (in)viabilizar o acesso.

¹⁹ “Proximidade” para o autor são “os efeitos de estar junto de algumas pessoas sem fazer disso qualquer uso direto” (HARVEY, 1980, p. 45). Uma moradia, por exemplo, que esteja situada próxima a uma fonte de poluição terá um alto custo de proximidade, pois tende a impor certos custos sobre a moradia.

tentes na população e das habilidades cognitivas²⁰ das pessoas para explorar o sistema de recursos, a renda real²¹ das pessoas é afetada de forma desigual (HARVEY, 1980).

Do ponto de vista das vantagens locacionais, o centro é uma região estratégica, pois contém investimentos urbanos acumulados ao longo do tempo. Em uma cidade que cresceu radialmente, acompanhando as ferrovias e rodovias, o centro é região de distribuição de redes de transportes e de intensa circulação de pessoas. Concordando com Lefebvre, Rolnik (1988) aponta que o centro também é, em sua essência, uma área que mistura grupos sociais, portanto, uma zona de tensão. Por isso, o território central é historicamente palco de “batalhas urbanas”, por sua posse simbólica e pelo poder de bloquear e transformar o poder urbano.

Segundo Harvey (1980), o poder de barganha e pressão política dos grupos para influenciar na localização das amenidades na cidade varia em função de seus recursos, o que, em geral, tende a acirrar as desigualdades existentes, já que quanto mais poder, mais força para otimizar seus preços e custos.

O autor esclarece como as políticas afetam a renda real dos indivíduos, tratando dos efeitos territorializados. Para ele, a redistribuição de renda se dá através de três dinâmicas fundamentais: pelo padrão de alocação de empregos e moradias na cidade, pelo valor dos direitos de propriedade e pelo preço dos recursos para o consumidor. Os grupos de baixa renda são mais suscetíveis aos processos que incidem nestas dinâmicas, na medida em que não possuem igualdade de condições para barganhar no processo político, e, deste modo, sofrem uma restrição de oportunidades no sistema urbano.

Resistindo à desigualdade de acessibilidade e renda real, os movimentos sociais de luta pela moradia têm utilizado a estratégia de ocupação de prédios ociosos no centro das cidades, uma das áreas mais servidas de bens raros e valorizados da cidade, como uma forma de protestar contra a dominação simbólica, econômica e espacial.

Nesta perspectiva, a Ocupação Manuel Congo, situada no centro da cidade, uma área infraestruturada e com diversos serviços, pode

²⁰ “[A]s habilidades cognitivas dependem da educação, da inteligência e da *experiência com o ambiente [...]*” (HARVEY, 1980, p. 68).

²¹ A renda real é composta não apenas pela renda monetária (dinheiro, terras), mas por todas as receitas que condicionam o poder do indivíduo em acessar recursos, ou seja, ativos não-monetarizados que permitem acesso aos recursos escassos da cidade.

ser entendida como uma ação coletiva de um grupo popular pressionando a sociedade pelo aumento de sua renda real, logo, interferindo na distribuição de renda. Ao mesmo tempo, na visão dos comerciantes do entorno, por exemplo, a presença da Ocupação aumenta o custo de proximidade, pois, em princípio, consideraram que a presença de “invasores” espantaria seus clientes.

Portanto, o ambiente urbano deve ser entendido como um produto (e produtor) social, resultante da acumulação capitalista e da ação coletiva e não como um dado ao qual os cidadãos deveriam se adaptar individualmente. A urbanização capitalista é um processo que envolve, simultaneamente, o ambiente construído, as políticas públicas e as práticas sociais.

Não se pode estudar os usos que se faz da cidade sem estudar também sua produção. Não se pode considerar separadamente os agentes econômicos privados e a ação pública. Não se pode isolar a técnica da política e nem a política dos movimentos sociais (TOPALOV, 1988 apud MARICATO, 2011, p. 123).

Além do plano prático sensível, isto é, das transformações passíveis de serem vistas na cidade com a urbanização, no plano simbólico, a urbanização também significa a socialização de signos (da cidade, do urbano, da vida urbana, da natureza, da alegria, da felicidade, por exemplo). Os encontros também acontecem através dos signos e das informações. Segundo Lefebvre (2011, p. 86), a urbanização capitalista entregou os signos para o consumo

sem que uma prática social efetiva faça com que o ‘urbano’ entre para o cotidiano. A vida urbana só entra nas necessidades de marcha à ré, através da pobreza das necessidades sociais da ‘sociedade socializada’, através do consumo cotidiano e de seus próprios signos na publicidade, na moda, no estetismo.

A crise da cidade está ligada a formas determinadas de racionalidade – estatal, burocrática, econômica – e não à racionalidade, como tradição filosófica. Por isso, quando se diz, por exemplo, que as áreas centrais estão degradadas, para Lefebvre, a sociedade urbana persiste e se intensifica, porque a forma do urbano – a simultaneidade e os encontros – não pode desaparecer.

Os habitantes (quais? Cabe às pesquisas e aos pesquisadores encontrá-los!) reconstituem centros, utilizam certos locais a fim de restituir, ainda que irrisoriamente, os encontros. O uso (o valor de uso) dos lugares, dos monumentos, das diferenças, escapa às exigências da troca, do valor de troca (LEFEBVRE, 2011, p. 84).

Para Lefebvre (2011), a “reforma urbana” significa questionar as estruturas da sociedade, das relações individuais e cotidianas e aquelas que se pretende impor através de coações institucionais; é uma “estratégia de renovação urbana [que] se torna ‘necessariamente’ revolucionária, não pela força das coisas mas contra as coisas estabelecidas.” (LEFEBVRE, 2011, p. 113). A ação da classe operária, principal alvo da segregação existente, “pode contribuir decisivamente para a reconstrução da centralidade destruída pela estratégia de segregação e reencontrada na forma ameaçadora dos ‘centros de decisão’” (Ibid.).

Para explicar o processo de periferação das habitações populares promovidas pelo Estado (suburbanização na França), Lefebvre (2011) argumenta que foi uma ação de organismos públicos e semi públicos que caracterizaram uma *estratégia de classe*. Ainda que quisessem melhorar a vida cotidiana dos trabalhadores, visavam “explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente”, a perda da “consciência urbana²²” por parte dos trabalhadores.

Evidente que todos esses Notáveis não se propunham a abrir um caminho para a especulação; alguns deles, homens de boa vontade, filantropos, humanistas, parecem mesmo desejar o contrário. Nem por isso deixaram de estender em torno da cidade a mobilização da riqueza da terra, a entrada do solo e do alojamento, sem restrição, para a troca e o valor de troca. Com as implicações especulativas. Não se propunham desmoralizar a classe operária, mas sim, pelo contrário, moralizá-la (LEFEBVRE, 2011, p. 24).

A promoção pública de habitações populares em “não cidades”, se utilizarmos como referência o *urbano* de Lefebvre, preconiza a substituição do *habitar*²³, que é, conforme o autor, “participar de uma vida

²² Em Lefebvre, é a “consciência urbana” que viabiliza o acesso ao direito à cidade e a possibilidade da revolução urbana, ou, nos termos deste livro, a possibilidade de defender e lutar por um projeto de cidade e sociedade.

²³ O *habitar* em Lefebvre está diretamente ligado ao seu conceito de *cotidiano*, por isso, tam-

social, de uma comunidade, aldeia ou cidade”, pelo *habitat*, que reduz o ser humano a alguns atos elementares: comer, dormir e reproduzir-se. O *habitat*²⁴ abrange uma “soma de coações” que exclui a plasticidade do espaço e a apropriação pelos grupos e indivíduos de suas condições de existência, impondo valores burgueses, como a ascensão à propriedade, que restringem as possibilidades do cotidiano à esfera do consumo (LEFEBVRE, 2004). A história da política habitacional no Brasil pode ser lida como uma “soma de coações”. Desde os anos 1940, as habitações populares produzidas e financiadas pelo Estado foram e continuam sendo localizadas nas periferias urbanas, onde ainda não há cidade consolidada (AZEVEDO; ANDRADE, 1982).

O direito à cidade, para Lefebvre (2011), significa o *direito à vida urbana*, transformada e renovada, o direito à centralidade, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiro desses momentos e locais. Para isso, é necessária uma reforma urbana, que priorize o valor de uso, valorize o lugar de encontro. Além das necessidades “básicas” socialmente construídas, conforme Nunes (1989), Lefebvre acrescenta necessidades específicas que podem superar, parcialmente, a divisão parcelar dos trabalhos, como de informação, de simbolismo, de imaginário e de atividades lúdicas; necessidade de um tempo de encontro, de lugares de simultaneidade, onde a troca não seria regida pela lógica do lucro. O autor ressalta que este direito tem um valor especial para a “classe operária”, que no Rio de Janeiro pode ser representada pelos trabalhadores subalternos da economia urbana.

Para a classe operária, rejeitada dos centros para as periferias, despojada da cidade, expropriada assim dos melhores resultados da sua atividade, esse direito tem um alcance e uma significação particulares. Representa para ela ao mesmo tempo um meio e um objetivo, um caminho e um horizonte; mas essa ação virtual da classe operária representa também os interesses gerais da civili-

bém abrange “gestos e percursos, corpo e memória, símbolos e sentidos, difícil maturação do imaturo-prematuro (do ‘ser humano’), contradições e conflitos entre desejos e necessidades, etc.” (LEFEBVRE, 2004, p.166).

²⁴ “O habitat, ideologia e prática, chegava inclusive a reprimir as características elementares da vida urbana, constatadas pela ecologia mais sumária: a diversidade das maneiras de viver, dos tipos urbanos, dos ‘patterns’, modelos culturais e valores vinculados às modalidades ou modulações da vida cotidiana. O habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o ‘vivido’ a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou ‘máquinas de habitar’” (LEFEBVRE, 2004, p. 81).

zação e os interesses particulares de todas as camadas sociais de ‘habitantes’, para os quais a integração e a participação se tornam obsessivas sem que cheguem a tornar eficazes essas obsessões. [...] Só o proletariado pode investir sua atividade social e política na realização da sociedade urbana. Só ele também pode renovar o sentido da atividade produtora e criadora ao destruir a ideologia do consumo (LEFEBVRE, 2011, p. 139).

No final da década de 1990, inicialmente em São Paulo e depois em outras cidades do Brasil, movimentos sociais começaram a realizar ocupações de edifícios ociosos nas áreas centrais, acionando o discurso jurídico de denúncia do não cumprimento da função social da propriedade e da cidade, bem como da especulação imobiliária. Estas ocupações são estratégias de luta política dos movimentos, embasados na reivindicação ao “direito à cidade”, que também pode ser entendida como o “direito ao centro”.

Como estão lutando por participar da vida urbana, da centralidade, pode-se apreender que os movimentos sociais de moradia carregam ideais de cidade que são (re)construídos ao longo do processo, nos encontros, conhecimentos, reconhecimentos e conflitos.

Nas lutas urbanas, atualmente, têm estado muito presentes as demandas simbólicas; mais do que explicitar o conflito entre pobres e ricos, os grupos querem conquistar a

possibilidade de expressão e afirmação de identidades diversas no interior do sistema, o que, no limite, seria capaz de provocar mudanças nos códigos dominantes e nas leis vigentes. A plataforma dessas conquistas não é outra senão a cidade (CARVALHO, s/d, p. 82).

As primeiras ocupações²⁵ de imóveis ociosos em áreas centrais, organizadas por movimentos sociais reivindicando o direito à moradia aconteceram em São Paulo, no final da década de 1990. Segundo

²⁵ Neste livro estamos tratando das ocupações politicamente organizadas onde os ocupantes utilizam o espaço para morar e, ao mesmo tempo, denunciam a especulação imobiliária e a ausência da função social da propriedade. Todavia, é importante notar que, além destas, existem as ocupações realizadas sem uma organização coletiva prévia, na qual o único objetivo das pessoas é conseguir um local para morar (ver item 2.6). Segundo Souza e Teixeira (2009), os ocupantes organizados compreendem esta diferenciação a partir das categorias “ocupação”, utilizada para seus atos, e “invasão” para aqueles sem organização prévia. Entre as ocupações politicamente organizadas, ainda vale diferenciar aquelas que são apenas de denúncia, portanto o grupo conta com o despejo em um curto período de tempo após o ato, e aquelas que querem de fato ficar no local.

Neuhold (2008), inicialmente foram organizadas por movimentos de moradores de cortiços²⁶. As pessoas destes movimentos, em sua maioria, já moravam na região e estavam sendo pressionados, pelos proprietários, por meio dos altos aluguéis a viverem em locais insalubres, e, pelo poder público e empresários, por projetos de “requalificação” do centro. Em seguida, movimentos de sem teto²⁷ e entidades que congregavam diversos movimentos, como a União de Moradia Popular e a Frente de Luta pela Moradia também passaram a protagonizar ocupações de prédios, questionando a política habitacional da cidade, que destinava à baixa renda apenas a periferia. Desta forma, estavam disputando a possibilidade de participação nas discussões dos projetos para a região central, buscando legitimação para a moradia popular no centro.

Neste contexto, os movimentos sem teto passaram a resistir não apenas à violência policial dos despejos, mas também a questionar os argumentos técnicos sobre o alto custo dos terrenos para justificar a habitação popular na periferia. Nos termos de Rancière (2000 apud NEUHOLD, 2008), foi criada a possibilidade de se pensar a *política*, com a explicitação de um conflito sobre questões até então inquestionáveis.

As ocupações dos movimentos sem teto e de moradia têm sido pensadas por alguns autores como Miagusko (2008) e Fernandes (2013) como uma estratégia de “viração” dos hiperprecarizados urbanos. Ambos contextualizam esta perspectiva com as políticas neoliberais da década de 1990 que são cada vez menos universalistas e mais focalizadas em “grupos vulneráveis”, implementando ações pontuais e assistencialistas. Miagusko (2008) desenvolve esta perspectiva e trata as ocupações como uma forma de “gestão de precariedades”. A pers-

²⁶ Até o início da década de 1990 a mobilização dos moradores de cortiços tinha pouca visibilidade e era considerada incipiente e desarticulada (GOHN, 1991 apud NEUHOLD, 2008). Neste período, as organizações populares reivindicando moradia que chamavam mais atenção estavam na periferia de São Paulo. Porém, em 1991, o primeiro movimento popular da cidade de São Paulo em torno da questão dos cortiços foi fundado - a Unificação das Lutas de Cortiços. Possivelmente, foi neste período que houve um deslocamento nas reivindicações dos moradores de cortiços, que passaram a reivindicar o direito à propriedade de terra na área central, além de melhores condições de salubridade (NEUHOLD, 2008).

²⁷ MIAGUSKO (2008) estabelece uma diferença entre os movimentos de moradia, atuantes na década de 1980, e os movimentos sem teto, das ocupações de imóveis vazios nas áreas centrais, a partir do final da década de 1990. Para o autor, a grande diferença entre ambos é que o segundo ocupa o lugar com o objetivo de morar ali e não de reivindicar uma política pública, como outra. A justificativa para esta alteração, em sua perspectiva, é que a base dos movimentos sem teto é mais precarizada e não tem, de fato, onde morar.

pectiva destes autores foi importante para a construção do nosso olhar sobre a Ocupação Manuel Congo, buscando distinguir as práticas e representações das lideranças e dos demais ocupantes.

Embora a Ocupação Manuel Congo (MC), analisada neste livro, seja local de moradia de pessoas com histórias de vida bastante duras e tristes, entendemos que, ocupar o edifício, ou mesmo se mudar para lá após a Ocupação consolidada, foi uma escolha racional dos moradores, considerando seus variados valores e objetivos. Esta afirmativa se baseia no fato de que todos os moradores tinham suas moradias, ainda que fossem de aluguel ou em coabitação com a família; ninguém morava na rua.

O sentido dado à MC pela coordenação do MNLM é fundamentalmente político, como uma forma de questionar as formas de poder que estruturam o espaço urbano. Assim, mais do que alcançar uma moradia, a coordenação do Movimento está questionando as políticas urbanas e habitacionais atuais, impondo a ocupação como uma forma alternativa de acesso à terra em relação aos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida e de outros programas anteriores localizados nas periferias.

1.2 Justificativa para o estudo de caso

A Ocupação Manuel Congo foi escolhida como estudo de caso por que, como outras ocupações de edifícios ociosos, está localizada no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Porém, mais do que no Centro, esta Ocupação está situada na Cinelândia, que é historicamente um centro político da cidade, onde aconteceram algumas das principais manifestações da história do Brasil e onde se encontra a Câmara Municipal do Rio de Janeiro (exatamente ao lado da Ocupação). Esta localização explicita a estratégia de luta espacial do MNLM pelo direito ao centro, pelo direito à cidade, provocando reações violentas por parte do Estado.

Além da localização, outro motivo para a escolha da Manuel Congo foi porque, diferentemente da maioria das ocupações na área central do Rio de Janeiro, ela foi organizada, desde o início por meio da formação das pessoas que ocupariam o prédio, por um movimento social que existe desde 1990. Logo, possui uma história de luta de algumas décadas, e participa, institucionalmente, dos conselhos da política urbana e habitacional nas três esferas de governo.

O terceiro e último motivo para a seleção do caso se deu pelo

projeto político, de associar o campo da reprodução – a luta pela moradia – ao campo da produção²⁸ – a luta pela criação de uma cooperativa multifuncional entre os moradores, que conforme o discurso das lideranças, viabilizaria a sobrevivência no Centro. Porém, além disso, a cooperativa também inaugura uma proposta de outra economia, baseada nos princípios de cooperação e ajuda mútua, diferente da economia de mercado. Embora outras ocupações tenham este projeto, a Manuel Congo foi a única no Rio de Janeiro que conseguiu financiamento²⁹, criando as condições materiais, para a realização do projeto da cooperativa.

Academicamente, imaginamos que este trabalho possa contribuir para o acúmulo de conhecimento sobre as representações sociais de cidade no campo dos movimentos sociais, procurando esclarecer em que medida existe entre as classes populares um projeto para a totalidade da cidade e como ele é construído no cotidiano. Mesmo que esta pesquisa tenha analisado apenas uma ocupação urbana, o universo que abordamos pode ajudar a reconhecer um panorama maior e mais complexo de resistências que se proliferam no cenário urbano.

Politicamente, pretendemos colaborar para o avanço na elaboração consciente de um ideal de cidade por parte dos movimentos sociais de luta pela moradia, demonstrando a importância deste processo para a sua ação. Pensamos que a explicitação deste ideal poderá facilitar o aperfeiçoamento de estratégias para o caminhar em direção a ideais, sempre mutáveis.

1.3 Metodologia

As categorias “projeto de cidade”, “utopia” e “ideal de cidade” são categorias analíticas utilizadas para tentar compreender como se materializaria o “direito à moradia” e a “reforma urbana”, reivindicados pelos entrevistados. As categorias “utopia”, “socialismo” e “direito ao centro” não aparecem nas falas da maioria dos moradores da Ocupação

²⁸ Segundo Harvey (1982), a separação do “mundo da vida” – campo da reprodução- do “mundo do trabalho” – campo da produção- aconteceu no capitalismo industrial, por meio da reorganização do processo de trabalho e pelo advento do sistema fabril. Este produziu valores de uso para o consumo, que atraíram os trabalhadores, como, por exemplo, a casa própria longe dos espaços de produção.

²⁹ O financiamento da Petrobrás arcou com a criação jurídica da cooperativa, cursos profissionalizantes em áreas afins a gastronomia e compra de equipamentos para o restaurante.

Manuel Congo, apenas nas de algumas lideranças que buscam dar um sentido mais amplo às práticas dos ocupantes.

Conforme Sá (1998), o estudo do sistema de representação deve ser verdadeiramente contextualizado, analisando relações intergrupais, referentes às bases sociais, funcionais e econômicas na sua dependência de uma cultura e dinâmica locais, bem como em sua relação com as práticas efetivas. Para isso, é necessário envolver diversos níveis de observação e análise, utilizando técnicas variadas.

Sendo assim, tendo em vista descobrir os projetos de cidade e sociedade dos integrantes e ex-integrantes da Ocupação Manuel Congo, serão apresentados, inicialmente, o espaço onde se encontra a Ocupação, em seguida, o movimento que a organiza, o perfil socioeconômico dos moradores e, finalmente, as trajetórias de vida e as falas dos integrantes. As entrevistas incluíram, para poder contextualizar a fala de cada sujeito, questões sobre seu projeto de cidade, com base em sua prática urbana atual e pretérita, sobre seus sonhos e trajetória de vida pessoal e profissional. Conforme TELLES (2006, p. 15):

“Ao seguir os traçados dos percursos urbanos de indivíduos e famílias, é a própria cidade que vai se perfilando. Não como contexto dado, geral e homogêneo, para situar ‘casos’ e explicá-los em suas determinações. São múltiplos os perfis da cidade que vão se delineando nos contextos variados nos quais se inscrevem os atores e o jogo tenso (e por vezes conflitivo) de suas relações.”

A análise das falas visa a compreender a heterogeneidade dos atores que participam dessa ação coletiva, procurando identificar possíveis influências das condições sociais, econômicas e históricas nos discursos, bem como de uns atores sobre outros, conforme orienta Sá (1998).

Considerando que as duas principais questões da pesquisa são que morar no centro (em oposição à periferia) e participar de um projeto de autogestão (em oposição ao projeto hegemônico, pautado pelo individualismo, heteronomia, competição e consumismo) interferem no projeto de cidade das pessoas, os critérios para selecionar os entrevistados foram: o local onde moravam antes – de modo a se poder comparar o antes e o agora- e a posição na estrutura organizacional do Movimento, uma vez que as lideranças em tese possuem um discurso (e prática) mais próximos do projeto defendido pelo Movimento do que sua base. Além destes dois critérios, também procu-

ramos entrevistar pessoas com níveis de escolaridade variados, para verificar a tese de Bourdieu (2007) sobre o capital cultural da pessoa influenciar no seu campo de possibilidades, logo, suas possíveis apropriações da cidade.

Foram entrevistados, no total, cinco lideranças e oito pessoas da base (entre ocupantes e ex ocupantes) que moravam, antes da Ocupação, no Cantagalo (favela na Zona Sul), Caju (favela na área central), Anchieta (bairro periférico) e em outros municípios do estado do Rio de Janeiro.

Além destes, também foram entrevistadas a arquiteta que assessorou a Manuel Congo inicialmente como voluntária e, depois, como contratada pelo escritório que recebeu o financiamento de assistência técnica, e a presidente do Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ)³⁰ na época em que foi dado início ao processo de financiamento público à Ocupação Manuel Congo, considerada “companheira” pelos militantes. Estas duas últimas entrevistas tiveram o propósito de complementar a história da Ocupação, com outros pontos de vista além do relato dos coordenadores nacionais do Movimento Nacional de Luta pela Moradia no estado do Rio de Janeiro (MNLN-RJ) entrevistados.

Conforme Carlos e Silva (2006), percebe-se uma diferença no exercício da associação e da participação entre as lideranças e a “população”. Enquanto as primeiras possuem vínculos mais pretéritos com as associações e movimentos sociais dos quais fazem parte, o que sugere maior tradição no associativismo, a “população” estabelece vínculos pontuais, para alcançar aquilo que almejam. As autoras demonstram que a “população” atribui um sentido instrumental à participação, relacionada com a solução de problemas da pobreza e da precariedade da vida. Já as lideranças compreendem a participação com um sentido mais amplo, já que possibilitam a fala, o debate, a reivindicação, a proposição, ou seja, como um recurso discursivo para colocar suas ideias, necessidades e aspirações na arena política.

Por isso, as principais entrevistas da pesquisa foram realizadas com Lurdinha Lopes, uma coordenadora nacional do MNLN-RJ, que participa do Movimento desde seus primórdios e coordenou e coordena a Ocupação Manuel Congo, desde a formação das famílias um

³⁰ O ITERJ foi o órgão que deu entrada no processo de financiamento da aquisição e requalificação do imóvel da Ocupação Manuel Congo.

ano antes da ocupação do edifício, até os dias de hoje. Ela atua” na intermediação com o poder público (em suas diversas esferas e órgãos) e na contínua formação política dos moradores. Assim, é importante ressaltar o “protagonismo” de seu discurso, como uma das lideranças mais centrais da Ocupação e também na pesquisa.

Mesmo reconhecendo a maior relevância do discurso da coordenadora, entendemos que a Ocupação tem sentidos diversos para os moradores, por isso foi fundamental realizar entrevistas com outros moradores e, inclusive, com ex moradores, para entender as razões da saída. A partir das falas, concluímos que os discursos e práticas (formação, regras de convivência) das lideranças alteram a “ordem dos fatos” (externo aos indivíduos) e dão novos sentidos para os ocupantes, com intensidades diversas nas transformações.

Sendo assim, um dos pressupostos desta pesquisa é que a Ocupação é formada por famílias com diversos níveis de formação política e que, portanto, há uma tensão permanente entre as lideranças e a base. Conforme categorias de Ostrower (2012), pode-se dizer que o primeiro grupo se vinculou ao projeto em função da luta por “moradia”, caracterizando a Ocupação como, principalmente, um “território político. Já o segundo grupo (da base), se vinculou ao projeto como uma luta por “casa”, encarando a Ocupação, primordialmente, como um “território doméstico”. A luta política da Ocupação é delineada em um cruzamento constante, e por vezes tenso, entre “território doméstico” e “território político”.

Para facilitar a análise dos projetos de cidade e sociedade dos moradores, estabelecemos uma divisão metodológica dos moradores, baseada na classificação de Rosenfield (2004)³¹, no que diz respeito à relação deles com o projeto coletivo da Ocupação, no âmbito do projeto político de reforma urbana. É em relação a este projeto político que se diferenciam as posições e relatos dos moradores em básica-

³¹ Rosenfield (2004) realiza uma pesquisa sobre a constituição de uma cooperativa autogerida a partir da recuperação de uma empresa falida. A autora constrói uma tipologia dos trabalhadores a partir de sua relação com o trabalho autogerido no projeto político-ideológico “cooperativismo autônomo”, com quatro perfis: 1) engajamento – trabalhadores que possuem um projeto político claro e veem na autogestão uma perspectiva revolucionária das relações entre capital e trabalho; 2) adesão – trabalhadores que aderem integral ou parcialmente o projeto de construção de uma cooperativa autônoma, normalmente de maneira mais instrumental, ou seja, como uma forma de gerar renda, do que ideológica; 3) recuo – trabalhadores que resistem a aderir à lógica do cooperado, mantendo uma desconfiança em relação ao projeto, mas que participam por falta de alternativa ou porque querem reaver as dívidas da empresa que faliu; e 4) desvio – críticos ao projeto, pois querem auferir maiores rendimentos econômicos.

mente dois grupos: “militantes” – moradores que já refletiam sobre a questão urbana e atuavam em algum projeto coletivo, mesmo que com graus variados de reflexão - e “não militantes” – moradores que têm na Ocupação Manuel Congo sua primeira experiência de projeto coletivo, por conseguinte, estão ali necessariamente porque foram atraídos pela ideia de conquistar uma moradia. Vale ressaltar que estas categorias não são conceituais, mas processuais, já que as pessoas podem passar de uma categoria para a outra, e vice e versa, ao longo do tempo.

Entre os “não militantes”, existem graus diversos de adesão ao projeto, desde aqueles que se politizaram e aderiram o projeto, conforme se formaram politicamente nas reuniões, oficinas e no cotidiano, passando por aqueles que possuem uma relação instrumental com o projeto, ou seja, resistem a aderir-lo, porém não possuem alternativa de moradia melhor, conseqüentemente permanecem na Ocupação, até aqueles que condenam o projeto e discordam de suas regras e sua operacionalização, chegando ao extremo de terem saído da Ocupação.

1.4 Estrutura

Este livro está estruturado em quatro capítulos: o primeiro, que inclui esta seção, apresenta o objetivo, o objeto, a metodologia e o referencial teórico da pesquisa; o segundo pretende analisar o Centro do Rio de Janeiro, onde a Ocupação Manuel Congo (MC) está inserida, como objeto de disputa ao longo do último século entre o Estado e o capital e as classes populares; o terceiro descreve um histórico dos processos pelos quais a MC passou e seus projetos; e o quarto apresenta as trajetórias dos militantes e não militantes e suas apropriações da cidade.

O segundo capítulo será uma leitura das diversas dimensões do Centro do Rio de Janeiro – econômica, política, cultural e como lugar de moradia. Fizemos a opção por começar a o livro com a apresentação da região onde se encontra a Ocupação, pois entendemos que o espaço é um produto e produtor social e não um meio geográfico passivo ou um meio geométrico vazio; o espaço é político, lugar e objeto das estratégias.

Assim, a proposta do segundo capítulo é compreender como as classes dominantes se utilizam do Centro do Rio de Janeiro para tentar entender, nos capítulos seguintes, as ações da Ocupação Manuel Congo

e as falas de seus moradores frente ao espaço social onde estão inseridos.

O terceiro capítulo tem como objetivo central descrever o histórico da Ocupação Manuel Congo, a partir de seus processos. A Ocupação será descrita extensivamente, inserida nos contextos da política habitacional, dos movimentos sociais nacionais, do MNLM em particular e, ainda mais especificamente, do MNLM no Rio de Janeiro. Este é o movimento que organiza a MC.

Ao longo da história da Ocupação, percebe-se que as contradições do aparelho estatal, como a existência de funcionários militantes, “companheiros”, em alguns órgãos, viabilizam o estabelecimento de parcerias entre o MNLM-RJ e o Estado, ainda que esta relação seja marcada por regras da burocracia estatal, antagônicas aos princípios dos movimentos. Por meio de alianças táticas com o Estado, que também redefinem os projetos e práticas do movimento ao longo do processo, são alcançados alguns avanços na luta.

Na história da Ocupação será descrita desde a formação do grupo que ocupa o atual prédio até os dias de hoje, passando pelas estratégias de mobilização e pelos despejos que o grupo de famílias sofreu, até a organização do cotidiano atual, com assembleias, revezamento de serviços e um projeto de criação de um restaurante no edifício.

Ao final, será apresentado o perfil socioeconômico de seus moradores, sendo realizada uma análise comparativa com o perfil do entorno da MC e de outras ocupações. Os dados socioeconômicos utilizados foram produzidos pela assessoria técnica da Ocupação – Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa (NAPP)³² –, uma organização não governamental (ONG) sem fins lucrativos, no âmbito do cadastro das famílias para a regularização fundiária, exigido pelo ITERJ para dar continuidade ao processo de requalificação do imóvel.

A análise do perfil das famílias que ocuparam inicialmente visa a caracterizar os trabalhadores envolvidos como força de trabalho, como classe social, para melhor analisar as falas de sujeitos políticos. Buscando este objetivo, os dados quantitativos do perfil serão complementados com as trajetórias de vida dos moradores entrevistados, para

³² O NAPP foi criado em 1991 e, desde então, vem prestando assessoria no campo do planejamento urbano e regional, tendo sido a Ocupação Manuel Congo sua primeira experiência com assistência técnica de projeto habitacional. Essa organização se envolveu porque a Ocupação necessitava uma assessoria para realizar os projetos arquitetônicos perante ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FHNIS), ao qual o ITERJ estava solicitando recursos para a requalificação do imóvel onde está situada a Ocupação Manuel Congo.

possibilitar inferências nas suas falas em relação a suas histórias de vida.

No quarto capítulo, se buscará identificar as principais demandas espaciais e processuais dos moradores e lideranças da Manuel Congo, bem como entender como eles se servem de representações do espaço nas lutas territoriais – ideologia/representações sociais.

Com base nos discursos dos entrevistados, analisaremos: *a)* o que o perfil da demanda da Ocupação explica de seu ideal e de sua prática, *b)* o que é valorizado em termos de acessibilidade - o que é perto? O que se entende por moradia digna?, e *c)* quanto a experiência prévia de organização política de cada ator interfere em seu discurso e no dos outros.

Quais são os conflitos entre os ideais? Quanto o ideal de autogestão é coletivo? Quanto os não militantes se apropriaram deste ideal? A autogestão é entendida como solução para a moradia ou como um novo modo de vida? Como o ideal do Movimento está sendo influenciado e influenciando as políticas de Estado? Ao longo deste quarto capítulo, se buscará cotejar o discurso com a prática cotidiana.

2. Centro do Rio de Janeiro: um lugar em disputa

Para compreender a região central, onde a Ocupação está inserida, este capítulo apresentará o distrito³³ do Centro em seus diversos aspectos: político, econômico, cultural e como lugar de moradia. Inicialmente, será exposta uma breve apresentação das disputas pelo uso do Centro ao longo do tempo, mais especificamente desde a Reforma Pereira Passos (1902-1906).

A região central é bastante heterogênea do ponto de vista funcional, socioeconômico e morfológico. O distrito do Centro abrange a Área Central de Negócios (ACN) e as áreas da Cruz Vermelha, Fátima e Lapa, que formam uma zona periférica imediata, com “fluidez de fronteiras” por motivos diversos (RABHA, 2006). A ACN, definida pelo perímetro contido nas Praças XV, Tiradentes, Mauá e Cinelândia, seria um núcleo mais homogêneo, que concentra as funções de centro financeiro, administrativo, comercial e cultural (SILVEIRA, 2004). Para contextualizar os diversos usos da região, focaremos no distrito Centro (Região Administrativa II) e na Região Administrativa Portuária, que é uma de suas adjacências que vem sofrendo muitas ações de “revitalização”, com vistas a mudar sua função.

2.1 Por que a disputa?

O Centro do Rio de Janeiro é uma região com um valor simbólico fundamental para a história do país. O Rio foi a primeira capital do Brasil independente e seu Centro registra marcas, até hoje, do Império e da República, sendo seu valor simbólico e histórico impossível de ser forjado em outras localidades da cidade. Encontra-se permanências

³³ Distrito é a unidade administrativa do município, que, no caso do Rio de Janeiro, também pode ser chamada de Região Administrativa (RA).

e mudanças nas larguras das vias, nos tipos de edificação e em seu próprio uso. O planejamento de uma cidade é sempre uma aposta, um projeto que valoriza/desvaloriza áreas de interesse. Assim, depois de mais de um século de independência, percebe-se que o Centro do Rio foi e é palco de disputas, sofrendo, ciclicamente, períodos de investimento, degradação (na perspectiva das elites) e renovação, quando surgem interessados em lucrar com a (re)produção do espaço.

O surgimento de novas centralidades no Rio de Janeiro, implicou, em certa medida, em um “abandono” do Centro pelas elites. Na década de 1940, o foco dos investimentos estava no litoral da cidade em direção à Zona Sul, para onde a malha urbana se expandia, e na década de 1980, na Barra da Tijuca, que despontou com o Plano Lucio Costa, como o projeto de nova centralidade do Rio de Janeiro.

O processo de expansão das centralidades, dialeticamente, promove a desvalorização dos centros históricos e tradicionais (MONTEIRO, 2011) e oferece oportunidades para que o território do centro seja apropriado, em certa medida, pelas classes populares, tanto para moradia, quanto para trabalho. Ainda, alguns movimentos sociais, conforme destaca Miagusko (2008, p. 134) observam que a condição de “abandono” é favorável para pautar suas lutas e reivindicações “para além da experiência de caridade e de uma população tutelada”. Essa situação não é tolerada pelas elites, que rotulam a apropriação popular do centro como um processo de “degradação” ou “decadência”. Constitui-se deste modo a disputa.

Com a necessidade permanente de expansão do capital, as elites voltam a querer se reapropriar do centro. A iniciativa privada estabelece parcerias com o poder público e são realizados grandes investimentos para a “revitalização”³⁴ da área. Como já apontou Harvey (1980), a cidade se torna um dos principais palcos de acumulação de capital, já que os processos de degradação e requalificação são cíclicos e se retroalimentam, sendo esse um fenômeno intrínseco à lógica do capital.

Porém, o centro nunca foi totalmente “abandonado”. A presença das classes populares e suas reivindicações e a manutenção do valor simbólico e histórico da região (NEUHOLD, 2008) demandam das

³⁴ O termo “revitalização”, como requalificação, reabilitação ou revalorização aparece inicialmente nas cidades norteamericanas nos anos 1970, em uma conjuntura de desindustrialização e consequente diminuição de investimentos em áreas urbanas, gerando a precarização da força de trabalho e uma massa de trabalhadores sem trabalho, fora do mercado (ARANTES, 2000 apud MIAGUSKO, 2008).

elites um esforço para ideologizar a “degradação” como sendo fruto da presença das classes populares.

Segundo Miagusko (2008), o diagnóstico da região central degradada, relegada a uma população “marginal” (camelôs, mendigos, prostitutas, sem teto, menores abandonados e pobres em geral), já embute em si uma solução. Pois, se tornando um espaço reconhecidamente “sem vida”, precisa ser “revitalizado”. “É um duplo movimento: viabilizar o Centro como local de pobreza para devolvê-lo para seu lugar anterior, da riqueza” (MIAGUSKO, 2008, p. 134).

Conforme ressalta Roca (2005 apud MONTEIRO, 2011), esse discurso crítico do uso inadequado do centro, em função da perda de espaço de atividades consideradas mais desejáveis, carrega uma avaliação classista, contaminada por ideologias e preconceitos. Com essa avaliação, o “centro velho” é desqualificado e seus sujeitos são deslegitimados, traduzindo sua carência e pobreza em ausência de história, em benefício de interesses próprios. Villaça (1998 apud BARRÓN TORREZ, 2009) ainda destaca que esse discurso mascara dinâmicas sociais de moradia e lazer popular, trabalho informal, entre outras atividades dos mais desfavorecidos. Por conseguinte, se para o discurso oficial há “decadência” e necessidade de revitalização, há, para outros, vitalidade e efervescência social.

Nesse contexto, o processo de revitalização aciona técnicas de gestão da população, seja de remoção de espaços de moradia ou de repressão de atividades informais. Essas técnicas, implementadas no último século, impingem fatores de hierarquização e segregação, garantindo relações de dominação, que, por sua vez, negligenciam as urgências dos sujeitos populares. Conforme Lefebvre (2004, p. 89):

A grande cidade consagra a desigualdade. Entre a ordem dificilmente suportável e o caos sempre ameaçador, o poder, qualquer que seja – o poder do Estado- sempre escolherá a ordem. [...] No seu âmbito necessariamente se estabelece uma sociedade de massas, o que implica a coação sobre essas massas, portanto a violência e a repressão permanentes.

Nos primeiros anos do século XX, a dinâmica urbana da área central do Rio de Janeiro, sendo ainda a capital do Brasil, revelava contradições com o papel político e econômico da cidade a nível

nacional. Ou seja, era no Rio de Janeiro, mais especificamente no Centro, onde se concentravam as sedes dos poderes institucionais e administrativos do país e, além e por causa disso, a cidade se tornou uma capital de comércio e serviços. Porém, naquela época, além de edifícios da administração pública local e nacional, bancos, empresas e comércios, o Centro também era habitado por muitos trabalhadores, de diferentes rendimentos, desde empresários e funcionários públicos e privados de alto escalão até ex escravos e seus dependentes, que usualmente viviam de biscates, e também pequenos comerciantes, ambulantes, mendigos, prostitutas, trapaceiros, etc. (RAMOS, 2012).

Resumindo, o Centro, ocupado simultaneamente pelas elites e pelos pobres, caracterizado por suas vielas, ruas estreitas, sobrados, cortiços e lojas e permeado por uma sujeira causada pelo lixo acumulado e o esgoto a céu aberto, estes últimos responsáveis pela proliferação de epidemias, estava em completo desacordo com a transição da cidade para a ordem capitalista³⁵.

Assim, foi realizada uma reforma radical na área central, que ficou conhecida como a Reforma Passos, cuja justificativa fundamentou-se na necessidade de modernização do Centro para adequá-lo ao novo momento político e econômico brasileiro e “torn[ar] a capital finalmente uma cidade cosmopolita, pronta a favorecer os investimentos estrangeiros e os novos setores burgueses emergentes com a República” (RODRIGUES, 1998 apud BARRÓN TORREZ, 2009, p. 83).

As ações dessa reforma abrangeram toda a dinâmica socioespacial da cidade, sendo seus eixos principais a questão da funcionalidade, infraestrutura, saneamento (canalização de rios, rede de esgoto, coleta de lixo), uso do solo e estética. Conforme SILVEIRA (2004), essas intervenções, dividiram a área central em duas porções: o distrito central de negócios, localizado basicamente na Avenida Central (atual Rio Branco), e sua zona periférica, expressa, sobretudo, no restante da “cidade velha”.

Paralelamente a estas intervenções na área central, houve, na

³⁵ Para Corrêa (1995, apud MONTEIRO, 2011) a cidade capitalista é caracterizada como um espaço fragmentado, por seus diferentes usos do solo que definem áreas distintas, e articulado; cada parte mantém relações com as outras de acordo com os interesses do capital e do trabalho e o centro historicamente aparece como núcleo desta articulação. Também é reflexo e condicionante da própria sociedade, por traduzir suas lutas de classes e desempenhar um papel importante da reprodução das relações sociais. Portanto, deve ser entendida, ao mesmo tempo, como produto e produtora social.

cidade do Rio de Janeiro, uma expansão da malha urbana, seguindo a Beira Mar e estendendo-se até o “novo bairro na orla marítima” – Copacabana –, formando uma nova área residencial. “Estava aberta uma nova frente de crescimento urbano, uma verdadeira oportunidade para construção do espírito da época sobre um imenso espaço limpo e descomprometido com o passado” (RABHA, 2006, p. 119). O Centro passava a representar a zona privilegiada para diversão, trabalho e *core* da vida política, econômica e social da cidade. A tendência criada para essa região foi a especialização na função comercial, evidenciada na implantação de novas sedes bancárias e de escritórios.

A renovação do Centro também objetivava aumentar o controle político sobre o espaço central, já que essa área era vista pelas elites como potencial para revoltas populares. Para isso, seguindo a ideia da modernização do centro político e econômico, foram realizadas remoções dos pobres e suas atividades cotidianas (moradia, trabalho e lazer), uma vez que sua presença era incompatível com as novas funções definidas para essa área.

Segundo Rabha (2006, p. 122),

a decisão de atacar o Morro do Castelo iria auxiliar ainda mais a diminuição do uso residencial pouco qualificado, caracterizando assim o processo de depuração de usos e classes sociais que deveriam estar no centro da cidade.

Os cortiços, nessa época, estavam localizados principalmente nas freguesias de Santo Cristo e Gamboa, pois eram, como são até hoje, a periferia imediata do Centro. Portanto, com mobilidade e serviços, porém com preços de imóveis mais baratos. Além de espaços de moradia, também foram se transformando, a partir dos interesses políticos e econômicos dominantes, em um problema social a ser sanado (OSTROWER, 2012). Para isso, foi acionado um discurso médico e “objetivo” que classificava as habitações coletivas populares como sujas e perigosas, justificando, inicialmente, sua higienização, e, posteriormente, seu aniquilamento. Segundo Barrón Torrez (2009), após a “cirurgia urbana” foram demolidos cerca de 2.500 imóveis³⁶ ocupados

³⁶ Segundo SILVEIRA (2004), há controvérsias nas informações sobre o total de demolições, havendo pesquisa que aponta aproximadamente 700 prédios e outras que afirmam que esse total chegou a “duas ou três mil casas, muitas com famílias numerosas”.

por cortiços e casas de cômodos, que deram lugar a novas construções, expressando simbolicamente no espaço a classe dominante.

Os cortiços e estalagens foram proibidos de serem reformados e as habitações coletivas foram colocadas na ilegalidade. Embora a intenção do governo fosse transferir os pobres habitantes da área central para vilas operárias, garantindo uma moradia associada à ideia de controle dos trabalhadores (OSTROWER, 2012), na prática, segundo SILVEIRA (2004), o prefeito se limitou à construção de 120 casas nas “sobras dos terrenos”. Dessa forma, esses instrumentos legais contra as habitações populares no Centro, complementados pelas demolições dos imóveis, constituem-se como um dos responsáveis pela formação das primeiras favelas na cidade, por terem se tornado a única alternativa para os pobres que precisavam morar perto do local de trabalho.

Chalhoub (1996 apud MIAGUSKO, 2008) destaca, neste processo de intervenções violentas nos cortiços, a construção das noções de “classes pobres” e “classes perigosas” e a legitimação do discurso racional e “científico”, extrínseco à política, na resolução de conflitos urbanos. Também ressalta a contemporaneidade dessas ações.

Como aponta Miagusko (2008), essas “classes pobres”, vistas como “perigo social”, eram, na visão hegemônica, inúteis para opinar sobre a cidade. Porém, ainda segundo o autor, os conflitos e as disputas pelas centralidades urbanas devem ser vistos como constitutivos da criação, regulação e ocupação destes espaços.

A Reforma Passos também se tornou um marco no que diz respeito à prática do planejamento urbano estatal, exercido de forma autoritária e voltada para atender às necessidades de reprodução e acumulação do capital, deixando a qualidade de vida e a inserção dos trabalhadores na nova dinâmica urbana em segundo plano.

A expansão das linhas férreas foi fundamental para a constituição dos subúrbios e municípios adjacentes ao Rio de Janeiro (que vieram a consolidar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro), pois viabilizaram a instalação de indústrias e moradias populares nestes lugares, em função da possibilidade de transporte de pessoas e mercadorias para a área central do Rio. Enquanto os pobres se instalavam nos subúrbios e nos municípios da Baixada Fluminense por onde as linhas férreas passam, a classe média e as elites iam se consolidando e dominando o Centro a Zona Sul e partes da Zona Norte (Tijuca e Grajaú) – áreas infraestruturadas e com serviços urbanos, inclusive bondes

elétricos. Nota-se também que foram surgindo favelas nestes bairros elitizados (RAMOS, 2012).

Mesmo ocorrendo o espraiamento da cidade pelo território, incorporando áreas rurais no tecido urbano, os dados apresentados por BARRÓN TORREZ (2009) demonstram que no período de 1920 a 1933 a cidade se verticalizou: elevado número de prédios de apartamentos foi construído. Na área central, por outro lado, ocorreu a diminuição de edificações, em razão de sua especialização como zona comercial e das obras de renovação. Se relacionarmos a teoria de Lefebvre (2004; 2008) com a história da cidade do Rio de Janeiro, foi nesse período que surge o fenômeno de explosão-implosão³⁷ – concentração de pessoas, atividades, pensamento e riquezas no Centro, que vinha sendo firmado como centro de poder pelas classes dominantes, e fragmentação da cidade para os subúrbios e periferias, ocupados, principalmente, pelas classes populares.

De 1930 até 1964, ano do golpe que inicia a ditadura militar, o país vivencia profundas transformações políticas, econômicas e sociais que influenciam diretamente a dinâmica do espaço urbano do Rio de Janeiro, culminando na transferência da capital do Brasil, em 1960, para Brasília (RAMOS, 2012). Neste momento, as sedes administrativas e executivas e de órgãos do governo nacional são transferidas para Brasília e o Rio de Janeiro perde a centralidade política do país.

Mais especificamente sobre a dinâmica urbana física, na área central foi realizada mais uma cirurgia urbana, ainda com inspirações Haussmanianas³⁸, que geraram, mais uma vez, demolições de diversos

³⁷ Para Lefebvre (2004), a explosão-implosão acontece na transição da industrialização para o urbano. Entretanto, a sequência temporal do rural, para o industrial para o urbano, de Lefebvre, que foi pensada a partir da França, não se adequa ao caso carioca, pois o urbano já se colocou predominante no momento em que a industrialização estava ganhando força no campo econômico em relação ao modelo agrário exportador.

“Esse espaço urbano é contradição concreta. O estudo de sua lógica e de suas propriedades formais conduz à análise dialética de suas contradições. O centro urbano é preenchido até a saturação; ele apodrece ou explode. [...] Com mais frequência, ele supõe a concentração de *tudo* o que existe no mundo, na natureza, no cosmos: (...) Qualquer ponto *pode* tornar-se o foco, a convergência, o lugar privilegiado. De sorte que todo o espaço urbano carrega em si esse possível-impossível, sua própria negação. De sorte que todo espaço urbano foi, é, e será, *concentrado e poli(multi)êntrico*. A forma do espaço urbano evoca e provoca a concentração e essa dispersão: multidões, acumulações colossais, evacuações, ejeções súbitas” (LEFEBVRE, 2004, p. 46).

³⁸ O Barão Haussman foi quem inaugurou a reforma da cidade nos moldes modernos, em Paris, com o objetivo de viabilizar o controle da cidade, para criar condições para a acumulação do capital e tentar impor o modo de vida burguês. Entre outras ações, Haussman estabeleceu a abertura de grandes vias e a construção de edifícios monumentais. “Os vazios têm um sentido: proclamam alto e forte a glória e o poder do Estado que os arranja, a violência que neles pode se

imóveis, para a construção da Avenida Presidente Vargas (que liga a zona norte à Igreja da Candelária, próxima à Praça XV, onde está a estação das barcas que fazem ligação com Niterói). Contudo, a expectativa de expansão da Área Central de Negócios para este novo eixo, como havia acontecido na Avenida Rio Branco, não se concretizou, em função do redirecionamento dos investimentos imobiliários para os novos subcentros, que estavam crescendo. Além disso, neste período, o Rio de Janeiro também passou por um processo de esvaziamento econômico, no qual atividades industriais migraram para São Paulo, que consolidava sua supremacia econômica nacional. Desta forma, a Avenida Presidente Vargas manteve grandes vazios por muito tempo e a área central passou por um processo de perda de posição relativa, que foi sentida até as décadas de 1980/90 (SILVEIRA, 2004; BARRÓN TORREZ, 2009).

Ainda assim, conforme RAMOS (2012), a geração de empregos, tanto formais como informais, era incomparavelmente maior na região central da cidade (incluindo a Zona Sul), em relação aos subúrbios e periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), que configuravam-se mais como bairros dormitórios. As intervenções públicas e privadas no espaço foram acentuando a dinâmica segregacionista que rege o território da Região Metropolitana do Rio de Janeiro até hoje.

Neste período (1930-1964), houve grande expansão das favelas em áreas próximas ao mercado de trabalho e do sistema de transporte, principalmente nos subúrbios da Leopoldina e Zona Norte e na Zona Sul. A RMRJ apresentava uma crise de habitação, uma vez que surgiram vastos espaços populares sem qualquer infraestrutura urbana, principalmente nas periferias e nas favelas. As ações contra esta crise foram poucas e pontuais, com a construção de alguns conjuntos habitacionais distantes do Centro para a classe trabalhadora (RAMOS, 2012).

Os investimentos estatais na década de 1960 se concentraram no sistema de transporte, redes de energia e obras de drenagem, que

desenrolar” (LEFEBVRE, 2011, p. 23). O autor ainda assinala a contradição do espaço imputada pela reforma Haussmann, pois quer fortalecer o centro urbano político, o centro das decisões, mas, ao mesmo tempo, ela o deteriora, o degrada como centro, no sentido do encontro, conhecimento e reconhecimento de diferentes modos de viver a cidade. As intervenções da reforma são regidas pela ordem da régua, do alinhamento, da perspectiva geométrica. “Uma tal racionalidade só pode emanar de uma instituição. É a mais alta, a instituição suprema, que intervém: o Estado” (LEFEBVRE, 2004, p. 104).

permitiam a incorporação de novos terrenos ao mercado imobiliário. Contudo, estes investimentos ficaram muito aquém das necessárias melhorias nas condições de vida da população (RAMOS, 2012).

Neste contexto, os investimentos no Centro se restringiram cada vez mais à expansão da malha viária e à construção de edifícios comerciais de escritórios, que transformou a região em um grande nó de articulação e passagem na estrutura viária carioca. Isto porque o planejamento priorizou a circulação de longas distâncias e a monofuncionalização da região central (inclusive sancionando um decreto em 1976 que proibia o uso residencial em grande parte do Centro), o que causou a deterioração física de alguns bairros da área central, como o Catumbi e a Cidade Nova, e a estigmatização da região como um espaço de pobreza, violência e insalubridade (MONTEIRO, 2011).

O estímulo do Poder Público à diminuição do uso residencial da região central limitou sua complexidade social, gerando uma desvalorização simbólica e patrimonial. Afinal, à medida que se “perde população, perde-se a conectividade e logo a centralidade” (SILVEIRA, 2004, p. 209). Assim, “o urbanismo modernista “isolou” o centro da cidade das outras funções, além da comercial, e contribuiu para sua imagem de decadência” (BARRÓN TORREZ, 2009, p. 116).

Em meados da década de 1970, se inicia, na área central, um processo de valorização e preservação do patrimônio urbano, de sua estética, história e cultura, por meio do empresariamento das cidades cultivado pelos gestores públicos e privados. Começa-se, também, um lento projeto de “revitalização”, cheio de contradições, conflitos e descontinuidades, com alguns tombamentos, criação de grandes áreas de preservação, como o Corredor Cultural (1979), e construção de prédios envidraçados, com arquitetura pós moderna. Paralelamente, a Barra da Tijuca³⁹, uma área de expansão no litoral, exerceu uma forte atração dos investimentos imobiliários (FERNANDES, 2008).

Segundo Del Rio (1993 apud BARRÓN TORREZ, 2009), o novo modelo urbanístico iniciado na década de 1970 se diferencia tanto dos processos traumáticos de renovação, que implicavam na “destruição”

³⁹ O padrão segregacionista socioespacial, no qual os pobres moram na periferia e os setores médios e de alto status continuam nas áreas centrais e jamais se suburbanizam estava tão consolidado na década de 1980, que quando a ocupação da Barra da Tijuca foi realizada através de autopistas, do automóvel particular, condomínios e *shopping centers*, a maioria dos autores optaram por situá-la dentro do centro, por mais que tal conceituação exigisse a completa deformação de sua localização geográfica inegavelmente suburbana (FERNANDES, 2008).

em busca de um “princípio de ordem”, quanto dos conservacionistas ao extremo, que viam os edifícios como museus e queriam “congelar” as testemunhas históricas. O novo modelo seria um programa de “revitalização”, de forma a viabilizar o sistema econômico, a partir da reutilização do patrimônio existente, buscando melhores respostas socioculturais.

Na década de 1980, com a crise econômica, diversas empresas e indústrias saíram do Rio de Janeiro, bem como alguns órgãos públicos federais (RAMOS, 2012). Essa situação acentuou o desemprego e a desregulamentação trabalhista, que aumentou a precarização do trabalho, a rotatividade no emprego e a informalidade nas atividades econômicas. Paralelamente, o esgotamento da fronteira urbana no município e na RMRJ, evidenciado pelo crescimento populacional nas regiões mais afastadas do Centro do Rio - Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Campo Grande (todas da Zona Oeste) -, e o conseqüente encarecimento da terra urbana resultaram no aumento da favelização e no crescimento da periferia metropolitana (BARREIRA; BOTELHO, 2008).

Como efeito da crise da década de 1980, ao longo dos anos 1990 a informalidade e a pobreza urbana aumentaram, o que levou as elites e a classe média alta a procurar espaços cada vez mais autosssegurados, vigiados e protegidos contra os perigos da cidade, como os condomínios fechados⁴⁰ e os *shopping centers*. Nesse contexto, a noção de violência urbana foi construída socialmente com base na criminalização dos pobres e na detecção da ampliação do tráfico. O Centro, pela falta de investimento público e privado, foi sendo degradado fisicamente e tomado pelas parcelas mais pobres da população (RAMOS, 2012).

Segundo Villaça (1993), o Centro do Rio de Janeiro foi “abandonado” pelas elites principalmente como local de compras, mas se manteve como polo de atividades culturais e de empregos da burguesia, diferentemente do que aconteceu em outras metrópoles brasileiras. Para o autor, a única explicação para a permanência das elites cariocas no Centro do Rio seria a força da tradição. Não obstante, a centralidade política, seja no âmbito jurídico (Fórum), legislativo (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e Câmara Municipal do Rio

⁴⁰ Os condomínios fechados traziam um “novo conceito de moradia”, que está embutido de uma “utopia burguesa”, na qual as classes mais abastadas se isolam dos diferentes, cultivando um espírito de comunidade, que pode ser interpretado, conforme Harvey (2009, p. 223), como um “antídoto para ameaças de desordem social, de luta de classes e de violência revolucionária.” Neste projeto, os conceitos de cidadania e pertinência social são solapados.

de Janeiro), executivo (Prefeitura) e econômica (sedes das empresas públicas e privadas de um grande volume de serviços) permanecem no Centro. Conforme assinala Lefebvre (2008), a crítica à centralidade e o surgimento das redes de centros comerciais legitimam a ideologia neoliberal, ao encobrir as “verdadeiras fortalezas do Estado”.

Logo, conclui-se que a difundida crise do Centro carioca foi menos intensa do que se propagou, ao menos em relação à fuga de trabalhadores, consumidores e investidores, especialmente no entorno da Avenida Rio Branco, *core* da Reforma Pereira Passos.

Uma leitura crítica deste discurso do Centro como espaço “degradado”, “decadente” aponta para a fragilidade de dados. Os únicos fatores que realmente decaíram na década de 1980 foram o investimento imobiliário para uso residencial e o número de habitantes. Além do esvaziamento populacional, alguns indícios que poderiam constituir este estigma são o aspecto físico das edificações (mal conservadas e em parte arruinadas), sendo a Rio Branco uma exceção, e a composição social indesejada de parte de sua população trabalhadora (camelôs, prostitutas, catadores de lixo) e moradora (encortiçados e população de rua). Exemplo disso são as ações repressoras da Prefeitura na administração Marcelo Alencar (1989-1992), Cesar Maia (1993-1996) e Conde (1997-2000), cuja principal bandeira era o combate à “desordem urbana”, principalmente no entorno da Rio Branco, em nome da valorização do espaço público. A Guarda Municipal diversas vezes reprimiu os trabalhadores ambulantes, rompendo com a permissividade dos governos anteriores, assim como a Secretaria Municipal de Assistência Social intensificou suas ações de recolhimento da população de rua. Os mesmos argumentos também embasaram a transferência de pontos finais de ônibus para ruas menos “nobres” da área central (MONTEIRO, 2011).

Desde os anos 2000 (nas duas últimas administrações Cesar Maia - 2001 a 2008), o planejamento urbano se voltou para o planejamento estratégico⁴¹, que, através da gestão empresarial, visa a transformar a

⁴¹ Harvey (1996) identifica diversos motivos para o declínio do planejamento urbano modernista racional e do Estado Nação como planejador e ascensão dos planos estratégicos, elaborados pelas municipalidades. Entre eles estão a crise econômica das sociedades capitalistas na década de 1970, que no Brasil foi na década de 1980, a desindustrialização, o desemprego, a austeridade fiscal, combinados com uma onda de neoconservadorismo e uma valorização da racionalidade de mercado e da privatização. A transferência de poder entre escalas, para o autor, se dá em função do enfraquecimento do Estado-Nação no controle de fluxos monetários internacionais. Foi neste contexto que a Era Cesar Maia reintroduziu os projetos urbanos no plano estratégico, inspirado pelo modelo de Barcelona.

cidade e, mais especificamente o Centro, como “concentrador do velho e do novo”, em mercadoria. A construção dessa imagem da região central como integradora⁴² concretiza-se na relação entre materialização e simbolização, focada em um viés cultural preservacionista, por suas peculiaridades, e no modernizante - “o novo” -, por suas vantagens competitivas em âmbito global (BARRÓN TORREZ, 2009).

O espaço físico das áreas centrais vem sendo alvo de políticas públicas para a “requalificação” com o intuito de atrair capitais nacionais e internacionais que invistam em redes hoteleiras, telecomunicação, infraestrutura para transações financeiras e, também, em transporte, energia e segurança, que seriam fundamentais para preparar a cidade para os mega eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, utilizados como pretexto.

Oferecendo alternativas diferenciais, as áreas centrais atraíram investimentos dos setores imobiliários e de negócios e serviços, levando um novo perfil de demanda para a região (RABHA, 2006). Esse retorno dos investimentos pode ser verificado na busca por compra ou locação de salas no núcleo central para o comércio varejista mais sofisticado. O mercado de escritórios também volta a ver o Centro como sua área preferida. Nas ações da Prefeitura, baseadas na “crise urbana”, o pressuposto é que a dinâmica econômica estimularia o desenvolvimento de uma base material, que estimularia novos padrões de consumo e serviços. Assim, a reorganização do espaço urbano do Centro consolidaria esse processo, tendo as agências multilaterais como parceiras.

Porém, o fenômeno da “reabilitação” do Centro se concentra em áreas pontuais, focadas em seu “potencial de qualidade arquitetônica e de caráter histórico”, como, por exemplo, determinadas ruas da Lapa e da Uruguaiana. Pois, como os “pressupostos destas novas políticas calcadas na nova urbanização” são baseados na “animação urbana”, seus objetivos são modificar a apropriação do espaço central segundo padrão de atividades e segmentos de renda (BARRÓN TORREZ, 2009, p. 126). Logo, as intervenções de requalificação e seus sentidos de gentrificação são questionados, por terem seus objetivos na acumulação de capital (RABHA, 2006). De todo modo, hoje, a área central se “configura espacialmente como um território urbano que abriga múlti-

⁴² Fortalecendo esta imagem, foram elaborados estudos que comprovam a necessidade de ocupar os vazios no tecido urbano consolidado e provido de infraestrutura, buscando assim reverter a expansão descontrolada da metrópole (SILVEIRA, 2004).

plas funções urbanas”, incluindo também a residencial (SILVEIRA, 2004, p. 72).

Para viabilizar a opulência almejada, são realizados despejos e remoções de habitações populares e comércios informais no entorno de todos os projetos. Pois, de acordo com esse discurso, cidade mercadoria e pobreza são incompatíveis. Desta forma, as desigualdades socioespaciais vão sendo aprofundadas cada vez mais, vide, por exemplo, a localização da maioria dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida para a faixa de 0 a 3 salários mínimos, em Santa Cruz, na franja da periferia da cidade.

A concepção de cidade mercadoria pressupõe uma sonhada “ordem” que visa à erradicação da informalidade. Por isso, mais uma vez, as camadas populares estão sendo varridas das centralidades, seja de seus espaços de moradia em ocupações ou favelas, ou em seus trabalhos no mercado informal, através da política municipal chamada “Choque de Ordem”. Atualmente, contudo, diferente das décadas de 1960 e 1970, não há conjuntura política nem recursos para a erradicação das favelas. Portanto, com suas ações disciplinares, a Prefeitura, em parceria com o Governo do Estado, vem “pacificando” as favelas e intervindo com obras que valorizam as áreas, e nas favelas mais centrais, vem acontecendo a chamada “remoção branca”⁴³, processo iniciado na Era Cesar Maia, de 1993 a 2008⁴⁴. Na área central, em nome da ordem, a Era Cesar Maia realizou ações de expulsão dos camelôs e cercamento de praças públicas. No caso das ocupações de sem teto, o projeto é impedir o surgimento de novas e “regularizar” as já existentes, ou, de preferência, erradicá-las (SOUZA; RAMOS; MOREIRA, 2009 apud RAMOS, 2012).

Atualmente, um dos principais projetos da cidade, situado na região central, é o de revitalização da zona portuária, que já existia desde a década de 1980, mas somente agora começou a sair do papel. O projeto “Porto Maravilha” (consórcio entre capital privado e público

⁴³ Os investimentos públicos nas favelas atraem outros investimentos privados e o perfil socioeconômico dos moradores vai sendo alterado, pois as camadas mais pobres vão sendo removidas pelo mercado, em função da valorização dos imóveis, sem nenhum tipo de instrumento político que garanta a permanência dos moradores originais ali.

⁴⁴ Quem governou a cidade de 1997 a 2001 foi o Luiz Paulo Conde, contudo, era a indicação de Cesar Maia e não mudou significativamente sua política.

com investimentos federais, estaduais e municipais⁴⁵) está destinando a maior parte dos imóveis públicos ociosos para a iniciativa privada, contrariando a bandeira de luta dos movimentos sociais urbanos desde o início dos anos 2000 de destinação desses imóveis para habitação popular. Embora a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) tenha criado um Grupo de Trabalho junto aos movimentos sociais para identificação dos imóveis públicos vazios, o governo federal cedeu seus prédios para a Prefeitura utilizar no projeto de revitalização, sem qualquer condicionante para sua finalidade.

A constante disputa entre as elites e as classes populares ao longo do último século demonstram como a apropriação do espaço urbano é um ponto nevrálgico de combate político, um ambiente de disputa e negociações. Conforme Ostrower (2012, p. 46): “O núcleo urbano não cede lugar a uma “realidade” nova e “maquiada”, instalando-se com livre consentimento, mas isso se dá por meio de disputas, conflitos e resistências”.

2.2 Centro econômico

A dinâmica econômica do Centro é marcada pela manutenção de seu protagonismo na cidade como polo de comércio e serviços e relevante dinamismo no que diz respeito ao investimento de capital imobiliário (SILVEIRA, 2004; RABHA, 2006).

A arrecadação de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) demonstra esta vitalidade: entre os anos de 2001 e 2007 houve um acréscimo de 84% da arrecadação da Região Administrativa (RA) Centro. Em valores totais para o ano de 2007, a RA Centro (R\$ 651.373.528,72) arrecadou mais que o dobro do montante da RA Botafogo (R\$ 291.926.067,29), que foi a segunda RA que mais arrecadou o imposto no município. O valor de ISS arrecadado na RA Centro constitui aproximadamente 34% do total do município.

Apesar do propagado “abandono” e das apostas erradas nos projetos de revitalização, a Área Central de Negócios do Rio de Janeiro, localizada no bairro Centro (II RA), ainda é o segundo centro financeiro-empresarial do país, preservando sua condição de núcleo estratégico e multifuncional, caracterizado como destaque nos serviços especiali-

⁴⁵ O “Porto Maravilha” é mais um exemplo de parceria entre o poder público e a iniciativa privada na qual, conforme Harvey (2009), o poder público entra com os riscos e a iniciativa privada fica com os lucros.

zados e principal espaço de consumo da cidade. Na sua heterogeneidade interna, o Centro oferece cultura, comércio, serviços e lazer.

As variações observadas na importância do Centro enquanto principal *locus* econômico da cidade estão relacionadas com a diversificação do mercado consumidor, a gradativa fragmentação do espaço comercial, a descentralização da função financeira e do oferecimento de serviços especializados, a partir da década de 1940 (BARRÓN TORREZ, 2009). Entretanto, conforme destaca Duarte (1974 apud BARRÓN TORREZ, 2009), a expansão do comércio dos subcentros comerciais, como Copacabana, Tijuca, Méier, Madureira e Campo Grande, não impede o desenvolvimento do comércio da área central, embora tenha provocado profundas transformações na sua estrutura comercial, como a popularização e a especialização em determinados produtos.

Além de não impedir o desenvolvimento do comércio no Centro, a expansão metropolitana complexifica a questão da centralidade, conforme assinala Frugoli (1998). A configuração de um contexto multipolar, no qual o centro tradicional passa a competir, principalmente do ponto de vista econômico, com os outros, está diretamente conectada à questão da revitalização urbana das áreas centrais. Isto porque, concomitante à migração das empresas, comércios sofisticados e serviços especializados, há uma mudança na composição social da população (proletarização) que passa a ocupar o núcleo original.

O trabalho informal também possui um relevante papel para a consolidação do Centro como um dos principais polos econômicos da cidade. Os ambulantes estão presentes em toda parte e, conforme PACHECO (1999, p.2), constituem-se em “uma tradição do Rio que remonta aos tempos coloniais”. Apesar das ações de repressão, desde a década de 1980, o mercado informal foi incorporado efetivamente na economia urbana carioca, empregando muitas pessoas desvinculadas de empregos formais.

“Trata-se de um setor que se moderniza internamente em termos de estrutura organizacional, desenvolvendo um modelo de sobrevivência bastante expressivo na economia urbana terciarizada e com ampla repercussão social” (PACHECO, 1999, p. 3).

Em paralelo a muitas políticas de coação ao comércio informal, o Estado procurou regulamentar a atividade através da definição de

horários de funcionamento e de áreas de concentração espalhadas pelo Centro.

O uso pelas camadas mais abastadas da área central do Rio de Janeiro também é confirmado em uma pesquisa sobre os frequentadores dos estabelecimentos comerciais localizados nas imediações da Lapa e Praça Tiradentes, em 2005 (SOLER, 2005 apud MONTEIRO, 2011). Esta revelou que 60% moravam na Zona Sul e 87% tinham ensino médio completo ou curso superior, o que pode ser denominado por “gentrificação de usos” (FRUGOLI JR, 2005 apud MONTEIRO, 2011), que foi gerado pela criação de novos estabelecimentos voltados para um público de maior renda (trabalhadores e turistas), substituindo estabelecimentos tradicionais. Neste caso, todavia, estes resultados demonstram mais a apropriação do espaço por mais um grupo social do que a substituição do público frequentador, pois a população de baixa renda ainda frequenta a Lapa, ainda que em locais mais restritos.

Conforme Barrón Torrez (2009, p. 153),

Recentemente, ocupar os centros históricos tem sido meta de agentes econômicos interessados na “adição de valor de uso e consumo” trazida pela revalorização das áreas centrais das cidades. No caso do Rio de Janeiro, as intervenções governamentais de reabilitação urbana, as modificações na legislação de posturas no uso e ocupação do solo e o incentivo ao uso residencial favoreceram o interesse do setor privado para o espaço central.

É importante ressaltar que, além deste processo de diversificação social, tem ocorrido, simultaneamente, a “precarização” da região, com o aumento do comércio ambulante, da população sem teto e com a deterioração de trechos urbanos mais antigos.

Finalmente, destaca-se que vêm acontecendo “ações recentralizadoras” conduzidas por parcerias público privadas em locais, como, a ACN, a Avenida Chile, a Lapa, a Cinelândia e, sobretudo, a região portuária. Esse processo visa dinamizar ainda mais o Centro a partir da diversificação das funções urbanas previstas para a região (cultura/lazer, econômica e residencial). Conforme RABHA (2006, p. 18):

As antigas áreas centrais oferecem rentabilidade quando se demonstram ricas em funções urbanas, são seguras e bem tratadas do ponto

de vista urbanístico, oferecendo alternativas diferenciais para o investimento comercial e imobiliário em diversos ramos de negócios.

2.3 Centro cultural

O Centro do Rio de Janeiro é a região que mais preserva os edifícios históricos da cidade; constituído por um palimpsesto de épocas, entre antigos casarões, sobrados, prédios cívicos e culturais monumentais, arranha céus modernos e pós modernos, ruas de pedestres com paralelepípedos e grandes avenidas. Acumulando diferentes tempos históricos e intervenções públicas e privadas em sua organização espacial, é possível (re)conhecer um pouco da história do Brasil Colônia, Império e República nessa região.

As posturas municipais de preservação do Centro tiveram seu início em 1978, um pouco antes do surgimento de grupos da sociedade civil voltados para a preservação da memória (SILVEIRA, 2004). Em 1979, foram promulgados decretos para proteção da Cinelândia, Rua Sete de Setembro, Rua da Carioca e Rua República do Paraguai (MOREIRA, 2004 apud MONTEIRO 2011). Porém, para Magalhães (2001 apud BARRÓN TORREZ, 2009, p. 119), a requalificação do Centro efetiva, com base na preservação arquitetônica, “nasceu com a criação do Corredor Cultural”, no início da década de 1980.

O Projeto Corredor Cultural abrange quatro áreas – Lapa-Cinelândia⁴⁶, Largo de São Francisco e imediações, SAARA (Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega) e Praça XV. De acordo com os autores do projeto⁴⁷, essas áreas se caracterizavam como “fronteiras” em relação aos seus usos, ambiências e atividades. Segundo entrevista com Cristina Lodi (apud SILVEIRA, 2004), o Corredor Cultural foi delimitado no encontro dessas quatro áreas com as regiões habitacionais consolidadas. Além disso, desde 2003, produtores culturais e comerciantes da Lapa, Cinelândia e Praça Tiradentes se uniram para discutir os seus problemas e estabelecer vínculos entre essas áreas, que teriam sido fragmentadas na década de 1970.

Esse Projeto antecedeu a institucionalização da temática preservacionista de trechos do tecido urbano através da criação do instrumento

⁴⁶ Onde está situada a Ocupação Manuel Congo.

⁴⁷ Um grupo erudito composto por artistas plásticos, intelectuais, escritores, entre outros, como Artur da Távola, Raquel Rolnik, Sérgio Cabral, etc. (BARRÓN TORREZ, 2009).

da Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC)⁴⁸. Como resultado de seu sucesso, posteriormente, foram decretadas (outras)⁴⁹ APACs na região central (II RA), como o projeto SAGAS (Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro) e a da Cruz Vermelha e adjacências. Ainda na área do Corredor Cultural, foram realizadas outras intervenções de “requalificação” urbana, como o projeto da Praça XV, a “revitalização” do Morro da Conceição⁵⁰, da Praça Tiradentes e seu entorno como espaço de memória da cidade, o projeto do Teleporto, o projeto do Distrito Cultural da Lapa, entre outros. As áreas do Corredor Cultural são delimitadas na Figura 1.

A partir da década de 1990, conforme Silveira (2004), a Prefeitura passou a investir na retomada do “Rio de Janeiro Capital Cultural” – tal como a cidade era conhecida em meados do século XX – consolidando a função cultural da região⁵¹. O marco desse segundo momento da política urbana carioca que promove a “revitalização” do Centro associada à cultura foi o Plano Estratégico da Cidade, em 1995. Este Plano é fundado na ideia de *marketing urbano* e na inserção da cidade no mercado globalizado, através da atração de empreendimentos privados nos setores imobiliário, cultural e de serviços, seguindo a tendência das cidades ocidentais do primeiro mundo.

A cultura representa o

“novo combustível [...] da máquina ideológica acionada pelos que administram tanto a construção física quanto a ideacional dos recursos capazes de impulsionar o desenvolvimento dentro e pelos “lugares” da cidade” (ARANTES, 2002 apud BARRÓN TORREZ, 2009, p. 126).

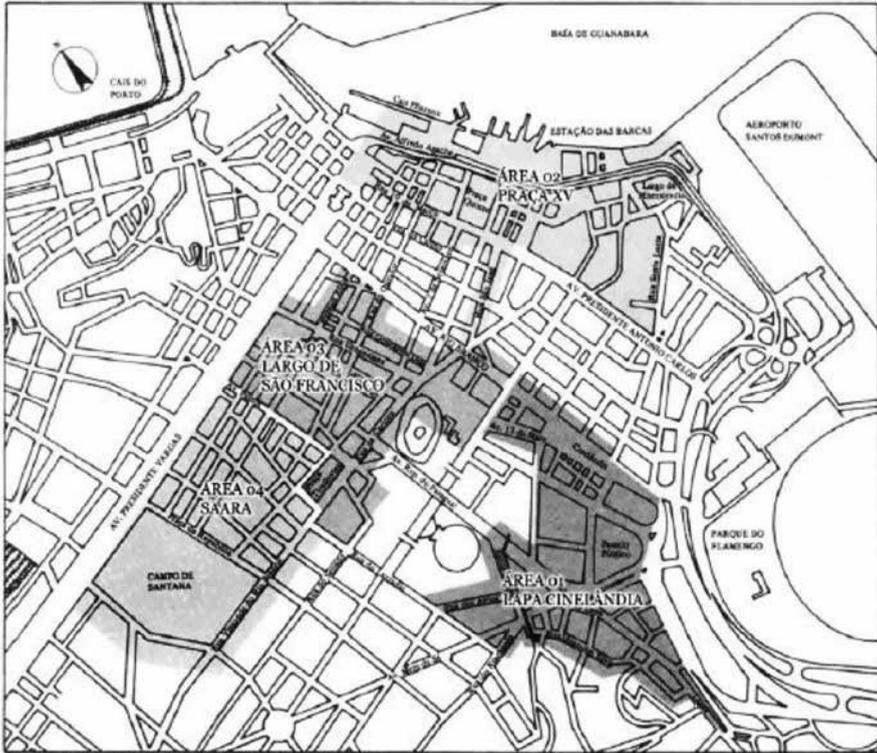
⁴⁸ O Corredor Cultural e as APACs incentivam à preservação e ao uso cultural, por exemplo através da isenção de ISS, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e taxas de obras dos imóveis dos proprietários que façam a restauração de seus imóveis e o mantenham em bom estado. Conforme Pinheiro (2004 apud MONTEIRO, 2011), aproximadamente 800 mil imóveis haviam sido recuperados no Corredor Cultural, número que hoje deve ultrapassar mil, ou seja, em torno de 2/3 dos imóveis preservados.

⁴⁹ Muitos autores consideram o Corredor Cultural a primeira APAC do Rio de Janeiro.

⁵⁰ O projeto de “revitalização” do Morro da Conceição, um espaço remanescente do período colonial, tinha como objetivo atrair turistas para visitação dos marcos históricos localizados no morro, porém, não foi bem sucedido. Ultimamente, tem se observado a transformação de algumas antigas residências em ateliês de artistas plásticos.

⁵¹ O Centro é, hoje, a área que concentra os principais museus da cidade, como o Centro Cultural do Banco do Brasil, o Paço Imperial, a Casa França Brasil e o Centro Cultural do Rio de Janeiro dos Correios, na Praça XV, cujas edificações foram restauradas, o Museu de Arte Moderna, o Museu Nacional de Belas Artes, Museu Histórico Nacional, Centro Municipal de Arte Helio Oiticica, Centro Cultural da Caixa, entre outros.

Figura 1 – Áreas do Corredor Cultural



Fonte: Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou reconstruir o seu imóvel. RIOARTE/IPLANRIO. Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (1985 apud SILVEIRA, 2004).

A novidade não é a colonização da dimensão cultural pelo aspecto econômico, mas o fato da cultura se tornar peça fundamental para a fabricação dos consensos. Assim, sua associação à transformação e à gestão urbana acontece para garantir o clima saudável para os negócios, já que, no capitalismo globalizado, a nova fronteira do dinheiro e das negociações é a imagem (MIAGUSKO, 2008).

No que diz respeito à apropriação cultural dos espaços na região central, destacam-se as rodas de samba ao ar livre na Pedra do Sal, os desfiles de blocos de rua tradicionais, as casas de espetáculos e os clubes tradicionais como Democráticos, Teatro Rival, Circo Voador, Fundação Progresso e Estudantina, entre outros.

A um quarteirão da Ocupação Manuel Congo, está situada a Lapa, conhecida como a região boêmia da cidade. O bairro passou por

uma “revitalização” no início dos anos 2000, quando foram surgindo algumas dezenas de novos bares e casas de show. Além dos locais de diversão privados, acontecem diversas manifestações culturais nas ruas da Lapa, como rodas de jongo, de samba e de capoeira.

Essa apresentação do “centro cultural” se justifica por nossa leitura de cidadania, como a articulação das lutas por direitos específicos com a luta mais ampla pela construção democrática, como uma proposta de sociabilidade, abrangendo as relações sociais como um todo, para além daquela entre o Estado e os indivíduos.

A ênfase nessa dimensão está relacionada com o ordenamento social e autoritário vigente em nossos países, onde ser pobre não significa apenas privação material, econômica, mas também a submissão a regras culturais que expressam uma absoluta falta de reconhecimento dos pobres como sujeitos portadores de direitos (TELLES, 1994 apud DAGNINO et al. 2006, p. 52).

Em suas ações culturais no espaço público, especialmente na produção dos saraus em parceria com a Associação dos Profissionais e Amigos do Funk (APAFUNK), na rua, em frente à Ocupação Manuel Congo, o MNLM-RJ está praticando resistência e se colocando como um sujeito produtor de cultura, disputando a noção de cultura adequada para a área central e afirmando seu direito à cultura.

2.4 Centro político

O Centro do Rio de Janeiro sempre foi sede das instituições político administrativas, desde o Império até os dias de hoje, valendo lembrar que o Rio de Janeiro foi a capital desde 1889 até 1960. A partir de então, houve a criação do estado da Guanabara e posteriormente a fusão com o estado do Rio de Janeiro. As sedes dos poderes legislativo e judiciário se mantiveram no Centro a nível estadual e municipal.

Durante o Estado Novo, época da revolução burguesa, o Estado estabeleceu o ordenamento da Esplanada, criando um “bairro ministerial”, onde foram construídos prédios públicos grandiosos para ministérios, embaixadas e autarquias da administração federal e edifícios de escritórios. A imponência das novas edificações exibiam formas monumentais e simbolizavam o poder do Estado sobre a sociedade (BARROS, 2003 apud BARRÓN TORREZ, 2009).

Apesar do surgimento de outras centralidades a partir da década de 1940, na Zona Sul e na Zona Norte, e nos anos 1980, a Barra da Tijuca, a Prefeitura e o Governo do Estado do Rio de Janeiro sempre optaram por manter seus órgãos político administrativos no Centro do Rio. Mais recentemente, inclusive, tem acontecido um novo movimento de concentração destes órgãos nesta região, por exemplo com a criação de um grande edifício para sediar a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) (que era descentralizada até então) e outro para a inteligência da Polícia Civil.

A concentração de órgãos públicos no Centro do Rio, conjugado ao direcionamento predominante das reivindicações populares ao Estado, torna essa região uma arena de disputa simbólica de poder para as organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais. Por este motivo, o Centro convive, historicamente, com grandes atos e manifestações políticas, tendo sido palco de alguns dos comícios e passeatas mais importantes da história do Brasil, como a passeata dos 100 mil, a campanha das Diretas Já, os Caras Pintadas e as passeatas da “jornada de junho” de 2013. Em comum, todas as manifestações caminharam em direção à Cinelândia.

Diante da grande visibilidade da região central e aproveitando hiatos gerados a partir dos “abandonos” voluntários do Centro pelo capital, os movimentos sociais de moradia e sem teto criam a estratégia de ocupar imóveis vazios na região. Para além de resolver a demanda real da falta de moradias, essa é uma ação política, que problematiza a produção da cidade capitalista, conforme será apresentado no próximo capítulo. A estratégia do MNLM apresentada em junho de 2007, deixa clara esta opção:

Nesta ocupação, que temos na pauta a reabilitação dos prédios vazios no centro das cidades, ajudou a acelerar este processo, criando o grupo de trabalho interministerial [...] a fim de garantir que os prédios públicos desocupados pudessem ser utilizados para moradia popular (MNLM-SM, 2007).

Em função de sua localização, a Ocupação Manuel Congo cumpriu um papel importante nas manifestações da “jornada de junho” como um ponto de abrigo dos manifestantes. Por isso, foi alvo de bombas de gás lacrimogêneo jogadas pelos policiais que reprimiam os atos.

2.5 Centro como lugar de moradia

Complementando a perspectiva da oferta dos equipamentos culturais e comerciais apresentada até aqui, este item abordará o Centro como condição para a reprodução do trabalhador, especificamente enquanto lugar de moradia.

Como já foi mencionado no **Item 2.1**, desde a reforma Pereira Passos, o Estado procurou retirar do Centro sua função residencial, almejando a produção de um centro exclusivamente de negócios e serviços, embasando-se em um discurso de modernização da cidade. Um dos principais marcos desta política foi a promulgação do Decreto Nº 322/76 que proibia o uso residencial na zona comercial do Centro. Na prática, conforme Silveira (2004), essas ações foram um meio para a “depuração socioespacial”. Este Decreto vigorou até 1994, quando se percebeu a necessidade da mescla de funções para a saída da “crise urbana”. Em resposta à “crise” foram propostos o plano para a “revitalização” da Cruz Vermelha e Adjacências (1992) e o Programa Novas Alternativas, programa habitacional lançado em 1996. Contudo, a implementação destas ações não apresentou efeitos significativos.

O cenário de moradia analisado leva em consideração os dados do Censo 2010, portanto, um pouco depois do início dos investimentos públicos e privados que vêm sendo realizados, especialmente, na zona portuária. Assim, o quadro que analisaremos constitui aquele identificado pelas elites e poder público como das “áreas degradadas”, que necessitam “revitalização”.

Na Tabela 1, percebe-se que houve um esvaziamento populacional nas RAs Centro e Portuária entre 1991 e 2000 e recuperação acentuada na década seguinte para a RA Portuária e pequeno aumento para a RA Centro.

Ao analisarmos as tendências no perfil social das duas regiões, conforme Lago e Cardoso (2014), identificamos dois movimentos opostos: “a elitização no Centro e a proletarização nos demais” distritos adjacentes. Conforme podemos observar na Tabela 2 a renda média dos chefes de residência da região portuária caiu de 2000 para 2010. Já no distrito do Centro, houve um aumento da renda média dos chefes de domicílios em todas as situações, valendo destacar essa tendência nos domicílios alugados, pois contrasta com todas as outras RAs da Área de Planejamento 1. Esses dados ratificam a Ocupação como uma contra-tendência à elitização no distrito.

Tabela 1 – População residente, segundo as Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas – 1991/2010

Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas	População Residente		
	1991	2000	2010
Rio de Janeiro	5.480.768	5.857.904	6.320.446
Área de Planejamento 1 ⁵²	306.867	268.280	296.400
I Portuária	44.085	39.973	48.664
II Centro	49.095	39.135	41.142

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 1991 e Base de informações por setor censitário do Censo Demográfico 2000 e 2010. Tabulação: Instituto Pereira Passos/Diretoria de Informações Geográficas (IPP/DIG). Nota: Os dados do Censo 1991 são apresentados segundo a estrutura administrativa vigente em 2000 e foram obtidos através da compatibilização entre os setores censitários.

Tabela 2 – Renda média dos chefes ocupados segundo condição de ocupação do domicílio – em R\$.

Distritos	Próprio quitado		Próprio prestação		Alugado	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
CENTRO	3.256	3.519	3.928	4.038	2.612	2.994
PORTUÁRIA	1.917	1.558	2.504	2.113	2.004	1.580

Fonte: IBGE, Censo 2010 – Cruzamento realizado por Observatório das Metrôpoles.

Carneiro (2001 apud BARRÓN TORREZ, 2009) aponta que a RA Centro possui alta proporção de domicílios não ocupados. Este fenômeno também foi identificado pelos movimentos de moradia, que passaram a exigir a função social da cidade, tendo como uma de suas bandeiras a destinação de imóveis públicos ociosos na área central. Não obstante, uma nova onda de remoções de população pobre do Centro tem sido capitaneada pelo projeto Porto Maravilha, pelas obras de urbanização no Morro da Providência e ampliação do Sambódromo.

O Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro de maio de 2013 apresenta que das 37 comunidades listadas como sujeitas ou submetidas a processos de remoção, dez estavam/estão situadas no Centro do Rio de Janeiro. O número de famílias removidas e ameaçadas pelas intervenções no Centro chegavam a 1.807, 16,5% do total observado na cidade do Rio de Janeiro.

⁵² A Área de Planejamento 1 abrange as seguintes RAs: Centro, Portuária, São Cristóvão, Santa Teresa, Paquetá e Rio Comprido.

Harvey (2008) denomina os processos de remoção como “acumulação por despossessão”, pois envolve a desapropriação de famílias pobres que viveram anos no mesmo lugar para dar lugar a novos projetos de urbanização, que absorvem o excedente de capital⁵³.

Há duas linhas de política pública habitacional para a área central na cidade com financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF), mas que são destinadas à classe média e obtiveram poucos resultados, são: a) Programa Novas Alternativas, destinado à recuperação e “reabilitação” de cortiços e construção de imóveis em vazios urbanos infraestruturados localizados no Centro do Rio, criando edificações de uso misto (residencial e comercial); b) uma linha de desenvolvimento chamada Reabilitação de Centros Históricos.

Embora ao longo do século XX tenha havido diversas tentativas de expulsão do uso residencial no Centro, especialmente da habitação popular, este uso sempre foi reafirmado por grupos sociais diversos, inclusive pela população sem teto, que consegue, no Centro, estar em um local com infraestrutura, serviços e trabalho. Rabha (2006) assinala a invisibilidade dessa população em função dos seus horários invertidos, pois sua chegada acontece com intensidade no fim dos dias, quando “o centro se esvazia”.

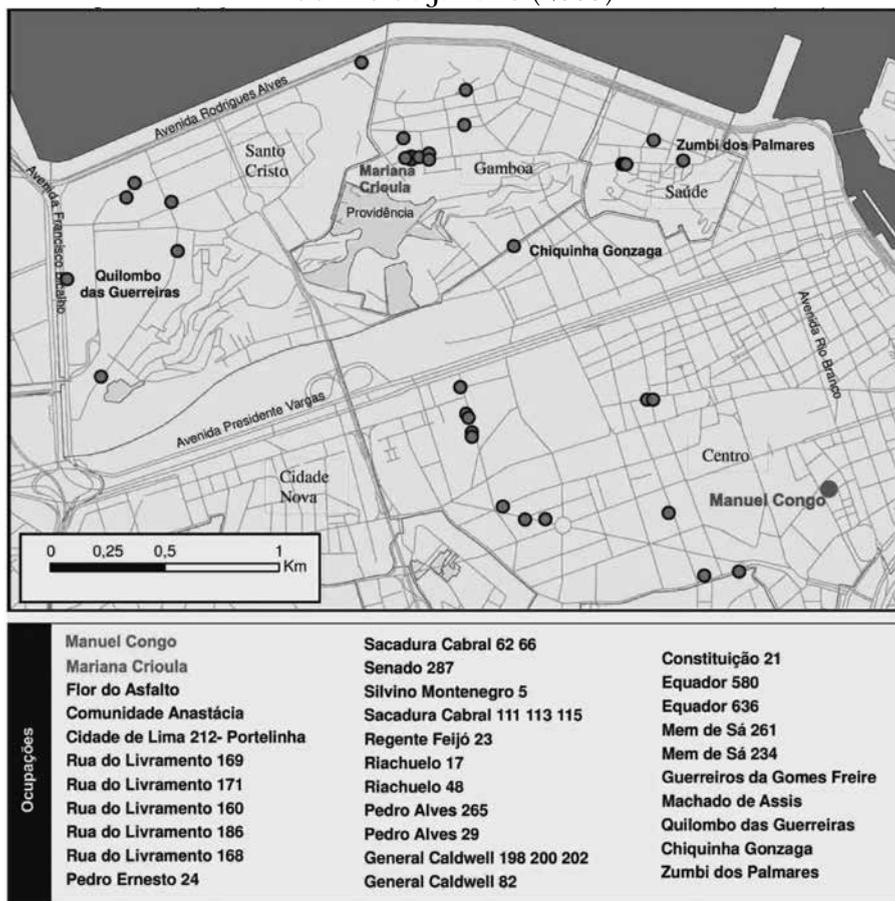
No Centro e na Zona Portuária do Rio de Janeiro há diversos imóveis ocupados informalmente, e de cuja população é difícil obter dados estatísticos regulares produzidos pelo poder público, conforme ressalta Miagusko (2008). A maioria das ocupações de imóveis ociosos nessa região não possui qualquer orientação ou apoio de qualquer tipo de movimento social. Sustentam-se como cortiços, bastante precários e, diferente dos movimentos de moradia e sem teto, não lutam por um projeto de transformação da cidade; estão restritos a resolverem seu problema de falta de moradia, de alguma forma (RAMOS, 2012).

No contexto das ocupações organizadas ou apoiadas por movimentos sociais, além do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, com a Manuel Congo, nota-se a participação da Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST), da União Nacional de Moradia Popular e do

⁵³ Para o autor, este processo é central na urbanização capitalista e vem gerando muitos conflitos. Isto porque além do motivo óbvio, de que as famílias estão sendo obrigadas a saírem de suas casas e deixarem para trás o significado simbólico e emocional, as indenizações propostas têm sido muito baixas, já que cobrem somente as benfeitorias e não o valor da terra. Consequentemente, não garante a compra de outra habitação na mesma região. A alternativa à indenização tem sido o recebimento de uma unidade habitacional através do Programa Minha Casa Minha Vida, que tem a grande maioria de seus condomínios localizada na zona oeste, portanto muito distantes do Centro.

Movimento dos Trabalhadores Desempregados pela Base⁵⁴. Algumas destas ocupações encontram-se espacializadas na Figura 2, estando em destaque as duas organizadas pelo MNLM-RJ na região central.

Figura 2: Ocupações de sem-teto na Área Central da cidade do Rio de Janeiro (2009)



Fonte: Adaptado de RAMOS, 2012, p.350.

As ocupações organizadas⁵⁵, diferentemente das demais, são orientadas por questões políticas e jurídicas, conforme será detalhado

⁵⁴ Atualmente chamado de Movimento Organizações de Base.

⁵⁵ Muitas dessas ocupações surgiram ou passaram a se organizar politicamente a partir de um evento realizado no Circo Voador, em 2006 – Encontro dos Movimentos de Sem-Teto: Ocupando o Circo Voador! Algumas delas ainda existem até hoje e outras já foram despejadas. Segundo RAMOS (2012), as ocupações que sofreram reintegração de posse totalizaram mais de mil famílias perdendo sua moradia.

no Capítulo 3. Como resultado, buscam defender o Centro também como uma área de reprodução do trabalhador. Na Ocupação Manuel Congo, estudo de caso desta pesquisa, essa questão fica evidente, pois acontece a transformação do uso do próprio edifício, de comercial para misto (residencial e comercial).

Conforme ressalta Neuhold (2008, p. 9), essas experiências

[...] talvez possam contribuir para a discussão sobre a cidade como lugar da civilidade, da política e do mundo comum, ou dos seus contrários – as cidades como a impossibilidade da realização da modernidade, como lugar da incivilidade, das dimensões privatizantes.

Em relação ao contexto governamental do período de realização da maior parte dessas ocupações (2008-2011), Cesar Maia e Eduardo Paes, como prefeitos, e Garotinho e Sergio Cabral, como governadores, financiaram constantes ações de controle da ordem pública e limpeza urbana. Neste contexto, a Prefeitura apresentou os maiores desgastes com as camadas de baixa renda.

Explicitando as contradições dentro do próprio aparelho estatal, ainda no período da Era Cesar Maia e Era Garotinho, Noel de Carvalho, Secretário Estadual de Habitação de então, em uma reunião após o despejo das famílias da Ocupação Manuel Congo do Cine Vitória, defende o uso de imóveis vazios no centro para habitação de interesse social:

são muitos os prédios desocupados da Aeronáutica, Prefeitura, Exército, Marinha, INSS, entre outros. O governo federal é o maior latifundiário do Rio de Janeiro. Se adaptarmos essas construções para moradia reabilitamos as áreas centrais de várias cidades, oferecemos casas próximas aos locais de trabalho e preservamos o Patrimônio Histórico (G1 PORTAL DE NOTÍCIAS DO GLOBO, 2007).

2.6 Cinelândia

Reaproximando-nos do cotidiano da Ocupação Manuel Congo, voltamos à micro escala local, com foco na Cinelândia, uma área com um valor político e simbólico relevante, abrangendo o quadrilátero compreendido entre a Avenida Rio Branco, ruas Senador Dantas e Evaristo da Veiga e a Praça Mahatma Gandhi. A Praça Floriano, nome

oficial da Cinelândia, foi inaugurada durante as obras de construção da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco). Ela é circundada por importantes edifícios na história do Brasil, como a Biblioteca Nacional⁵⁶, o Theatro Municipal, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro (Palácio Pedro Ernesto) e o antigo prédio do Supremo Tribunal Federal, conforme se observa na Figura 3.

Figura 3 – Edifícios e espaços públicos no entorno da Ocupação Manuel Congo



Fonte: Adaptado de Google Earth®, imagem de 24/6/2009.

O nome popular da praça – “Cinelândia”- tem origem no projeto de transformação da praça na “Times Square” brasileira do empresário Francisco Serrador, um espanhol radicado no Brasil e proprietário de hotéis, cinemas, teatros e cassinos. A inauguração do projeto se deu com seu primeiro cinema, Cine Capitólio, em 1925. Nos anos 1930, instalaram-se na praça diversos cinemas, teatros, discotecas, bares e restaurantes, tornando-se referência para diversão popular.

⁵⁶ A Biblioteca Nacional data do início do século XIX e é considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo.

Desde que o eixo de diversão, gastronomia e moda se deslocou para a Zona Sul, na segunda metade do século XX, a região da Cinelândia entrou em decadência, pelo fechamento de cinemas, bares, restaurantes e lojas, tendo resistido apenas, entre os mais tradicionais, o cinema Odeon, o bar Amarelinho e o Teatro Rival, além de dois cinemas pornôs, Rex e Orly.

Após um longo período “esquecida” pelos empresários, a Cinelândia tem aparecido constantemente como alvo de investimento da iniciativa privada. Os cinemas Palácio e Plaza foram comprados recentemente para serem reformados. Conforme a matéria da Folha de São Paulo, a região está tão disputada que os compradores não querem ser identificados. “Tentei comprar outro cinema antes, mas ele acabou sendo vendido para outra empresa. Então comprei o Plaza e já submetemos o projeto de reforma à prefeitura”, conta o atual dono do antigo cinema na rua do Passeio” (GRELLET, 2011).

No prédio do Cine Vitória⁵⁷, foi aberta uma Livraria Cultura, que seria acompanhada pela instalação de um polo de comércio e serviços culturais nos demais andares do prédio, que ainda se encontram inutilizados. O hotel Ambassador foi reformado para atender aos empresários. O edifício Francisco Serrador foi completamente remodelado e recebeu até 2013 as empresas do Grupo EBX, do empresário Eike Batista⁵⁸.

O eminente ressurgimento da Cinelândia parece ter despertado o interesse do Estado do Rio de Janeiro, que segundo matérias veiculadas no jornal O Globo (GOULART, 2012a), teria manifestado o interesse, através do governador Sergio Cabral, em vender o Quartel General da Polícia Militar (QG) da rua Evaristo da Veiga⁵⁹. O comprador seria

⁵⁷ Alguns ativistas do MNLN identificam que a transformação do antigo cinema em uma livraria consiste em um desdobramento da ocupação realizada deste prédio pelas famílias que habitam a Ocupação Manuel Congo, uma vez que ele se encontrava abandonado havia mais de 10 anos.

⁵⁸ Após a crise enfrentada pelo Grupo EBX, as empresas não estão mais instaladas neste prédio.

⁵⁹ Apesar do imóvel do quartel não ser tombado, desde que começaram as especulações sobre a venda da área, houve reações contrárias ao projeto, alegando que o QG possui um valor histórico. Conforme matéria do Globo (GOULART, 2012b), em 2008 a Associação de Oficiais Militares Estaduais do Rio de Janeiro encaminhou uma proposta de preservação de todo o imóvel para a Câmara do Rio. O Ministério Público questionou a legalidade da venda, projetos de lei de tombamento do imóvel foram levados à Câmara Municipal e à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e a sociedade civil organizou abaixo assinados contra a mesma. Ademais, em função do imóvel ter sido construído antes de 1938 (mais precisamente inaugurada no Império, em 1889), o novo projeto teria que passar pelo crivo do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e autorizado pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural,

a Petrobrás e a transação imobiliária seria a mais cara já realizada na região: R\$ 336 milhões. Porém, em função de dificuldades no alinhamento das condições de venda entre o Governo do Estado e a Petrobrás, esta desistiu da compra e, posteriormente, após tanta polêmica, o Governo renunciou a ideia de comercializar a área.

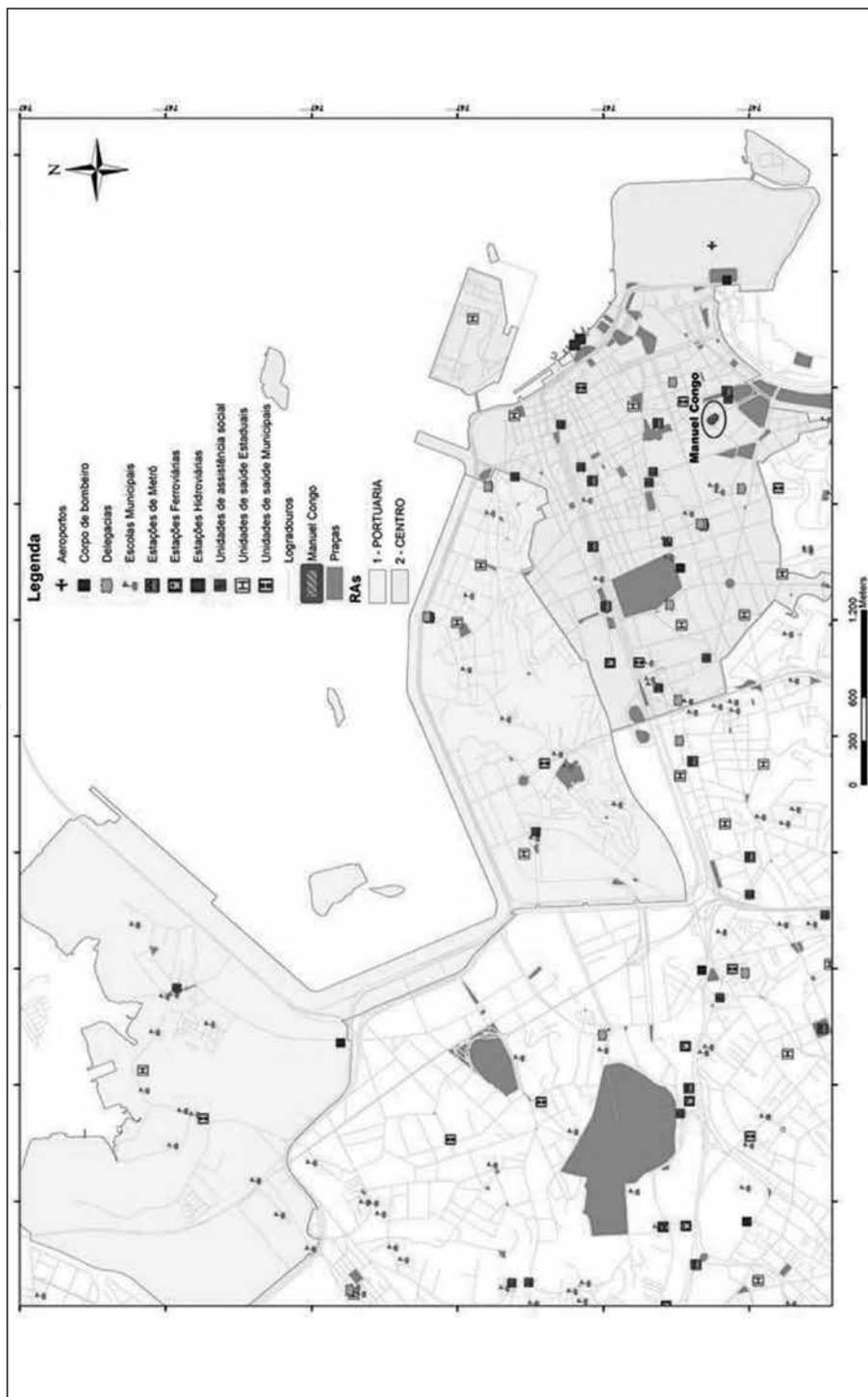
Notadamente voltada para o setor de comércio e serviço, a Cinelândia, conforme se vê na Figura 4, possui em seu entorno todos os serviços necessários à reprodução do trabalhador: escolas, postos de saúde, unidades de assistência social, centros culturais e aparato de segurança pública. Dentre os equipamentos e serviços públicos, apenas creches não foram identificadas na região.

No que diz respeito à acessibilidade, passam pela Cinelândia ônibus para todas as regiões da cidade, assim como para outras cidades da Região Metropolitana. Além disso, está localizada na Cinelândia uma estação de metrô, que se integra às linhas de trem na Central do Brasil.

Mesmo podendo contar com todos os serviços públicos e uma grande oferta de transporte público, a Ocupação Manuel Congo se coloca de forma antagônica à tendência de renovação observada para a Cinelândia. Contudo, considerando a suspensão dos projetos do Eike Batista na Cinelândia e da venda e reforma do QG da Polícia, teria a aposta na “revitalização” da Cinelândia sofrido um retrocesso? Seria esse capaz de criar um hiato de poder que beneficiaria os movimentos sociais na disputa por este território?

já que está dentro de uma APAC.

Figura 4 – Equipamentos públicos na região central e a Ocupação Manuel Congo



Fonte: IPP (2010) e IBGE (2010). Elaborado por Isadora Vida.

3. A Ocupação Manuel Congo

A Ocupação Manuel Congo, organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), existe no atual endereço desde outubro de 2007. O prédio antigo, do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)⁶⁰, que estava abandonado havia 11 anos⁶¹, situa-se na Rua Alcindo Guanabara, nº 20, com entrada também pela Rua Evaristo da Veiga, nº 17, no Centro do Rio de Janeiro, vizinho à Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A acessibilidade da Ocupação é um ponto a se destacar. Está no tradicional centro de comércio e serviços do Rio de Janeiro e, mais especificamente, na centralidade cultural da Cinelândia, que, como vimos no capítulo anterior, abriga teatros, cinemas, museus e escolas. Além disso, é atendida por diversas linhas de ônibus que circulam por grande parte dos bairros do Rio e Grande Rio, além do metrô.

Esta localização foi escolhida, segundo a coordenação do Movimento, como uma forma de contestar as áreas onde o Estado tradicionalmente produz habitação popular, isto é, nas periferias das cidades, onde a infraestrutura e serviços são precários, quando existem. Ocupando um edifício no coração do Centro da cidade do Rio de Janeiro, o Movimento obriga as pessoas que passam por ali, inclusive os próprios vereadores, seus vizinhos, a se depararem com a questão da falta de “moradia digna” para os pobres. Na visão estratégica da coordenação do MNLN-RJ, mais do que acessar uma moradia, essa Ocupação tem um papel político de evidenciar o conflito da desigualdade de acesso à cidade entre os trabalhadores subalternos e as classes média e alta.

⁶⁰ Em 2009 o INSS colocou 200 de seus prédios em leilão, tendo sido alguns deles, inclusive o da Manuel Congo, excluídos do processo, pois seriam destinados ao interesse social, uma vez que já estavam ocupados (VENTURA, 2009).

⁶¹ O imóvel foi cedido para a Justiça Federal em 1990 e foi ocupado, por outro grupo de famílias apoiados pela FIST, pela Federação Anarquista do Rio de Janeiro e pela Frente de Luta Popular, em 2005. Porém, estas foram despejadas na mesma noite do ato de ocupação.

Desta forma, o MNLM-RJ espera que:

com êxito da iniciativa, que pressupõe a interação de trabalho, habitação, cultura e autogestão, empreendidas em ocupações realizadas pela população de menor renda, em imóveis abandonados nas regiões infraestruturadas, apoiadas técnica e financeiramente por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, possa contribuir na construção de uma Política Pública de Habitação de Interesse Social que enfrente a miséria e a exclusão” (NAPP, 2010b, p.10).

O prédio foi construído na década de 1940 e possui dez pavimentos (Figura 5): no primeiro – térreo – há duas lojas, cada uma virada para uma rua (Alcindo Guanabara, onde atualmente existe um restaurante⁶², e Evaristo da Veiga, onde atualmente é um espaço para oficinas e comemorações (Figura 6), mas, após a reforma, será um espaço do projeto de geração de trabalho e renda da Ocupação); o segundo andar é um pavimento com salas grandes, de uso comum, que são atualmente utilizadas para assembleias e reuniões; os sete pavimentos seguintes possuem, cada um, 8 salas comerciais e 4 unidades sanitárias; e no décimo e último pavimento há 2 salões, menores que os do segundo andar, com uma pequena varanda descoberta. Os oito pavimentos superiores serão convertidos em um total de 42 unidades habitacionais, onde morarão as famílias ocupantes (NAPP, 2009a).

Quando o prédio foi ocupado, havia diversos problemas estruturais, como a obstrução das redes de escoamento de esgoto, o entupimento de uma coluna com 18 ramais decorrente da instalação do restaurante Cazuella e bombas hidráulicas elétricas paralisadas. Na busca de obter mínimas condições de habitabilidade e segurança, uma Brigada de Apoio, constituída por ocupantes, encontrou soluções provisórias para alguns destes problemas, como por exemplo a desobstrução da coluna de escoamento sanitário do único lado possível, garantindo o uso de dois banheiros por andar, a interdição e lacre dos 18 banheiros cujo uso se tornou inviável, devido ao estado da segunda coluna, e a proibição do uso de chuveiros elétricos e aparelhos de ar condicionado (NAPP, 2010a).

⁶² Para construir sua cozinha, o restaurante Cazuella invadiu a área térrea do prisma de iluminação e ventilação do prédio e inviabilizou o uso de uma coluna de esgoto do prédio inteiro (NAPP, 2009a).

Figura 5 – Fachada da Ocupação ao lado da vizinha Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ)



Fonte: Acervo do MNLM-RJ, 2012.

Figura 6 – Espaço da loja usado para oficinas



Fonte: Acervo do MNLM-RJ, 2012.

Para além da apropriação material do edifício, as práticas de territorialização do MNLM-RJ na Ocupação abarcam a ressignificação do espaço a partir da produção de símbolos, buscando interferir na maneira como sua identidade espacial é construída e apreendida por outros agentes sociais (SOUZA; TEIXEIRA, 2009). Neste sentido, a Ocupação foi batizada como Centro de Resistência Cultural Manuel Congo em homenagem à luta e à obstinação de um escravo líder quilombola que, junto com Mariana Crioula, uma guerreira na luta pela libertação dos negros, enfrentou o poder dos senhores de engenho no período da economia cafeeira na região sul fluminense.

3.1 O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM)

O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), que organiza a Ocupação Manuel Congo, é um dos quatro movimentos sociais urbanos organizados nacionalmente desde a década de 1980, sendo os outros três a União Nacional de Moradia Popular (UNMP), a Central de Movimentos Populares (CMP) e a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM). A UNMP⁶³, assim como o MNLM, é um movimento de moradia. Esses quatro movimentos têm participado de esferas públicas de negociação no âmbito da política urbana, criadas a partir de 2003, tanto nos Conselhos da Cidade e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) quanto recebendo financiamento pelos programas de habitação direcionados para produção autogestionária.

O MNLM se constituiu a partir das lutas urbanas da década de 1980. Na época, ocorreram diversas ocupações de terra em capitais e cidades médias, fruto do acelerado êxodo rural pelo qual o país passava. Lideranças de movimentos locais que lutavam pela regularização e urbanização dos terrenos ocupados e desenvolviam o debate

⁶³ As articulações para a criação da UNMP se iniciaram em São Paulo, em 1989, a partir da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP). O movimento se consolidou no processo de coleta de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Gestor de Habitação de Interesse Social no Brasil, com a lei 11.124/05. A UNMP atua com uma metodologia baseada nas Comunidades Eclesiais de Base, trazida por indivíduos que formaram grande parte de suas lideranças. Formam-se grupos de base nas regiões metropolitanas, com moradores de favelas, cortiços, loteamentos, sem-teto, para organizar mutirões e ocupações articulados regionalmente, nos principais polos dos estados. Ainda há a instância nacional, da qual participam representantes dos 19 estados brasileiros onde a União atua. A ação deste movimento se dá por vias institucionais, através da negociação e ações propositivas às três esferas do poder público, e através de ações coletivas, como passeatas, caravanas e ocupações.

acerca do direito à terra urbana e à moradia começaram a ter notícias umas das outras e, estimuladas pela Igreja Católica, representada especialmente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), “sentiram a necessidade” de se articular⁶⁴ (DRAGO, 2011; LOPES, 2012).

Neste contexto, lideranças que atuavam em movimentos locais, em capitais e cidades médias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rondônia e Goiânia se encontraram na articulação da Associação Nacional de Solo Urbano (ANSUR) e no Movimento Nacional de Direitos Humanos e desenvolveram os princípios de ação tanto do MNLM quanto da CMP⁶⁵. Entendiam que era importante criar um movimento social de moradia e uma central que unificasse os diversos movimentos populares, já que, segundo a coordenadora nacional do MNLM pelo estado do Rio de Janeiro Lurdinha Lopes (2012), a ANSUR estaria com um perfil mais próximo de assessoria técnica.

Em 1990, em uma reunião realizada na capital do estado de Goiás, no Centro Pastoral da Arquidiocese de Goiânia, o MNLM foi criado (BARROS, 2011) com o lema central de alcançar a “solidariedade pelo espaço urbano”, através da luta pelo direito à cidade, à terra urbana e à moradia (que na época estava focada nas ocupações urbanas e na regularização da posse urbana), em uma “luta orgânica e única em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST)” (MNLM-RS, 2014). Participaram desse Encontro representantes de 13 estados.

Além da terra, o Movimento costuma enfatizar que também luta pela casa, por saneamento, saúde, educação e trabalho (DRAGO, 2011). Desde seus primórdios, já se colocava em pauta a desmercantilização da moradia e a demanda por uma política pública habitacional

⁶⁴ Conforme relatam Beto Aguiar (coordenador nacional do MNLM representante do RS) e Lurdinha Lopes (coordenadora nacional do MNLM representante do RJ), as lutas urbanas, na década de 1970 até meados de 1980, eram muito localizadas. Enquanto o primeiro ajudou a organizar nove ocupações urbanas em Porto Alegre na década de 1980, Lurdinha Lopes atuava na Comissão de Posses Urbanos de Volta Redonda.

⁶⁵ A CMP foi fundada em 1993, como um desdobramento da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), com o objetivo de unificar movimentos populares e ONGs com causas diversas, como de mulheres, negros, indígenas, moradia, cultura, meio ambiente, entre outras, para construir um “projeto político popular para a transformação da sociedade” (DRAGO, 2011, p. 58). Segundo o autor, isto se deu em função de divergências surgidas entre dirigentes sindicais e de movimentos populares e do fato da Central Única dos Trabalhadores (CUT) estar se afirmando como uma organização especificamente sindical. Conforme Gelson Almeida (2013), coordenador nacional do MNLM representante do Rio de Janeiro, basicamente todos que estavam envolvidos na criação da CMP eram militantes do PT.

que incluísse as famílias de baixa renda e buscasse o cumprimento da função social da propriedade.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que institucionalizou uma série de direitos sociais, entre eles a moradia, um dos grandes desafios era concretizar tais conquistas. Junto com outros movimentos sociais urbanos e com o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)⁶⁶, o MNLM participou da coleta de mais de um milhão de assinaturas de apoio ao projeto de emenda popular para a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular. Esta proposta viria a se tornar a primeira lei de iniciativa popular no país, e teve papel fundamental na aprovação do Estatuto da Cidade.

Em meados da década de 1990, conforme Almeida (2013), a atuação no estado do Rio de Janeiro foi restrita, especialmente porque houve uma intervenção do Movimento a nível nacional para afastar um assessor jurídico que também atuava como liderança. No final dos anos 1990, a partir de incentivos políticos e com recursos humanos e financeiros do mandato de Helio Luz (PT), houve uma rearticulação do MNLM-RJ, paralela à rearticulação da CMP-RJ, realizada pelas mesmas pessoas.

Ainda neste período, o MNLM criou uma entidade jurídica – a Sociedade de Apoio à Moradia (SAM) – para viabilizar a arrecadação de fundos com vistas à realização dos encontros nacionais do MNLM, já que, por seu caráter de movimento popular, não possui recursos próprios. Isto permitiu a discussão interestadual do projeto político, das pautas e estratégias do Movimento. Vale notar que o apoio da ala progressista da Igreja Católica (orientada pela teologia da libertação), tanto financeiro como em logística, foi fundamental para a realização dos primeiros encontros.

Nos anos 2000, o MNLM seguiu ativamente participando na concretização de instrumentos jurídico-legais e político-organizativos da luta pela Reforma Urbana no Brasil. O MNLM vem contribuindo

⁶⁶ O FNRU tem origem na articulação das organizações e entidades para elaborar uma proposta de Emenda Popular de Reforma Urbana para a Constituição de 1988, que buscou superar as reivindicações pontuais e propor uma agenda unificada para as cidades (MARICATO, 2011). Um princípio central da reforma urbana é a quebra da lógica da produção da cidade em busca do valor de troca, resgatando seu valor de uso. Hoje, participam deste Fórum movimentos populares, organizações não-governamentais, associações de classe e instituições acadêmicas e de pesquisa. Estas instituições estão organizadas em uma coordenação nacional e fóruns regionais e locais, autônomos entre si, e pautam, junto aos governos, uma plataforma que tem a função social da propriedade e da cidade, a política urbana redistributiva e a gestão democrática e participativa das cidades como princípios (FERREIRA, 2012a).

ativamente para a construção da política e das diretrizes de desenvolvimento urbano: participou da elaboração, preparação e realização da Conferência Nacional das Cidades e de suas etapas estaduais e municipais e, atualmente, faz uso de cinco dos 86 assentos no Conselho das Cidades, por exemplo.

3.1.1 Organização e diversidade internas

Atualmente, o Movimento está organizado em 16 estados da Federação – Amazonas, Pará, Acre, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Tocantins, Paraná, Paraíba e Rio Grande do Sul. De acordo com as regras nacionais do Movimento, cada município elege dois coordenadores e dois suplentes para compor a coordenação estadual. Estes coordenadores são homologados nos Encontros Estaduais, realizados a cada triênio. Nestes Encontros, se elege um coordenador e um suplente para formar a Coordenação Nacional e é nos Encontros Nacionais que o Movimento define suas diretrizes políticas. Em todos os níveis, há espaços de formação, coletivos de gênero, etnia e juventude (NAPP, 2009b).

O método de trabalho e o método decisório são descentralizados, mas estão subordinados à estrutura organizacional do Movimento. Todos os níveis devem seguir as diretrizes políticas gerais do Movimento, mas cada núcleo intramunicipal é autônomo para tomar decisões que não confrontem as pautas nacionais.

O objetivo assumido pelo MNLM em seus discursos é garantir moradia digna em áreas urbanizadas e fomentar o debate sobre a reforma urbana. Para isso, questiona o valor de troca da moradia e da cidade, sinalizando a ausência de políticas fundiárias e de um planejamento que privilegie a habitação de interesse social e a melhoria da qualidade de vida das famílias de baixa renda. Segundo Lopes (2012), o Movimento luta contra a exclusão territorial das classes populares, que só conseguem viver, em função da especulação imobiliária, em periferias ou em áreas de risco na região central. Para a grande maioria, que mora na periferia, há ainda, além da falta de urbanização, o alto preço dos transportes coletivos.

Segundo entrevista com Beto Aguiar⁶⁷ (2011 apud DRAGO, 2011, p. 96), as pautas do MNLM tomaram corpo nacionalmente no Movimento “apenas com a chegada de Lula à presidência”, quando o diálogo com a esfera política se intensificou e as lideranças nacionais passaram a obter maiores resultados. A fala desta liderança evidencia a influência do Estado nas ações dos movimentos, tendo neste caso o governo Lula provocado uma mudança efetiva de escala de ação do MNLM.

Embora o MNLM compartilhe alguns princípios nacionalmente, assim como nos outros movimentos sociais urbanos, ele também possui suas particularidades estaduais, sendo difícil caracterizar um MNLM nacional homogêneo⁶⁸. No Encontro Nacional do MNLM de 2009, ocorrido em Belém, evidenciou-se uma diferença interna importante entre alguns estados no que diz respeito ao objetivo do Movimento.

Enquanto para as representações de São Paulo e de Mato Grosso do Sul o principal mote deve ser conseguir financiamento público para construir casas, para as coordenações do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul é mais importante lutar pela desmercantilização da habitação. Portanto, para estes estados, ainda é fundamental a estratégia de ocupação de terras e imóveis (em oposição ao acesso à terra no mercado), que denuncia o não cumprimento da função social da propriedade e da cidade, além de viabilizar moradias bem localizadas.

Assim, pode-se dizer que “os MNLMs” nestes estados possuem uma estratégia geopolítica baseada nas ocupações de imóveis ociosos nas áreas centrais da cidade, isto é, nas áreas em que o Estado investiu em infraestrutura e serviços públicos e a iniciativa privada em atividades de comércio e serviço. Com as ações de ocupação, além das lutas institucionais, “os MNLMs” se propõem a disputar poder político, econômico e cultural com as classes dominantes, se contrapondo ao sistema de dominação capitalista, por meio de práticas espaciais e de práticas coletivas autogestionárias.

Mesmo entre as coordenações do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, que possuem ideologias semelhantes, há algumas diferenças no que diz respeito à estratégia de atuação. No Rio Grande do Sul, o

⁶⁷ Liderança do MNLM do Rio Grande do Sul que compõe a coordenação nacional.

⁶⁸ Para mostrar que esta não é uma particularidade do MNLM, Ronnie Barbosa, uma liderança goiana da UNMP, sustenta que o movimento por moradia goiano, nos anos 2000, se assemelha a um conjunto de “fragmentos de lutas muito especificadas nas suas necessidades de demanda de sobrevivência cotidiana”. Inexistindo, assim, por entre estes mesmos fragmentos, uma “articulação mais de cidade ou de região e muito menos de Brasil” (BARBOSA, 2011 apud BARROS, 2011, p.161).

MNLM é mais forte em municípios no eixo calçadista do que em Porto Alegre, e existe uma rede de lideranças jovens, além das mais antigas, que fazem a mobilização social. Além disso, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia no estado do Rio Grande do Sul (MNLM-RS) participa da política partidária, articulando a candidatura de vereadores e prefeitos pelo Partido dos Trabalhadores. Desde o primeiro governo Lula (PT), o MNLM-RS passou a ter representações oficiais no poder público, seja por eleição ou por convite para espaços institucionais importantes na “capilarização das pautas do Movimento na sociedade” (DRAGO, 2011, p. 97). Em alguns municípios, estes recursos políticos foram somados à produção de habitações, legitimando ainda mais algumas lideranças.

No Rio de Janeiro a atuação do MNLM-RJ está muito concentrada na capital, mais especificamente na região central, ainda que existam experiências periféricas em outros dois municípios – Volta Redonda e Duque de Caxias⁶⁹. Embora haja coordenadores locais, estas experiências periféricas são coordenadas por lideranças da capital, como, por exemplo, a formação das lideranças de todas as experiências acontece, muitas vezes, no Rio de Janeiro. Não obstante, há uma tentativa de dar mais autonomia às experiências dos outros municípios por parte das lideranças da capital, que está em construção, sendo a Lurdinha Lopes, para Volta Redonda, e o Gelson Almeida, para Duque de Caxias, pessoas ainda muito importantes como referência.

Outra diferença na prática do MNLM nestes dois estados é que no RS os integrantes se assumem claramente como militantes do PT, enquanto no Rio de Janeiro não há uma identificação partidária direta. Exemplo evidente dessa orientação fluminense se encontra no documento que rege as normas de convivência na Ocupação Manuel Congo, que expressamente proíbe manifestações partidárias sem aprovação em assembleia.

Segundo Beto Aguiar (2011 apud DRAGO, 2011, p. 87), “o cooperativismo é uma das bandeiras mais antigas do Movimento”. Conforme esta liderança, o MNLM defende a criação de cooperativas multifuncionais, isto é, que além de habitacionais também abranjam

⁶⁹ No estado do Rio de Janeiro, o MNLM está organizado em quatro municípios – Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Volta Redonda e Petrópolis (menos mobilizado, recentemente). As ocupações autogestionárias existentes são: Manuel Congo, Mariana Crioula e Francisco Eugênio na região central do Rio de Janeiro; 9 de novembro, na periferia de Volta Redonda e Solano Trindade, na periferia de Duque de Caxias.

projetos de geração de “emprego e renda”, bem como viabilizem os encontros das coordenações e grupos temáticos do Movimento.

Além de experiências de moradia por autogestão, o MNLM-RS atua em vilas⁷⁰ somente no campo do trabalho, com cooperativas de costureiras, reciclagem, artesanato, produção de bolachas, serigrafia e padaria. Beto Aguiar interpreta a construção de casas, financiadas pelos programas federais, como iniciativas que “servem para formar comunidades”:

Nós viemos dum processo organizativo que demarca esta visão de autogestão [...]. Então estes processos, tanto do FNHIS quanto do Crédito, potencializam o estímulo à nossa organicidade. Vamos dizer assim, traduzem em concretude as lutas que a gente faz. Mostra pro povo que é possível se organizar, é possível, de forma solidária, coletiva. Então, acho que a grande contribuição que estes programas dão pra nossa luta é a construção de comunidade, de relações diferenciadas, de discussões que muitas vezes passam na transversalidade: como é que a gente lida com a questão da droga, da violência, da relação homem mulher? Encaixado com casa, com a família. Conceitos que o neoliberalismo individualizou (Beto Aguiar apud DRAGO, 2011, p. 96).

Diferentemente do que ocorre no Rio Grande do Sul, o projeto de geração de trabalho e renda do MNLM-RJ está necessariamente associado à conquista de moradias; não existindo ações pautadas exclusivamente no campo do trabalho.

O MNLM-RS apresenta as cooperativas como “o braço jurídico do Movimento”, que acessa o financiamento, gere e realiza a construção das casas, seguindo a orientação política do Movimento, que também é responsável por organizar as famílias. Esta forma de se organizar, afirma Beto Aguiar, demonstra que “o MNLM não é uma construtora” (apud DRAGO, 2011, p. 88), porque separa a parte operacional da construção das unidades habitacionais, através das cooperativas, do movimento social, buscando manter a autonomia das decisões políticas, desvinculadas das questões financeiras da produção habitacional.

No caso do MNLM-RJ, conforme Almeida (2013), coordenador nacional pelo MNLM-RJ, o “braço jurídico” do Movimento em nível estadual é a Associação de Apoio à Moradia, pessoa jurídica consti-

⁷⁰ “Vila” no Rio Grande do Sul é equivalente à favela, no Rio de Janeiro.

tuída e regularizada em fevereiro de 2008, análoga à SAM. É a Associação de Apoio à Moradia que assina o contrato com a CEF para o financiamento das unidades habitacionais e que pode e deve contratar a cooperativa multifuncional do MNLM-RJ para a construção. A cooperativa será apresentada no item 3.4.

3.2 Estratégia de acesso à terra

A principal estratégia de acesso à terra do MNLM-RJ, como já mencionado, é a ocupação de imóveis vazios em áreas centrais e de terrenos que, em sua perspectiva, não cumprem uma função social. Embora uma ocupação só se torne visível no momento em que as famílias entram no edifício ou na terra, o processo de organização anterior a este momento é longo e minucioso.

Um ano antes das famílias ocuparem o prédio, militantes do MNLM-RJ iniciaram um processo de organização de pessoas nos bairros do Caju e Anchieta (que também abrangia moradores de Costa Barros) e na favela do Cantagalo (englobando também residentes das favelas Babilônia e Chapéu Mangueira)⁷¹, cujo objetivo era, conforme Lopes (2012), solucionar sua carência de moradia digna. A mobilização se deu através das redes pessoais de cada militante articulador.

As três áreas (Caju, Cantagalo e Anchieta) foram selecionadas para a organização dos grupos que formariam a Ocupação Manuel Congo em função do local de moradia de pessoas que se conheciam da militância em outros movimentos sociais ou ocupações, conforme será exposto no item 4.1.

A estratégia de formação prévia à ocupação é importante de ser ressaltada, pois a confiança entre as famílias mobilizadas e as lideranças é fundamental para sustentar a formação dos grupos e a esperança em um projeto audacioso de ocupar um prédio vazio no Centro do Rio de Janeiro. Todos sabiam que o Centro não é, em princípio, um bairro residencial nem um bairro das classes populares, portanto estariam preparados para o que seria uma luta difícil.

Almeida (2013), coordenador nacional do MNLM-RJ, enfatiza a importância da formação política antes das famílias participarem de uma ocupação.

⁷¹ Anchieta e Costa Barros são bairros localizados na periferia do Rio de Janeiro, na Zona Norte, Caju na região central (RA Portuária) e Catangalo, Babilônia e Chapeu Mangueira na Zona Sul, próximos ao litoral.

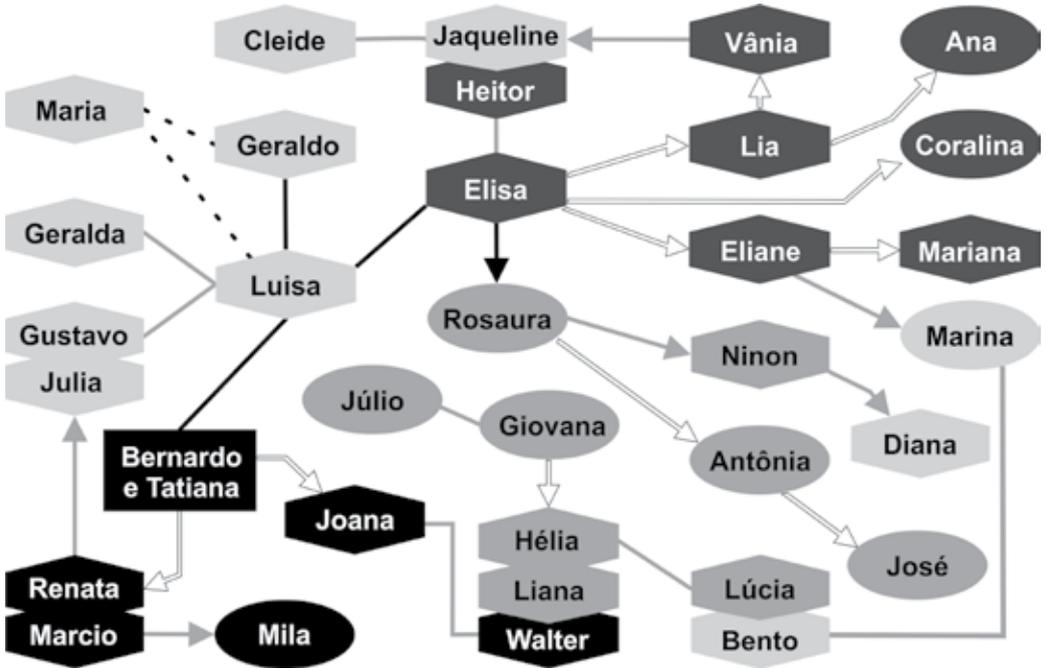
A gente não bota uma plaquinha, “Venham, oferecemos moradia popular, estamos fazendo inscrição”. Então o processo é assim, ganhando lideranças, construindo pessoas, eles entenderem que a luta da moradia é uma luta organizada e a gente está no embate contra a especulação (ALMEIDA, 2013).

Em função das dificuldades, muitas famílias desistiram da Ocupação. Porém, ainda moram famílias que participavam da Ocupação desde o início em metade dos espaços de moradia da Manuel Congo. Além destes, outros espaços de moradia estão ocupados por famílias formadas mais recentemente, fruto de relações entre os próprios ocupantes. Um número menor de espaços foi ocupado por pessoas que passaram a frequentar as reuniões após a consolidação da Manuel Congo.

Conforme a Figura 7, pode-se perceber a origem territorial de alguns dos moradores atuais, bem como suas relações entre si. As linhas pretas (contínuas e pontilhadas) significam relações no âmbito da política, as cinzas, relações familiares, e as brancas com contorno preto, relações pessoais. As setas partem das pessoas que mobilizaram os outros e a linha pontilhada significa uma relação política menos orgânica. Os polígonos pretos contêm pessoas originalmente do Caju, os cinza escuros, do Cantagalo, Babilônia e Chapéu Mangueira, os cinza intermediários, de Anchieta e Costa Barros, e os cinza claros, de outras origens. Os hexágonos envolvem atuais moradores da Manuel Congo, enquanto os ovais apresentam ex-moradores e o retângulo envolve quem nunca morou na Ocupação, mas que está presente na teia pois foi central na mobilização das pessoas

Essa teia de relações busca evidenciar que a mobilização das pessoas para a ocupação foi realizada, principalmente, a partir das redes pessoais e familiares, bem como da escolha política dos três articuladores locais. Portanto, ela se difere substancialmente de outras ocupações que abrigam moradores de rua, atraídos por identificarem a existência da ocupação ao passarem em frente a ela ou por uma “tenda na avenida Presidente Vargas de cadastro”, conforme relatado por Fernandes (2013).

Figura 7 – Teia de relações de alguns membros da Ocupação Manuel Congo



Foram realizadas reuniões semanais nas “comunidades”⁷² e mensais na região central, sobretudo em espaços do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), que era um sindicato mais próximo dos movimentos sociais, com o qual as principais lideranças do MNLM-RJ tinham afinidade política. Estas reuniões visavam a consolidar o grupo, preparar as pessoas para ocupar um prédio vazio e conviver com outras famílias, conforme a coordenação do MNLM-RJ, de forma solidária, por meio de uma formação política com base na ideologia do MNLM. A regra, segundo Lopes (2012), era que as pessoas não podiam faltar três reuniões seguidas, havendo tal tolerância em função do problema financeiro e de disponibilidade de tempo do grupo.

Entre idas e vindas e desistências, nas vésperas da ocupação eram cerca de 130 famílias organizadas, que coabitavam com parentes e/ou viviam de aluguel e/ou em área de risco. Além destas razões, estas

⁷² “Comunidades” é a categoria utilizada pelos entrevistados ao se referirem aos bairros do Caju, Anchieta e à favela do Cantagalo.

famílias, oriundas da periferia e de favelas do Rio de Janeiro, eram motivadas a se organizar para sair de suas habitações em função da violência do tráfico e das milícias (organização criminosa paramilitar).

Paralelamente à organização das famílias, a coordenação do MNLM-RJ identificava prédios abandonados no Centro e levantava suas situações jurídicas. Lurdinha Lopes (2012) lembra que o processo de identificação dos imóveis vazios no Centro do Rio de Janeiro foi na mesma época em que houve uma tentativa nacional por parte dos movimentos sociais urbanos de construir grupos de trabalho para identificação de imóveis junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

A gente tentava fazer a identificação e forçava pra que essa identificação fosse institucional, que tivesse um grupo de trabalho do próprio governo, com os movimentos, fazendo essa identificação... Porque a gente tem uma bandeira de destinação dos imóveis públicos pra habitação de interesse social e a resposta é sempre que o poder público não tem imóvel, não tem terra... tem muito imóvel fechado. A gente não sabia na verdade de quem é, até hoje a gente não sabe, qual a situação de cada imóvel (LOPES, 2012).

A busca por informações sobre os prédios se dava, inicialmente, através da internet e da parceria com o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública e com o Instituto de Terras e Cartografia do Estado Rio de Janeiro (ITERJ). Em seguida, membros do núcleo do MNLM-RJ iam aos cartórios para tentar as certidões referentes aos imóveis identificados. Como as emissões de algumas certidões são caras, o NUTH as providenciava gratuitamente, via Defensoria Pública. Cabe ressaltar que estes órgãos públicos foram parceiros naquela época porque a defensora pública responsável pelo NUTH⁷³ e a presidente do ITERJ eram comprometidas politicamente com a luta pelo direito à moradia, tanto que, depois que estas pessoas deixaram seus cargos, o MNLM-RJ deixou de ter facilidade nestes processos.

Uma terceira frente de ação formada para o planejamento do ato, desde o reconhecimento da área até a ocupação de fato, foi a “brigada de apoio”, com vistas a enfrentar as questões mais práticas relacionadas à ocupação de um prédio. Entre suas atividades estavam

⁷³ Com o aval da defensora, uma militante do MNLM-RJ, que era estagiária do NUTH na época, também agilizava as solicitações do Movimento.

conhecer o local; fazer a vistoria deste e verificar se havia condições e estrutura; monitorar o horário do vigilante do edifício a ser ocupado; pesquisar a melhor forma de entrar no prédio, quebrar o cadeado e abrir a porta para que todas as famílias entrem; pensar na logística do encontro das famílias no dia da ocupação do prédio.

Esta brigada chegou a cronometrar o tempo mínimo necessário para que todas as famílias conseguissem entrar no prédio. Segundo Lopes (2012), uma vez dentro do prédio, ninguém fazia nada sem a autorização desta, nem mesmo os coordenadores do MNLM-RJ. Esta brigada envolvia saberes relacionados à hidráulica, à eletricidade, ao serviço de um vigia noturno e até mesmo de malabarismo, para conseguir entrar no prédio sem escadas.

O planejamento do quanto de água e tipos de alimentos que cada família deveria levar foi realizado pela “comissão de infraestrutura”. Com ajuda financeira dos sindicatos e daqueles membros do grupo que estavam empregados, conseguiram alugar dois ônibus velhos para o dia da ocupação do Cine Vitória (Rua Senador Dantas, 45), primeiro local onde a Manuel Congo se instalou, um mês antes de ocuparem o prédio onde estão atualmente.

Obtiveram êxito e a Ocupação do Cine Vitória durou, desde o momento que abriram sua porta até a última pessoa entrar, cinco minutos. A velocidade era fundamental, pois não podiam ser pegos no ato e o prédio está situado na mesma quadra do QG do Estado do Rio de Janeiro. Foi uma ação simbólica, por ter sido no Dia Internacional de Luta pelo Habitat⁷⁴ e Semana Nacional de Luta pela Reforma Urbana (1/10/2007).

Nos dias em que passaram ali, faziam assembleias diariamente e, em situações mais críticas, até quatro vezes ao dia. Antes de entrarem, já haviam definido algumas questões: a) nas primeiras 70 horas ninguém saíria do prédio, mesmo que perdessem o emprego; b) ainda que a indicação fosse não levar crianças para a ocupação, aquelas que fossem teriam prioridade no caso de racionamento de água e comida, e; c) os tempos que cada um dedicaria ao trabalho coletivo na cozinha, vigilância, infraestrutura, limpeza e outras tarefas necessárias. Embora

⁷⁴ O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos instituiu toda a primeira segunda-feira de outubro como o Dia Mundial do Habitat. Esta data vem sendo comemorada por várias entidades, organizações e movimentos sociais como um dia de manifestações e atos políticos ou ainda como o dia mundial de mobilização contra os despejos forçados.

todos tivessem acordado, estas questões foram difíceis, na prática. O Criarte, espaço voltado para as crianças que existe até hoje, foi criado ainda no Cine Vitoria.

Dois dias depois, um oficial da Justiça foi à Ocupação com uma ordem de despejo. Mas, com o apoio do NUTH e do ITERJ e as negociações com a polícia, as famílias conseguiram permanecer oito dias no prédio e depois foram despejados⁷⁵. Cabe notar que, quando optaram por ocupar uma propriedade particular, a coordenação do MNLN-RJ já sabia que as chances de serem despejados eram altas, uma vez que a desapropriação era pouco provável. Mas, ainda assim, o grupo entendeu que era importante o ato como uma denúncia:

Todo mundo que tava ali dentro estava consciente, de que a gente tinha muita chance de não ficar lá, que a gente tinha que denunciar e que ao ser despejado a gente não podia se dispersar, isso pra gente era condição. (...) nós vamos estabelecer uma jornada, a gente só sossega quando a gente entrar no nosso, pra gente morar (LOPES, 2012).

Conforme Lopes (2012), enquanto estavam no Cine Vitoria houve uma enquete na rádio sobre a posição dos ouvintes em relação ao uso dos imóveis vazios no Centro para habitação popular e a maioria apoiou a ideia; isto, segundo a coordenadora, atraiu o apoio de alguns políticos de esquerda e de artistas. Antes de serem despejados, abriram o prédio para uma sessão pública de cinema com o documentário “Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá”, com a presença do diretor Silvio Tendler. Este foi um ato fundamental para o grupo que já entendia a importância da questão cultural, articulada à moradia e ao trabalho. Neste dia, apoiadores do Movimento também estiveram presentes contando a história da Cinelândia e mostrando imagens daquela região no passado. Desde o início os militantes já pensavam em reservar no edifício espaços para uso comum e espaços de geração de renda, além dos espaços de moradia.

⁷⁵ Um filme foi realizado sobre o tempo que permaneceram no Cine Vitória, as negociações do despejo, a retirada das famílias e os atos que foram feitos em seguida. Este registro costuma ser passado em datas comemorativas da Ocupação (por exemplo nos aniversários da Ocupação) como forma de reforçar a luta de todos os moradores.

A nossa ideia era trabalhar a afirmação das culturas, a sustentabilidade das famílias, a gente sabia que era difícil manter um prédio, a gente sabia que era difícil morar no Centro, a burguesia permitir, os governos permitirem... Então a gente já construía um projeto (LOPES, 2012).

O projeto cultural foi concebido principalmente pela mobilizadora local do Caju, que tinha como sua principal bandeira a questão cultural e sonhava com a possibilidade de os moradores de favela fazerem suas apresentações culturais na Ocupação.

A preocupação dela sempre foi assim: nosso povo tem que conhecer aquelas coisas artísticas que a classe média conhece. Nosso povo não conhece teatro, cinema, e a gente tem que arrancar aquelas cortinas pro nosso povo. E depois que a gente arrancar as cortinas, nosso povo tem que ir pra lá pra poder mostrar a cultura deles, o jeito artístico deles... (LOPES, 2012).

O policial comandante responsável pelo despejo, assim como aquele que negociou o prolongamento da estadia no Cine Vitória, também era evangélico e já tinha sido avisado que aquele era um “povo de Deus”. Por isso, diferenciava o “preto, pobre, favelado” daquelas famílias (LOPES, 2012). Conforme relato da coordenadora nacional, ele falava: “a gente não pode entrar aqui como a gente entra numa favela. Isso aqui são trabalhadores”.

Após o despejo, as famílias saíram amparadas pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), caminhando pelas ruas do Centro e seguiram até a Secretaria Estadual de Habitação para reivindicar uma audiência com o então Secretário Noel de Carvalho. Depois de horas gritando e cantando, ele aceitou receber uma comissão da Ocupação. Na conversa, os representantes do MNLM-RJ pediram que ele ajudasse o ITERJ⁷⁶ a conseguir um prédio para as famílias passarem a noite. Enquanto as famílias estavam acampadas na frente do prédio, recebendo ajuda e comida dos sindicatos e leite dos policiais, o secretário fez várias tentativas. Porém, nenhuma foi bem sucedida, já que não conseguia falar com as pessoas responsáveis pelos imóveis.

⁷⁶ O ITERJ tentava identificar um prédio que pudesse alojar as famílias, mas enfrentava muitos problemas burocráticos, visto que estava isolado politicamente no governo; era o único órgão comprometido com a reforma urbana, baseada na justiça social.

Considerando que seria uma solução provisória, a comissão do governo resolveu fazer uma vistoria nos prédios da rua Regente Feijó junto com um representante do MNLM-RJ. Como os militantes do MNLM-RJ já sabiam que um dos prédios estava ocupado por outras famílias, um coordenador do MNLM-RJ foi a pé verificar o outro número mencionado. A comissão do governo acabou indo somente no imóvel ocupado tentando convencer a coordenadora de que provisoriamente poderiam ficar todos lá. Lopes (2012) afirma que já esperava isso do governo, por isso planejaram sua própria estratégia. Quando todos voltaram da vistoria, o coordenador disse que tinha achado o prédio bom e a comissão do governo, achando que era o imóvel ocupado, ficou satisfeita. A polícia então, mais uma vez, foi acompanhando as famílias no caminho até a Rua Regente Feijó e depois foi dispensada pela coordenação, pois eles se direcionaram para o outro prédio, da Secretaria Estadual da Fazenda, abandonado havia dez anos.

Pouco tempo depois, a polícia chegou para retirá-los dali, inclusive com ordem expressa diretamente do governador Sérgio Cabral. Todavia, segundo Lopes (2012), o comandante geral da polícia se sensibilizou, pois já conhecia o grupo do Cine Vitória, e negociou para as famílias pernoitarem no prédio, de forma que as crianças descansassem e eles pudessem fazer uma sopa para se alimentarem. Conforme entrevista realizada em 2013 com Celia Ravera, a presidente do ITERJ de então, ela foi contatada a noite e acionou o Ministério Público, que alegou ser ilegal despejar crianças na rua durante a madrugada.

Diante da rigidez do governo estadual, na manhã seguinte, um grupo da coordenação do MNLM-RJ foi tentar uma solução junto ao governo federal, na SPU, que estava organizando o grupo de trabalho de identificação de imóveis. O MNLM-RJ apresentou interesse pelo prédio do INSS da rua Alcindo Guanabara, 20, mas disse que aceitaria outro imóvel, provisoriamente. Após muitos telefonemas e apenas uma indicação, de um imóvel da SPU que já estava ocupado por outras famílias, os interlocutores do MNLM-RJ (um grupo composto por parte da coordenação) se encaminharam para o INSS e orientaram que todas as famílias fossem para lá, para pressionar o órgão.

Ao chegarem ao INSS e acamparem em frente ao prédio, as famílias conseguiram através do canal de articulação do Conselho Nacional das Cidades e da Conferência Nacional das Cidades, repre-

sentadas por uma liderança do MNLN, contato direto com o diretor de orçamentos, finanças e logística do INSS de Brasília. Contudo, não conseguiram negociar um abrigo.

Nas semanas seguintes, contaram com abrigos em espaços cedidos por sindicatos e outras ocupações, como a sede da Central Sindical e Popular Conlutas, do SEPE-RJ e a Ocupação Quilombo das Guerreiras, apoiada pela Central de Movimentos Populares (CMP) e pela União Nacional de Moradia Popular (UNMP).

[Ainda que] esta “peregrinação” não apareça nos discursos dos moradores [...] fica estampada em cartazes que são colados nas paredes da sala de reuniões, talvez pelo fato da necessidade de marcar com insistência o esforço e o compromisso com a luta. Como me disse certa vez uma moradora “a dificuldade fortalece o grupo”. Aqui, vale ressaltar que esta *via crucis* não é algo pouco comum nos movimentos de ocupação, mas é um processo que faz parte da construção da resistência (OSTROWER, 2012, p. 61).

Neste período ocorreu a 3ª Conferência Estadual das Cidades e, mesmo sem estarem inscritos, os militantes do MNLN-RJ foram se manifestar. Interromperam a Conferência para expor sua situação e seu interesse pelo prédio do INSS e obtiveram, segundo Lopes (2012), o compromisso do então Ministro das Cidades, Márcio Fortes, a interceder no caso junto ao INSS para tentar viabilizar o prédio.

Nestas semanas, a Brigada de Apoio planejou todo o ato de ocupação do atual endereço da Manuel Congo, testando as ferramentas para quebrar os cadeados, as técnicas para adentrar no prédio, monitorando o cotidiano dos vigias e arquitetando a melhor forma de distribuir as famílias para entrar rapidamente. Esta ocupação foi organizada, conforme Lopes (2012), mesmo o MNLN-RJ sabendo que INSS era famoso entre os movimentos sociais por sua agilidade nas ações de reintegração de posse, tal como ocorrido em 2005, quando houve uma tentativa mal sucedida de ocupação deste mesmo prédio. Nesta ocasião, em poucas horas, um forte aparato policial foi mobilizado em frente ao edifício e, no mesmo dia, o pedido de reintegração de posse do INSS foi julgado e a ordem de despejo executada.

No dia 28 de outubro de 2007, após alguns percalços, 56 famílias entraram, em três minutos, no prédio onde moram atualmente. Neste mesmo dia, foi iniciada a luta institucional pela conquista formal

do direito à moradia. O diretor do INSS contatado pelo Movimento postergou o quanto podia a ação de reintegração de posse, alegando que o INSS não tinha orçamento para viabilizar as condições necessárias para um despejo. Dois dias depois, contudo, a Superintendência Regional do INSS no Rio de Janeiro entrou com uma Ação de Reintegração de Posse⁷⁷.

O MNLM-RJ fez uso do canal institucional da 3ª Conferência Nacional das Cidades, que estava acontecendo (25-29/11/2007) e conseguiu contato com o chefe de gabinete do ministro da Previdência, através do contato do INSS de Brasília e de um contato no Ministério das Cidades. Além disso, segundo Lopes (2012), os quatro movimentos sociais urbanos - UNMP, CMP, MNLM e CONAM - apelaram para o presidente Lula antes da Conferência e apresentaram o caso da Manuel Congo, dizendo que não poderiam começar a Conferência nesta situação, argumentando que eles já vinham, havia muito tempo, pressionando a Presidência para identificar os imóveis vazios e destiná-los para habitação de interesse social. O presidente Lula então, segundo Lopes (2012), abriu a Conferência das Cidades dizendo que não permitiria em seu governo o despejo de famílias, especialmente de imóveis públicos⁷⁸.

Fazendo uso de um espaço de negociação institucional (conselho), os movimentos transformaram a Ocupação num fato político (visibilidade pública). Com o envolvimento e intermediação da Secretaria de Habitação do Ministério das Cidades e do chefe de orçamento e finanças do INSS, que foi respaldado pelo chefe de gabinete do Ministro da Previdência, começou a negociação para que aquele prédio se transformasse em Habitação de Interesse Social. Houve uma intervenção do INSS de Brasília junto ao INSS regional, no Rio de Janeiro, para viabilizar a venda do prédio para este fim e não, como de praxe, para fins comerciais. Segundo Ravera (2013), não havia precedente de um imóvel do INSS ser destinado para habitação de interesse social, o que tornava a luta muito difícil.

Nesse período, o MNLM-RJ junto com o Sindicato dos Arquitetos preencheu uma proposta enquadrando a Ocupação Manuel Congo

⁷⁷ Vale ressaltar aqui a ideia do Estado como um campo de forças, já que no mesmo órgão havia uma força tentando prolongar o tempo de estadia das famílias no prédio, enquanto outra promoveu a Ação de Reintegração de Posse.

⁷⁸ Este discurso, porém, não está disponível na internet.

para aquisição e requalificação do imóvel e o ITERJ a postulou para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), juntamente com outras duas ocupações - Chiquinha Gonzaga, organizada pela CMP, e Matadouro, organizada pela UNMP.⁷⁹ Além desta proposta, o ITERJ também enviou uma segunda proposta para financiamento da assistência técnica da Ocupação Manuel Congo para o FNHIS.

Aplicando estas propostas das três ocupações, o governo do Estado, através do ITERJ, estava se manifestando interessado pela compra do prédio. Contudo, como esse Instituto não tinha recursos em seu orçamento para tal, esta proposta foi mais uma forma de apoiar o movimento social em sua luta e dificultar o despejo do que uma verdadeira intenção de compra, conforme Ravera (2013).

Embora fosse óbvio que os recursos pleiteados ao FNHIS não eram suficientes para as três ocupações, todas as propostas foram aprovadas no Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado Rio de Janeiro (FEHIS-RJ), que passa pelo controle social do Conselho Gestor do FEHIS RJ, seguindo para o FNHIS, no qual também foi aprovado. Mesmo com esta aprovação e com o compromisso político do Ministério da Previdência, a Superintendência do Rio de Janeiro do INSS e a juíza da 14ª vara federal queriam realizar o despejo. A juíza, segundo Lopes (2012), exigia o documento de compra e venda do imóvel e dizia que não tinha recebido um documento de adiantamento da compra que o Ministério da Previdência e o Ministério das Cidades diziam ter enviado.

O despejo estava marcado para às 9h de sexta feira e na noite de quinta o Ministério da Previdência enviou uma cópia do documento para a coordenação do MNLM-RJ por fax e instituiu um advogado da Advocacia-Geral da União (AGU) para requisitar o processo na vara em nome do Movimento. No escritório do vereador Eliomar Coelho, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a coordenadora nacional do MNLM-RJ e uma militante advogada elaboraram as petições solicitadas pelo advogado da AGU, que conseguiu que a juíza liberasse o documento, no horário em que o despejo estava previsto. A oficial de Justiça responsável pelo caso, sabendo dos trâmites, resolveu passar na vara antes de ir cumprir a ordem de despejo e solicitou aos poli-

⁷⁹ Havia um limite de número de propostas e de recurso que o governo do estado podia pedir, por isso a solução foi juntar as três ocupações em uma única proposta de pouco mais de 5 milhões de reais.

ciais que aguardassem sua ordem. Assim, houve tempo para o cancelamento do despejo.

Como as famílias não sabiam se conseguiriam esta vitória por meios institucionais e, conforme Lopes (2012), estavam decididas que ficariam naquele edifício, se prepararam na véspera do despejo para a resistência, planejando o local para abrigar as crianças, colocando madeira nas janelas e comprando bolas de gude. Uma vez que o despejo foi cancelado, as famílias fizeram um churrasco na rua para comemorar a vitória, durante todo o dia.

O dono da padaria vizinha ao edifício, por sua vez, se incomodou profundamente com a festa, alegando, segundo Almeida (2013), que a fumaça estava incomodando seus clientes, chegou inclusive a chamar a polícia. Mas, quando os policiais chegaram e viram que eram “aquelas famílias trabalhadoras”, conhecidas do Cine Vitória, “optaram por não intervir” (ALMEIDA, 2013). Aqui se apresentou um conflito de interesses, em princípio incompatíveis, de projeto para aquela região, bem como um respeito inesperado da Polícia Militar (representando o Estado) com o movimento social, em oposição ao pequeno comerciante.

Este inesperado respeito da polícia com as famílias da Ocupação Manuel Congo se repetiu em alguns momentos de sua história de luta. Houve uma vez, segundo Lopes (2012), em que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro pediu para fechar a rua para os carros para a polícia agir contra a Ocupação, mas, ao ver que eram aquelas famílias, os policiais foram embora sem agir. Horas depois, chegaram policiais de outro batalhão, querendo invadir a Ocupação a qualquer custo, e, com o apoio da Associação Nacional dos Defensores Públicos, de uma liderança da CMP, da presidente do ITERJ e do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL), conseguiram contatar o Comandante geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) que ordenou a saída dos policiais, já que aquela era “uma questão federal”.

3.3 A relação com o Estado (legalidade/financiamento)

Desde o momento da ocupação do prédio do INSS na Rua Alcindo Guanabara, o Ministério das Cidades, o Ministério da Previdência, a Presidência da República e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através do ITERJ e da Secretaria Estadual de Habitação têm se articulado para que a Ocupação Manuel Congo seja regularizada, buscando viabilizar a compra do prédio e sua requalificação, transformando-o em moradia para as famílias ocupantes.

A necessidade do financiamento público para a reforma autogerida relativiza a ideia de autonomia dos movimentos que lutam pela autogestão, pois a reforma, que ainda está acontecendo fica condicionada pelos tempos do Estado, seguindo uma lógica à qual os movimentos de moradia têm que se submeter (MIAGUSKO, 2008). De acordo com o autor, o valor do tempo de espera dos trâmites burocráticos estatais deveria ser computado no cálculo do valor da unidade habitacional.

Como mencionado, em novembro de 2007, o ITERJ encaminhou uma carta consulta ao FNHIS, na linha “Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social”, para a aquisição do imóvel e sua requalificação através dos Projetos de Assistência Técnica Coletiva e Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária.

O FNHIS foi resultado de muita luta dos movimentos sociais urbanos e sua criação foi reconhecida como uma grande vitória. O momento em que as propostas referentes à Manuel Congo e às outras duas ocupações no Rio de Janeiro foram enviadas foi “o momento de glória do FNHIS” (LOPES, 2012), pois antes disto este fundo não tinha verba e depois também não teve. Assim vejamos.

A luta pela criação do FNHIS e seu posterior esvaziamento são fundamentais para compreender as estratégias posteriores do MNLM. Como vimos, este movimento (bem como os outros movimentos sociais urbanos organizados nacionalmente) é muito diverso internamente a nível nacional. Por isso, é necessário fazer um breve quadro da política de habitação popular com a chegada do PT ao governo, para situar as estratégias do MNLM-RJ e, mais particularmente a MC, em uma linha de ação específica do MNLM.

Desde fins dos anos 1980, os quatro movimentos sociais urbanos organizados nacionalmente – MNLM, UNMP, CONAM e CMP - fazem

jornadas e propõem agendas pelo direito à moradia no centro (FASE, 2007; RAMALHO, 2008) e por um fundo com verba pública para financiamento habitacional com participação dos movimentos no conselho gestor. A reivindicação pela moradia no centro se baseia no pleno acesso à cidade, o que supõe o cumprimento da função social da propriedade. Como as áreas centrais estão, geralmente, entre as mais valorizadas pelo mercado imobiliário, são inacessíveis às pessoas de baixa renda via mercado, sendo necessária uma política fundiária para transformar o cenário urbano.

Em resposta às demandas dos movimentos, foram criados, em âmbito federal⁸⁰, em 2004, o Programa Crédito Solidário e, em 2005, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), pela lei 11.124/2005. O objetivo do Sistema é articular as ações da política habitacional nos três níveis de governo e para isso se cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), que englobaria todos os recursos existentes voltados para habitação popular.

O repasse dos recursos destinados à habitação de interesse social, com controle social, deveria acontecer a partir do FNHIS, através do sistema de fundos e conselhos municipais e estaduais. O FNHIS e os fundos de habitação de interesse social estaduais e municipais são regidos pelo princípio do controle social, já que sua estrutura é formada por conselhos compostos por representantes do Estado e da sociedade civil, como o Conselho Gestor do FNHIS e o ConCidades, nos quais os quatro movimentos nacionais têm assento. Assim, os movimentos sociais urbanos apostavam numa esfera de negociação e embate em torno dos critérios de distribuição do orçamento para habitação, conseqüentemente, da produção da cidade.

O SNHIS era uma reivindicação dos movimentos, acadêmicos, ONGs e associações de classe, tendo sido fruto do primeiro projeto de lei de iniciativa popular (1991), assinado por um milhão de pessoas. Este projeto de lei pleiteava o fim da pulverização por diversos órgãos e programas de urbanização de assentamentos precários e produção habitacional de baixa renda e a criação de um sistema que coordenasse a aplicação dos recursos.

Segundo Ferreira (2012a), este longo processo manteve os movimentos de moradia unificados e articulados com o movimento de

⁸⁰ No âmbito municipal o governo Erundina já havia implementado mutirões para a produção de habitação em São Paulo.

reforma urbana, propiciando avanços em propostas para políticas urbanas e de habitação.

Sujeitos políticos que contribuíram para a formulação da proposta do Fundo Nacional de Moradia Popular integraram a equipe que formulou, entre 1992 e 2000, o projeto Moradia, que seria a base do programa urbano a ser executado pelo governo Lula, eleito em 2003 (FERREIRA, 2012a, p. 6).

No entanto, só em 2008 foram alocadas verbas no FNHIS. Foi, então, lançada a Ação de Apoio à Produção Social da Moradia, que utilizaria os recursos do Fundo para produzir habitação de interesse social. Além da demora para alocação de verba no Fundo, esta Ação funcionou por um período muito curto, pois o governo federal, já em 2007, lançou o PAC Urbanização de Assentamentos Precários, desvinculado do FNHIS.

Conforme CARDOSO et al (2011, p. 5):

os [recursos] do PAC não estavam atrelados a quaisquer mecanismos de controle social ou a critérios institucionais de redistribuição, sendo a sua alocação prerrogativa exclusiva da Casa Civil da Presidência da República.

Naturalmente, isto frustrou os movimentos sociais. Os contratos da Ocupação Manuel Congo são dos poucos que restaram com recursos do PAC no FNHIS.

Mesmo sendo uma exceção, o tempo entre as propostas referentes à Ocupação Manuel Congo serem aprovadas e o contrato ser assinado foi muito extenso, em função de uma série de empecilhos burocráticos que o MNLM-RJ, junto com o ITERJ, teve que enfrentar e está enfrentando até hoje. A primeira questão foi relativa à diferença de tempos, trâmites e recursos das duas propostas enviadas – assistência técnica e aquisição e requalificação-, que de acordo com a legislação vigente tinham que ser separadas. Entretanto, os processos necessariamente deveriam caminhar paralelamente, para fazer sentido na prática. Mesmo com o esforço de articulação do MNLM-RJ, isto não aconteceu.

Em janeiro de 2008 as duas propostas foram aprovadas pelo Conselho Gestor do FNHIS. Porém, para a licitação da assistência

técnica ser publicada, a Caixa Econômica Federal (CEF) fez uma série de exigências, sendo a principal delas um estudo de viabilidade com um plano de trabalho para que a CEF pudesse fazer o empenho para contratar uma proposta passível de ser executada. Além de ser necessário um saber técnico para realizar o estudo de viabilidade, para o qual não havia recursos, nem o Movimento, nem o ITERJ sabiam fazer o “plano de trabalho” exigido, em função do desconhecimento das normativas e de suas constantes alterações. Estas modificações nas normativas, que não são indicadas pela CEF ao Movimento, tendem a parecer que é mais uma forma de dificultar a reforma de uma ocupação na área central, por um movimento social.

Neste processo, levaram-se meses para a CEF fazer um contrato com o ITERJ, de modo que este pudesse acessar a verba para a aquisição e requalificação do prédio e fazer a licitação da assistência técnica. Mais alguns meses se passaram para o MNLM-RJ conseguir um arquiteto voluntário para fazer o estudo de viabilidade, que envolveria definir o número de unidades passíveis de serem construídas e adequar o projeto no recurso previamente aprovado pelo FNHIS. Quem começou a fazer este estudo foi o filho da presidente do ITERJ, que é arquiteto, mas quem o desenvolveu e finalizou foi uma estudante de graduação de arquitetura da UFF. Ela encarou este trabalho como seu Trabalho Final de Graduação (TFG)⁸¹.

Outra etapa do processo foi o momento de encontrar profissionais interessados e autorizados a participar da licitação do ITERJ para assistência técnica (projetos arquitetônicos e mobilização e organização comunitária). Para evitar que entrasse uma empresa que desconhecesse a luta daquelas famílias, o MNLM-RJ buscou organizações que tradicionalmente militam pela questão urbana, como a Fundação Bento Rubião e o Núcleo de Assistência, Planejamento e Pesquisa (NAPP)⁸² e os informou

⁸¹ Ticianne Ribeiro, a estudante de arquitetura, tinha acabado de voltar de um intercâmbio acadêmico na Espanha, onde entrou em contato com ocupações urbanas e tinha resolvido que seu TFG seria sobre alguma ocupação. Seu primeiro contato com o mundo das ocupações urbanas no Rio de Janeiro foi através de uma palestra da Chiq da Silva, uma associação de assessoria técnica de habitação popular. As arquitetas desta associação apresentaram a estudante a uma liderança da CMP-RJ, que a levou para conhecer todas as ocupações. Quando chegou à Manuel Congo, o MNLM-RJ estava precisando de um arquiteto para fazer o estudo de viabilidade e os interesses de ambas as partes resultaram na parceria entre elas (RIBEIRO, 2013).

⁸² O NAPP é uma sociedade civil sem fins lucrativos criada em 1991 por profissionais ligados à área urbanístico-ambiental e socioeconômica. Sua atuação inicialmente foi no campo do planejamento urbano, mas, ao longo dos anos, também realizou trabalhos relacionados a políticas ambientais e sociais, desenvolvimento institucional, geração de emprego e renda e, pela primeira

do edital, pedindo que eles se apresentassem. Além disso, também solicitou que a entidade vencedora contratasse os arquitetos voluntários que tinham participado da elaboração do estudo de viabilidade.

No final de 2008, o NAPP ganhou a licitação, contratou a arquiteta então recém formada, e no início de 2009 começou o trabalho de assessoria. Contudo, o primeiro pagamento ao NAPP só aconteceu em 2010. Isto porque os recursos licitados eram diferentes do valor unitário vigente vezes o número de famílias. A justificativa era que, quando o projeto arquitetônico foi elaborado, identificou-se que seria possível alojar apenas 42 das 56 famílias que ocuparam o prédio inicialmente. Assim, foi necessária uma autorização do Ministério das Cidades para utilizar o mesmo montante para um número menor de famílias, que só foi liberada no final de 2009.

Além disso, conforme relato da arquiteta, o ITERJ demorava em média um mês para aprovar o produto e depois enviava para a Caixa que “demorava mais não sei quantos meses para dar um ok” (RIBEIRO, 2013). Houve um caso, segundo a arquiteta, que um produto teve sua entrada na Caixa protocolada e que quatro meses depois a analista da Caixa alegou que não havia recebido nada. O NAPP fez uma denúncia ao Ministério das Cidades e uma semana depois a analista disse ter recebido apenas “um laudo”, que era o ofício de entrega do produto. Este foi apenas um dos muitos casos e o processo de assistência que era, em princípio, de seis meses, acabou durando dois anos.

O NAPP tinha dois contratos com o ITERJ: projeto de arquitetura e mobilização comunitária. Como o MNLM-RJ já tinha uma estrutura consolidada, com suas lideranças e técnicas de mobilização e organização, o NAPP e o MNLM-RJ acordaram, segundo a arquiteta do NAPP, que o MNLM-RJ ficaria responsável pelo trabalho de mobilização comunitária. Assim, um dos coordenadores nacionais, que possui nível superior, seria responsável pelo projeto de trabalho técnico social (RIBEIRO, 2013).

No entanto, com o passar do tempo, o NAPP percebeu que o tal coordenador do MNLM não estava fazendo os produtos exigidos pelo ITERJ. Para o MNLM-RJ, estes produtos, com fotos, dados, etc. pareciam uma burocracia, pois “eles fazem movimento popular no dia-

vez com a Ocupação Manuel Congo, à habitação popular. Segundo Ribeiro (2013), os sociofundadores do NAPP sempre tiveram seus empregos e trabalhavam pelo NAPP em projetos específicos, que achavam interessantes, por militância.

-a-dia deles. A relação deles com as pessoas, com as instituições, isso é o movimento que eles fazem!” (RIBEIRO, 2013) Contudo, o NAPP, que era o responsável legal no contrato, tinha um compromisso burocrático com o ITERJ. Então, o NAPP teve que arcar com uma parte a mais do trabalho, o que causou um desgaste na relação entre o NAPP e MNLM-RJ. Outro motivo de atrito era quando, segundo a arquiteta Ticianne Ribeiro (2013), a coordenação do MNLM-RJ queria que o NAPP “tirasse soluções da cartola” para os problemas encontrados ao longo do processo.

Todavia, as tensões dessa relação foram mais acirradas no processo de outra ocupação do MNLM-RJ, na Gamboa – “Mariana Crioula” -, para a qual o NAPP ajudou a resolver a questão fundiária, se habilitou no Ministério das Cidades para conseguir recursos para esta ocupação e, quando foi assinar o contrato com a Caixa, desistiu do projeto. Isto porque, conforme Ribeiro (2013), somente no momento da assinatura do contrato, a Caixa apresentou uma série de cláusulas. Entre elas estava que, se porventura a obra parasse ou não pudesse ser concluída, o NAPP teria que pagar todo o montante mais os juros de tudo que recebeu na obra e a diretora do NAPP avaliou que era muito arriscado para um escritório que se propõe a fazer planejamento urbano e não obras e que eles não teriam esse dinheiro para devolver. Isto foi muito frustrante para o MNLM-RJ, pois tinham criado grandes expectativas em relação aquele projeto⁸³.

Depois de toda esta experiência com o MNLM-RJ e com o ITERJ, o NAPP concluiu que é impossível prestar assessoria técnica em habitação popular para um movimento social profissionalmente, pois é inviável economicamente. A única alternativa é fazer este trabalho por militância, “o que a gente acabou fazendo” (RIBEIRO, 2013).

Segundo a arquiteta, seu trabalho para a Manuel Congo foi todo voluntário, pois a verba do FNHIS arcou somente com os projetos que foram terceirizados para engenheiros, como hidráulica, elétrica, orçamento, entre outros. Esta arquiteta disse ter gostado de fazer este trabalho, mesmo que voluntário, pelas relações que estabeleceu com as famílias e por poder ver seu TFG construído. Contudo, reconhece que foi um processo muito complexo e que foi muito mais longo do

⁸³ Depois disso, dois arquitetos do NAPP, que na época eram estagiários, acordaram com o MNLM-RJ que fariam os projetos arquitetônicos para a Ocupação Mariana Crioula voluntariamente e, com os projetos em mãos, o Movimento buscaria os projetos específicos de engenharia e, posteriormente, recursos para as obras.

que o previsto. O arquiteto filho da presidente do ITERJ se desligou do projeto quando não conseguiu mais conciliar os trabalhos de seu escritório com as demandas da Manuel Congo.

Ao longo do trabalho do NAPP com a Manuel Congo, se trabalhava com a ideia de que a obra seria realizada por autogestão, tendo o MNLM-RJ os recursos e podendo optar por subcontratar algumas partes das obras e pelos próprios moradores atuarem em outras etapas, como por exemplo a pintura. Todavia, em meados de 2010, em função dos desdobramentos junto ao poder público, percebeu-se que não seria possível. A CEF não aceitava experimentar um modelo de gestão que não havia sido testado em uma ocupação em um prédio de muitos andares, cuja obra seria complexa. Portanto, o MNLM-RJ e a Secretaria Estadual de Habitação acordaram que a obra aconteceria por cogestão, ou seja, a obra seria licitada e uma construtora contratada e os moradores participariam do acompanhamento geral e, sempre que fosse possível, como mão de obra, se estivessem qualificados para a atividade demandada (NAPP, 2011b). Assim, o produto da assistência técnica que seria voltado para ferramentas para gestão dos recursos e da obra, se transformou em um instrumento para preparar os moradores para acompanhar a obra e gerir os eventuais conflitos que possam surgir.

No que diz respeito ao contrato de aquisição e requalificação do imóvel, foram anos de burocracia e negociação com a Caixa, Ministério das Cidades e governo do estado do Rio de Janeiro. Ainda em abril de 2008, depois de pedir duas revisões do plano de trabalho, a Caixa alegava que não era possível fazer um contrato apenas de “aquisição” e que teria de ser “aquisição e requalificação”. Para que os recursos cobrissem a requalificação, o MNLM-RJ modificou o plano de trabalho, abrindo mão de uma das lojas no térreo do prédio, que em princípio seria um espaço coletivo voltado para a geração de renda dos moradores, realocando parte do recurso do FNHIS, originalmente destinado para aquisição, para a reforma. Ainda assim, a Caixa alegou que para fazer a alteração necessária do projeto, era imprescindível um pedido de excepcionalização do caso por parte do Ministério das Cidades e que, de acordo com as normativas, o recurso não poderia ser destinado a espaços coletivos.

Neste contexto, mediante a possibilidade de perda de todo o recurso do FNHIS, foi dada entrada em um pedido de desmembra-

mento do edifício na Secretaria Municipal de Urbanismo da cidade do Rio de Janeiro (SMU), para que uma das lojas do térreo ficasse fora da compra destinada à habitação de interesse social. Contudo, em 27 de julho de 2009, nove meses depois, a SMU indeferiu o pedido.

No final de setembro, sob pressão do prazo do despejo concedido pela juíza, mencionado anteriormente, e dos prazos dos recursos que a CEF disponibilizaria, o MNLM-RJ organizou um ato em frente à Gerência Executiva do INSS do Rio de Janeiro/Centro para pressioná-lo a elaborar o contrato de compra e venda. Embora o diretor de orçamento e logística do INSS de Brasília estivesse colaborando, aparentemente o INSS do Rio de Janeiro estava ignorando suas orientações e postergando o processo por um ano. Além da escritura, o Movimento também solicitava que o INSS exigisse do restaurante Cazuella, que ocupa a loja do térreo da Rua Alcindo Guanabara, a desobstrução da coluna de esgoto, que foi inutilizada quando o restaurante implantou sua cozinha.

Houve então uma reunião entre a Secretaria Estadual de Habitação, MNLM-RJ, ITERJ e INSS. Nesta reunião, ficou acordado que o INSS abriria uma matrícula independente para o restaurante Cazuella e que aceleraria o processo da lavratura de compra e venda. No entanto, no dia seguinte, um técnico do INSS visitou à Ocupação para medir a loja do térreo, entendendo que o prédio só seria vendido do segundo andar para cima. Este entendimento, que já havia sido superado fazia um ano, segundo Lopes (2012), atrasou ainda mais o processo da Ocupação Manuel Congo. Dias depois, a procuradoria do INSS aceitou a proposta, prometeu enviar um ofício ao cartório e aguardaria a indicação do Procurador que faria a minuta da escritura de compra e venda.

Para tentar agilizar este processo, a coordenação do MNLM-RJ enviou emails para a Secretaria da Presidência, Ministério das Cidades, CEF, INSS e ITERJ durante dois meses. Contudo, o Procurador designado discordou do acordo entre as partes e condicionou a minuta a uma série de exigências. Dia 30 de dezembro de 2009, a minuta foi entregue ao governador do Rio de Janeiro. Porém, no início de abril, a CEF alegou que só poderia fazer o empenho para a compra do prédio se fosse comprovada a contrapartida do governo do estado para a reforma do prédio.

Os emails do MNLM-RJ para os órgãos intervenientes continu-

aram até o final de 2010. Em 18 de junho deste ano, houve uma videoconferência entre o MNLM-RJ, a CEF, o Ministério das Cidades e o ITERJ para tratar da compra do edifício. Entretanto, o responsável pelos contratos do PAC, no Ministério das Cidades, continuou sem dar prosseguimento no processo. Em meados de julho, houve mais uma movimentação no processo de despejo da Ocupação, que ainda não havia sido arquivado. O Ministério das Cidades, então, enviou um ofício à juíza demonstrando interesse na compra do imóvel. Em 26 de agosto, o governo do estado entregou à Caixa um novo Plano de Trabalho no qual se comprometia a destinar recursos para a complementação da reforma do prédio.

É vetado ao poder público a doação da propriedade pública, de modo que a legislação permite a concessão do uso para fins de moradia. Por isso, o governo federal financiou a compra do prédio pelo governo do estado e não pelos moradores. A compra aconteceu em novembro de 2010, com recursos do FNHIS pelo governo do estado, que se comprometeu a aportar R\$1.228.618,73 para complementar os recursos necessários para a requalificação do prédio e a implementação do Projeto de Trabalho Técnico Social. A coordenação do contrato foi transferida do ITERJ para a Companhia Estadual de Habitação (CEHAB), órgão que acompanharia o andamento das obras. Quando finalizadas, em princípio, será outorgada Concessão de Direito Real de Uso aos moradores da Ocupação (NAPP, 2010a).

Paralelamente aos contratos do FNHIS, a Manuel Congo conseguiu, em 2010, financiamento do Programa Petrobrás Cidadania⁸⁴ para um projeto de geração de trabalho e renda, denominado “A gente quer...Trabalho, Moradia, Diversão e Arte - Estação Cinelândia”. Esta conquista se deu em função do apoio técnico de um funcionário da Petrobrás, que orientou o MNLM-RJ sobre o formato do projeto e o revisou antes que fosse entregue. O projeto foi escrito em menos de um mês por duas militantes da coordenação do MNLM-RJ que possuem ensino superior. Este projeto envolve a criação de uma cooperativa

⁸⁴ Vale notar que o MNLM-RJ soube do edital deste Programa a partir de um email enviado na rede do MNLM nacional. Após tomarem conhecimento da oportunidade, entraram em contato com um funcionário da Petrobrás que ajudou o Movimento a formatar o projeto conforme o edital, o que viabilizou a conquista do financiamento. É importante observar a apropriação da internet como um meio de comunicação e divulgação de informações por parte dos movimentos sociais, bem como a relevância de pessoas chave para engatilharem os processos.

multifuncional⁸⁵, composta pelos moradores da Ocupação, e a instalação do Centro de Cultura Mariana Crioula (restaurante e Casa de Samba) na loja do térreo, aberta para a rua Evaristo da Veiga, que será a primeira atuação da cooperativa.

Em 2012, o governo do estado e a CEF propuseram ao MNLM-RJ a migração do contrato da Manuel Congo no FNHIS para o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E), alegando que os procedimentos são menos burocratizados e o valor por unidade é maior. Assim, o Movimento poderia comprar todo o prédio, inclusive a loja da Alcindo Guanabara, atualmente ocupada pelo restaurante Cazuella. No entanto, por motivo de princípios com o SNHIS, que foi resultado de muita luta dos movimentos sociais urbanos, e entendendo que tal migração enfraqueceria suas bandeiras, as lideranças da Manuel Congo se recusaram a aceitá-la. O discurso da coordenação do MNLM-RJ é que eles querem, com a Manuel Congo, provar que é possível realizar um exemplo para a Política Nacional de Habitação de Interesse Social, e que este deve ser o primeiro de muitos. Cabe mencionar que, segundo uma coordenadora nacional do MNLM-RJ, os próprios moradores da Manuel Congo também rejeitaram a proposta de migração, pois não queriam ter uma dívida, ainda que de R\$25,00, durante 10 anos e pelo FNHIS o subsídio seria integral.

Sendo assim, em julho de 2013 foi lançado o edital para seleção da empresa que realizaria a obra de reforma na Ocupação. No final de novembro, as obras finalmente começaram. Porém, no início de janeiro de 2014, as obras foram paradas porque teria havido um erro nos processos burocráticos da licitação: o edital não foi publicado no Diário Oficial da União e o projeto envolve recursos desta esfera governamental. A proposta da CEF e do governo do estado, mais uma vez, foi a migração para o PMCMV-E. Depois de muitas reuniões e negociações, o MNLM-RJ cedeu e migrou para o PMCMV-E. No que diz respeito à condução das obras, como o PMCMV-E possui regras diferentes do FNHIS, foi possível implementar a autogestão. Portanto, quem está realizando a reforma do edifício é a Cooperativa Liga Urbana, do próprio MNLM-RJ, junto com um arquiteto responsável, e os serviços especializados são terceirizados.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi criado pelo governo federal, em 2009, como uma ação preventiva face à crise

⁸⁵ O projeto desta cooperativa será apresentado no item 3.4.

financeira mundial, em resposta à demanda do empresariado do setor da construção civil, para a ampliação da demanda solvável no mercado habitacional. O PMCMV teve um aporte inicial de aproximadamente R\$34 bilhões para construção de um milhão de casas, superando os cenários mais otimistas do Plano Nacional de Habitação⁸⁶.

Porém, o PMCMV também trouxe retrocessos, pois foi concebido desvinculado do FNHIS, escapando dos mecanismos de controle social criados – mais especificamente o ConCidades e o Conselho Gestor do FNHIS –, enfraquecendo o SNHIS. Além disso, o foco do Programa está na quantidade de moradias e não na qualidade de sua condição urbana (BARROS, 2011; LAGO, 2013; MARICATO, 2011).

Como o PMCMV foi concebido junto a setores da indústria de construção civil – construtoras e incorporadoras -, foi pensado para produção empresarial, tendo como um de seus objetivos o aquecimento da economia. Foi invertida, portanto, a lógica proposta pelo SNHIS de fortalecer a promoção pública de moradias (BARROS, 2011). Vale ressaltar, entretanto, que o governo Lula optou por realizar este investimento anticrise na retomada do financiamento de habitação popular, com subsídios de até 90% para as famílias de baixa renda (de 0 a 3 salários mínimos), recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU).

Todavia, ao financiar diretamente as construtoras e empresas imobiliárias, o governo federal negligenciou o papel dos governos municipais e estaduais na política habitacional e urbana. Como consequência, estes acabaram restringindo seu papel, na maioria dos casos, a definir as famílias que demandam moradia, com base no “déficit habitacional” das respectivas unidades federativas (FERREIRA, 2012b).

Insatisfeitos com esta situação, mas entendendo que só conseguiriam verba para programas de autogestão se seguissem a linha de condução do governo, ou seja, externa ao SNHIS, logo, sem controle social, os movimentos sociais de luta pela moradia pressionaram o governo e conseguiram o direcionamento de uma pequena parte da verba (R\$500 milhões) para o Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E). Este programa segue os moldes do PCS, no sentido da produção autogestionária, ou seja, controlada por organizações da sociedade civil. No que diz respeito ao financiamento, o PMCMV-E trouxe vantagens em relação ao PCS, pois o valor do investimento para

⁸⁶ O PLANHAB havia sido elaborado entre os anos de 2007 e 2009.

os beneficiários na faixa de 0 a 3 salários mínimos é subsidiado em até 90%, cabendo à família pagar 10% da renda familiar por 10 anos.

Até 2011, já tinham sido contratadas 790.000 unidades, com um investimento de 38 bilhões de reais, pelo Minha Casa Minha Vida, por produção empresarial, e 31.000 unidades pelos três programas habitacionais com participação de entidades da sociedade civil, desde 2004. Esta diferença descomunal, evidenciada no volume de recursos públicos investido em cada um dos programas, revela, também, as barreiras ideológicas e burocráticas para a implementação do PMCMV-E.

Este investimento massivo em financiamento habitacional gerou um aquecimento no mercado imobiliário que alcançou valorizações de mais de 100% ao ano, dificultando o acesso dos pobres a uma moradia digna. Como o preço do terreno está embutido no valor total do financiamento (que é fixo por unidade), “vale a lógica do terreno mais barato, pois quanto menos se gastar na terra, mais sobrar para a construção da unidade” (MINEIRO; RODRIGUES, 2012, p. 33).

O aumento vertiginoso nos preços das terras, sem qualquer regulação, impede que as entidades construam unidades habitacionais bem localizadas, isto é, em áreas com infraestrutura, serviços e postos de trabalho. Assim, repetindo o modelo do Banco Nacional de Habitação, conforme pesquisa nas regiões metropolitanas do país, o PMCMV intensificou a periferação das intervenções públicas habitacionais para os pobres nas metrópoles brasileiras, como notam Cardoso et al (2011)⁸⁷. O exemplo do município do Rio de Janeiro, que é repetido nos outros municípios brasileiros, demonstra como os “empreendimentos” estão localizados nos bairros periféricos, especialmente aqueles voltados para a faixa de 0 a 3 salários mínimos, movimento este que reflete a valorização causada pelas próprias empresas, que fazem estoque de terra e especulam, de modo a alcançar um sobre-lucro altíssimo.

Os conjuntos são construídos em locais sem a infraestrutura mínima exigida pela Caixa Econômica Federal, operadora do Programa, porém com o aval das Prefeituras. Além disso, a qualidade dos empreendimentos também é precária. Se na década de 1980 o

⁸⁷ Ainda assim, parece que os moradores e lideranças interpretam as unidades habitacionais do PMCMV Entidades como conquistas materiais e políticas. Supomos que esta aceitação (e quiçá defesa) da moradia na periferia teve origem na interação dos movimentos sociais de luta pela moradia com a política pública habitacional. Isto porque estes movimentos entendem a criação de uma política pública habitacional voltada para autogestão como uma vitória.

poder público, através das Companhias de Habitação, estabelecia os projetos, tipologia e assessoria técnica, hoje são as construtoras que o fazem, além de definir a localização e o público alvo. Logicamente, para alcançar seu objetivo maior - o lucro -, diminuem os gastos com a qualidade da habitação (LAGO, 2013). Segundo Naime (2012), a sensação geral entre técnicos da Caixa e pesquisadores é que os projetos são pouco criativos e falta um projeto de integração social interna ao conjunto habitacional e à cidade:

[...] eu continuo achando que os projetos são pobres, que existe uma falta de proposta urbana, de vida, de comunidade... Isso é uma deficiência que a gente sofre em todos os projetos, independente se é de cooperativa, da iniciativa privada, se é de prefeitura... Nem nos de prefeitura eles estão exatamente preocupados com essa visão. Tá faltando uma discussão de cidade, mais profunda, com diretrizes melhores, com os municípios tomando as rédeas do que tem que ser feito, pra instituir determinado tipo de relação, de situação, de espaço... eles seguem, na verdade, de forma reativa (Eduardo Speggorin, técnico da GIDUR/CEF-Porto Alegre, em entrevista, 2010 apud NAIME, 2012, p. 95-96).

Segundo apontam Mineiro e Rodrigues (2012), a questão fundiária no PMCMV tem sido uma das mais criticadas pelos movimentos sociais, ONGs e pesquisas acadêmicas. Isto porque se verifica a ausência de uma política fundiária, que é uma condição para o controle da expansão urbana e da especulação imobiliária, em todos os níveis, deixando a localização dos conjuntos habitacionais ao sabor das leis do mercado. De acordo com Lago (2013), faltam condições técnicas e/ou vontade política nas prefeituras para regular os critérios de localização dos empreendimentos. “No entanto, muitos gestores municipais invertem o problema, argumentando a falta de recursos para garantir infraestrutura no ritmo do Programa MCMV” (LAGO, 2013, p.181).

Pouco depois do lançamento do Programa, o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) lançou um manifesto que questionava o modelo de produção periférica da habitação social, regido pelas leis do mercado imobiliário:

O resultado desta prática pode ser observado nas cidades brasileiras: a construção de bairros populares periféricos e segregados

da cidade, que contribuem para a continuidade da exclusão social que atinge considerável parcela da população brasileira e para o aumento da violência urbana (FNUR, 2009 apud MINEIRO; RODRIGUES, 2012, p. 32-33).

O FNUR reforça, ainda, a importância da implementação dos instrumentos de uso e regulação do solo do Estatuto da Cidade, para vincular a execução do PMCMV ao princípio constitucional da função social da propriedade e da cidade. Lago (2013) também aponta a falta de prioridade das prefeituras para colocar em prática estes instrumentos – ZEIS em áreas vazias, a desapropriação e outros previstos nos Planos Diretores (PDs)⁸⁸ – e a criação de um banco de terras para habitação popular. “Na ausência desse controle, áreas com algum grau de urbanização passam a ser disputadas por empresas construtoras com capacidade de acumular grande estoque de terras” (LAGO, 2013, p. 183).

Alguns segmentos dos movimentos sociais urbanos, mais combativos, continuaram a prática de ocupação de prédios vazios ou subutilizados nos centros das cidades brasileiras, como uma forma de contestar a especulação e defender a função social da propriedade e da cidade. Em 2008, uma das principais reivindicações da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade foi a destinação de todos os imóveis públicos ociosos para a habitação de interesse social. Esta Jornada foi realizada através de atos políticos como manifestações, ocupações, passeatas e audiências públicas em onze estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo (RAMALHO, 2008; FASE, 2007).

Tanto no PCS quanto no PMCMV-E, a aquisição de terrenos para construção é financiada; os terrenos podem ser adquiridos pelo grupo de famílias beneficiárias, doados ou cedidos pelo poder público. Como o financiamento é direto do governo federal para as entidades, muitas vezes estas não têm o apoio local, e precisam concorrer com agentes privados no mercado de terras urbanas viáveis para habitação.

⁸⁸ Uma pesquisa que avaliou Planos Diretores Municipais Pós Estatuto da Cidade em todo o país, apoiada pelo Ministério das Cidades, identificou uma fragilidade na aplicabilidade, de forma geral. Com algumas exceções, os PDs não previram a regulamentação dos instrumentos de planejamento urbano para sua aplicação prática, principalmente no caso dos instrumentos relacionados à indução do desenvolvimento urbano, inexistindo estratégias socioterritoriais no enfrentamento da questão habitacional, inclusive aqueles que garantiriam terra urbana equipada e bem localizada para habitação social (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, 2011).

As vantagens para os agentes privados são consideráveis e evidentes (MINEIRO; RODRIGUES, 2012; BARROS, 2011). Vale ressaltar que nos programas de autogestão estaduais e municipais anteriores geralmente cabia ao poder público a obtenção e disponibilização do terreno (MINEIRO; RODRIGUES, 2012). Esta disputa no mercado de terras é, pois, uma novidade para as entidades (LAGO, 2013).

As organizações de moradores, na maioria das vezes, acabam adquirindo somente terrenos nas franjas urbanas, únicos viabilizados pelos recursos disponíveis para as unidades habitacionais - do PCS ou do PMCMV-E -, já que as áreas urbanizadas estão sendo “fechadas” pelo capital imobiliário. Há, entretanto, casos onde parcerias dos movimentos sociais com o governo do estado ou do município possibilitam melhores condições de produção, inclusive quanto à localização, como quando os terrenos são doados, custeados com outras fontes, ou adquiridos de forma subsidiada. Em São Paulo, por exemplo, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) usualmente complementa cada unidade com R\$ 14 mil reais por família, como subsídio ao empreendimento (NAIME, 2012).

Outro ponto que deve ser enfatizado no PMCMV-E em relação ao componente fundiário, e que difere de grande parte das políticas de habitação social anteriores, é a exigência da regularização do terreno. Se, por um lado garante o título de propriedade ao final do processo, por outro, está muito distante da realidade das terras urbanas e dos processos de licenciamento nos órgãos públicos. Portanto, esta exigência dificulta ainda mais o alcance das unidades.

Mais um item diferencial do PMCMV-E em relação a todos os outros programas federais já existentes é a Compra Antecipada, que é a liberação antecipada de 2 a 4% do valor do financiamento para que a entidade adquira o terreno. Trata-se do único caso em que, segundo Simone Monice, técnica da GIDUR/CEF SP (2010 apud NAIME, 2012), a Caixa libera os recursos *antes* da execução da obra.

Alguns movimentos sociais, como a UNMP, interpretam a Compra Antecipada no PMCMV-E como uma conquista. Reconhecem as dificuldades impostas pelo mercado imobiliário e que a Compra Antecipada “coloca alguma vantagem em suas mãos”, e que, pela primeira vez, o contrato se faz com a associação ou cooperativa, ainda que seja individualizado no início das obras, quando começa o repasse do restante do financiamento. “Está na agenda atual do movimento

de moradia, a regulamentação de modalidade que contrate também a obra em nome da entidade” (MINEIRO; RODRIGUES, 2012, p.35). Por outro lado, Almeida (2013), coordenador nacional do MNLM-RJ, não se vangloria da Compra Antecipada, argumentando que, ao se tornar um partícipe no mercado imobiliário, estaria contrariando o maior objetivo do MNLM, que é denunciar a especulação imobiliária para alcançar uma reforma urbana.

Podemos por em xeque em que medida a primeira vantagem da Compra Antecipada avança no projeto de autogestão urbana, uma vez que a participação do mercado de terras é mais uma concessão feita às regras do Estado. Já o fato dos movimentos valorizarem o contrato com a associação na primeira etapa e colocarem em pauta que o contrato da obra também seja realizado desta forma pode ser um caminho, ainda que lento e com pequenos avanços, para a coletivização do processo, que culminaria na propriedade coletiva.

Como já foi mencionado, o MNLM-RJ se recusou a migrar o contrato da Ocupação Manuel Congo do FNHIS para o PMCMV-E, o que lhes resultou em mais um ano de espera para o início das obras de requalificação do imóvel⁸⁹. Observa-se que esta proposta da Caixa e do governo do estado do Rio de Janeiro era diferente da prática do PMCMV-E, pois estaria financiando uma reforma, o que ainda não havia sido regulamentado no Programa, em um prédio localizado no centro do Rio de Janeiro, diferente do padrão periférico apresentado previamente.

Além da estratégia política orientada pela busca de visibilidade, a coordenação do MNLM-RJ compreende a localização no centro a partir das *vantagens locacionais* (HARVEY, 1980) para a sustentação do projeto cooperativo.

3.4 Autogestão

A Ocupação Manuel Congo é considerada pelo MNLM-RJ autogestionária, na qual os próprios moradores doam tempo de trabalho voluntário para a manutenção e conservação do prédio. As famílias se

⁸⁹ Cabe notar que o MNLM-RJ em 2012 já assinou outros contratos com a Caixa pelo PMCMV-E. No entanto, a coordenação entendia que era uma questão de honra ao projeto político a manutenção da Manuel Congo no FNHIS.

organizam para a escala na portaria⁹⁰ e para os mutirões de limpeza. Em cada andar, há dois banheiros, uma máquina de lavar roupa e uma ou duas pias para lavar louça que são compartilhados pelas famílias ocupantes do andar⁹¹. Para além da falta de condições materiais para remunerar alguém para exercer estas atividades, a proposta político ideológica do MNLM-RJ é, através da gestão coletivizada, estimular a reciprocidade na relação entre os moradores, em oposição à maioria das relações no mundo capitalista, regidas pelo mercado. Conforme ressalta Harvey (1980), a reciprocidade contribui para o fortalecimento do sentimento de comunidade, principalmente entre aqueles que estão expostos a algum tipo de ameaça, no caso da MC, o risco de despejo.

A relação com a vizinhança da Ocupação é intermediada, fisicamente, por sua porta, que fica fechada com cadeado, sendo aberta somente para entrada e saída de pessoas, e, politicamente, pelo fato dos moradores serem ocupantes, não proprietários nem locatários, e estabelecerem uma autogestão como um movimento de resistência ao “mundo de fora”, capitalista. Estes aspectos demarcam uma ação de territorialização dos moradores da Ocupação (SOUZA, 2009)⁹².

Há uma tensão em relação ao significado do tempo de trabalho voluntário na MC. Enquanto os moradores em geral o compreendem como uma contingência, pela falta de dinheiro para contratar porteiro e faxineiro, a coordenação do MNLM-RJ entende este tempo como um meio para a formação política. Em função disso, após a conclusão da reforma do prédio, quando o restaurante já estiver funcionando, portanto os moradores trabalhando, provavelmente este formato da portaria e limpeza será alterado.

⁹⁰ Cada morador acima de 18 anos doa um tempo X por semana à portaria, com exceção da coordenação do MNLM, o que se justifica por eles dedicarem seu tempo, segundo os moradores, “doando informação”, através de participação em reuniões, de produção de emails e formação política para embasar a permanência da Ocupação. Isto não pareceu causar incômodo à maioria dos moradores, que compreendem e concordam com a situação.

⁹¹ Nos primeiros meses, em função do reconhecimento das condições físicas e estruturais do imóvel feito pelo Movimento junto às famílias, todos se abrigaram coletivamente nos salões dos dois primeiros andares, com dois banheiros, uma lavanderia e uma cozinha compartilhada, utilizando água retirada em balde da cisterna no térreo. Depois de solucionarem alguns problemas estruturais, as famílias ocuparam todos os andares.

⁹² Para Souza (2009, p. 65), o território é “[...] um ‘campo de força’, ou – mais precisamente – ‘relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial’”. Ainda no mesmo texto, o autor complementa que as ações coletivas dos movimentos sociais emancipatórios normalmente são práticas espaciais de resistência e usualmente são também ações de territorialização.

Além destas tarefas, os moradores ainda se encontram regularmente⁹³ em reuniões de portaria, assembleias e comitês de gestão local para debater e resolver coletivamente questões ligadas à Manuel Congo. Ademais, são convidados a participar de grupos de jovens e mulheres, e de fóruns de formação e decisão do MNLM. Para manter a relação de confiança entre as famílias e fortalecer a ideia de coletivo, a coordenação do MNLM-RJ propôs a não utilização de chaves na Ocupação Manuel Congo até que ela seja reformada.

Outro ponto importante na relação do coletivo é que o MNLM-RJ entende que todos os moradores são responsáveis pelas crianças da Ocupação. Portanto, existem regras explícitas sobre a proibição de crianças saírem sozinhas do prédio. Além disso, também existe um espaço específico voltado para as crianças, chamado CRIARTE, que atualmente é mantido por alguns universitários⁹⁴ do Movimento⁹⁵, que realizam atividades culturais dentro e fora da MC e de reforço escolar com as crianças, duas vezes por semana. Os passeios e leituras no CRIARTE contribuem para uma melhora no capital cultural e maior socialização entre as crianças. Elas sempre apresentam músicas ou poesias com teor político nas comemorações da Ocupação. Os moradores e universitários que atuam no CRIARTE já conseguiram vagas para as crianças em cursos de esporte na Associação Cristã de Moços, na Lapa, e em aulas de ballet, na Cruz Vermelha.

As famílias ocupantes obedecem a regras que foram construídas coletivamente por elas mesmas antes da ocupação, com base nos princípios do MNLM, e compiladas em um pequeno manual chamado Carta de Princípios. Este documento estabelece desde regras de convivência, entre os moradores e entre estes e o imóvel, abrangendo critérios de permanência no local, até diretrizes para a manutenção sociopolítica e econômica do espaço ocupado. Tais diretrizes consideram os desafios políticos impostos pelo processo de exclusão baseado na propriedade

⁹³ A periodicidade das reuniões e o tempo de trabalho voluntário variam de acordo com o momento da Ocupação. Excluindo momentos extraordinários, a tendência vivida foi a diminuição de tempo dedicado ao coletivo, tanto para a manutenção do prédio quanto para reuniões, conforme o tempo foi passando.

⁹⁴ Estes universitários formam um grupo de apoio entre os quais alguns se tornaram militantes, sendo um deles inclusive coordenador municipal do MNLM-RJ. Além de atuarem junto às crianças, também apoiam na produção de material para os atos e registros dos momentos importantes do MNLM-RJ.

⁹⁵ Inicialmente era mantido principalmente por uma moradora da Ocupação, que é pedagoga e fazia mestrado em teologia. Contudo, ela casou e se mudou para a França.

privada, a exemplo da proibição de aluguel e venda das unidades de moradia, bem como as questões das minorias, como a necessidade de respeito à diferença de gênero, étnica e etária. Faltas como reincidência de violência física ou de tráfico de drogas, ou o não cumprimento de parâmetros definidos, como receber mais de três salários mínimos, ou possuir outro imóvel, podem acarretar na desocupação da unidade (NAPP, 2009b).

Sabendo que o custo de vida no Centro é muito caro e conhecendo sua base, em grande parte desempregada, a coordenação do MNLM-RJ expande seu projeto da moradia, isto é, do campo da reprodução, para o trabalho, campo da produção. Isto porque a coordenação entende, como Harvey (1982), que a reprodução da vida dos trabalhadores é indissociável do campo da produção econômica. Para sobreviverem com qualidade de vida, as pessoas precisam trabalhar.

A ideia de desempenhar ações comunitárias com arte e cultura foi despertada nos moradores a partir da influência da mobilizadora local do Caju e complementada pelo histórico papel cultural da Cinelândia, uma área do Corredor Cultural. Além disso, também foi um fator importante o interesse das famílias nas possibilidades de trabalho nos setores gastronômico e cultural, tendo em vista o grande contingente e circulação de pessoas pela região. Eles pretendem concretizar este desejo no Centro de Cultura Mariana Crioula (restaurante e Casa de Samba), oferecendo culinária e música para a valorização da cultura negra (NAPP, 2009b).

Atualmente, a cooperativa tem trabalhado pelo núcleo de gastronomia na cozinha da Ocupação, ainda improvisada, para confecção de lanches e refeições em quentinhas para eventos organizados por “companheiros”, como aconteceu na Cúpula dos Povos, e para os saraus realizados na rua, em frente à Ocupação. Estes saraus são produzidos pelo núcleo de cultura da cooperativa, em parceria com a Associação dos Profissionais e Amigos do Funk (APAFUNK) como uma forma de legitimar a ocupação e seus parceiros como produtores de cultura, isto é, questionando o conceito de cultura hegemônico, restrito aos museus, cinemas e teatros. O núcleo de cultura também tem produzido camisetas estampadas com serigrafias com motes políticos. A cooperativa também está realizando, no momento, a reforma do edifício.

Visando criar um elo de cooperação e de complementaridade entre os moradores e as atividades de geração de trabalho e renda desenvol-

vidas no edifício, optou-se pelo modelo de organização dos trabalhadores em cooperativa, isto é, uma associação autônoma resultante da união voluntária entre pessoas com objetivos econômicos comuns, de propriedade coletiva, e gerida democraticamente. Por ser autogerida, não há a figura do patrão, em tese, todos os trabalhadores da cooperativa participam das decisões administrativas igual e diretamente (NAPP, 2010d). A Cooperativa Liga Urbana possui abrangência estadual e é organizada em três núcleos: gastronomia, construção civil e cultura.

Embora tenha sido o financiamento da Petrobrás que viabilizou a criação e regularização da cooperativa e a implantação do restaurante na loja térrea, voltada para a rua Evaristo da Veiga, não foram as “agências de fomento” o agente organizador da cooperativa e sim o próprio movimento. Apesar de poder parecer que o MNLM-RJ modificou suas reivindicações em função do financiamento disponível, entendemos que a coordenação do MNLM-RJ foi, ao longo do tempo da MC, fazendo uma leitura do contexto socioeconômico das famílias ocupantes e econômica e cultural do entorno da Ocupação e percebeu que não bastava o acesso a uma moradia para se garantir o direito à cidade. Portanto, trata-se aqui de uma decisão coletiva de acessar recursos para um projeto construído de forma autônoma.

Este só seria plenamente acessado se as famílias trabalhassem e pudessem se sustentar, considerando que o Centro é um local caro para se morar, assim como para se alimentar, se vestir e se divertir. Além disso, o projeto de criar uma cooperativa era anterior à existência do financiamento, tanto que cooperativismo é um dos cinco eixos nacionais do MNLM. No Plano de Trabalho da Ocupação entregue ao ITERJ no início de 2010, antes de saberem do financiamento, um dos pressupostos do MNLM-RJ apresentados é:

Consideramos que a Política Habitacional de Interesse Social – HIS só terá êxito se for articulada com uma política de Geração de Trabalho e Renda para a Comunidade beneficiada, de forma que esta população possa arcar com a sua permanência na cidade, garantir a manutenção da habitação, contribuir para a sustentabilidade das famílias, da cidade e da organização, para que esta continue na luta por uma cidade justa e democrática (NAPP, 2010b, p. 5).

Com a cooperativa, conforme as falas de lideranças, as famílias da Manuel Congo esperam se fortalecer política e economicamente na

luta para reverter o processo de exclusão que as atinge. Aproximadamente cem moradores já fizeram cursos de qualificação profissional, entre os ramos da gastronomia, informática e construção civil, e trinta e seis fizeram curso de cooperativismo.

Procuram, assim, se qualificar para garantir a qualidade dos serviços e cumprir as exigências dos consumidores do entorno no projeto do Restaurante e da Casa de Samba, trabalhar na obra do prédio, e aprimorar o funcionamento da cooperativa. Parte dos ganhos da cooperativa constituirá um Fundo de Manutenção do Imóvel que buscará assegurar a sustentabilidade financeira dos moradores no prédio após sua regularização, portanto também arcando com impostos e tarifas dos cooperativados (NAPP, 2011a).

Após a implantação do Restaurante e da Casa de Samba, os planos para a cooperativa são estruturar os núcleos de estética, comunicação interativa e artesanato, além de expandir a abrangência do projeto, alcançando as demais comunidades e ocupações do MNLM no Estado do Rio de Janeiro (NAPP, 2011a).

Ao longo dos primeiros dois anos de ocupação, os moradores elaboraram um programa de necessidades básicas que abrangia dois grandes grupos: espaços de moradia e espaços de uso coletivo. Entre os espaços de moradia, foi listada, de acordo com o número de pessoas por família, a demanda por apartamentos grandes, médios e pequenos, podendo ser quarto e sala ou quitinetes.

Para os espaços de uso comum, foram identificadas as seguintes necessidades: um espaço multiuso para lazer infantil, reunião e cursos, uma sala para realizar reuniões e cursos, um local para armazenar material e documentos do MNLM (que pode ou não ser na sala de cursos e reuniões), espaço para implantar projetos de geração de trabalho e renda, e o espaço no térreo voltado para a rua Evaristo da Veiga para o bar e restaurante “Casa de Samba Mariana Crioula” (NAPP, 2010a). A assistência técnica, então, tinha a função de colocar estas demandas em linguagem técnica.

No início do contrato, os arquitetos do NAPP e um estagiário trabalharam na Ocupação, em uma sala no segundo andar. Isto se deu em função de falta de espaço no escritório, entretanto, acabou sendo positivo, por facilitar a verificação das medidas para o projeto arquitetônico e pela maior participação da coordenação do MNLM-RJ. Segundo a arquiteta do NAPP, a coordenação do MNLM-RJ sabia bem

o que queria e os arquitetos só colocaram no papel suas ideias.

Na verdade, não posso nem falar que foi concebido coletivamente, eu acho que já estava pré-concebido até antes da gente começar a trabalhar lá. As pessoas já tinham claro o que queriam. [...] Eles foram, andaram comigo o prédio inteiro e falavam: ‘olha! Aqui assim, a gente quer uma cozinha’ medindo, fazendo uma coisa meio com a mão... Sabe?! “Aqui vai ser a parede, aqui vai ser...” [...] A gente, na verdade, acabou fazendo essa coisa de tradução para desenhos, um conhecimento que era deles (RIBEIRO, 2013).

Este processo de traduzir as falas em projeto foi realizado pelos arquitetos com ajuda dos moradores, em especial da Comissão de Infraestrutura, que era quem fazia a manutenção do prédio. Os moradores desta Comissão sabiam onde passavam todas as instalações e puderam auxiliar significativamente no diagnóstico de arquitetura. A arquiteta se surpreendeu com o conhecimento técnico destas pessoas. Segundo ela,

Eu não esperava que eles tivessem um entendimento de arquitetura ao ponto de saber o que era forro de gesso, por exemplo. Então, quem ajudou muito no diagnóstico de arquitetura, por exemplo, foram os meninos. Eles andavam com a gente por ali e falavam: “Água sobe por aqui, desce por ali” (RIBEIRO, 2013).

Esta troca entre o saber técnico e o saber popular foi bastante intensa. Além de passar para o papel as ideias dos moradores, o primeiro arquiteto que trabalhou na Ocupação também discutiu com os moradores o projeto. Uma inovação introduzida por ele na discussão e que acabou sendo aceita pelos moradores foi a cozinha americana, para otimizar o espaço nas unidades habitacionais.

Quando terminaram o projeto arquitetônico preliminar, os arquitetos imprimiram todas as partes em grandes folhas e colaram na parede da sala de reuniões, no segundo andar. Em uma assembleia, apresentaram o projeto para todas as famílias que depois foram tirando suas dúvidas e fazendo seus comentários um a um. Uma das alterações no projeto neste momento foi em relação à criação de uma área de serviço, que era uma vontade importante dos moradores, mesmo que para isso fosse necessário diminuir significativamente os banheiros. Segundo a arquiteta, eles queriam um espaço para colocar

a máquina de lavar e o tanque. Em nenhum momento foi levantada a ideia de lavanderia coletiva.

Assim, em diálogo com a assessoria técnica, o movimento definiu que haveria espaços apenas para 42 famílias. Considerando as definições básicas do projeto elaboradas pelos moradores, o Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa (NAPP) propôs sete tipologias de espaços de moradia, distribuídos conforme consta na Tabela 3 e na Figura 8.

Tabela 3 – Detalhes das tipologias propostas para o prédio

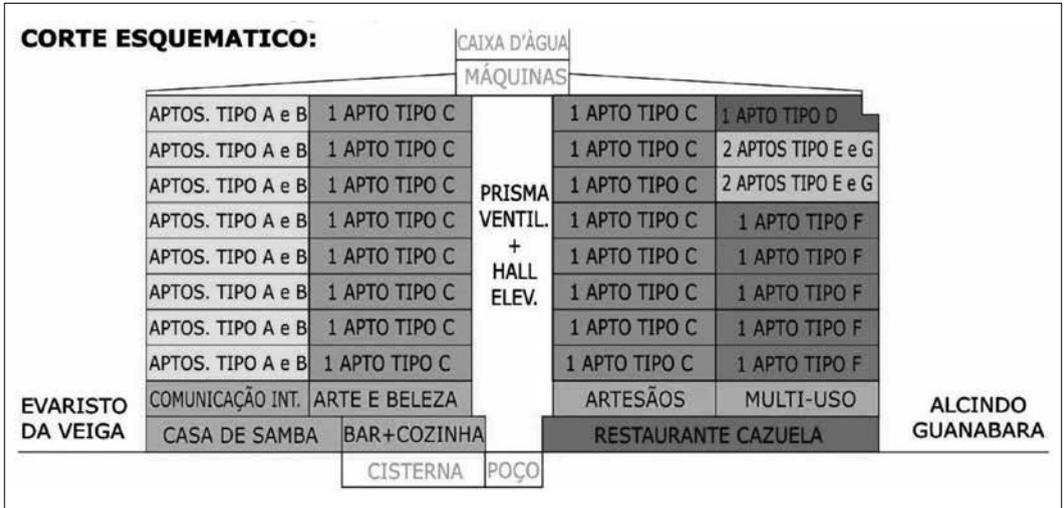
Tipologia habitacional	Área da sala – cozinha	Área do quarto	Área do banheiro	Área total
Tipologia A	31,8 m ²	Incorporado a sala – coz	1,90 m ²	34,2 m ²
Tipologia B	27,3 m ²	Incorporado a sala – coz	2,9 m ²	31,0 m ²
Tipologia C	17,9 m ²	19,7 m ² ⁹⁶	2 m ²	40,6 m ²
Tipologia D	23,8 m ²	1 de 10,3 m ² e 1 de 7,1 m ²	2,2 m ²	62,2 m ²
Tipologia E	29,1 m ²	Incorporado a sala – coz	2,3 m ²	32,0 m ²
Tipologia F ⁹⁷	26,6 m ²	1 de 18,3 m ² e 1 de 11,3 m ²	2,4 m ²	61,9 m ²
Tipologia G	25 m ²	Incorporado a sala – coz	3,2 m ²	28,8 m ²

Fonte: NAPP, 2010a.

⁹⁶ Esta tipologia foi pensada para famílias que necessitam de dois quartos. Porém, como a Prefeitura não aprovaria um quarto sem janela para a área externa, o projeto possui um quarto, bem grande (19,7m²), passível de ser dividido em dois, seja com parede ou armários, como acontece hoje em dia, antes da reforma. Já está prevista no projeto, inclusive, uma janela no alto da parede para a sala, de modo a garantir uma circulação de ar mínima no apartamento.

⁹⁷ Esta tipologia foi pensada para famílias que necessitam de três quartos. Porém, pela mesma justificativa da tipologia anterior, no papel há apenas dois quartos, sendo um bem grande (18,3m²).

Figura 8 - Proposta de distribuição das tipologias no prédio.



Fonte: NAPP, 2010a

Para uso coletivo, a assessoria propôs a seguinte distribuição do espaço:

- Uma loja térrea na Rua Evaristo da Veiga n° 17, com 104 m², onde estará o Restaurante e Casa de Samba Mariana Crioula, que contará com um salão de 69,50 m², um bar com 6,50 m² e uma cozinha com 28 m².
- Três espaços de aproximadamente 40 m² cada um para os projetos de geração de trabalho e renda, que se articulariam de forma a potencializar o resultado comercial das atividades. Em princípio, os espaços seriam de “comunicação interativa” (uma livraria com internet), “espaço de estética” (salão de beleza) e uma “cooperativa de artesãos”. Contudo, ao longo do processo as necessidades e usos desses espaços podem ser redefinidos.
- Uma Sala multifuncional de aproximadamente 96m², que funcionaria para cursos e reuniões pela noite e como espaço infantil durante o dia. Nesta sala haveria um local para armazenar material e documentos do MNLM, com 5m² (NAPP, 2010a).

Atualmente, os dois primeiros andares são compostos por dois salões, um para as assembleias dos moradores e do Movimento e o segundo disponível para reuniões de coletivos externos ao Movimento. Este salão é solidariamente cedido, já que o MNLM-RJ identificou a carência de um espaço na área central para reuniões, quando organizava as famílias para ocuparem este prédio. Também há uma sala do

Criarte, dedicada às crianças, e outra onde está alocado o escritório do projeto de geração de trabalho e renda, financiado pela Petrobrás.

O edital de licitação e a proposta de os acordos com a construtora selecionada foram, então, elaborados em conjunto com representantes dos moradores. A proposta do Movimento era que no Termo de Referência do Processo Licitatório fossem colocadas condicionantes como a permanência das famílias no local, a participação de moradores como trabalhadores na obra, a legitimação das instâncias de acompanhamento e monitoramento da obra, com devidas atribuições propostas, e a possibilidade de contratação de cooperativas⁹⁸ (NAPP, 2011b).

Para realizar o acompanhamento e monitoramento da obra, os moradores da Ocupação Manuel Congo resolveram criar duas instâncias: a Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO) e o Comitê de Monitoramento e Avaliação da Obra (CMAO). A CAO está constituída por quatro moradores (entre os quais dois terão dedicação exclusiva, participarão do CMAO e serão remunerados)⁹⁹ e o CMAO seria formado pelos dois representantes da CAO, um do MNLM, um da empresa contratada, um gestor público e dois técnicos autônomos (indicados pelo Movimento) (NAPP, 2011b).

A CAO já se reúne semanalmente desde meados de 2011 com o objetivo de discutir e se preparar para participar do processo de requalificação e reforma do prédio¹⁰⁰. São suas atribuições: a interlocução técnica com os diversos atores envolvidos na obra, a fiscalização das etapas e procedimentos, a informação e o envolvimento da comunidade no processo, através de suas coordenações, núcleos e assembleias, além de participar do CMAO (NAPP, 2011b).

As principais responsabilidades do CMAO são organizar e dinamizar a participação comunitária, acompanhar e monitorar a execução

⁹⁸ Há uma experiência do MNLM no Rio Grande do Sul, no município de São Leopoldo, chamada Loteamento Cerâmicas Anita, na qual o Movimento optou por participar do MCMV empresarial, em detrimento do MCMV Entidades, argumentando que, como um movimento popular, não quer lidar diretamente com a gestão de recursos, mas fiscalizá-la. Neste contrato, em função das boas relações do Movimento com o Ministério das Cidades, ele conseguiu o cadastramento da pequena construtora na lista das empresas passíveis de assinarem contrato com a CEF, impondo a esta a contratação dos futuros moradores, inclusive as mulheres, para as obras.

⁹⁹ É fundamental que os participantes tenham disponibilidade de tempo, apoio da comunidade, habilidades necessárias para acompanhar todo o desenvolvimento da obra, conhecimento e participação efetiva nos processos de organização e atuação da comunidade. Ademais, a CAO é composta por 8 integrantes para que haja um representante de cada andar de moradia (2011b).

¹⁰⁰ Dois membros da CAO, escolhidos pelos demais participantes da Comissão para se capacitar, realizaram cursos profissionalizantes de mestre de obras.

da obra, incluindo a compra de material, orçamento e estocagem, e organizar as tarefas e os mutirões. Por este motivo, os moradores que participarem do CMAO não poderão estabelecer nenhum vínculo com a empresa, nem mesmo de trabalho. Os demais membros da CAO poderão se inserir como trabalhadores nas atividades remuneradas, mediante diálogo e aprovação do órgão gestor e da empresa contratada (NAPP, 2011b). Contudo, como a reforma migrou para o PMCMV-E e se tornou de autogestão, o Comitê perdeu o sentido de sua existência.

3.5 Perfil socioeconômico das famílias ocupantes *versus* o perfil socioeconômico da região

Neste item, será apresentado o perfil socioeconômico das famílias da Ocupação Manuel Congo, estabelecendo uma comparação com o perfil das famílias residentes na região central do município do Rio de Janeiro segundo o Censo 2010¹⁰¹, para identificar em que medida a presença da Ocupação trouxe maior heterogeneidade social para a região. As Áreas de Ponderação (AED) analisadas foram escolhidas de modo a abranger a região central tratada no capítulo 1 e os bairros residenciais mais próximos da Ocupação que os moradores frequentam em seu cotidiano.

O perfil socioeconômico dos moradores da Manuel Congo será apresentado com base nos dados do cadastro das famílias realizado em 2009 pelo Núcleo de Assessoria, Pesquisa e Planejamento (NAPP), para integrar o processo de regularização da Ocupação junto ao ITERJ.

Conforme constatado em campo, as famílias que originalmente ocuparam o prédio ainda ocupam cerca de metade dos espaços utilizados como moradia no edifício, tendo havido alterações nas famílias que estão ocupando os outros espaços.

A Ocupação é formada por 42 famílias¹⁰²– 108 pessoas -, sendo

¹⁰¹ Nesta análise, consideramos as Áreas de Ponderação (AED) do Censo de 2010 Centro 1 e 2 (agrupadas), “Estácio, Catumbi e Cidade Nova”, “Caju, Gamboa, Santo Cristo e Saúde” e “Catete e Glória”.

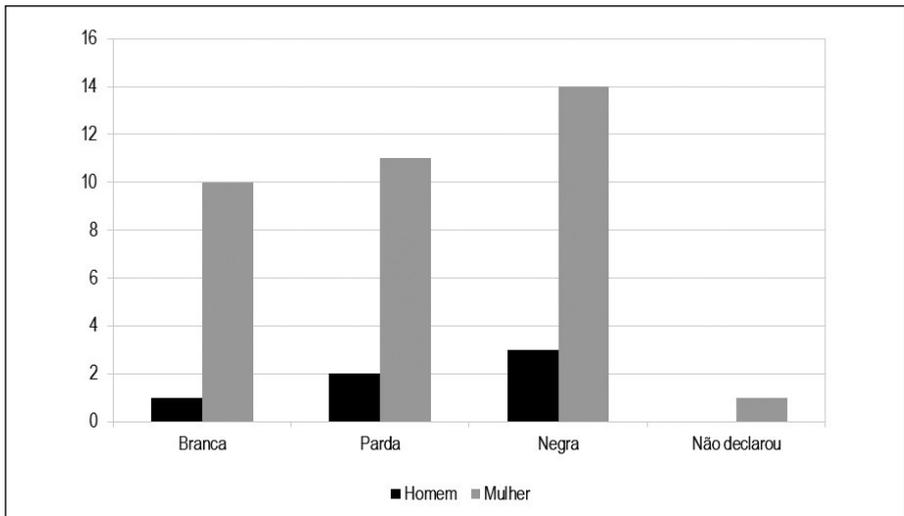
¹⁰² Este número de 42 famílias foi definido em função do número de unidades habitacionais possíveis de serem criadas no imóvel, considerando tipologias diversas, em função das necessidades das famílias. Os dados que serão apresentados correspondem às famílias que estavam na MC em 2009, ano da realização do cadastro. Estas ainda são mais da metade das famílias que atualmente habitam a Ocupação, tendo outras famílias aderido à Ocupação, substituindo aquelas que saíram. Contudo, os números apresentados sobre número de moradores são imprecisos, seja pelo fato de alguns saírem e outros entrarem, seja pela variação nos componentes da unidade familiar.

59 do sexo feminino e 49 do sexo masculino. Excluindo as 10 pessoas cujas idades não foram identificadas, 41 eram crianças ou adolescentes, considerando os limites de 0 a 17 anos. Nesta faixa, treze estavam em idade de frequentar creche, porém apenas cinco frequentavam creches, pois as existentes no entorno (região central, desde a Glória até Santo Cristo) não atendiam à Ocupação. As famílias já tentaram instalar uma creche comunitária no prédio, que funcionou por períodos esparsos por falta de estrutura pedagógica e financeira. As quatorze crianças (5 a 12 anos) e onze entre os quatorze adolescentes (13 a 17 anos) estavam matriculadas na escola.

Em relação à estrutura etária, o perfil dos moradores da Manuel Congo é bastante diferente da população da AED Centro (19.656 habitantes), pois aqueles são mais jovens. Enquanto na Ocupação a maior parte dos moradores possui entre 15 e 24 anos (27%) com um número insignificante de idosos (acima de 60), o maior percentual na AED Centro é composto por idosos (44%).

Na MC, a maioria absoluta dos chefes de família é mulher (36 de 42), sendo um terço delas negra e quase metade (20) com idades entre 18 e 35 anos. A distribuição dos chefes de família por sexo e cor consta na Figura 9.

Figura 9 – Distribuição de chefes de família por sexo e cor.
Ocupação Manuel Congo



Fonte: NAPP, 2009. Elaborado pela autora

Os dados relativos à cor dos indivíduos na Ocupação Manuel Congo são diferentes daqueles apresentados sobre as AED da região central no Censo (62.015 habitantes). Enquanto naquela, 30 chefes de família são negros (17 pretos e 13 pardos) e 11 brancos, em todas as AED do Censo 2010 analisadas, a população branca se destaca perante as outras cores, abrangendo até 68%, na AED Catete e Glória. Nas AED Caju, Gamboa, Santo Cristo e Saúde e Estácio, Catumbi e Cidade Nova este panorama destoa um pouco das outras, com 46% da população branca e 54% de parda e preta (40% e 14%, respectivamente) na primeira AED e 42% da população branca e 56% de parda e preta (36% e 20%, respectivamente) na segunda (Tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição percentual dos responsáveis por domicílio das Áreas de Ponderação por cor

Área de Ponderação	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Caju, Gamboa, Santo Cristo e Saúde	46%	14%	01%	40%	00%
Catete e Glória	68%	07%	01%	24%	01%
Centro	58%	10%	0%	31%	1%
Estácio, Catumbi e Cidade Nova	42%	20%	02%	36%	00%

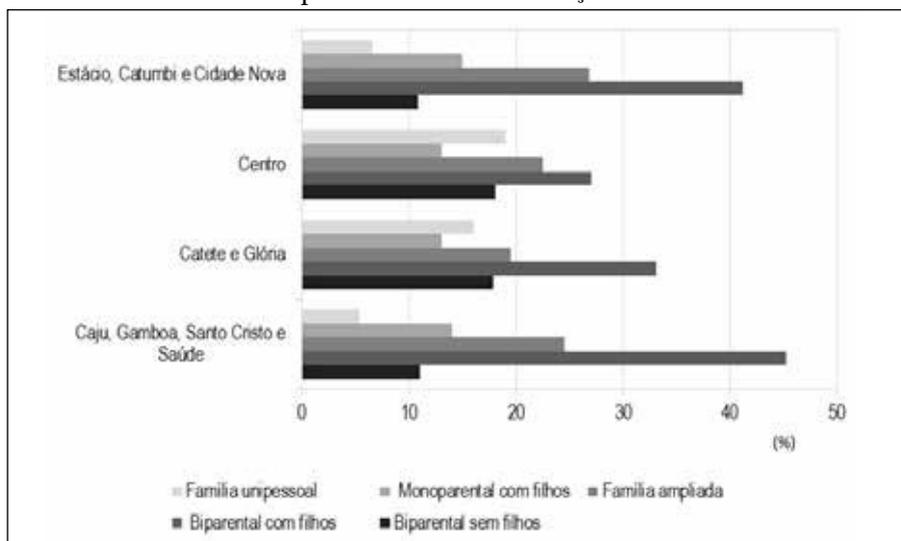
Fonte: Censo 2010 (IBGE). Tabela elaborada pela autora.

Conforme o diagnóstico social do NAPP, 30 dos 42 núcleos familiares são pequenos, compostos de uma ou duas pessoas, o que poderia indicar que são solteiros ou casais sem filhos que optam por morar no Centro. No entanto, a partir da análise da composição dos núcleos familiares, percebe-se que a maior parte das famílias com duas pessoas é de famílias monoparentais com filho, já que há apenas uma família biparental sem filhos. Também se identifica que 28 das 42 famílias possuem filhos, que na maior parte dos casos são crianças ou adolescentes, já que a maioria dos filhos adultos já constituiu novas famílias.

Uma diferença da Ocupação para os dados das AED analisadas do Censo 2010 no que diz respeito à composição familiar é que, enquanto a maioria das famílias em todas as AED consideradas é biparental com filhos, na MC o número deste tipo de família é ainda um pouco menor

que o de famílias unipessoais. Contudo, de acordo com a Figura 10, fica evidente uma tendência de aproximação do percentual entre estes dois tipos de família nas AED do Centro e do Catete e Glória, quando comparadas às outras AED. Outra diferença entre a Ocupação e as AED é a presença considerável (variando de 10 a 18%) de famílias biparentais sem filhos nos dados do Censo, sendo que na Ocupação há apenas um caso deste tipo.

Figura 10 – Distribuição dos tipos de família¹⁰³
por Área de Ponderação



Fonte: Censo 2010 (IBGE). Elaborado pela autora.

Todas as famílias são de baixa renda (0 a 3 salários mínimos) sendo que havia maior concentração (23) na faixa de R\$0,00 a R\$500,00¹⁰⁴. Quase metade dos chefes de família (20) encontrava-se desempregada no momento do cadastro e seis responderam “outra situação”, que normalmente significa uma atividade extra e casual – resultando em um total de

¹⁰³ Para facilitar a comparação dos dados do Censo com os dados da MC foram utilizados neste gráfico dados referentes à unidade doméstica (para captar o percentual de famílias unipessoais) e à composição familiar, dentro do qual foram agrupadas e nomeadas as categorias da seguinte forma: “casal sem filhos” para o IBGE, ficou como “família biparental sem filhos”; “casal com filhos”, como “biparental com filhos”; “homens ou mulheres sem cônjuges e com filhos”, como “família monoparental com filhos”; e “homem ou mulher sem cônjuge com filhos e com parentes”, “casal com parentes”, “casal com filhos e com parentes” e “outro” como família ampliada.

¹⁰⁴ Valor vigente do salário mínimo, por ocasião da pesquisa, igual a R\$ 471,00.

26 chefes de família que não possuíam uma atividade de geração de renda sistemática. Isto indica que há uma concentração de trabalhadores temporários na Ocupação. Apesar desta condição, apenas cinco famílias participavam de programas sociais do governo, sendo que três recebem Bolsa Escola, uma, Bolsa Família e uma, Bolsa Alimentação (NAPP, 2009b).

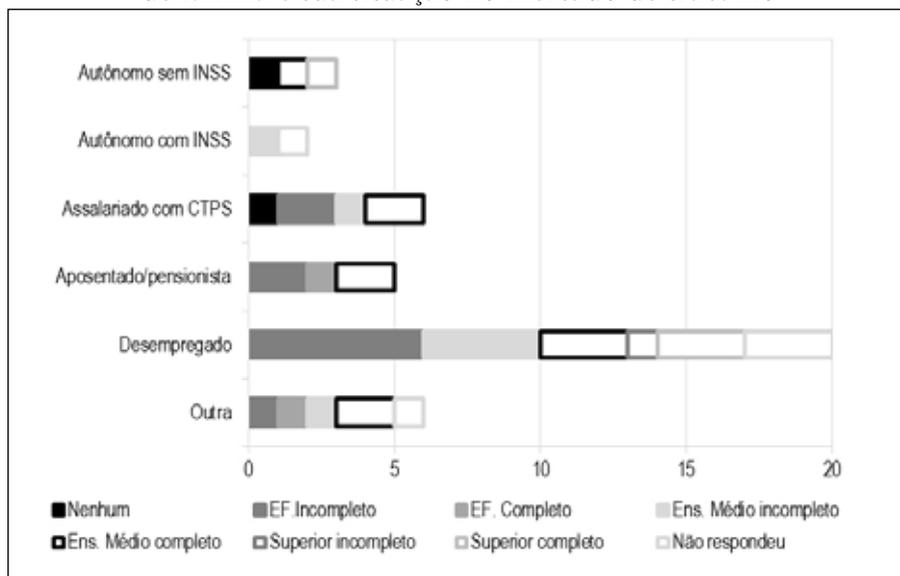
A grande maioria dos moradores atua nos postos mais baixos da economia urbana, havendo, por exemplo, ambulantes, costureiras, operadores de máquinas, trabalhadores da construção civil, domésticas e auxiliares de serviços gerais. Porém, cabe mencionar a presença de uma psicóloga e uma professora.

Mais da metade dos chefes de família (28) não terminou o ensino médio, sendo que uma parte expressiva (17) sequer concluiu o ensino fundamental. Há, por outro lado, cinco chefes de família com ensino superior completo - um deles com especialização e outra com mestrado e uma que tem o ensino superior incompleto. Na Figura 11, nota-se que não há uma relação direta entre a escolaridade e a situação no mercado de trabalho dos chefes de família, estando os mais bem qualificados desempregados na época do cadastro. Entretanto, isto pode ser explicado porque todos os chefes de família que possuem ensino superior- completo ou incompleto- integram a coordenação do Movimento e dedicam a maior parte de seu tempo à militância política e não ao trabalho remunerado. Isto pode ser confirmado na Figura 12, que assinala estas mesmas pessoas sendo as únicas cujas famílias não alcançam a maior faixa de renda familiar- R\$1.001,00 a R\$1.500,00.

O que pode ser destacado aqui é que ter o maior nível de escolaridade não é garantia de remuneração maior e nem de empregabilidade. Todas as faixas de rendimento familiares estão presentes em todos os níveis de escolaridade abaixo do superior, com exceção da faixa de R\$0 a R\$250,00, que aparece somente para uma família cujo titular tem ensino médio completo e uma família cujo titular possui ensino fundamental incompleto.

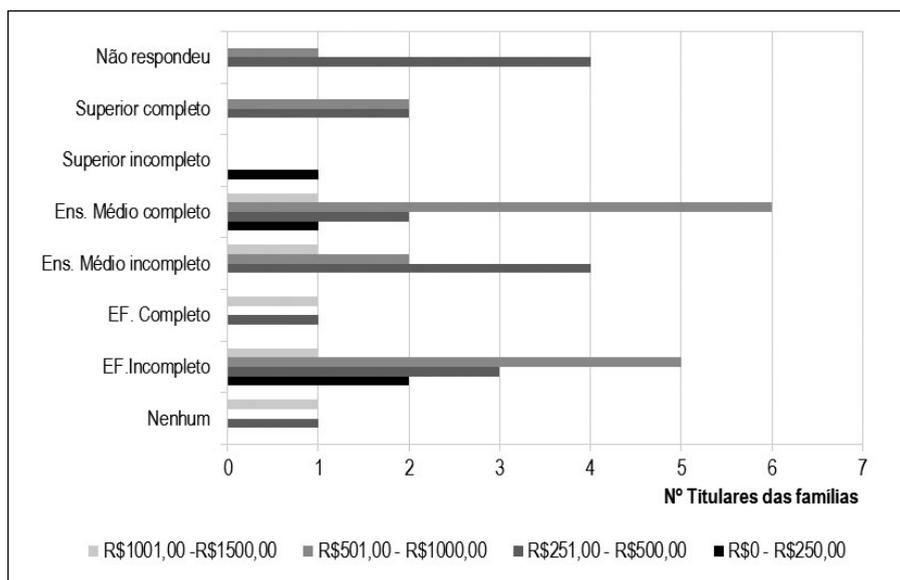
Os dados do Censo 2010 evidenciam a relação entre o nível de escolaridade e a região do domicílio. Na AED Caju, Gamboa, Santo Cristo e Saúde o índice de responsáveis por domicílios sem instrução ou com baixa instrução equivale a 55%, muito superior às demais localidades, sendo a AED também com a menor renda *per capita* (Figura 13 e Figura 15). No outro extremo de nível de educação

Figura 11 – Relação entre o nível de escolaridade dos chefes de família e sua situação no mercado de trabalho



Fonte: NAPP, 2009. Elaborado pela autora.

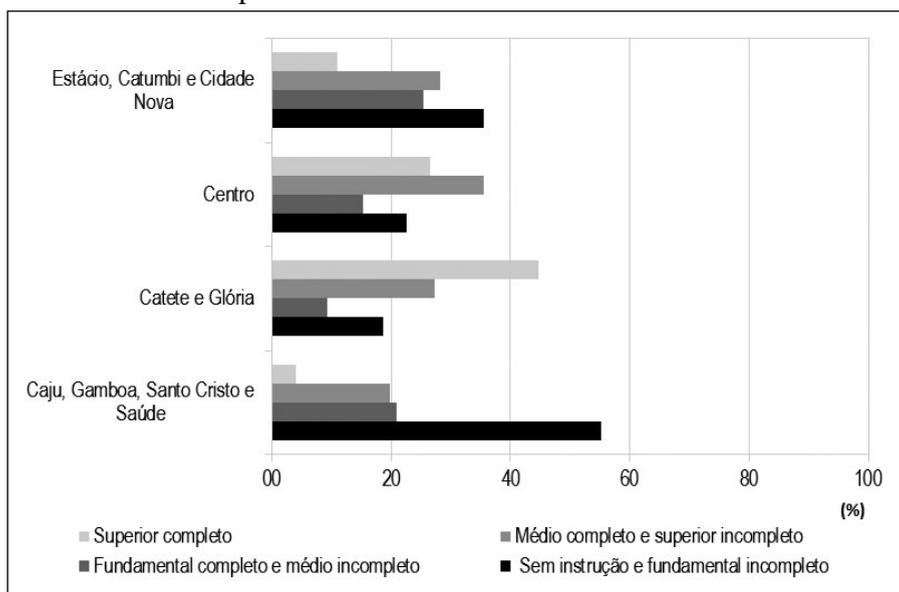
Figura 12 – Relação entre o nível de escolaridade dos chefes de família e a renda familiar



Fonte: NAPP, 2009. Elaborado pela autora.

formal, na AED Catete e Glória, 45% dos responsáveis por domicílio possui nível superior completo, maior do que nas demais localidades. O percentual de pessoas com nível médio completo e superior incompleto é relativamente constante nas outras quatro AED, destacando-se a AED Centro com o maior índice, 36%. Em relação à escolaridade, a Ocupação Manuel Congo se aproxima mais da situação da AED Caju, Gamboa, Santo Cristo e Saúde.

Figura 13 – Nível de escolaridade dos responsáveis por domicílio nas AED analisadas



Fonte: Censo 2010 (IBGE). Elaborado pela autora.

De acordo com o CENSO 2010, o percentual de pessoas desempregadas ou em fragilidade ocupacional varia de 13%, na AED Centro, a 27%, na AED Caju, Gamboa, Santo Cristo e Saúde. A situação da Manuel Congo neste aspecto é muito pior do que a de qualquer AED, pois mais da metade dos responsáveis por domicílios (27 de 42) se encontrava desempregada ou em fragilidade ocupacional.

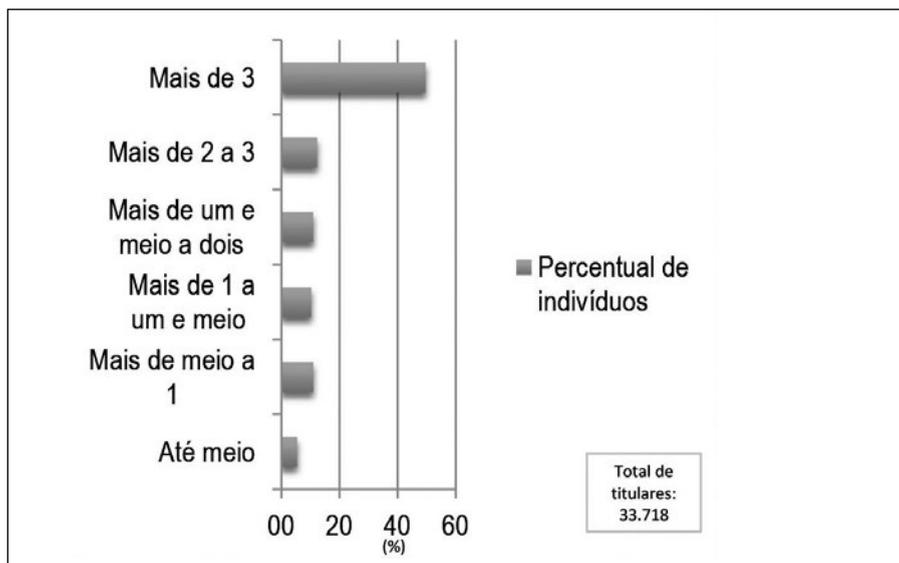
Tabela 5 – Percentual de responsáveis por domicílios desempregados e em situação de fragilidade ocupacional nas AED analisadas

Áreas de Ponderação	Pessoas desempregadas (%)	Pessoas em situação de fragilidade ocupacional (%)
Caju, Gamboa, Santo Cristo e Saúde	15	12
Catete e Glória	9	5
Centro	7	6
Estácio, Catumbi e Cidade Nova	12	13

Fonte: Censo 2010 (IBGE). Tabela elaborada pela autora.

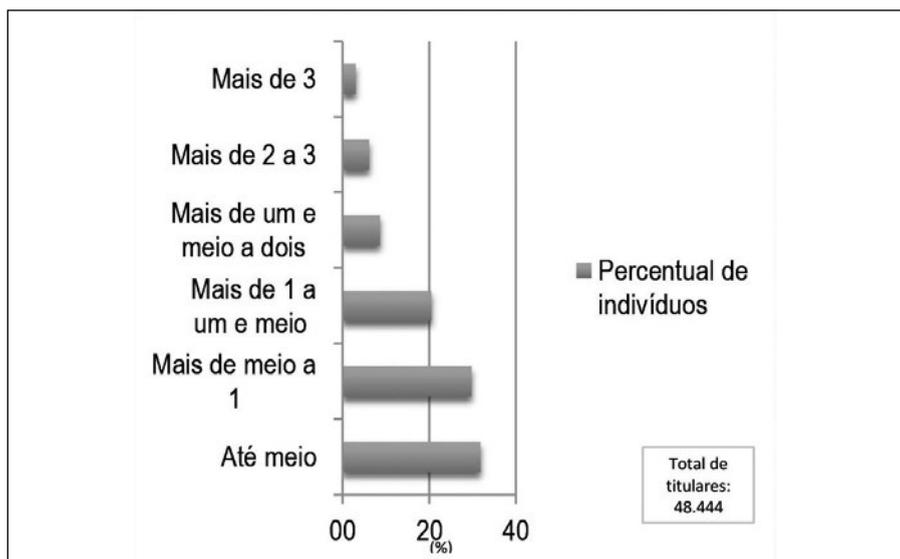
Em relação à renda *per capita* em salários mínimos, são apresentados gráficos das duas AED da região central em situações extremas, mais uma vez, Catete e Glória, positivamente, e Caju, Gamboa, Santo Cristo e Saúde, negativamente. A primeira AED apresenta uma renda domiciliar *per capita* superior aos demais bairros, onde 50% das pessoas recebem mais de 3 salários mínimos (Figura 14). Já na AED Caju, Gamboa, Santo Cristo e Saúde, a renda *per capita* de até um salário mínimo alcança 62% dos responsáveis por domicílio, sendo 32% até meio salário e 30% de meio a 1 salário (Figura 15). A situação da Ocupação Manuel Congo se encontra mais uma vez mais próxima da AED Caju, Gamboa, Santo Cristo e Saúde, já que não possui famílias com mais de três salários mínimos. Portanto, o máximo que alcança para toda a família são 3 salários mínimos. Ademais, a maior parte delas recebia entre 2 e três salários mínimos, distribuídos, em 60 % dos casos por no mínimo duas pessoas.

Figura 14 – Distribuição percentual de renda *per capita* em salários mínimos da AED Catete e Glória



Fonte: Censo 2010 (IBGE). Elaborado pela autora.

Figura 15 – Distribuição percentual de renda *per capita* em salários mínimos da AED Caju, Gamboa, Santo Cristo e Saúde



Fonte: Censo 2010 (IBGE). Elaborado pela autora.

A partir das análises, chegamos à conclusão de que o perfil social dos moradores da Ocupação Manuel Congo é bastante diferente daquele referente à população da região central como um todo, se aproximando, em alguns aspectos, do perfil da AED Caju, Gamboa, Santo Cristo e Saúde, como no caso dos rendimentos *per capita* e dos níveis de escolaridade. Isto acontece pois os moradores são oriundos de bairros empobrecidos e favelas, como se dá na maior parte desta AED, que, como apresentado no capítulo 1, é exatamente a área da região central que está passando por um processo de “revitalização” – “Porto Maravilha”, ou seja, um projeto das classes dominantes de expulsar os pobres do centro.

Todas as diferenças assinaladas, em especial em relação à variável “cor dos chefes de família”, na qual somente na Ocupação Manuel Congo a proporção de brancos é muito pequena, enquanto nas AED é no mínimo de 46%, demonstra que os negros empobrecidos estão de fato marginalizados na área central.

4. Os ocupantes: trajetórias, cotidiano e apropriações da cidade

Neste capítulo, serão expostas as trajetórias de vida dos moradores entrevistados e algumas de suas práticas cotidianas da cidade, procurando identificar possíveis indícios de explicações para estas pessoas estarem morando hoje na Ocupação Manuel Congo e o sentido dado para isto. A análise das entrevistas será guiada pelas principais questões desta pesquisa, isto é, o centro como conflito, a ideia de acessibilidade e a produção-apropriação coletiva da cidade.

4.1 Trajetórias de vida

Alguns aspectos das trajetórias de vida dos militantes e não militantes entrevistados serão apresentados para avaliar possíveis conexões entre o que cada um valoriza na vida urbana, seus cotidianos e suas histórias.

4.1.1 Militantes

LUISA¹⁰⁵ tem 54 anos é coordenadora nacional pelo MNLM-RJ e uma referência para grande parte dos moradores. Seus dois filhos também moram na Manuel Congo, com suas famílias. Nasceu em Minas Gerais e se mudou para Volta Redonda após passar por um processo de despejo de terra, onde havia crescido.

Ao chegar a Volta Redonda, Luisa, pai, mãe e seus dois irmãos ficaram “amontoados num quartinho de 3mx3m” na casa de amigos. O sustento da família foi garantido pelo esforço dos pais e pela solidariedade dos vizinhos. As condições melhoram um pouco quando o pai

¹⁰⁵ Para preservar a identidade dos entrevistados, serão utilizados neste livro nomes fictícios.

de Luisa conseguiu um emprego com carteira assinada.

Com 13 anos, se envolveu em um grupo de adolescentes cristãos e começou a indagar os motivos “daquela miséria toda, aquela dificuldade toda... as lágrimas do meu pai...”. Diferente da maioria das pessoas que passou pela miséria, Luisa não quer “acumular dinheiro”, mas participar da luta por “uma solução”. Mais tarde, Luiza fez a associação entre o discurso religioso e o do partido que se filiou – PT -, que “categorizava os pobres de Deus como classe salvadora”.

Casou-se aos 22 anos e foi morar nos fundos da casa da sogra e, quando sua filha nasceu, voltou para o aluguel. Depois, ela e o marido compraram um barraco em uma área de posse, onde seus pais também estavam morando. Era uma região onde não havia esgoto e as ruas “eram um aterro”. Foi quando ela se aprofundou mais nas questões da cidade e junto com seu marido, com companheiros das pastorais e com a Comissão de Direitos Humanos fundaram a Comissão de Posses Urbanas.

No início da década de 1980, Luisa participou da organização de uma luta contra o desemprego, foi às passeatas, greve geral, levando a filha na barriga, depois no colo e na mão, com o outro filho na barriga. Ela abriu mão da faculdade para construir sua trajetória política. Junto com companheiros das favelas de Volta Redonda pensavam, a partir da prática, em construir um movimento de moradia que articulasse as “diversas experiências de luta pela moradia no país, para potencializar a ação a nível nacional e interferir na questão da produção e reprodução da cidade.” A Comissão de Direitos Humanos, embasada na teologia da libertação e através das irmãs dominicanas de Volta Redonda, assessorava o grupo. Esta Comissão também estava envolvida na construção das emendas para a Constituição de 1988. Antes de criarem o MNLM-RJ, construíram o Movimento Nacional de Direitos Humanos, onde associações de moradores e comissões de posseiros também participavam. Luisa também se articulou a outros militantes, assessores e movimentos, especialmente do sul do Brasil, e fundaram a Associação Nacional de Solo Urbano (ANSUR) e em seguida a Central de Movimentos Populares (CMP). Contudo, conforme Luisa, a ANSUR não atingiu o caráter de movimento social que ela se interessava e o CMP também se perdeu em disputas internas. Todas estas experiências foram importante para a articulação de militantes e criação do MNLM.

Trabalhando na incubadora de cooperativas do Instituto Alberto

Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ), conheceu Bernardo e Tatiana¹⁰⁶, que acabaram se tornando os mobilizadores locais da favela do Caju na organização da Manuel Congo. Nos encontros de cooperativismo, Luisa conheceu Elisa – mobilizadora local na favela do Cantagalo¹⁰⁷ –, que estava envolvida neste tema por ser liderança comunitária do Cantagalo, interessada em fundar uma cooperativa de costura. Apesar dos bons frutos, houve um momento em que Luisa se desligou do projeto por divergências políticas e voltou para Volta Redonda. Meses depois, voltou para o Rio como chefe de gabinete do deputado estadual Helio Luz (PT), onde conheceu Geraldo, atual coordenador nacional do MNLM-RJ, que na época era assessor deste deputado. Quando acabou o mandato, voltou para Volta Redonda.

Depois, Luisa foi trabalhar junto ao professor Miguel Baldez, de quem Elisa era aluna de graduação e bolsista, na Faculdade de Direito Evandro Lins e Silva. Foi neste período em que Luisa e Elisa estabeleceram uma relação de companheiras de luta. Além de Elisa, Luisa conheceu outros atuais militantes do MNLM-RJ nesta faculdade, inclusive uma atual coordenadora municipal, que foi estagiária do NUTH. Segundo Luisa, “Eu arrebanhei uma galerinha lá da Evandro”, e foi neste momento que a organização da Manuel Congo começou a ser gestada.

Quando Bernardo soube que Luisa estava trabalhando na Evandro Lins e Silva, procurou-a para construir um projeto para o Caju, que resultou em um projeto de extensão da faculdade no bairro. Contudo, Luisa fazia questão de frisar que, embora gostasse da atividade, considerava-a como trabalho, pois sua militância era pelo direito à cidade, no MNLM. Com este discurso, conquistou Bernardo, Tatiana e outros e fundaram o núcleo de organização do MNLM-RJ no Caju.

Nesta época, Luisa se desfilou do PT, pois já tinha deixado de investir na luta via partido, privilegiando a ação direta, do MNLM. “Eu sei que os ‘Ps’ todos vão se acabar, mas os movimentos não vão, não podem se acabar”. Depois de uns anos, segundo ela por solidariedade de classe com os companheiros de Volta Redonda e não por convicção, se filiou ao PSOL, para ajudar na fundação do PSOL de Volta Redonda.

Desde que ocorreu a ocupação, Luisa estava desempregada, pois

¹⁰⁶ Conforme apresentado no item 3.2, Tatiana tinha um projeto cultural que visava disseminar a cultura produzida nas favelas pela cidade.

¹⁰⁷ O Cantagalo é uma favela localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, entre os bairros de Ipanema e Copacabana.

só aceitaria um trabalho que tivesse “uma função social assim muito clara na minha cabeça” dedicando tempo integral à militância. Hoje, ela recebe R\$1.015,00 reais pelo projeto da cooperativa, financiado pela Petrobrás.

Na época em que trabalhava na incubadora da COPPE/UFRJ, Luisa morava de aluguel em Vila Isabel dividindo com outras pessoas, enquanto ia e voltava para Volta Redonda, pois seus filhos haviam ficado com o pai. Retornou à Volta Redonda e, quando voltou ao Rio para trabalhar no gabinete do Helio Luz, já estava separada e levou os filhos. Morou temporariamente em uma casa emprestada na Usina, no pé do Borel, depois conseguiu alugar um apartamento na Tijuca para morar com os filhos. Retornou novamente para Volta Redonda e, quando voltou ao Rio para trabalhar na Faculdade Evandro Lins e Silva, pela primeira vez alugou uma casa sozinha, na Vila da Penha, pois os filhos já estavam casados. Neste momento, decidiu que não voltaria mais para Volta Redonda e que aquele seria seu último aluguel. “Se eu vim pra morar mesmo, então eu ocuparia.”

O sentido da vida de Luisa é a luta política por justiça, por direito à cidade. Assim como Harvey (1980), ela entende a “cidade” como um conjunto de recursos (terra pra morar, transporte, mercado próximo) em disputa.

GERALDO tem 54 anos, é formado em pedagogia e está fazendo especialização em Políticas e Planejamento Urbano pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). Seu sonho é atuar como professor, quando também se envolveria na luta sindical desta categoria. Coordenador nacional do MNLN pelo estado do Rio de Janeiro, atualmente, está assessorando a cooperativa do MNLN-RJ, recebendo R\$1.600,00. Embora seja casado, mora sozinho no último andar da Manuel Congo, enquanto sua esposa permaneceu morando de aluguel.

Desde um ano de idade, Geraldo, junto com seus pais e nove irmãos, morava no bairro Vila São José, de Duque de Caxias. Na década de 1980, influenciado pela Teologia da Libertação, ele começou a militar no Movimento União de Bairros (MUB) de Caxias, com o intuito de “se tornar sujeito da luta”. Geraldo e seus companheiros começaram a fazer reivindicações por meio da associação de moradores, como a instalação de uma rede de saneamento básico e a regularização dos serviços públicos.

Paralelamente à luta, Geraldo conseguiu ingressar na Universi-

dade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Caxias, mas acabou sendo jubilado. Fez o vestibular novamente e passou para pedagogia na Universidade Federal Fluminense (UFF), com uma bolsa de estudos, e foi morar na Casa do Estudante Fluminense, administrada pelo Governo do Estado. Embora sua residência estudantil fosse em Niterói e a casa da família em Vila São José, a vida cultural de Geraldo era no Centro do Rio, frequentando cinemas, teatros e bibliotecas. “Era assim, sair da Baixada de trem pra ter acesso às informações”.

Em meados da década de 1990, Geraldo se filia à União Nacional de Moradia Popular (UNMP), no Rio de Janeiro, e começa a fazer viagens constantes para São Paulo, sede da União. Nesta época, continua atuando junto ao MUB de Caxias e, profissionalmente, chegou a trabalhar na incubadora da COPPE/UFRJ, onde Luisa também estava trabalhando. Em 2000 passou a trabalhar como assessor do deputado estadual Helio Luz (PT), onde Luisa também atuava. Ambos tinham como missão rearticular o movimento social urbano no Rio de Janeiro. O primeiro passo então foi começar a articular a CMP no estado do Rio, inclusive reacendendo o movimento em Caxias.

Neste período, Geraldo conheceu Miguel Lobato, uma liderança do MNLM-PA, que o convidou para o MNLM, argumentando que sua ação em Caxias estava mais alinhada com o MNLM do que com a UNMP, pois era uma ocupação de terras independente de um financiamento público. Desde então, Geraldo tem militado no MNLM, tendo como principais bandeiras o combate à especulação imobiliária e a reforma urbana.

Geraldo luta pela transformação da periferia em bairro e, por ser um militante da periferia, possui uma visão da totalidade urbana (metropolitana). Militar no centro parece fazer parte de uma estratégia política para conseguir mais recursos para sua região de origem¹⁰⁸.

ELISA, mobilizadora de famílias na favela do Cantagalo para a organização da Manuel Congo e coordenadora estadual e municipal do MNLM-RJ, é uma pessoa articulada e foi quem acionou Rosaura para a organização das famílias, pois haviam se conhecido nas ocupações de Anchieta. Elisa tem 47 anos é casada e tem três filhos, de 20, 25 e 27 anos, sendo que dois deles moram na MC com suas respectivas famílias. Ela mora apenas com o marido, que tem 50 anos e é jornalista.

Elisa nasceu e foi criada no Centro do Rio de Janeiro, na favela do

¹⁰⁸ Mais recentemente, o MNLM Caxias fortaleceu sua organização e está mais ativo na luta.

Morro de São Carlos. Trabalhava como costureira em uma confecção no Centro do Rio, onde conheceu Erick, que era cortador e *office boy* e morava no Cantagalo. Quando ela tinha 24 anos eles se casaram e Elisa foi morar no Cantagalo, em uma casa construída na laje da sogra. Quando ficou grávida, parou de trabalhar, segundo ela, porque não estava disposta a gastar muito tempo em transporte. “Era muito longe porque o transito no Rio sempre foi péssimo. Demora uma hora pra chegar em Ipanema, do Centro”. Esta fala remete à questão da acessibilidade, pois o importante para ela não é a distância, mas o tempo de deslocamento.

A partir deste momento, se envolveu intensamente na vida comunitária do Cantagalo. Após assistir uma palestra, Elisa identificou que uma via para organização comunitária poderia ser a criação de um “grupo de mulheres para trabalhar na geração de trabalho e renda”, já que muitas eram desempregadas. Segundo Elisa, Erick ficava incomodado com a sua “dedicação excessiva” a este projeto, argumentando que ela também precisava ajudar a pagar as contas. Porém, após um tempo, quando o grupo começou a de fato “pegar trabalhos”, o marido reconheceu a importância deste projeto, pois, segundo Elisa, sua família toda acabou se engajando na vida comunitária. Além deste impulso, Elisa também estimulou seu marido a voltar a estudar, uma vez que ele só tinha terminado a 5ª série, e hoje é formado em jornalismo e teologia.

Em 2004, Elisa ingressou na faculdade de Direito, onde fez todos os seus trabalhos buscando demonstrar que é possível as classes baixas fazerem uso da Justiça, tanto no que diz respeito à adoção de filhos, quanto à regularização da moradia. “Todo mundo que desconhece o Direito tem medo de acessar e de ir no juizado”. Foi na faculdade que conheceu a coordenadora nacional do MNLM, se envolveu com o Movimento e, juntas, criaram um projeto de extensão no Caju. Nas reuniões de formação do grupo, Elisa procurou trabalhar a ideia da moradia como direito.

Em 2009, se graduou e hoje coordena, prestando assessoria jurídica, o projeto de costura, “Corte e Arte”, que fundou junto com um grupo de mulheres na Associação das Costureiras Autônomas do Morro do Cantagalo no início dos anos 2000. Elisa também trabalha no projeto financiado pela Petrobrás da cooperativa do MNLM para o Restaurante e Casa de Samba Mariana Crioula. Mas seu maior sonho

é “só estudar”: “Já to com os filhos casados, tudo direitinho pra poder fazer isso! Investir tudo na vida acadêmica!”.

Erick é jornalista, escreve para o jornal comunitário “Viva Favela” e há 15 anos trabalha como articulador comunitário da Zona Sul no Viva Rio, com carteira assinada. A renda familiar do casal atualmente é de aproximadamente R\$2.500,00, que aumentou significativamente desde que se mudaram para a Manuel Congo. “Hoje a nossa renda tá chegando a mais do que 3 salários. Porque antigamente não tinha 3 (salários), agora tem mais de 3 (salários)! Deve ‘tá chegando por volta de uns R\$2.500,00”.

ROSAURA foi a mobilizadora de famílias em Anchieta e Costa Barros para a organização da Manuel Congo e até o início de 2013 era coordenadora municipal do MNLM. Ela nasceu em São Luiz, onde morava em uma casa grande com os pais. Em função desta referência, mesmo não tendo filhos, Rosaura tinha o sonho de ter uma casa ampla, para receber os parentes e amigos. Por questões familiares, em 1980, resolveu se mudar para o Rio de Janeiro, onde uma tia morava.

Rosaura tem 53 anos e já vem militando em movimentos de moradia desde os vinte e três, tendo participado de ocupações de terras com até 4.000 famílias em Anchieta e Costa Barros com o Movimento dos Sem Teto e Sem Terra. Foi nesta época que conheceu Elisa.

Dois anos depois de casada, em 1987, Rosaura conseguiu um terreno em uma das ocupações, onde construiu, junto com o marido, a sonhada casa grande, “com três quartos, sala, varanda grande, área, garagem grande, dois banheiros no quarto e no outro. Minha casa tá perfeita bonitinha.” No loteamento onde construiu sua casa, conseguiu, junto com a comunidade, a implantação de um Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), da rede de saneamento, e criou uma creche. Mas, quando se separou, o marido ficou com a casa e ela voltou a morar com familiares em Costa Barros. Neste contexto, Rosaura se envolveu com o MNLM em busca de uma moradia. Hoje ela mora sozinha na MC.

Sempre trabalhou em projetos sociais com crianças e adolescentes, desde São Luiz. Outro sonho, concretizado, foi formar-se em psicologia (1992-1997). Atualmente, trabalha em uma ONG no Irajá com orientação familiar de crianças deficientes e suas famílias, além

de ter uma creche em Anchieta, que veio a ser o local de reunião de famílias do polo Anchieta para organização da MC. A renda de Rosaura é de aproximadamente R\$1.500,00.

Como o Geraldo, Rosaura é da periferia e este é o local de sua militância. Embora pudesse viver em Anchieta com sua renda, optou por morar no Centro.

MARIA, uma argentina, com 52 anos, militante anarquista e formada em psicologia e enfermagem, mora sozinha na Ocupação. Antes de ir para a MC, morava em uma ocupação na Lapa, organizada pela Frente Internacional dos Sem Teto (FIST). No entanto, por considerar a liderança desta Frente muito autoritária, se articulou com os moradores da MC e se mudou para lá em 2009, depois da ocupação consolidada.

Além do MNLM, Maria também é militante do Movimento dos Trabalhadores Desempregados pela base, que tem dois núcleos: um em Vila Isabel, com um pré-vestibular comunitário, voltado para a comunidade do Morro dos Macacos, e o segundo na Vila Cruzeiro, com o projeto Linha Cultural, que visa divulgar a cultura da periferia, divulgar o *hip hop* como método de contestação. Este projeto recebe recursos de alguns sindicatos, para comprar equipamentos, e faz ações em comunidades das zonas sul, norte e oeste do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense.

Na Argentina, Maria estava integrada ao “processo burguês do emprego, trabalhando de segunda a sexta em um horário, com propriedade privada, carro, com tudo que tinha direito”. Na época das eleições vencidas por Lula, ouviu dizer que haveria uma revolução no Brasil e por isso se mudou para cá. Foi aqui no Brasil que “se socializou” e considera que, por não estar submetida a um patrão, todas as experiências de trabalho aqui são de “autogestão”. “Sair na rua e vender tapioca, vender livro, refrigerante... isso é uma experiência de autogestão”.

Atualmente ela faz parte da Rede de Economia Solidária (RES) e trabalha vendendo produtos da RES em feiras, ganhando uma porcentagem da venda. Também faz massagens e dá aulas de espanhol, mas sua renda, segundo ela, “não chega a um salário mínimo”.

4.1.2 Não militantes

NINON e **DIANA** são duas irmãs que moram com suas respectivas famílias na Manuel Congo. Atualmente, estão dividindo o mesmo espaço, pois todas as famílias se mudaram para apenas uma coluna do prédio, já que a reforma foi iniciada em uma coluna e depois será na outra.

Ninon tem 31 anos e mora com seu marido, Everaldo, e sua filha, Juliana, de 6 anos. Diana é mãe solteira e mora com seus dois filhos, Pedro, de 12 anos, e Bruna, de 11. A família delas é do Maranhão e passava “muitas necessidades”, por isso, com 10 anos, Ninon já trabalhava como doméstica em São Luís. Uma tia, que morava no Rio e sempre visitava os familiares no Maranhão, pediu para levar uma das sobrinhas para o Rio, para que pelo menos alguém “se organizasse”. Ninon foi indicada pela mãe e veio para o Rio de Janeiro.

Ao chegar, morou com a tia e uma prima – Rosaura, coordenadora municipal do MNLM-RJ – na Pavuna. Pouco depois, conheceu Everaldo e se mudou com ele para outra casa alugada, em Costa Barros, bairro vizinho à Pavuna. Depois de alguns anos, Rosaura convidou Ninon para participar de uma ocupação de terras em Anchieta “do Paulino de Aquino”. Embora Ninon tenha aceitado, ao final, não ficou, pois disse que “a comunidade virou ponto de drogas”. Um tempo depois, Rosaura ofereceu à Ninon uma “folha do movimento que luta pela moradia digna” para ela preencher, se candidatar e participar das reuniões.

No Rio, Ninon terminou o ensino médio, trabalhou durante três anos como assistente administrativa, dois anos como secretária, alguns anos, como ascensorista e atualmente como caixa de supermercado, na Lapa; todos com carteira assinada. Quando deixou o emprego de secretária, ainda morando em Costa Barros, Ninon procurou trabalho por muito tempo, mas a maioria dos empregadores não queria pagar duas passagens. Ela só conseguiu o emprego como ascensorista quando foi para a MC e atribui sua contratação ao fato de morar perto do trabalho e poder ir a pé (o prédio era na Rua Araújo Porto Alegre e o escritório na rua Evaristo da Veiga).

Everaldo, marido de Ninon, trabalha com construção civil. Recentemente, ele prestou serviço para uma firma terceirizada da Petrobrás durante cinco meses, mas agora está trabalhando no projeto da cooperativa do MNLM-RJ, fazendo a manutenção do prédio – instalação elétrica e encanamento do escritório-, junto com Cesar. Everaldo e Cesar fizeram curso de mestre de obras pelo projeto e estão na Comissão de Obras da Ocupação.

A convite da irmã, Diana chegou em 2010, diretamente do Maranhão para a Manuel Congo. No Maranhão, ela participou de uma ocupação de terras e “ganhou” um terreno. Desempregada e com duas crianças, Diana foi construindo, com a ajuda do pai, uma casa de barro, enquanto seus vizinhos erguiam casas de alvenaria.

Diana estudou até a quinta série e, já no Rio de Janeiro, fez um curso de ascensorista e trabalhou sem carteira assinada por nove meses na mesma empresa que a irmã, mas estava insatisfeita porque não recebia todos os benefícios e, no mesmo momento que Ninon, pediu demissão. Diana diz que sua profissão, da qual gosta muito, é ser costureira; faz “todo tipo de roupa”.

Fiz um curso do projeto que foi de computação, mas o que estava querendo mesmo era designer de moda, desenhista, modista. Porque eu quero aperfeiçoar mais, eu gosto de moda, eu gosto de trabalhar cortando, fazendo moda, fazendo roupas.

Trabalhou um curto período em um ateliê, mas, como viu que não assinariam a carteira, saiu. “Eu já estou cansada de trabalhar sem carteira assinada”. Diana e a irmã compraram umas máquinas de costura para produzir peças em casa. Porém, não possuem clientes fixos, já que “não pode ter negócios, aqui dentro do prédio. Mesmo porque, eu sou da cooperativa”. Além dos pequenos serviços que ela presta, também recebe Bolsa Família e é ajudada financeiramente pela irmã e cunhado. Diana está ansiosa pela abertura do ateliê de costura da cooperativa na Ocupação Mariana Crioula. No entanto, ainda considera que o trabalho ideal seria abrir um negócio próprio de costura com a irmã. Depois da entrevista, ela conseguiu um emprego de faxineira com carteira assinada na Escola Americana, na Gávea, por meio de envio de currículo pela internet.

Diana investe muito na educação dos filhos, acreditando que este é o caminho para eles terem um futuro melhor, “para quando tiverem 17 ou 18 anos conseguirem um emprego digno”. Sua filha fez prova para o Colégio de Aplicação da UFRJ e para o Colégio Pedro II, mas não passou “porque não teve explicadora”. Enquanto não conseguem entrar para um colégio de excelência, seus filhos estudam na Escola Municipal Tiradentes, na praça Tiradentes. A Bruna estuda inglês no Curso Yes, no bairro de Fátima, e Diana pretende inscrever Pedro em

um curso no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

HÉLIA tem 53 anos e tem “loucura por estudar e ser alguém na vida”. Completou a quarta série à revelia da mãe, que achava que ela não precisava estudar. Desde os 12 anos, trabalha, já tendo atuado como babá, passadeira e arrematadeira de costura. Hoje, trabalha como faxineira em Bento Ribeiro e na Penha e, como acompanhante de idoso, no Leme. Como não tem nem teve carteira assinada nestes trabalhos, Hélia paga INSS como autônoma.

Depois de se mudarem para a Manuel Congo, as filhas de Helia estudaram na Escola Estadual Deodoro, na Glória. Mas ambas pararam de estudar quando casaram. Liana não terminou o ensino médio e atualmente trabalha como atendente em um Hortifruti de carteira assinada. Seu marido, que também é filho de uma moradora da MC, trabalha como ajudante de mecânico. A renda dos três juntos gira entorno de R\$2.000,00, considerando a Bolsa família que Hélia recebe.

Antes da ocupação, Hélia morava na Pavuna com o esposo e as três filhas. Apesar de gostar da casa, considerava o local muito perigoso, pois frequentemente viam mortos sendo carregados em carrinhos e jogados no rio. Elas, inclusive, tiveram que se tratar em psicólogos, em função da violência que presenciaram. Segundo Hélia, depois que os milicianos chegaram “melhorou”.

Ela queria se separar, porém não tinha para onde ir. Por isso, se envolveu com a ocupação “de Paulino de Aquino”, na Pavuna, na qual todos tinham que “participar do mutirão”. Mas, segundo Hélia, algumas pessoas estavam subornando as lideranças com dinheiro e conseguindo terreno antes dos outros. Neste contexto, uma amiga de Hélia¹⁰⁹ da igreja da Assembleia de Deus, que já saiu da Manuel Congo, a convidou para participar de “uma ocupação lá pelos lados da cidade” que seria mais rápida do que aquela.

Imediatamente, Hélia topou a proposta e começou a frequentar as reuniões em Anchieta. Já conhecia Rosaura de vista, porque conhecia sua creche, e Dorinha, uma moradora que faleceu, porque frequentavam a mesma igreja da Assembleia de Deus. Hélia e a filha mais nova, que vive com ela, não costumam sair de casa para atividades de lazer, somente para ir à Igreja.

¹⁰⁹ Esta moça é irmã de um ex coordenador do MNLM, que também já saiu da MC.

Hélia começou a fazer o curso de cooperativismo do projeto financiado pela Petrobrás, mas começou a trabalhar e parou de ir ao curso. Ela se arrependeu de não ter concluído e de não ter feito um curso de qualificação profissional pelo projeto. Estava engajada em tentar um curso de qualificação profissional para acompanhante de idoso em São João de Meriti. Tinha voltado a estudar em um colégio na Lapa, junto com uma de suas filhas. No entanto, também abandonou quando começou a trabalhar, pois faz plantões de 24h.

JOSÉ tem 60 anos, é do Maranhão e veio para o Rio, com 22 anos, em busca de melhorar a vida. Terminou o segundo grau tarde, com 28 anos, pois começou a estudar com 13. É ex morador da Manuel Congo e proprietário de um mercadinho em Anchieta.

Ao chegar à cidade, trabalhou com obras durante 4 anos, morando em Honório Gurgel, onde comprou uma casa. Depois, se mudou para Anchieta, onde “ganhou” um lote de uma ocupação “do Paulino de Aquino”, no qual mora até hoje, com exceção dos 5 anos que morou na Manuel Congo.

Em 2007, José se separou da família e sua casa ficou para os filhos. Porém, ficou muito triste com a solidão. Uma amiga¹¹⁰ lhe convidou para participar das reuniões de organização para a Ocupação Manuel Congo do núcleo Anchieta e ele, depois de resistir um pouco, aceitou.

No início, mesmo trabalhando em Anchieta, José ia todos os dias dormir na Manuel Congo. Contudo, com o tempo, foi dormindo cada vez mais no comércio, para não perder tempo de sono se deslocando. Até que chegou ao ponto de só frequentar a Ocupação às segundas e sextas feiras, quando tinha que ficar na portaria e ir à assembleia. Neste período, comprou o terreno ao lado de seu mercadinho e começou a construir uma casa para morar e um depósito para armazenar produtos a serem comercializados.

Segundo José, seu maior acúmulo em relação à Ocupação Manuel Congo foi a convivência com pessoas inicialmente desconhecidas, que “ocupou sua cabeça” e resolveu sua depressão. Na fala a seguir, José compara sua convivência na MC e atualmente, em Anchieta.

Freguês você não tem como estar trocando ideia com um freguês, né?! Ele entrou, comprou e saiu. Você não tem muita convivência. Lá

¹¹⁰ A Antônia também já saiu da MC.

eu tinha, parava para conversar com as pessoas. Ajudou a melhorar aquele motivo da separação, que eu estava com uma depressão, entendeu?! Aí, fui para lá e me ajudou. Eu esqueci aquilo ali fácil, porque era difícil [a luta pela manutenção da Ocupação], né?!

É interessante na história de José que as vantagens locacionais do Centro foram menos significativas do que as da periferia, porque seu trabalho está localizado em Anchieta. Para ele, a distância casa – trabalho aumentou na MC. Frente às opções de escolha de mudar de trabalho, já que podia morar no Centro, ele escolheu voltar para a periferia.

JOANA tem 38 anos e mora com o marido e o filho, que casou com a filha de Helia. Joana estudou em colégio interno e terminou o Ensino Médio. O filho, Walter, parou de estudar antes de concluir o terceiro ano do Ensino Médio e o marido, Roberto, voltou a estudar enquanto morava na MC. Ele está no nono ano da modalidade de Educação para Jovens e Adultos e vai de bicicleta para a escola.

Desde que casou, morou em alguns lugares. Antes de ir para a MC, ela morava com o marido na casa do pai – sem janelas e muito quente –, no Caju. Mas, como se incomodava com a coabitação familiar – “se você tem família, tem que ter um canto para você. [...] não tem que estar na casa dos seus pais” –, quando soube das reuniões pré-ocupação pela sobrinha, que havia sido avisada pela Tatiana (mobilizadora do Caju), se engajou no processo. “Walter estudava e o Roberto trabalhava, então eu estava mais presentes em todas as reuniões. Pode-se dizer que eu não perdi quase nenhuma”.

Em termos de trabalho, atualmente os três membros da família estão desempregados. Ela já teve vários trabalhos com contratos temporários como “auxiliar de produção”, mas há três anos ficou desempregada. Ano passado fez um curso de ascensorista, pois não quer mais trabalhar por contrato temporário, em função da ausência de direitos trabalhistas e benefícios. Inicialmente procurou vagas pela internet, mas agora percebeu que precisa distribuir currículos. Enquanto não consegue, vende revistas para ganhar algum dinheiro e também fez alguns trabalhos pontuais com a cooperativa, colaborando na produção das quentinhas. Para a Cúpula das Povos, por exemplo, ela trabalhou na cozinha da Mariana Crioula, a outra Ocupação do MNLM-RJ na região central. “Chegava às seis da manhã lá e saía quase meia-noite. Todo dia. Todo dia nessa luta”.

RENATA é de Beditinos, no Piauí, onde tinha uma vida “muito difícil”. Ela tem 30 anos e é a não militante entrevistada que mais se politizou e aderiu o projeto coletivo. Atualmente é coordenadora municipal do MNLM-RJ.

Migrou para o Rio de Janeiro de carona com uma amiga, em busca de um emprego. Dividiu casa com a amiga na Glória, e depois de casar com Mário retornou para o Piauí, por ser “um local melhor para criar crianças”. Contudo, Renata e Mario não conseguiram emprego e acabaram voltando para o Rio de Janeiro.

Renata se aproximou do MNLM quando foi “pedir um pedaço de terreno” no Caju e conheceu Bernardo, que foi mobilizador do Caju. Nesta ocasião, embora não tenha conseguido o terreno, foi convidada para participar das reuniões de preparação para a Ocupação Manuel Congo. Renata aceitou o convite, passou a frequentar as reuniões e aos poucos foi entendendo o que era o Movimento.

Renata amadureceu a questão do direito à moradia e a importância da organização popular durante sua participação no MNLM. Foi na luta cotidiana pela moradia que percebeu que, junto com outras pessoas, era possível se organizar para tentar transformar a realidade difícil que sempre enfrentou.

Foi também durante a sua vida na Ocupação que Renata voltou a estudar, tendo sido encorajada por Luisa. Matriculou-se no Pró Jovem, terminou o Ensino Fundamental na Escola Municipal Tiradentes, no período noturno¹¹¹ e caminha para concluir o ensino médio. Também já fez um curso de cooperativismo e hoje trabalha na cooperativa do MNLM-RJ, no projeto financiado pela Petrobrás.

Mário, o marido de Renata, “como na maioria dos casos”, não apostou neste processo, pois se incomodava com as regras, e tentou persuadi-la a desistir. No entanto, Renata é que conseguiu convencê-lo, de tal modo que, na ocupação do Cine Vitória, Mario resistiu durante três dias, mesmo correndo o risco de ser demitido, o que acabou acontecendo.

Mario tem 38 anos, estudou até a sétima série e é pintor industrial, já tendo trabalhado de carteira assinada, inclusive quando houve a ocupação do Cine Vitória. Ironicamente, seu último trabalho foi como servente na reforma deste mesmo prédio, onde foi aberta uma

¹¹¹ Outra transformação na vida de Renata foi na forma de se vestir, tendo deixado de usar shorts e saias muito curtos, a partir de conselhos de Luisa sobre as mudanças necessárias nos hábitos e costumes para serem aceitos pela vizinhança burguesa, que tem valores diferentes dos moradores de “comunidades”.

Livraria Cultura. Atualmente, Mario está com um “bico” como pintor. A renda de Renata e Mario juntos é aproximadamente R\$1.300,00.

O casal também mora com dois filhos: Miguel, de 7 anos, e Larissa, de 13. Ambos estudam atualmente na Escola Municipal Guatemala, no bairro de Fátima, para a qual vão de ônibus, sendo levados e buscados por Renata no ponto de ônibus na Cinelândia. Seus filhos participam do Criarte desde o início da Ocupação.

Além dos filhos, recentemente, Renata trouxe uma de suas irmãs do Nordeste, de 17 anos, para morar com ela. Sua irmã estava cursando o primeiro ano do ensino médio em uma escola na Glória e está à procura de emprego. Neste breve período, se envolveu com o filho da Luísa e, conforme já mencionado, está grávida. Em função disso, parou de estudar.

MILA tem 26 anos, estudou até a quarta série e tem um filho de 6 anos que está na terceira série. Soube das reuniões de organização para a Manuel Congo através da mulher do tio (cunhado de Renata) e participou do grupo desde o início, já que não estava satisfeita com coabitar a casa com a mãe e padrasto.

No entanto, após morar um ano e meio na Ocupação, incomodada com a falta de privacidade –“não podia trancar a sua porta e sair pra trabalhar”-, voltou, em 2010, a morar onde sempre morou, no Caju, e, algum tempo depois de viver em um pequeno quarto alugado, se mudou para outra ocupação situada no prédio onde funcionava o Instituto Estadual de Infectologia São Sebastião.

Tal ocupação não é organizada por um movimento social e recentemente passou por um processo de “pacificação”, que a agradou. Segundo a entrevistada, há uma promessa de construção de um empreendimento do Minha Casa Minha Vida no local.

Vale ressaltar que Mila sempre manteve seus laços estreitos com o Caju. Mesmo enquanto morava na Manuel Congo, manteve seu filho estudando no Caju e ia diariamente levá-lo e buscá-lo. Ela trabalha tomando conta de crianças dos vizinhos e ajudando a cunhada a fazer salgados. Sua renda é proveniente de seus biscates e também recebe um auxílio doença do INSS e Bolsa Família, totalizando, aproximadamente, R\$1.200,00.

CORALINA tem 54 anos, estudou até a quarta série e foi criada na Baixada Fluminense e é ex moradora da Ocupação. Na sua infância, o Centro da cidade do Rio de Janeiro era o local procurado para ter acesso ao serviço de saúde. Começou a trabalhar ainda adolescente como doméstica em um apartamento em Copacabana, onde permaneceu durante 40 anos até sua aposentadoria, em 2007. Pouco depois de começar a trabalhar, se mudou para “a Sá Ferreira” [Cantagalo].

No início dos anos 2000, assumiu com seu marido, Sergio, o *trailer* de um de seus filhos, no qual vendia alimentos. Ela cozinhava e Sergio e um filho faziam as entregas, gerando uma renda em torno de R\$1.000,00 por mês. Em 2010, durante as obras do PAC, o *trailer* foi removido. Durante o período que trabalhavam no *trailer*, Sergio praticamente não dormia na Ocupação.

Além do marido, moram junto com Coralina dois filhos – um homem de 31 anos e uma adolescente de 16 – e a nora.

Coralina foi mobilizada por Elisa, com a promessa de “ganhar uma casa”. Ficou interessada, pois se preocupava com as condições da moradia em que vivia. No entanto, se frustrou já no início, porque “quando eu cheguei lá, a gente entrou pra dentro do prédio, era um cinema, sujo pra caramba. Fecharam o cadeado e nós ficamos presos lá dentro, por causa da polícia”.

Vale notar que seu marido praticamente não ficava na Ocupação; dormia, na maior parte das vezes no *trailer*, no Cantagalo. Não cozinhava na Ocupação para comercializar porque, de acordo com “as regras da Ocupação”, não se podia exercer atividade profissional no prédio e, se fosse o caso, seria obrigatório a doação de parte do dinheiro arrecadado para o coletivo. “Eu não gosto disso não, se eu trabalhei, se eu ganhei o meu dinheiro, eu vou dividir com quem?” Coralina tinha dificuldades com as questões do coletivo da MC, por exemplo, além de reclamar da higiene e limpeza da Ocupação, ao invés de se desfazer de seu apartamentinho no Cantagalo, o alugou:

Eles queriam que a gente vendesse [nossa casa], se desfizesse do que a gente tinha pra poder ganhar um lá. Eu não desfiz do meu não. Eu ficava lá e dizia, isso aqui não é o meu lugar. A gente tirava 8 horas de portaria... depois que diminuiu. [...] A gente comia comida coletiva, a gente pagava 30 reais por cabeça pra gente comer e a gente não comia, porque a comida era porcaria, cada

dia era um morador que fazia a comida. O único dia em que todo mundo comia era quando eu ia pra cozinha. Não jogavam nenhum grão de arroz no lixo.

Uma das filhas de Coralina foi proibida de frequentar a MC, fato que também contribuiu para desgastar a relação desta ex moradora com a Ocupação.

Depois de morar três anos na Ocupação Manuel Congo, Coralina “ganhou” uma casa no Cantagalo, pois seu “apartamentinho” (que estava alugado) foi desapropriado pelas obras do PAC para a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

Fui entrevistada, o pessoal do Sérgio Cabral me filmou, eu passei na televisão, mostrando aquela cena, que era muito pobre, não tinha nada, cama no chão, eu fazendo comida naquele fogão, [...] passei quase um mês falando na televisão.

Satisfeita com a casa nova, voltou para a favela. “Aqui eu sou livre. Aqui eu entro a hora que eu quero e saio a hora que eu quero. Lá não. Aqui eu sou livre como um pássaro. Aqui eu mando e desmando”. Além de preferir morar neste apartamento a morar na Ocupação, também valoriza mais a vida no Cantagalo do que no Centro, por estar “na Zona Sul, em Ipanema, estava acostumada com todo mundo aqui, todo mundo me conhece”. Para chegar à sua casa, tem que subir escada, mas ela diz: “Subo devagarzinho, segurando no ferro, mas subo satisfeita porque estou no que é meu”. Quando enfatiza o “meu” demonstra que está embebida do valor da propriedade privada, que é tipicamente burguês.

CLEIDE, de 57 anos, é de Cachoeira, Espírito Santo, onde morava “na roça” com seus pais e trabalhava capinando, plantando e colhendo, “uma vida muito sacrificada”. Mudou para o Rio de Janeiro em busca de melhor oportunidade de trabalho. Quando chegou ao Rio tinha 12 anos e foi morar em São João de Meriti. Desde então sempre morou na Baixada. Antes da ocupação, Cleide estava morando em uma casa alugada com sua filha, Jacqueline – que durante muito tempo trabalhou como doméstica – e com seu neto. Não gostava de morar ali em função da violência: “A questão era que o lugar era muito perigoso.

Vai e não vai tinha morte no meu portão e ainda é assim lá. Vai e não vai acontece brigas em bares, essas coisas”.

Cleide teve acesso à Manuel Congo através de sua filha, que frequentou as reuniões de preparação para uma nova ocupação e colaborava na cozinha coletiva da MC. Em 2009, em virtude da necessidade de cadastrar 42 famílias junto ao ITERJ, surgiu a oportunidade para Jaqueline e Cleide se mudarem para a Ocupação no Centro da cidade, pois faltavam famílias para completar o número total.

Jacqueline, segundo Cleide, “ficou toda boba porque o sonho dela era morar aqui porque ela trabalhava aqui, em uma creche de recreação em São Cristóvão”.

Cleide estudou até a quinta série e recebe uma pensão de um salário mínimo em função da morte de seu marido. Apesar de não ter um trabalho fixo, faz bolos e salgados para vender, tanto para vizinhos como para familiares, mas sem uma regularidade.

Eu também não pego muita coisa até porque aqui não dá, né. Quando você tem uma renda por fora você tem que participar da cooperativa e dar 10% do que você ganha pro prédio. Eu não dou porque não tenho coisa fixa, trabalho fixo. Só quem tem. Aqui ninguém tem.

Embora tenha feito o curso de cooperativismo e se coloque à disposição para ajudar pontualmente no que for preciso, considera que não possui condições físicas de se comprometer com um trabalho fixo, menos ainda na cooperativa:

Porque cooperativa você sabe como é, um trabalho puxado, você tem que chegar junto. [...] se deu o seu horário de saída e o seu colega tiver atrapalhado aí você tem que ajudar ele. Você pode ser o gerente, mas se a limpeza tiver atrasada você pega também.

4.2 A dimensão política da cidade: conflito

As percepções e desejos dos moradores da Manuel Congo sobre a presença e ausência de conflitos relacionados às formas de uso do território se assemelham entre militantes e não militantes. Contudo, uma diferença marcante entre os dois grupos consiste no fato dos militantes considerarem o Centro como um lugar privilegiado da política.

4.2.1 Militantes

Para os militantes, o Centro possui duas dimensões que estão associadas: 1) ali estão situados diversos órgãos do aparelho estatal com os quais as lideranças têm que dialogar e pressionar em função do processo da Ocupação Manuel Congo, como a Caixa, a Companhia Estadual de Habitação (CEHAB) e a Secretaria Estadual de Habitação; 2) o Centro é um lugar na cidade com muita visibilidade, portanto as ações coletivas- manifestações, passeatas, ocupações- nesta região possuem mais ressonância na mídia e junto às classes dominantes, já que estas entendem o Centro como um espaço do capital, que deve ser ordenado e controlado.

Pela história de luta daqui dessa região, todas as lutas políticas no Rio de Janeiro que tiveram visibilidade, elas tiveram maior visibilidade na Av. Rio Branco, na Cinelândia, essas coisas tem um valor histórico muito grande (Luisa).

Estar ocupando o espaço da burguesia é o que mais me fascina (Maria).

Se o Centro é um espaço que concentra poder do capital financeiro, mercantil e político, por outro lado e também por isso, reúne a sede de diversos sindicatos e ocupações urbanas que se apoiam mutuamente, na luta pela produção de uma outra cidade e sociedade, sem desigualdades e exploração.

[Aqui no Centro tem o] Sindicato do Petroleiro para dar palestras, formação, para dar capacitação para discussão. Você vai no SEPE [Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação] se precisar de alguma coisa, tem o SINDSPREV [Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais em Saúde e Previdência Social] que tanto convida

a gente pra dar palestra como dá alguma colaboração para algum evento, para viagem, pra alguma coisa que a gente precise como militante entendeu, ... que fica aqui perto.... e outro aqui que está no 277, tem os metroviários.... então a gente está com essa conexão com outros movimentos sociais, com outras forças do trabalho, entendeu, com os trabalhadores (Maria).

Eu, sinceramente, o que eu mais gosto [no Centro] é de poder ter uma reunião ou ter uma ocupação ou manifestação e eu não ter que dizer: “Não posso ir, porque não tenho dinheiro de passagem. [...] Eu gosto de morar aqui e poder saber que se a gente tiver que ocupar a Prefeitura ou a sede do Governo do Estado, aqui no Largo do Machado, dá para ir andando, entendeu?! Se tiver que ir para o ITERJ, para a CAIXA ou não sei o que, eu não preciso ter dinheiro de passagem (Luisa).

Aqui, por exemplo, no caso na Ocupação Manuel Congo todo desdobramento de luta, os espaços são perto de onde residimos. Você tem a CEHAB, você tem o [Governo do] Estado, então isso facilita ao dirigente de imediato de frente da luta (Geraldo).

Conforme aponta Luisa, “esta localização aqui, para efeito político, é a melhor.” Em sua fala, ela descreve os encontros e conflitos da centralidade lefebvriana.

Para efeito político, porque aqui é principalmente o lugar que jamais a burguesia imaginou de ver um monte de gente de cara preta, entendeu?! Morando e eles tendo que engolir, eles tendo que dar de cara conosco o tempo todo, e a gente mandar na calçada... É um lugar que eles nunca imaginaram admitir isso (Luisa).

O que determina aqui, especificamente na Cinelândia além do centro infraestruturado, é que traz visibilidade pra essa pauta da questão da reforma urbana, da questão da destinação dos imóveis, da questão de um monte de gente que mora em não sei aonde de qualquer maneira e que vem pra cá pra trabalhar, então é o que traz visibilidade (Luisa).

A proposta do MNLN-RJ com a Ocupação, segundo Geraldo, “era realmente experimentar essa questão de ocupar a cidade, moradia no Centro [...] direcionada para a ocupação dos vazios urbanos”.

Assim, questionam uma cidade capitalista, desigual, que concentra os serviços, a infraestrutura e o poder na área central, dominada pelas elites, e nas periferias e nas favelas estilhaços de cidade, ou pedaços de não cidade, onde habitam os trabalhadores pauperizados.

Esta estratégia de organizar famílias pobres através de um movimento social para ocupar os vazios urbanos da cidade, isto é, denunciando o desequilíbrio de poder e de condições sociais entre as classes, pode ser encarada como uma expressão do utopismo dialético de Harvey (2009), pois parte das condições socioespaciais atuais e identifica as possibilidades de transformação. Por estarem materializando sua estratégia no espaço, também têm que encarar as barreiras físicas, como as condições precárias do prédio (contra as quais os ocupantes vêm lutando através das escalas de manutenção e limpeza e das negociações com o Estado para a reforma), e institucionais, por exemplo no planejamento da cidade não prever moradias na Cinelândia, o que gera condições adversas nos finais de semana.

Contrastando a realidade atual à realidade no Cantagalo, Elisa afirma que está na luta por opção política. Embora tivesse uma casa, compreende que a situação das pessoas pobres na cidade é precária e por isso resolveu se engajar para combater a forma socioecológica do Rio de Janeiro.

Cada vez que eu vou à comunidade, eu valorizo mais este lugar. As pessoas não entenderam ainda o papel desta Ocupação, a importância disso aqui. [...] Eu realmente tinha casa. Mas, eu não tinha a casa que eu desejava. Uma casa digna e nem tinha condições de fazer a reforma que precisava. Agora eu vou ter! agora isso tudo é sacrifício, é batalha, luta! Se eu tivesse dinheiro pra comprar, se eu tivesse dinheiro pra ser rica... era uma coisa. Mas não é! Nós somos pobres! E a gente tem que tentar ter o melhor, da melhor maneira possível. Agora eu sei que vou ter minha casa (Elisa).

A organização de outras ocupações pelo MNLN - RJ no estado do Rio de Janeiro associada ao fato de que a cooperativa que foi criada na Manuel Congo possui abrangência estadual pode ser identificada como uma estratégia geopolítica do Movimento, que indica tendências de transformação a partir deste caso. Conforme Maria:

A prerrogativa é que no centro da cidade, em um lugar histórico do Rio de Janeiro, do lado da Câmara dos Vereadores, pobres, morando em um espaço qualificado como esse é realmente uma afronta ao modelo. O modelo tem que ver que a gente também consegue. Além de tudo, a gente chega até lá com sorte a gente chegou a algum ponto e que não veio sozinha, que traz a Mariana, que traz Volta Redonda, que traz Caxias, com toda a dificuldade daqui pra frente, mas que pelo menos estamos trazendo mais alguma coisa pra enfrentar o modelo (Maria).

Para ela, se o movimento fosse “mais amplo e mais organizado poderia tomar mais o espaço público [...] deveria tomar toda a cidade”. Maria é a única militante que menciona a categoria “socialismo” na entrevista. Ao ser perguntada se esperava melhorar de vida na Ocupação, ela responde com sua *utopia processual* (HARVEY, 2009):

Eu melhoraria se todo mundo melhorasse. Socialismo é isso, é querer que diminua a desigualdade, para mim seria melhor se aumentasse o nível de entendimento, nível de consciência de todo mundo (Maria).

Buscando espacializar sua utopia, Geraldo valoriza no bairro a possibilidade de organização social e o direito à produção da cidade. Com referências nas condições atuais da cidade, reconhece que o Centro não é um bairro residencial, mas que sua proposta é a transformação deste bairro, que está sendo iniciada com as ocupações urbanas, ressaltando a importância das intervenções culturais contrahegemônicas, como por exemplo os saraus da MC, em um centro da cultura hegemônica:

Bairro ideal é aquele bairro aonde você pode se organizar e que você tenha realmente acesso e o direito mesmo de intervir na construção desse processo, [...] nós somos uma torre dentro desse centro, essa moradia aqui. É uma coisa diferente, a gente não é o bairro do Catete, nós não estamos na Glória, em um bairro residencial, Centro não é bairro residencial. Nós estamos começando a mudar isso né, você tem lá a Ocupação do Quilombo [das Guerreiras], você tem aqui perto da Central, que é a Chiquinha Gonzaga, tem a gente aqui mais próximo do centro comercial político (Geraldo).

É por essa experiência aqui com a intervenção cultural que nós vamos fazer, a gente vai tentar mudar um pouco essa relação de ser de moradia, que é a nossa casa de samba, os trabalhos culturais que vamos desenvolver durante esse processo (Geraldo).

Os militantes revelam em suas falas que entendem a proximidade do poder político mais do que física, como uma questão simbólica, a própria proximidade da perspectiva de que finalmente se consiga pautar as decisões políticas. O grande peso da Manuel Congo é porque tem um elemento simbólico, pois, de algum modo o poder político nunca saiu do Centro, mesmo em todas as circunstâncias de alteração apresentadas.

Apesar da bandeira política de moradia no centro pelos movimentos sociais, em oposição à realidade que concentra os pobres nas periferias e favelas, o morar na Cinelândia nos últimos sete anos mostrou para as lideranças alguns problemas a serem enfrentados na materialização do projeto.

O Centro, mais especificamente a região de entorno da Cinelândia, não foi planejado como zona residencial, mas como zona comercial e político administrativa. Por isso, a vida pulsa principalmente durante o horário comercial, o que deixa as ruas desertas e sem muitas opções durante as noites e finais de semana. “O centro da cidade, pra mim, é mais comercial. Durante Segunda à Sexta, ele está funcionando, chega Sábado e Domingo é um lugar morto. Pra mim, é morto!” (Rosaura).

Além disso, como o Centro concentra os postos de trabalho e é o principal polo da rede de transportes da cidade - avaliado positivamente pelos ocupantes-, também apresenta maiores níveis de ruído do que os bairros residenciais, seja em função do trânsito ou mesmo do carnaval. Este foi um incômodo que apareceu na fala de todos os militantes:

Se for um entendimento como bairro residencial, com esse barulho em torno da moradia, você não tem basicamente uma moradia de qualidade, por causa do trânsito. Quando chega fim de semana você não tem bairro residencial, você vê uma cidade morta, a cidade morta no Centro, se você vem aqui no sábado, no sábado ainda tem uma luz, no sábado de manhã, mas sábado a tarde, domingo, já era. Ai você vai pra Glória ou pro Catete... só o tempo vai dizer se um dia isso [o Centro] vai ser realmente um bairro de qualidade” (Geraldo).

O que você rejeita aqui no Centro? O barulho. O barulho também é bastante alto. Até porque quando há gente aqui na praça é fogo. O carnaval é fogo, o Bola Preta. o carnaval começa e não pára entendeu. Ai você pode descer, mas quando sobe e tem que dormir não tem como porque o carnaval é 24 horas... não tem essa. Às vezes a gente acompanha uma coisa na Rio Branco mas quando volta pra casa não consegue dormir até que se acabe o carnaval” (Maria).

[Para morar] Não é o melhor [bairro] por causa de todo o barulho, todo o coração econômico, executivo, barulhento... é muito agitado.[...] as regras do centro da cidade, que são regras para não moradia. O barulho do lixeiro, o barulho do caminhão de lixo, o barulho dos abastecedores das lanchonetes, todas as concessionárias trabalham de noite para furar a rua e não sei o quê (Luisa).

Outro problema apontado por Luisa é que, principalmente fora dos horários comerciais, o Centro evidencia problemas urbanos com os quais é difícil de conviver no cotidiano, sem conseguir vislumbrar soluções. Frente aos problemas da existência de moradores de rua, da prostituição e do alcoolismo, Luisa se sente impotente e desolada. Elisa aponta que o problema das drogas ainda fica mais evidente na zona portuária, onde estão localizadas outras ocupações urbanas, inclusive uma organizada pelo MNLM-RJ, a Mariana Crioula.

Para você construir essa coisa de “lar doce lar”, essa coisa de que “Entrei no prédio, está tranquilo! e não sei o que”, tem sido uma barra. É só você olhar pela janela está lá, Oh! é cachaça, é grito, é prostituição, é briga, é tráfico, é escola de samba, é o escambal! [...] É como se você tivesse o tempo todo sendo colocado de cara com motivos de infelicidade (Luisa).

O que você rejeita no centro? Me incomoda muito os mendigos. [...] Eu conversei com um ontem, aquele Senhor e ele não é viciado. [...] Nunca vi aquele cara drogado e nem bêbado! [...] é inadmissível! Não é porque você está em uma ocupação melhorzinha que você não vai olhar o outro. É um incomodo muito grande pra mim (Elisa).

Apesar de defender politicamente a centralidade lefebvriana, Luisa reconhece que sua base preza pelo encontro entre iguais, evitando a reunião com os diferentes:

O povo gosta de bater papo, gosta de causo, que nem na favela, de sentar na mesinha descascada do boteco, da birosca e ficar de papo. O povo gosta disso e os evangélicos de ir para a igreja e ficar batendo papo também (Luisa).

Reconhecendo a heterogeneidade da região central, Rosaura identifica que a região portuária é mais propícia para moradia do que a Cinelândia, que é uma zona comercial. Diante desta diferença, Rosaura prefere a localização da outra Ocupação organizada pelo MNLM-RJ no centro do Rio, a Mariana Crioula, na Gamboa, em função da circulação de pessoas permanentemente, independente do dia da semana, apontando que o lugar da moradia tem uso permanente. Isto, para ela, possivelmente por morar sozinha, facilita o lazer nos finais de semana, em oposição ao “deserto” da Cinelândia.

Esta ideia das “pessoas transitando”, associada à presença da “comunidade da Providência”, aponta para um ideal de vida comunitária, que não demanda o enfrentamento de questões estruturalmente conflituosas (como por exemplo uma moradia em uma zona comercial). Ademais, nessa fala, Rosaura não se atenta para os desdobramentos da implantação das obras de urbanização – conhecidas como “Porto Maravilha”- junto às classes populares, isto é, as remoções focadas das ocupações que já aconteceram e a possível valorização imobiliária que pode dificultar a permanência de pessoas de baixa renda na região, como apresentado no capítulo 2.

E aí, eu vejo essa opção [Mariana Crioula, na Gamboa] de até mesmo de questão de você ‘tar mais tranquilo, lazer, de repente lazer lá vai ser melhor, sei lá. As pessoas estão sempre transitando! Eu pude ver que o círculo de pessoas são diferentes daqui, porque aqui é mais comercial. Lá tem a comunidade da Providência, tem pessoas passando, e acredito também que vai ter mais movimento depois que eles começarem a urbanizar ali, botar as coisas que estão pretendendo por causa dos projetos, vai ficar mais movimentado que aqui e vai ser de domingo à domingo. Dia e noite, com certeza (Rosaura).

Por ter vindo de uma favela ou “comunidade”, como a mídia e o senso comum tratam, Elisa identifica, a partir de sua experiência, que na vida comunitária as fronteiras entre os espaços privado e público são fluidas, e “quando você mora na comunidade, você começa a saber

da vida de todo mundo”. Se alguns moradores se incomodam com isto, inclusive na própria Ocupação, alegando falta de privacidade, Elisa, por sua vez, encontra nesta situação uma potência para a organização social.

No Cantagalo, neste contexto, ela construiu, com outras mulheres, um grupo de costureiras para trabalhar a questão da “geração de trabalho e renda”. Com seu envolvimento, também influenciou seu marido, que inicialmente nem conhecia direito os vizinhos e veio a se tornar uma liderança comunitária, como ela. “Eu tinha tanta atividade na comunidade. Era reunião disso, era reunião daquilo. [...] quando você se envolve num trabalho comunitário, você contagia a família toda”.

Ao falar de seu bairro ideal, Elisa descreve características de “comunidade”, isto é, uma vida entre semelhantes, onde todos se conhecem não existem encontros e conflitos entre modos de vida distintos. Ainda que ela aprecie equipamentos culturais frequentados por pessoas com poderes aquisitivos muito distintos do dela, como cinemas e museus, ao criticar Leblon e Ipanema, ela deixa claro que, além da vizinhança se conhecer, também é importante que tenha um padrão de consumo semelhante, para que se componha a “mesma realidade”. Todavia, em função das condições precárias de urbanização das favelas, elas não aparecem como “bairros ideais”. Em relação à disposição espacial da cidade, Elisa defende, ao criticar a Barra da Tijuca, a concentração geográfica dos serviços públicos, comerciais e moradias. Estaria ela assim defendendo uma cidade policêntrica?

Gosto de Vila Isabel porque é um bairro mais familiar. Assim, tipo Tijuca! Tijuca era o bairro da classe média antiga. Que é um bairro bom, porque todo mundo se conhece. Vila Isabel também! Todo mundo se conhece muito. Nas ruas, todo mundo se conhece. Ipanema é bairro da ilusão. Leblon e Ipanema, bairro que morei fora da realidade. Você não se sente parte daquele bairro! Por causa do consumo, né?! Você entra nas lojas é uma coisa, entra na comunidade é outra. Tem uma coisa que a gente sempre falava né! Que Ipanema cresceu e a comunidade do Cantagalo tá do outro lado. Porque é assim! Aqui era Ipanema e aqui o Cantagalo! Na mesma moeda (lados opostos da mesma moeda). Totalmente inverso. Não gosto da Barra. Porque a Barra pra mim, tudo é muito longe. Tudo muito esquisito. Eu acho muito estranha a distribuição da Barra

da Tijuca. Não gosto! É tudo de carro e as pessoas... uma coisa é aqui, outra coisa é lá. Eu gosto mais das coisas mais concentradas. concentração de comércio, serviço e moradia (Elisa).

4.2.2 Não Militantes

A maioria dos moradores entrevistados valoriza o viver em comunidade e reflete sobre o que significa esta condição, concordando em muitos casos que o local onde se situa a Manuel Congo dificulta a constituição de relações de vizinhança. Visões bucólicas sobre bairros da periferia e de favelas, ou mesmo de zonas mais residenciais da região central, nas quais as relações predominantes seriam entre iguais e sem conflitos, despontaram como opções mais viáveis a esta realização. Assim, a opção por viver no Centro da cidade, onde circulam pessoas de distintas origens sociais, mercadorias e poderes de diferentes naturezas, não concretiza este ideal. Não obstante, a vida comunitária experimentada através de práticas autogestionárias na Ocupação permeiam o imaginário de alguns entrevistados como experiências autênticas do viver em comunidade.

Depois de voltar a morar perto da família, no Caju, Mila valoriza a proximidade dos laços sociais e familiares, bem como da escola e mercado, que (mesmo que possivelmente sejam de pior qualidade) estão a distâncias mais curtas. Quando responde sobre um “bairro exemplar”, menciona um ambiente mais bucólico, rural, “tipo roça, calmo. Um lugar bom de educar seu filho”.

Pra mim é muito importante, igreja e minha família mesmo. [...] onde eu moro tem meu irmão, minha irmã. Descendo um pouquinho tem minha mãe, e a escola também, o mercado também (Mila).

Coralina, que voltou a morar no Cantagalo, considerava um problema a falta de movimento dos vizinhos e da cidade durante os domingos. Mesmo que não saísse de casa, ela valoriza as atividades da vizinhança, “com seus sons e cheiros”, bem como as relações próximas, de reconhecimento entre os vizinhos.

Domingo era chato, todo mundo saia, ninguém ficava em casa, assim poucos que ficavam, aquilo ali [MC] era um breu. E aqui

[Cantagalo] é bom porque aqui todo mundo em dia de domingo é rádio ligado pra tudo quanto é lado, as pessoas dançam, cantam, brinca, ri, briga... é o mundo, aqui é outro mundo. Eu não faço parte desse mundo aí fora, mas a gente se sente bem né, eu me sinto bem. O lugar aqui é alegre em dia de domingo (Coralina).

Aqui [Cantagalo] é melhor do que lá no Centro, porque aqui eu estou na Zona Sul, em Ipanema, estava acostumada com todo mundo aqui, todo mundo me conhece (Coralina).

Renata prefere continuar morando na região central, em função da acessibilidade, porém preferiria ir para uma zona residencial, como o bairro de Fátima. Ali, ela considera que é possível ter uma vida com uma vizinhança mais homogênea socialmente, com oferta de atividades para idades diferentes, que se concentrariam na praça.

Eu achei bonito o bairro de Fátima que é aonde meus filhos estudam [...] gostei da praça e tem uma academiazinha lá no meio da praça sabe, para os idosos, ai tem a escola bem em frente, ai eu ando assim pelas casas eu vejo que tem mercado perto, as casas muito bonitas, achei legal (Renata).

Joana identificou uma vida comunitária agradável dentro da própria Ocupação, na época em que a cozinha era coletiva e as pessoas ficavam conversando. Ainda que as condições materiais fossem mais “difíceis” do que atualmente, ela guarda uma memória boa daquela época. Hoje em dia, na portaria as pessoas passam e não conversam, se aproximando da ideia do indivíduo moderno, que está mais focado em si do que no coletivo.

Eu gostava [da cozinha coletiva] porque era um ponto de você conversar. Todo mundo passava por ali. Então, às vezes tomando um café você estava conversando e eu gosto disso! Gosto de estar conversando e ficava falando do que aconteceu. Passava de uma coisa, conversava de filhos... A falta que eu sinto é isso! Você tá na portaria e a pessoa passa, aí você fala. Mas na cozinha você tinha tempo, a pessoa sentava e conversava, entendeu?! Eu gostava daquela época! Todo mundo ficava na janela olhando para a rua. Chegava a tardinha e a gente ficava na janela olhando para a rua e conversando. Eu achava legal! Um ventinho batendo e a gente ali (Joana).

4.3 A dimensão econômica da cidade: acessibilidade a recursos

O centro como *acessibilidade* aos serviços públicos é uma unanimidade entre todos os entrevistados, sejam eles militantes ou não militantes. A valorização e apropriação dos serviços variam de acordo com as trajetórias de vidas, especialmente em função do local de origem e do nível de formação política e escolar.

4.3.1 Militantes

As *vantagens locacionais* da Manuel Congo são reconhecidas por todos, bem como os baixos *preços de acessibilidade e custo de proximidade* (HARVEY, 1980). Os serviços públicos mais mencionados como fundamentais foram a saúde, a educação e o transporte. Pode-se identificar uma relação da apropriação dos recursos com as experiências urbanas pretéritas, a formação política e acadêmica.

Embora reconheça que a localização da Manuel Congo é incomparavelmente melhor do que as periferias, onde mora grande parte dos pobres e onde estão sendo construídas a maior parte dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, Luisa ainda apresenta uma abordagem crítica no que diz respeito aos custos para locomoção, mesmo no Centro. A análise de Luisa remete à ideia de autonomia das pessoas para gerirem seus tempos, podendo escolher como usá-lo. Isto é uma questão estrutural da sociedade capitalista, já que as relações de dominação colonizaram, além do tempo de trabalho, o tempo de ócio dos trabalhadores (HARVEY, 1982). Ao ser perguntada sobre a materialização da cidade ideal, Luisa estabelece uma classificação dos serviços e trabalho relacionando seu uso e a necessidade de proximidade:

Atendimento de saúde e escola mais perto e depois o trabalho. Quanto menos você tiver que gastar, já que a gente não tem transporte gratuito, quanto menos você tiver que gastar de tempo e de dinheiro para ir trabalhar, mais tempo você vai ganhar para poder cuidar das outras coisas da sua vida, inclusive para dormir. O nosso povo acorda quatro e meia, nosso povo daqui não, nosso povo classe trabalhadora deste estado acorda 4h da manhã para não pegar trânsito. [...] tinha que ser uma distância que você pudesse acelerar o seu tempo pegando transporte, que você pudesse pagar, mas que isso não fosse condição para você chegar no trabalho (Luisa).

Conforme a distribuição geográfica da cidade de Luisa, as escolas deveriam estar no máximo a duas quadras de casa, “porque escola é deslocamento de crianças. Não necessariamente o pai e mãe tem condições de levar o filho, que pobre não leva o filho para a escola. É o contrário, o filho de 8 (anos) que leva o de 3 (anos).” As escolas mais próximas da Ocupação que são frequentadas pelas crianças são o CIEP, na rua do Lavradio, uma na Glória, uma no Bairro de Fátima e outra no Campo de Santana. Luisa considera que, se o planejamento fosse pensado para moradia na Cinelândia, deveria haver escolas mais próximas, assim como supermercados, que estão na Lapa, nas ruas Gomes Freire e Riachuelo. “Esse é o preço que a gente tem que pagar. É impossível você ir lá e comprar um peso de 20 ou 30 quilos e trazer sem pagar transporte” (Luisa).

Maria ressalta as diferentes modalidades e rotas disponíveis para a mobilidade dos moradores, valorizando a regularidade dos transportes:

O que você valoriza no Centro? No Centro, o transporte. Estamos na saída do Metrô, no ponto de ônibus no ponto final, no Passeio, no ponto final do Castelo, ponto final na Carioca. Ônibus pra onde você quiser ir tem para Nilo Peçanha, Campo Grande, ônibus que você quiser ir daqui você tem, condução vem com frequência muito legal (Maria).

Comparando os serviços disponíveis em Anchieta e no Centro e na Zona Sul, além de apontar a diferença quantitativa, Rosaura destaca que os bairros- habitados por classes distintas- também possuem qualidades diferentes no serviço público, sendo a Zona Sul privilegiada em detrimento das Zonas Norte e Oeste:

[Em Anchieta], O idoso... é tratado diferente da zona sul. O idoso fica a... o ônibus deixa ele a pé. Os meninos vão pra escola, que é direito deles de ter um passe-livre, e eles são deixados a pé. Mas aqui, você vê, eles não fazem isso. Na Zona Sul, se você vai lá em Copacabana ou aqui mesmo na Glória, os motoristas param no local pra colocar os idosos pra entrar. A criança vai pra escola, eles também param. Mas lá eles deixam todo mundo na rua, a pé. Há uma diferença, um desrespeito total (Rosaura).

Elisa, que sempre morou em favelas – São Carlos e Cantagalo- e sempre teve dificuldade no acesso à água -“Eu sempre carreguei muita água na minha vida”- foi a única que apontou o abastecimento de água como um diferencial da Ocupação em relação às suas moradias anteriores. Considera que, neste aspecto, viver no prédio é “o paraíso”: “Gente! Nós estamos no paraíso! Aqui a gente não paga água e tem água a vontade. Não falta água no nosso prédio”. Maria, por sua vez, que é originalmente da classe média e fez uma opção de classe ao abandonar sua casa e emprego na Argentina para vir “fazer a revolução” no Brasil, ressalta a falta de água como um problema na Ocupação.

Isso aqui é realmente um sufoco, não tem água. Não se pode tomar uma ducha dentro de sua casa, um banho não pode. Banheiro coletivo, nesse calor são varias pessoas dentro do andar para uso do banheiro e temos problema de água, chuveiro, tomar banho na caneca (Maria).

Para ela, os serviços mínimos são água, luz, banheiro e gás, o que, em sua perspectiva, não há na Manuel Congo. Considerando as condições materiais atuais, que a Ocupação está situada em um prédio de dez andares, ela amplia a lista dos “serviços mínimos” incluindo o elevador.

Para o lazer durante o dia, foram citadas a praça e a praia do Flamengo, que, apesar de poluída, é apropriada por Maria e Elisa para caminhar e, por Rosaura, como paisagem. A praça é entendida como um local para se ver pessoas circulando permanentemente, o que Rosaura sente falta nos finais de semana.

Uma praça que você possa ver muita gente, muita criança, é um lazer, né. Ver muita gente passando e você olhando, mesmo que você não esteja participando daquilo... Mas você vê pessoas passando e rindo, felizes (Rosaura).

Para ela, a praça é um espaço público onde se pode trocar ideias com pessoas e assistir manifestações culturais.

Maria consegue, no Centro, associar o lazer e a política, pois encontra militantes de outros movimentos e de sindicatos em um bar na Cinelândia, que é um ponto tradicional de encontro dos militantes de esquerda, o “Escadinha”. A poucos quarteirões dali, também está a

Lapa, onde ela, assim como Geraldo, Rosaura e outros moradores da MC se divertem nas noites dos finais de semana.

Tem um uso forte de militância do Escadinha. É no bar onde se junta todo mundo de todas as organizações e você tira a linha, temos tal evento, tal evento e a gente se comunica. A Lapa, para mim em particular é a Lapa, uma cervejinha na sexta de noite em que tem que voltar uma hora da manhã antes que feche a porta (Maria).

Rosaura, que veio de Anchieta, um bairro periférico, com poucos serviços públicos e comerciais, exalta, além do transporte, a facilidade de acessar os comércios – “Lojas Americanas”, “Alfândega”, supermercado, “Bobs” – e bancos “andando”. Contudo, ela ressalta que esta abundância de opções e pessoas se restringe aos dias de semana.

Elisa diz que valoriza tudo no Centro, desde os serviços públicos, restaurantes, padaria, farmácia, livraria, a variedade de atividades culturais e de lazer. Ela, que é formada em direito e que conseguiu estimular seu marido a continuar os estudos, tendo chegado a se formar em duas faculdades, é uma das pessoas na MC que mais aproveita os equipamentos culturais disponíveis no Centro e arredores. Seria a convivência dela e seu marido com outras classes sociais na universidade e na ONG Viva Rio, onde ele trabalha, que teria atraído seu interesse pela cultura dominante?

O que você valoriza no centro? Eu valorizo tudo! A facilidade pra trabalhar, a facilidade de transporte, onde você vai pra qualquer lugar do Rio. O metrô. A cultura. Aqui tem tudo.[...] teatro, cinema, praia que tanto na zona sul quanto no flamengo é perto. Eu caminho todo dia de manhã. Lá no Aterro. Eu gosto muito de cinema, mais do que de teatro. Teatro também eu vou. Mas eu gosto mais de cinema. *Você costuma ir em qual cinema?* Eu vou muito no Odeon e vou muito naquele Teatro João Caetano. Agora, gosto muito do Municipal, mas nunca consigo ir. [...] Eu vou mais naquele Centro Cultural da Caixa (Elisa).

Eu acho que essa facilidade da cultura é bom. Tem muita gente do prédio que não vai a lugar nenhum. Eu falo: “Gente! Vocês ficam com essas crianças presas o dia todo dentro de casa. Tem tanta atividade. Tem o Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB)”.

Quando pego os meus netos, eu meto o pé com eles pra rua. Tem muita coisa pra fazer! Antigamente eu ia pra Santa Teresa de bondinho com as crianças e voltava. [...] sempre levava as crianças pra passear no Parque das Ruínas (Elisa).

Geraldo, que também possui formação em nível superior, foi o único, além de Elisa, que mencionou as livrarias como lugares do Centro que ele se apropriou. Outra diferença em sua apropriação da cidade é que possui plano de saúde, como dependente de sua esposa, professora, portanto não utiliza este serviço público.

Quando eu saio daqui pra acessar alguma coisa são as livrarias especializadas, no contexto da área de filosofia, sociologia, na área da educação, antropologia também. São essas coisas, eu só não compro tudo porque não tenho dinheiro, mas de vez enquanto eu estou comprando alguma coisa. Ai se eu for comer, por exemplo, tem esses self service da vida. Eu não fico muito em self service eu vou para os bares. Acesso mais os bares que eu gosto. Eu gosto muito da Mem de Sá é ... o bar da quengas né. Lá é mais baratinho e tal, com comida de qualidade (Geraldo).

O Centro como um lugar privilegiado para acessar o trabalho esteve presente na fala de todos os militantes. Geraldo identifica que morar no Centro, em oposição à Baixada e bairros periféricos, por um lado, facilita aos trabalhadores a encontrarem empregos e terem acesso à educação e à cultura, mas também, por outro, é visto como uma vantagem para o empregador, que gasta menos com transporte e seu empregado fica menos cansado.

Essa facilidade de você ter trabalho próximo ao seu local de moradia facilita não só para ele, mas para o empregador. Eu acho que isso mudou a qualidade desses moradores. A gente percebe na luta né, quando a gente pega esse povo de um lugar distante a maioria desempregado e no processo a gente vai vendo a melhoria de qualidade dessas famílias, as escolas, as crianças tendo acesso à cultura e as escolas daqui do Centro (Geraldo).

No que diz respeito ao trabalho, Luisa amplia o espectro dos “empregos”, assalariados, quando ressalta que o Centro, por ser um

local de circulação de muitas pessoas, com diversos perfis socioeconômicos, garante a existência de um público consumidor de “qualquer coisa que ele produzir”. Portanto, uma das vantagens de morar no Centro é a facilidade “para o povo sobreviver”.

Para o povo, eu acho que o simples fato dele ter no entorno dele quem compre qualquer coisa que ele puder produzir... ele passando fome aqui ele é mais visível do que ele passando fome lá no lugar de onde ele veio, isso é maravilhoso. O povo aqui está ferrado, compra ali um fardo de água e vai vender, faz um cuscuz e coloca ali fora e vende, faz um caldo de feijão bota ali e vende, entendeu?! Então assim, isso é essencial, você estar aonde circula toda demanda, todo dinheiro, é fácil para o povo sobreviver (Luisa).

Este fator do público consumidor foi um dos argumentos que embasou a construção do projeto do restaurante e da Casa de Samba na loja do térreo da Ocupação. Porém, para se diferenciar dos trabalhos assalariados, onde ocorre a exploração da força de trabalho pelo dono dos meios de produção, e dos trabalhos precários e temporários, nos quais as condições de trabalho não são adequadas e não é possível fazer um planejamento orçamentário, a coordenação do MNLM-RJ propôs uma solução coletiva para a questão do trabalho. Criou uma cooperativa, que será a responsável pelo projeto de geração de renda da MC.

Este projeto é um desdobramento da luta pela moradia defendida pelo MNLM-RJ, pois, conforme apresentado no capítulo 2, o projeto político deste movimento é mais amplo do que simplesmente alcançar a moradia para sua base. A fala de Rosaura demonstra que a acessibilidade valorizada por todos não será alcançada se as condições atuais de cobrança por parte do Estado e das concessionárias não forem modificadas. Embora não mencione, parece que, para além da luta contra o despejo da Ocupação, ela tem consciência e quer resistir à “remoção branca”.

Aqui é uma moradia digna? Em parte é. Em parte, por quê? Em parte assim, porque digna, porque quando você tem facilidade de se locomover e de ser atendida naquilo necessário. E qual é a outra parte que não é? De repente seria o custo, a dificuldade que vai ter com a conquista da comunidade, as pessoas têm muito medo aqui com esta questão do custo. [...] Até quando instalar de fato nosso

espaço, a gente pode ‘tar brigando pra outras conquistas, que é justamente de você não ficar preocupado de pagar um imposto alto, um exemplo [...] O movimento tem essa vontade de estar mudando algumas questões ao qual o sistema oferece. Baixa renda. Tipo baixa renda numa questão de impostos, né?! E também tem nossa cooperativa, cooperativismo, trabalho de geração de renda, que pode ‘tar ajudando as outras pessoas a sobreviver no espaço. Isto tudo...só vai provar isso, só na prática, né!?’ (Rosaura).

A sensação de desconforto em relação à violência física presente nas condições duras que antecederam a vida na Ocupação, entre os militantes, ficou evidente apenas na fala de Elisa, que morava no Cantagalo.

Eu fui muito chocada com a comunidade, com as injustiças! Não só do lado da polícia, mas do lado do tráfico. Eu me sentia violentada. [...] Eu achava um absurdo, as pessoas irem prestar conta das suas vidas na boca. Eu nunca fiz isso. [...]. “Gente! Vocês estão legitimando, aqueles que não são legítimos.” Outra coisa, é a questão da morte. Teve muita gente que morreu. Meninos nosso que o tráfico sumiu. Entendeu?! Matou e isso tudo foi abalando. Foi por isso que a gente fez questão mesmo de sair (Elisa).

O cenário do tráfico de drogas tem uma marca importante em sua vida, pois dois de seus filhos foram adotados em momentos que foram abandonados pelos pais biológicos, que eram traficantes. Esta fala, implicitamente, sugere o sentimento desta militante moradora em relação ao acesso a uma região mais segura, isenta das ameaças sofridas no Cantagalo. Ao mesmo tempo, problematiza a violência como uma questão política e social que envolve a submissão dos moradores de favela ao comando do tráfico e, tacitamente, coloca em questão o controle por parte do Estado daquele território, denunciando o tratamento desigual das partes da cidade. Logo, por oposição, ela valoriza a segurança da região central.

4.3.2 Não militantes

Todos os não militantes entrevistados também valorizam muito os serviços públicos e comerciais disponíveis no Centro, especialmente a saúde, em função da proximidade e qualidade do atendimento do posto. Por outro lado, em relação à educação, há opiniões divergentes sobre a acessibilidade às escolas e creches. No que diz respeito à cultura, é relevante notar que alguns valorizam a existência de teatros e cinemas, mesmo que não frequentem, pois seus filhos usufruem destes por meio do espaço Criarte. A apropriação dos espaços públicos para atividades de recreação e lazer foi observada com frequência, sendo destacadas áreas para realização de atividades físicas. Contudo, todos os entrevistados se mostraram desconfortáveis com as transformações ocorridas no Centro durante os finais de semana e feriados.

Comparando a localização da Manuel Congo com Costa Barros, Ninon considera o Centro “uma benção”, porque não precisa pegar ônibus para levar sua filha ao médico, já que frequenta o posto de saúde na rua 13 de maio, assim como não precisa “ficar pegando ônibus para tudo”. Pensando no futuro de sua filha, fica satisfeita que, como o Centro não é “área de risco”, “não precisará se preocupar” quando ela for sozinha para a escola. A experiência na periferia é a referência para essa valorização da proximidade, de não precisar se deslocar cotidianamente.

Pra mim o privilégio é muito grande, porque moramos no Centro do Rio de Janeiro, as coisas são mais próximas, as condições de emprego se tornam mais fáceis para as pessoas. Ali em Costa Barros, e eu morava em comunidade, área de risco. Ali eu estava pensando que quando minha filha estivesse maiorzinha, botava ela na escola e me preocupava, entendeu?! Para poder levá-la ao posto, que eu tinha que me deslocar e pegar um ônibus de um lado para outro, para poder levar ao posto. E aqui é aqui perto, na [rua] 13 de maio. O supermercado é próximo. Tem o Rede Economia, Sendas, Extra. Tudo aqui próximo no bairro de Fátima. Dá para a gente ir andando. Então, as condições são muito mais favoráveis do que no local aonde a gente morava. A criação do filho da gente é totalmente diferente (Ninon).

Diana corrobora a ideia de Ninon sobre o Centro, mas suas comparações são mais radicais, pois no Nordeste acordava às 4h para ir ao hospital e ficava na fila esperando para ver se conseguiria ser atendida, enquanto aqui acorda até às 6h e consegue marcar uma consulta.

Ao ser perguntada onde moraria se “ganhasse na loteria”, Ninon reafirma sua preferência pelo Centro. Mas, reconhecendo sua heterogeneidade, escolheria uma área mais residencial, como o bairro de Fátima ou a Lapa.

A concentração dos lugares frequentados por Renata também é valorizada, uma vez que, desta forma, pode acessar tudo a pé, sem precisar gastar com transporte.

Perto da onde moro pra mim tem que ter mercado, tem que ter posto de saúde e aqui tem posto de saúde perto. Tem mercado, é perto da praia, é perto de tudo [...] [ou seja] eu não preciso pegar ônibus, dá pra ir andando, pra eu ir no posto de saúde eu não vou gastar dinheiro de passagem (Renata).

Em termos de lazer e cultura, Renata leva seus filhos à praia e à Feira dos Nordestinos para almoçar e brincar no parque. Embora não goste de cinemas e teatro, valoriza a existência, porque assim seus filhos podem frequentar, com sua irmã e nos passeios do Criarte, com os universitários que apoiam a Ocupação. Além disso, por divulgação do espaço Criarte, Renata e outras mães também matricularam suas filhas no ballet, no âmbito do projeto “Dançando pra não dançar”¹¹², na Cruz Vermelha. Como havia aula todos os dias, as vizinhas se revezavam para levar e buscar suas filhas e irmãs.

A noite, Renata também gosta de sair para a Lapa e considera uma das vantagens de morar na Ocupação poder sair e deixar os filhos sozinhos no prédio despreocupada. Isto porque confia no coletivo e sabe que a regra de que as crianças só poderão sair acompanhadas ou mediante autorização será respeitada.

O único lugar que eu saio aqui por perto mesmo é a Lapa de noite, mas nem sempre. Agora, os meus filhos eles saem mais, eles vão ao cinema Odeon, ao teatro na rua D’ajuda... tem outro que eu

¹¹² Coralina soube desse projeto, matriculou a sua filha e disse à moradora que atuava no Criarte, que informou as outras mães da MC, que, por sua vez, também inscreveram as suas filhas.

nem sei onde que é que eles vão com a minha irmã, porque eu não curto, eu não gosto. [...] Eu gosto mesmo de levar as crianças pra praia, na Feira dos Nordestinos levar as crianças pra brincar, almoçar, tem um parquinho ali na frente. Eles saem também com o pessoal da escolinha pra passear também (Renata).

Embora diga que não sai muito, Joana conseguiu se apropriar dos espaços públicos no Centro para sua diversão. Ela, assim como Cleide e Ninon, anda na orla e na Praça Paris e também gosta de tomar sol na praça e, eventualmente na praia. Mesmo que não frequente os teatros e museus, valoriza a possibilidade de conhecer prédios históricos que nunca tinha visto antes de morar na Ocupação - “a gente nem sonhava em conhecer”. Seu marido, por sua vez, vai às vezes ao teatro e cinema, como atividade escolar. Além do lazer e da cultura, ela valoriza a tranquilidade em viver na Ocupação, que a organização no coletivo e a portaria lhe garantem.

Eu acho bom de morar aqui no centro... É porque olha só, eu quase não saio, mas eu acho bom a tranquilidade, que está aqui e já tem porteiro e... A gente sabe quem está vindo. Então, aqui nada é surpresa. Quando vem uma pessoa que ninguém conhece, ele vem aqui e avisa a gente. E também porque a gente está perto de várias coisas, teatros... Temos aqui o Theatro Municipal que apesar de a gente não ter ido ainda, [...] Temos aqui a orla que eu não acho longe. Eu acho que é um ponto de diversão que a gente pode ir, lá eu acho legal. Eu faço caminhada lá. Eu vou lá por trás e ando lá por cima aonde tem aquele túnel que passa por Botafogo e vou até lá em cima, tem uma academia para o idoso, perto do flamengo [...]. Eu faço muito ali na Praça Paris. [...] Às vezes, quando minha irmã vem, a gente vai na praia. Eu gosto muito de ficar sentada ali na praça, porque eu gosto de pegar sol. Na Cinelândia, eu acho que isso foi o que mais fiz até agora. Porque os teatros, como falei para você, a gente tem aqui, mas muita gente como eu, não vai. O Roberto sempre me chama! [...] Mas sair por sair mesmo, só com passeatas (Joana).

Eu gosto de passear. Gosto de ir à praia, gosto de ir ao cinema... *Qual praia você vai?* Quando não tenho dinheiro, na praia do Flamengo, mas ali não é muito bom para tomar banho. Mas, quando não posso, levo as crianças ali mesmo para ficar na beira da praia. Brincar,

correr, jogar bola. Agora tem a pracinha Paris, ainda agora mesmo trouxe eles. Levei eles para ficarem brincando (Ninon).

Além dos espaços públicos, Ninon também frequenta cinemas e, por ter acompanhado o espaço Criarte, conhece os museus do Centro, o Theatro Municipal e se interessa pela questão cultural. Sua irmã, Diana, diz que prefere ficar em casa e que gosta de ler.

Às vezes vou [ao cinema] ali no Rio Sul, que fica mais próximo para a gente. Às vezes vou aqui, quando tem algum evento, algum filme nacional aqui no Odeon, aqui na praça mesmo da Cinelândia. Ali tem uns filmes bons também. [...] Já entrei aqui no Theatro Municipal umas duas vezes, na biblioteca nacional. Só ainda não fui ali, no museu, este aqui da Rio Branco. Eu nunca fui lá não. Eu tenho vontade de entrar lá. Vou até ver como é que faz, se pode pegar ingressos gratuitos. [...] Também já fui no CCBB várias vezes com as crianças. Mas isso foi quando eu estava fazendo parte da sala das crianças [Criarte] lá embaixo. Nós estávamos sempre com os professores e estávamos sempre indo lá (Ninon).

A diversão e a tranquilidade são reafirmadas como importantes por Joana quando ela concorda com o marido sobre a qualidade de Santa Cruz, na zona oeste, em relação à tranquilidade. Mas, diz que prefere morar no Centro por ter mais opções de lazer e, ao mesmo tempo, por poder se locomover mais rapidamente para onde quiser.

Ele fala que lá é tranquilo para você chegar a hora que você quiser, [...] Lá não tem diversão nenhuma, de falar assim: «Ah! Lá tem baile, lá tem isso tem aquilo!» é por causa da tranquilidade mesmo... Lá é tranquilo, você não escuta muito barulho à noite, todo mundo respeita, vai dormir. [...] Eu já acho que, tendo tranquilidade, qualquer lugar serve para morar, [...]. Só que lá, eu acho que é distante o lugar, tem uma distância muito grande. Então, se a gente está aqui no centro da cidade e estamos com tranquilidade, você vê que não estamos à mercê de perigos em momento algum. Então, nós temos aqui saída para vários lugares, o ônibus e facilidades de você se deslocar de um lugar para outro. Então, eu acho que está bom aqui. Aqui você tem ônibus para diversos lugares, daqui você vai para Copacabana, Leme, Leblon, entendeu?! Xerém! Tem ônibus que vai para casa da irmã dele aqui embaixo, perto do prédio da Petrobrás. É tudo perto! (Joana).

Para Hélia, que está insatisfeita com a Manuel Congo, a “única” vantagem do Centro é porque está localizada mais perto dos postos de trabalho. Liana, sua filha, acorda às 7h para começar a trabalhar às 8h em um hortifruti no Flamengo e antes chegou a trabalhar no Bob’s, em frente à Ocupação. Em relação aos serviços, tanto públicos como comerciais, Hélia continua utilizando-os na região onde morava anteriormente. Porém, como Hélia tem problema de pressão e das vezes que foi ao Souza Aguiar demorou a ser atendida, desenvolveu uma técnica para conseguir ser atendida rapidamente:

Eu vou para dentro da Lojas Americanas, eu vou para dentro do supermercado e falo para alguém que estou passando mal e aí chamam o gerente e o gerente chama o SAMU [Serviço de Atendimento Móvel de Urgência] e o SAMU me leva (risos). Aí, eu sou atendida (Helia).

Cleide e Joana também valorizam a proximidade do trabalho e criticam a *espoliação urbana* (KOWARICK, 1979) sofrida pelos pobres na cidade do Rio de Janeiro, que gastam horas de seus dias, que cansam e não são remuneradas, no transporte para o trabalho.

O Heitor sai 5 minutos antes de pegar e já ‘tá lá, entendeu. O serviço é de nove as cinco. [...] quem quer um serviço melhor que esse? Agora eu tenho também pessoas da minha família que trabalham aqui e saem quatro e meia de casa (Cleide).

O trabalho aqui também é perto. [...] quando você arranja um trabalho em que você não tem que pegar condução, você se sente bem porque às vezes a condução te cansa. O fato de você trabalhar longe, eu já trabalhei em Jacarepaguá morando no Caju, então a minha dificuldade era mais o trânsito. Porque eu ficava na volta, eu ficava na Linha Amarela muito tempo em pé. Então me cansava muito mais, porque já tinha um dia cansativo do trabalho e ainda vinha em pé no ônibus, e isso me cansava muito. Então, o trabalho, a condução de tudo isso perto da gente é uma coisa que facilita um pouco (Joana).

Além dos serviços públicos, lazer e trabalho, os moradores valorizam a proximidade dos comércios, bancos, mercados e loteria e enfa-

tizam a qualidade superior destes serviços quando comparados com seus bairros de origem.

Ah! [No Centro] É tudo bem mais fácil. Tudo o que você quer, você resolve lá, com mais facilidade. Hospital, se você quer um documento, você quer ir num banco é coisa rápida, né?! Aqui [Anchieta] é mais difícil. Você vai aqui e perde o maior tempão na fila, perde horas no banco aqui. Lá [Centro] não, lá você chega e rápido você é atendido. Tem loteria bem perto que é muito rápido. Aqui [Anchieta] você vai naquela dali e a fila está longa. Tem quase vinte pessoas numa fila só. Lá [Centro] era uma diferença incrível para muitas coisas (José).

Porque [aqui no Centro] tem mais facilidade, por exemplo, [na Baixada] se você for pagar uma conta no banco e na lotérica você fica quase duas horas na fila, uma hora e quarenta, uma hora e meia. Aqui você chega e não tem ninguém, vai direto no caixa. Você desce, paga a sua conta e sobe rápido. Pra trabalho também tem diferença (Cleide).

Há uma relação entre a classe social que vive no lugar e a qualidade dos serviços, como Rosaura (coordenadora municipal do MNLM-RJ) já havia apontado.

Apesar de valorizarem a proximidade dos serviços públicos, comerciais e equipamentos culturais, ainda é possível notar percepções que trazem a luz diferenças entre espaços absoluto e relativo (HARVEY, 2006). Alguns moradores relativizam a distância percorrida a partir da vivência cotidiana na região: “Para a gente poder ir fazer compras é uma distânciazinha, mas não é tão longe não. Como a gente sempre está indo, se torna um local próximo” (Diana). Mesmo já tendo incorporado os percursos em seu cotidiano, Cleide reclama do mercado e da escola serem longe. Sem elaborar, está evidenciando o fato do bairro ser comercial e não residencial.

A única coisa ruim aqui que eu acho é mercado e escola, que é tudo longe. Não tem como eu levar e buscar meu neto na creche, porque tem que pegar ônibus. Por sinal é uma creche muito boa, você entra lá e pensa que é uma creche particular, tudo limpinho de 1ª linha, o problema é que é longe (Cleide).

A creche do neto mais novo fica no Catete e Jacqueline, sua filha, costuma levá-lo de bicicleta. O neto mais velho, por sua vez, estuda na Escola Municipal Tiradentes, como outras crianças da Ocupação. Os mercados que Cleide utiliza e considera longe estão situados na Lapa e no Bairro de Fátima, que são considerados perto por outros moradores.

Outro incômodo apresentado, por todos os entrevistados, diz respeito às variações de usos no Centro entre os dias da semana. Notadamente, o uso predominantemente comercial e administrativo revela um descompasso com a moradia na Cinelândia. Ninon aponta que o cenário de insegurança se agrava durante as noites, quando o Centro fica menos povoado: “Aqui é o centro do Rio, todo mundo trabalha durante o dia e, durante a noite, vai anoitecendo e vai todo mundo indo embora”. Renata corrobora a insatisfação com morar em uma área que fica deserta fora do horário comercial: “Só não gosto quando chega domingo, e isso aqui fica vazio, fica morto. Não parece com o Centro do Rio de Janeiro de segunda a sexta-feira. Então Domingo é uma tristeza, isso eu não gosto” (Renata). Esta realidade é um reflexo do zoneamento, que entre 1976 e 1994 proibia moradia na região central.

É um consenso entre os moradores e ex moradores que há uma sensação de segurança maior na região central do que quando comparada às realidades vividas nos bairros de origem, muito embora tenham sido narradas situações de insegurança. As percepções de violência vividas são variadas. Esta é uma questão fundamental para capturar a satisfação dos entrevistados em relação ao local de moradia,

O que é moradia digna pra você? Onde você tem paz, sem violência né, onde você pode andar tranquilo e uma moradia onde você tenha acesso às coisas fáceis né tipo pagar uma conta, você poder passear com seus filhos, sentar em uma praça. Porque lá pra Baixada você não fica tranquila em uma praça (Cleide).

A questão da violência foi, inclusive, um fator de persuasão para adesão ao projeto de ocupação por parte dos mobilizadores locais, como fala Joana:

A Tatiana sempre falava, o Bernardo falava também, que era o fato também de você ir para um local sem violência, um local em que você não vai se preocupar. [...] Porque na verdade se você mora numa

comunidade que está o tempo todo dando tiro, você não dorme, muitas pessoas entram em depressão. Se você perde um parente com um tiro na comunidade, você acaba ficando muito mais traumatizado do que teria que ser. Então, se você tem a oportunidade de sair e de levar a sua família, você se sente tranquila, né?! (Joana).

Nessa fala, fica claro que a família é a principal esfera de reflexão de Joana, diferente dos militantes, que elaboram discursos sobre o coletivo, os pobres ou mesmo as classes populares. Embora reconheça que o Caju é mais violento, pelo fato das armas serem mais visíveis, Joana supõe que também há violência no Centro, com outras características. Em seu discurso, ela associa a rua, o espaço público, à violência, em oposição à moradia, espaço privado, que seria um ambiente de paz, tranquilidade.

Lá você vê o pessoal andando de moto armado muitas vezes e aqui a gente não vê isso, porque na verdade eu não saio na rua, porque é a rua eu acho que deve ter isso também (risos). Eu fico mais aqui dentro. Eu não sou muito de estar saindo, só se tem alguma coisa para fazer (Joana).

Hélia também ressalta a preocupação com os diversos tipos de violência na Pavuna. Entretanto, ela considerava que os traficantes também tinham um papel de controle e proteção da comunidade, porém com ações baseadas na coação permanente. O maior problema, para ela, era a mudança frequente nos grupos de comando, que a deixava sem saber quais eram as “regras vigentes”.

A diferença de Pavuna é que você ficava preocupado. Você ficar preocupado de ter filha mulher e não são sempre as mesmas pessoas que ficam na favela. [...] Tem bandido muito bom, entendeu?! Ele ajuda a comunidade e aquele negócio todo, protege. Tem outros que não! Que não respeitam. Lá a minha preocupação era essa. Saía um grupo e depois entrava outro grupo e a gente ficava preocupado de como será a ação deles e aquela coisa toda. [...] Mas, eu gostava de lá. O único problema era esse aí (Hélia).

Ninon, que morava no Caju, também menciona a dificuldade do cotidiano sem regras claras, que geravam um medo constante de estar nas ruas, circulando, pois a qualquer momento poderia começar um tiro-

teio, além da falta de acesso pleno aos serviços, já que as concessionárias e comerciantes não entravam na “comunidade”. Ela sentia falta da cidadania plena, sendo um dos principais direitos cerceados o de ir e vir.

Moradia digna no que eu entendo é você ter a liberdade de ir e vir, né?! Onde você mora, porque em comunidade às vezes você sai e não sabe se pode entrar na sua residência em tal hora. Você já sai do seu serviço preocupado que em tal hora você tem que estar chegando naquela comunidade, entrando naquela rua porque é área de risco. Você não poder comprar uma coisa numa loja e a loja não poder entregar lá dentro porque suas coisas podem ser roubadas no meio do caminho. [...] Na época era Telemar e ela não entrava lá, não entrava lá nas comunidades. E olha que a minha residência era bem no início da rua principal e eles não entravam porque era ‘área de risco’. Se você instalasse telefone, você pagava uma conta imensa, porque você não usava, mas outras pessoas usavam. Você não tem aquela liberdade de sentar na porta da sua residência para ver as crianças brincarem na rua. Se você coloca as crianças para brincarem na rua, você vai se preocupar. [...] Até para levar para a escola a gente se preocupava, você não sabia como estava ali o momento. Passava a noite toda tendo no tiroteio para você sair às cinco da manhã para ir trabalhar. Imagina a preocupação que você não ficaria para sair às cinco da manhã para o trabalho e o tiroteio, o pau comendo ainda lá fora. Essa era a preocupação e com isso a gente não tem essa liberdade (Ninon).

Mesmo tendo retornado para Anchieta por motivos de acessibilidade ao trabalho, José, que possui um pequeno comércio no bairro também possui a segurança como um importante critério para eleger o melhor lugar para viver. Assim, quando pensa em um lugar onde gostaria de morar, menciona bairros próximos de sua moradia atual, porém menos violentos.

Eu moraria ou em Guadalupe ou Nilópolis. Para mim são dois bairros maravilhosos. [...] porque é difícil de ter assalto, é difícil de você ver vagabundos, tem poucas mortes, né?! Você não vê muito em jornal, entendeu?! Em Guadalupe é que é um bairro pequeno, mas é bom também. Você não vê muitas coisas (José).

Ninon, Cleide e Coralina se incomodam com os moradores de

rua, pois associam a existência dos mendigos aos assaltos e ao clima de insegurança. Elas não fazem uma análise estrutural da desigualdade social e das condições como os moradores de rua são tratados pelo Estado e consideram que as pessoas estão na rua por opção, já que existem abrigos ou mesmo casas de familiares. O pressuposto evidente na fala de Cleide é que se uma pessoa tem família significa que possui uma rede de solidariedade, portanto não precisaria morar na rua.

Eu acho que tem muito morador de rua. [...] eu sei que tem abrigos para eles e eles não vão. Saem do abrigo e ficam aí. Isso se torna às vezes perigoso para as pessoas, principalmente para as pessoas que estão voltando do trabalho (Ninon).

E o que você rejeita no Centro? Os moradores de rua. Inclusive eu já vi uma mulher levar uma carreira deles. [...] Eles falam “tia me da um biscoito aí”, mas a gente não sabe a intenção deles, né. Você não vai confiar totalmente, o que eu fico mais preocupada é isso. [...] Eu tremo de medo [...] tem um menino aqui que é morador de rua [...] usa muleta, é novo o menino, até bonito, dizem que ele tem família e que ele fica assim por que quer. Dizem que muitos têm família, né (Cleide).

Ali só tem mendigo deitado na rua é gente esquisita andando pra lá e pra cá, não tem morador ali no Centro. Pra te dizer a verdade ali é área comercial ali não é área pra ninguém morar (Coralina).

No que diz respeito à violência moral, notou-se na fala de Diana um incômodo peculiar; ela se sente desrespeitada com as imagens pornográficas coladas nos orelhões. Isto demonstra que ela não está disposta a viver uma vida urbana em sua plenitude, pois não quer se deparar com morais distintas da sua.

Esses orelhões cheios de mulher, de um bando de gays pelados, eu acho isso ridículo. Eu acho isso uma indecência, uma imoralidade. Uma agressão às pessoas que ainda preservam respeito, não gostam de ver certas coisas, você se constrange. Eu sou uma! (Diana).

4.4 A produção - apropriação coletiva da cidade

A produção-apropriação coletiva da cidade pelos moradores se dá através do projeto de autogestão da Ocupação, da cooperativa, como uma forma coletiva de sustentabilidade da vida no Centro e das mudanças na relação com a vizinhança. Estas questões são repletas de conflitos e contradições, mais evidenciados nas falas dos não militantes, por terem graus variados de adesão ao projeto coletivo.

4.4.1 Militantes

Todos os entrevistados militantes reconhecem que, em função da região central ser um espaço das elites e ser uma zona comercial, os vizinhos tiveram e alguns ainda têm dificuldade de aceitar os moradores da MC. Para Rosaura, as classes mais abastadas querem manter a desigualdade no acesso aos direitos e serviços essenciais, pois esta seria uma maneira a mais para se diferenciarem das classes desfavorecidas.

Aqui é um lugar, que pra nós que moramos aqui, tem dificuldade, [os vizinhos] tem muita dificuldade de aceitar nós morando aqui. Porque, eles acham que pessoas pobres não podem morar num centro da cidade, ter acessos a todas as facilidades que nós temos. Moradia digna, até mesmo a questão de condução, saúde e educação (Rosaura).

Todavia, com o passar do tempo e com as constantes provas de organização e limpeza dos moradores (mantidas em função de regras e controles bastante estritos), é percebida uma mudança no tratamento, tanto porque a vizinhança está tendo que aceitar que a Ocupação está se consolidando e os moradores são vizinhos permanentes, como porque já estabeleceram relações comerciais, isto é, os moradores são clientes dos comércios do entorno, como a padaria e o bar. Segundo Geraldo, “O dono da padaria que chamava a polícia quando as famílias da Ocupação faziam um churrasco na rua hoje conhece os moradores, seus clientes, pelo nome”.

A contradição destes comerciantes se evidencia, pois, por um lado, os ocupantes são clientes, que ajudam a sustentar seu negócio, portanto devem ser tratados com respeito. Por outro, são “invasores” e

atacam um princípio basilar da sociedade capitalista, que é a propriedade privada.

Como é a convivência dos moradores da Ocupação com a vizinhança? Até tá melhorando. Antigamente ficavam gritando: “Ah! Invasores! Vocês vão sair daqui no outro dia!” Agora eles são obrigados a nos engolir. Ai, eles ficam falando assim: “Tem duas mulheres que mandam ai, uma preta e uma branca”! Ai eu falo: “Ah! Tá bom”! Deixa eles falarem. Agora o pessoal já tá mais amigo. Até o cara do botequim, sabe?! Mas era difícil a convivência. Hoje mesmo o do “Pilão de Pedra” mandou o rapaz ir lá [na Ocupação] botar remédio de rato, porque ele vai dedetizar todo o restaurante. Eu falei: “Ótimo!” Com medo de o rato ir e voltar pra lá! Olha só, que grande preocupação conosco! (Elisa).

Como você vê a convivência dos moradores aqui da Ocupação com a vizinhança? No momento nos éramos considerados o invasor do espaço né. Tanto que com os comerciantes aqui hoje a convivência ela já é mais tranquila, mas com reservas. Porque os moradores compram no mesmo espaço, na padaria aqui, no cara que antes chamava a polícia porque quando a gente ganhava determinada bandeira de luta e fazíamos churrasco. A fumaça do churrasco ia pra padaria do português e o português acionava a PM pra acabar com a nossa festa e a PM olhava assim e falava ‘eu não posso fazer nada, eles estão no espaço deles’. Então essa convivência foi sendo amadurecida com o tempo. Então hoje eu sou conhecido aqui pelo bairro não tenho nada pendurado, mas o bar me conhece, já conhece o meu nome já conhece onde eu moro (Geraldo).

Conforme visto no item 3.5, a maioria dos ocupantes se diferencia socialmente dos moradores da região central e mais especificamente do entorno imediato. Portanto, além de serem protagonistas de uma ação vista como ilícita e violenta, pelas classes dominantes, são, relativamente aos seus vizinhos, muito pobres. Isso explica a desconfiança e o estigma criado pelos vizinhos no período inicial.

O cotidiano das crianças em um edifício, no Centro, também é um aspecto a ser levado em conta, já que elas não têm autonomia para saírem sozinhas. Ainda que o MNLM-RJ tenha um projeto coletivo no qual todos da Ocupação devem se responsabilizar pelas crianças e exista um espaço dedicado a elas – o Criarte –, Luisa reconhece que é

difícil implementar as regras acordadas coletivamente e prevê o agravamento deste problema após a reforma.

As crianças aqui, as crianças sofreram e ainda sofrem porque não conseguem se expandir, não podem jogar bola, não podem soltar pipa. [...] Ou então era lâmpada quebrada todo dia, os meninos jogando bola, os meninos andam de skate no corredor. O que é que nós vamos fazer com isso, quando estiver reformando?! Eu falo isso todo dia: “Gente! Parece que eu sou a bruxa que fico brigando com vocês, mas vai estar bonito o nosso prédio, daqui a pouco vai estar tudo arrumado. Olha o arranhado que tem do seu patins? Como é que vai ser isso?” As paredes rabiscadas com nome deles, com coração deles. Isso é porque estavam acostumados a viver soltos na casa (Luisa).

A proposta de implementação de um projeto de “autogestão”, com valores de solidariedade, cooperativismo, contra a propriedade privada e com pressuposto de participação direta de todos nas decisões, em meio à uma sociedade capitalista, na qual a prática é oposta a esse projeto, não poderia acontecer sem muitas contradições e conflitos. Elas ficarão mais explícita no item 4.4.2, que tratará dos discursos dos moradores e ex moradores não militantes. Contudo, nas falas dos próprios militantes e entre elas, já é possível identificar questões. Algumas delas, apresentadas como conflitos pelos próprios entrevistados e outras aparecem na comparação da visão “oficial” do MNLM-RJ, representada pela sua coordenação, com a visão de Maria, uma militante mais autônoma.

Embora concorde com as opções ideológicas do MNLM, Maria é muito crítica em relação à prática da coordenação, acusando-a de autoritária, por não dar espaço para discussão das decisões a serem tomadas no cotidiano. Um exemplo dado é a falta de politização no convite aos atos apoiados pelo Movimento, segundo Maria:

Tem que ir ao ato e fecham a porta [da Ocupação]. Pronto. Acabou. Você fica lá fora. Ou seja, você é obrigado a ir ao ato. Quem é militante vai ao ato porque sabe o que está reivindicando. Porque sabe que solidariedade você vai precisar em algum momento de outro militante de outra organização. Mas tem uns que têm que trabalhar que tem que resolver ou têm que buscar o filho na escola, mas vão

ficar do lado de fora. Não vão conseguir entrar desde a hora que começou o ato até a hora que termina (Maria).

Se por um lado ela possui outras experiências de luta como referência, por outro, o fato de não ter uma “base” para coordenar lhe deixa mais livre para criticar sem necessariamente considerar as condições concretas atuais dos atores envolvidos e de suas relações. Luisa, por sua vez, faz uma análise com base na práxis.

A autogestão é uma experiência que nós estamos vivenciando aqui na Manuel Congo. É difícil porque tem vários conflitos e não tem nada dado. Porque como é que você trabalha essa relação com as pessoas se na origem dela ela tem na cabeça o patrão, que ela acha necessidade de ter um patrão e acha necessidade de acumular bens privados, ela traz esse vício. [...] Aqui eles já sabem que não vão poder vender (Luisa).

Embora “nada seja dado”, para ser coerente com o discurso da ocupação de uma propriedade de outro, com a justificativa do não cumprimento da função social – portanto não especulativa –, Luisa diz: “aqui eles sabem que não vão poder vender”. O “eles” já evidencia uma diferenciação dos grupos a nível decisório, que fica explícito quando, antes das assembleias com todos os moradores, a coordenação se reúne para definir a pauta. Se, por um lado, podemos criticar a relação verticalizada, por outro, a coordenação que esteve à frente da mobilização das famílias, do planejamento da ocupação e das negociações com o Estado, e a existência dela pode ser uma das justificativas para a Manuel Congo resistir por tanto tempo e não ter sido despejada, como tantas outras ocupações.

Explicitando o projeto político para a cidade em relação à propriedade, diferente de outros movimentos, que defendem a propriedade coletiva, Geraldo diz que o MNLM-RJ entende que o papel do movimento é pressionar o Estado para criar uma política habitacional fundada na propriedade pública, onde a moradia seja acessada como um direito e não como um bem de mercado.

A gente entende o seguinte: não é papel do movimento popular ficar administrando propriedade coletiva. Se a gente luta por uma política habitacional a gente sabe o que a gente quer, esse é o nosso

desejo, de que o Estado assumira a política habitacional e entenda que o espaço de morar é um espaço de direito, a casa é um direito, não é uma propriedade privada aonde o dono tem direito de vender (Geraldo).

Neste aspecto, o MNLM-RJ se diferencia da UNMP que, assim como a Federación Uruguaya de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM) – a maior referência de experiências habitacionais autogestionárias na América Latina – defendem o estabelecimento de propriedades coletivas.

Para a “escala na portaria e na limpeza” do prédio, a justificativa dos militantes vai além da resolução de um problema decorrente da falta de condições de pagar um porteiro. Para eles, esta é uma forma de conscientizar os moradores de que todos têm um papel importante no coletivo e que devem cumprir com suas responsabilidades para fortalecer o projeto. Conforme Geraldo, a portaria contribui para o controle da ocupação, servindo como uma primeira barreira de proteção do coletivo.

Hoje vocês têm escala na portaria e na limpeza. Por quê? Pra poder organizar. Pra não ficar pesado. Para os moradores, é uma forma de organização. Cada um dá a sua contribuição comunitária pra manter o espaço limpo e organizado. Eu mesmo limpo o meu andar. Eu tenho um dia de sábado que é meu dia de lavar o banheiro e o corredor. Eu nunca deixei, mesmo como coordenadora, de fazer limpeza (Elisa).

Hoje vocês têm escala na portaria e na manutenção do prédio, porque? É uma contrapartida dos moradores com a sua relação de trabalho com a comunidade. A conjunção comunitária ela tem que ter esse valor ele é pedagógico e ele tem que dar essa sua contrapartida no controle e na convivência. E a questão do controle da portaria é essencial porque é um espaço de morar. Na portaria se faz a seleção das suas visitas e isso é uma responsabilidade que cada núcleo familiar tem que contribuir para a construção da confiança no seu espaço de moradia. Não é só espaço físico, são as relações que eles têm que realmente construir durante a sua convivência (Geraldo).

Vocês têm escala na portaria e na manutenção do prédio, porque? É o processo coletivo de distribuição de tarefa tanto porque a

gente precisa manter o espaço mínimo e o processo coletivo de distribuição de tarefas. Não é só uma escala na portaria e, na limpeza, é distribuição de tarefa. Nós temos agora um coletivo que está sendo distribuído assim horizontalmente e democraticamente [...] Nem todo mundo entende. A maioria do povo entende como mais do que o compromisso uma obrigação. É interessante você assumir isso como uma responsabilidade para esse coletivo. Você abre a porta 5 horas da manhã para quem está indo trabalhar a essa hora é uma responsabilidade que você está doando pra o colega que trabalha. Não é um castigo. É um castigo para quem não consegue entender que isso é uma responsabilidade que você assume para o outro (Maria).

O maior problema da prática da autogestão para Maria é a falta da formação no cotidiano, a conscientização dos valores e princípios na prática. Ainda que concorde com as escalas, para ela, obrigar as pessoas a participarem destes trabalhos sem conscientização – “formação, leitura, conversa, debate.... incentivo” – é uma violência.

Se você tem consciência que cada um de nós forma parte de um todo e que a função de cada um de nós vai contribuir para que melhore, ande e funcione da melhor forma, então ai é mais prático, mas isso tem que ser com consciência. Agora se você impõe ou se você não conscientiza e não cria isso nas pessoas não desperta isso nas pessoas de compreensão, de doação de socialização, então a gente está impondo a violência para o outro, em forma de atividade. O outro não pensa aquilo como parte de um cotidiano, ele pensa aquilo como um castigo. Então você já esta gerando violência (Maria).

Geraldo, por sua vez, acredita que o Movimento está formando constantemente, desde o início da Ocupação, quando a cozinha era coletivizada.

no início da convivência comer é no coletivo, primeiro porque a necessidade é urgente. Não tínhamos como ter cada um tendo o que comer. Era um processo também pedagógico em que todos tinham que contribuir com o processo de morar junto e as refeições tinham que ser juntas. E com isso as pessoas vão participando desse processo, as pessoas vão se auto educando de uma relação individualizada de onde eles vieram... é difícil é muito difícil. [...] nessas relações que você conquista a autoestima das pessoas,

você conquista as relações entre famílias que é difícil você quebrar valores de uma vida individualizada pra eles perceberem que a luta é coletiva. Essas ações de portaria, relações de comissões, de tarefas específicas no prédio servem pra eles sentirem que são os autores do processo também (Geraldo).

Maria critica o horário das assembleias, considerando a vida de trabalho dos moradores, que estão cansados, e também a forma como ela é conduzida e, conseqüentemente, representada pelos moradores.

A conscientização é formação, entendeu. Isso não temos. Não tivemos durante esse tempo. Passaram 5 anos... *Mas e a assembleia?* A assembleia, você tem uma assembleia agora, uma assembleia por mês. E sexta feira 10 horas da noite, e todo mundo quer pular fora, ir tomar uma cerveja ir relaxar, era mais um castigo do que um lugar para expressar mudança, a assembleia era pra problemática da semana. Os informes da semana que vão seguir. Não era para socializar, um tema para se discutir e mesmo assim 10 horas da noite em uma sexta feira, entendeu? A assembleia não foi um processo de educação, um processo de formação. Foi um processo para colocar coisas, quem coloca, quem escuta, quem pede e quem dá (Maria).

Além da formação, Elisa também entende a portaria como um posto de trabalho que pode ser remunerado como parte do projeto da cooperativa, de geração de trabalho e renda:

Você preferiria contratar porteiros e faxineiras se tivesse mais dinheiro? Eu sou da tese que se a gente tiver dinheiro, hoje com a cooperativa com as coisas encaminhando na Manuel Congo, eu acho que tem que contratar sim. Morador! Pra dar a possibilidade de gerar renda mesmo. Acho que é a forma que a gente tem de se manter ali, além de trabalhar na questão do restaurante. O porteiro tem que ser o próprio morador. Tem vários moradores que eram porteiros de profissão (Elisa).

No que diz respeito à implementação das regras acordadas coletivamente na Ocupação, Maria acusa que existem privilégios daqueles mais próximos à coordenação. Um exemplo desta fala se refere às pessoas que são mobilizadas para trabalhar na produção das quentinhas pela cooperativa.

Por ser mais amigo vai ganhar uma regalia que o resto não tem; porque sou mais amiga posso ter direito de fazer quentinha para 50, 100 pessoas e ganhar esse lucro para mim sozinho. Nós somos amigos e utilizamos a cozinha comunitária do prédio e sempre a mesma pessoa que é o referente... porque? sempre a mesma pessoa que vai para a cozinha fazendo quentinha. Porque não há outra? Ou não há outro cozinheiro? (Maria).

Quando perguntados sobre o impacto do projeto em suas vidas, em termos pessoais e profissionais, Elisa e Luisa dizem que estão aprendendo a conviver e entender as diferenças.

Eu sempre vivi no coletivo. Mas aqui eu aprendi muito. Respeitar os limites das pessoas. Entender cada um. Não achar que todo mundo tem que pensar como eu, ser igual a mim. A uniformidade é burra. As pessoas acham que as pessoas tem que ser robô. Cada dia é um dia. Cada pessoa é uma pessoa. E a gente tem que aprender a respeitar isso (Elisa).

A diferença de luta de bairro e luta a partir do bairro, estabelecida por Souza (2009), aparece como um aprendizado de Geraldo com o MNLM, como uma mudança no sentido do projeto, ainda que a ação seja a nível local, a escala do pensamento é global.

Antes, a minha atividade de movimento social ativa até era de juntar moradores do bairro que só vinha fazendo trato da relação do bairro e aqui não, o movimento nacional me deu uma outra visão digna de cidade que passa por uma luta de conjunto de entendimento da cidade e essa experiência do movimento e dessa moradia deu um outro olhar de como você convive com esse tipo de instrumento (Geraldo).

Sobre o impacto da cooperativa como experiência de trabalho, Geraldo diz que agora está sendo remunerado pelo trabalho que sempre fez:

Essa experiência de cooperativismo ela já vem antes né, o que está fazendo agora é uma relação mais burocratizada, legalizada, pra fora né. [...] não é que estou me especializando, só estou recebendo daquilo que já fazia antes e essa remuneração está me dando fôlego

pra eu ter uma pequena qualidade pra eu poder subsistir, pra eu ter dinheiro para comprar pra vestir, comprar pra comer, lazer... essas coisas (Geraldo).

Diferente de Luisa, que defende que o cooperativismo seja uma forma alternativa de se estabelecer as relações de trabalho, melhor do que o assalariamento, por não ter exploração por parte de um patrão em seus empregados, Geraldo entende que “o cooperativismo no nosso entendimento é para aqueles que não têm trabalho”. Esta é uma diferença de sentido dado ao projeto central entre os dois coordenadores nacionais e que ainda deve ser discutida e alinhada.

4.4.2 Não Militantes

A aceitação das famílias pelos vizinhos do entorno da Ocupação se deu gradualmente. Inicialmente eram vistos como invasores, mas, com o tempo, conforme Renata, eles “se acostumaram” com os ocupantes. Isto porque viram “o estilo da Ocupação”, que “é limpa, não deixa lixo na porta e é organizada”. Esta foi uma percepção comum aos militantes e não militantes. Cabe destacar que essa associação entre “invasão”, “sujeira” e “desorganização” é tradicionalmente de uma visão burguesa, que reflete as ideias preconizadas na Reforma Pereira Passos, do início do século XX.

De acordo com os relatos, foi muito difícil para os moradores lidar com a imagem que os vizinhos fizeram deles, logo que ocuparam o prédio. Uns achavam que a Ocupação era um cortiço, outros que era um bordel, ponto de venda de drogas e, em função disso, os ocupantes eram mal tratados nos arredores. Ninon conta sua experiência mal sucedida na tentativa de abrir uma conta no banco, Cleide relata que perguntavam a quem estivesse na portaria os horários dos programas.

No início, achavam que era um cortiço. Eles chamavam de cortiço, ponto de prostituição, ponto de venda de drogas. Então, eram essas coisas assim, que a gente não queria ouvir que a gente ouvia (Ninon).

Tem pessoas que passam na portaria e pensam que aqui é bordel entendeu? Não sei se ainda tem, mas no início os porteiros reclamavam pois vinham perguntar qual era o horário do programa e tal (Cleide).

Se, por um lado, estavam mais perto dos postos de trabalho, por outro, não eram reconhecidos como moradores, o que dificultava os trâmites inclusive para acessar os postos de trabalho. Contudo, hoje em dia, Ninon diz que consome nas padarias e bares ao lado e, inclusive, possui uma conta no Itaú da esquina, que inicialmente lhe foi negada.

Assim que a gente chegou aqui foi difícil para as pessoas, até mesmo aqui no banco Itaú e em qualquer outro banco aqui, eles não queriam aceitar a gente. A gente ia abrir conta para começar a trabalhar e eles não queriam aceitar as pessoas, porque eles achavam que a gente era um bando de sem-tetos, vagabundos que não queriam saber de procurar as coisas dignas, né?! Até mesmo para procurar emprego[...]. As coisas foram melhorando, mas sofremos muitos *preconceitos, desprezos, as pessoas humilhavam*. A gente saía nas ruas e as pessoas chamavam de favelados. A gente não podia colocar a cara do lado de fora da porta que chegavam senhores e batiam na porta perguntando quanto era a massagem e perguntavam as coisas indecentes. Então todas essas coisas a gente passou (Ninon).

Ninon considera que estes preconceitos aconteceram porque algumas pessoas trouxeram os hábitos da favela para a Ocupação, como falar palavrões e ouvir música alta e andar com roupas vulgares. Segundo ela, a coordenação foi muito insistente para a mudança dos costumes e moral dos ocupantes e que neste processo alguns desistiram e outros mudaram. Cabe mencionar que esta readequação de estilo de vida pode ser lida como uma concessão da coordenação do MNLM-RJ para as classes dominantes, entendendo que se não se alinhasssem neste sentido, teriam mais dificuldades de serem aceitos no Centro. Entretanto, esta fala da coordenação também pode expressar uma visão preconceituosa em relação ao modo de vida das classes populares.

Tem moradores de comunidades que são batalhadores e que lutam. Mas tem uns que não são daquele jeito... estourados, bagunceiros, xingam mesmo. A coordenação sofreu muito em certas partes para colocar na mente deles que eles já não estavam mais no local onde moravam. O que faziam lá e transmitir aqui é que as pessoas vão pensar que são favelados, bagunceiros, um bando de sem tetos, vagabundos. Por causa de um, todos irão pagar. [...] Uns mudaram e foram embora. Tiveram que sair e os que aceitaram ouvir os coordenadores e outras pessoas permanecem ainda aqui dentro, mas muitos foram embora. Poderiam ter ficado, mas foram embora (Ninon).

Se não tivesse regras, se não tivesse uma reunião, se não tivesse uma comunicação com os moradores, não teria limites e seria uma bagunça mesmo [o que daria razão à visão inicial dos vizinhos] (Ninon).

Sua irmã, Diana, que se mudou para a Ocupação anos depois de seu início, não chegou a sofrer os preconceitos e considera ser muito bem tratada nos comércios e bancos, qualificando sua situação como digna de “qualquer brasileiro”.

Eu desço para padaria e os atendentes me atendem bem. Eles sabem que eu moro aqui e me atendem bem. Sorrindo. Vou no banco também, os caixas me atendem bem. Eles sabem que moro aqui. Tem um senhor ali da Caixa, ele sabe e já veio até aqui. Atende a gente ótimo, como qualquer brasileiro (Diana).

Mesmo não tendo sofrido, ratifica o posicionamento de Luisa, quando diz que os moradores têm que estar, o tempo todo, provando o que não são – favelados, prostitutas, moradores de rua, vagabundos.

Que nem a Luisa fala em certas pautas de reunião, a gente tem que mostrar que a gente é capaz, que a gente não é o que eles pensam. Que são prostitutas, que são moradores de rua, que são sem tetos. Somos brasileiros e somos dignos. Não é por um que não presta, que todos iremos pagar. A Luisa fala que a gente tem que mostrar, que a gente é capaz e que somos dignos sim, de morar aqui no centro. [...] Nós estamos conseguindo mostrar que somos capaz sim. Que nós não somos favelados e nem excluídos como eles dizem. Mas somos capazes, temos o objetivo e nós lutamos para alcançar (Diana).

Renata acredita que com o tempo os vizinhos, que são em sua maioria comerciantes, passaram a aceitar melhor a Ocupação, chegando a até estabelecer relações de confiança entre os ocupantes e comerciantes, como por exemplo “comprar fiado”. Esta aceitação, para ela, aconteceu porque as famílias mantêm a limpeza e organização do prédio. Para convencer os vizinhos, sempre que possível, os ocupantes fizeram ações e comemorações na rua, buscando apresentar os motivos e objetivos da luta.

Agora nesse exato momento, tá tudo bem, está tudo ok. Eles tratam a gente de uma forma melhor. Na padaria, nos bares em todos os lugares que a gente chega. Tem gente até que tem fiado no bar de frente, no bar do Raimundo. Então eu acho que agora... no começo as pessoas não aceitam muito não sabe. A gente ocupou o prédio, a gente era invasor pra eles, então antes era chato, mas agora as pessoas já se acostumaram com a gente. Até porque eles veem né o estilo da nossa Ocupação. Graças a Deus é tudo limpo, tudo organizado, na portaria não fica lixo, não fica nada então assim eles passaram a dar valor, a entender a nossa luta né. Na nossa festa de aniversário que a gente fez agora de 5 anos de ocupação a gente panfletou por aqui por perto pela vizinhança toda explicando o motivo da gente ter ocupado o prédio explicar, falar um pouco do Movimento (Renata).

O limiar entre o individual e o coletivo na Ocupação é tênue e as fronteiras são fluidas. As regras do coletivo na Ocupação Manuel Congo são e foram apropriadas de forma contraditória pelos moradores e ex moradores. Por um lado, há uma constatação da necessidade e da importância da realização de atividades de interesse coletivo, como a preparação dos alimentos¹¹³, a segurança da portaria, a limpeza das áreas comuns do edifício, a garantia do cumprimento das regras de convivência interna, a defesa político jurídica da permanência da Ocupação e conquistas de financiamentos. Por outro lado, há uma dificuldade de perceber ou incorporar plenamente uma saída coletiva para solucionar a maioria destes problemas, em virtude das limitações materiais e da manutenção dos ideais individualistas do sistema capitalista.

A fala de Renata representa o valor dado pela maioria dos moradores à existência de alguém na portaria permanentemente que controla a entrada e saída da Ocupação.

Eu acho melhor porque, por exemplo, aqui eu posso deixar meus filhos brincando dentro desse prédio e eu sei que tenho a garantia porque eu confio nos moradores daqui, eu confio na Carta de Princípios que a gente criou né, e eu sei que daquela portaria pra fora eles não vão sair (Renata).

¹¹³No início da Ocupação, a cozinha era coletiva e a preparação dos alimentos era uma ação coletivizada.

Mesmo com a existência da portaria, Hélia se sente insegura na Manuel Congo, por não poder fechar a sua porta¹¹⁴. Ela foi a única a mencionar pequenos furtos dentro da Ocupação, salientando que o controle do tráfico, no Caju, era mais “eficiente” neste sentido.

O que eu gostava de lá era que ninguém roubava nada, na favela. Lá tem respeito. Se você sair de casa, ninguém entra na sua casa. Se você é roubada, eles vão fazer aparecer o roubo e quem fez, entendeu?! Então, você sai de casa e pode deixar a sua casa até aberta, porque ninguém mexe em nada. Agora aqui não! Aqui eu já perdi três celulares, entendeu?! A menina que morava aqui perdeu o DVD dela. Você é roubado e não pode colocar chave na sua casa. Então, a única coisa que eu não gosto daqui é isso (Helia).

A insegurança sentida por Hélia parece não ser compartilhada por Cleide, que ressalta a importância do coletivo na garantia do cumprimento das leis e da Carta de Princípios da Ocupação.

Uma ocupação é muito boa em relação a essas coisas, entendeu? Se o marido tiver brigando com a mulher eles interferem se forem chamados. Se não forem, os casais se viram dentro de quatro paredes. Se pedir ajuda, a coordenação vem. Eu acho isso importante porque se a pessoa vai fazer, ela pensa, “ah não posso fazer por causa disso”. Se você estiver espancando um filho eles interferem, então é assim. Os outros falam assim: como é que você pode aguentar se eles se metem na vida das pessoas e sabem muito da vida dos outros. Mas, por uma parte é bom, porque... e se o marido tiver te matando? (Cleide).

Cleide também destaca a importância da portaria para a garantia da segurança da Ocupação, resultando, inclusive, na transformação da percepção de sua família sobre o significado e a organização de uma ocupação.

A minha família ficou horrorizada “o que? Você vai pra uma invasão?” quando eles vieram aqui em casa e eles viram que tinha portaria para eles entrar, o pessoal perguntando “você vai pra onde?” já muda né.[...] Então depois que eles viram isso tudo,

¹¹⁴ O fechamento das portas apenas com uma cordinha foi uma medida adotada como uma forma de fortalecer as relações de confiança entre os moradores.

minha filha, “arruma lá pra mim”. Eu tenho 3 sobrinhas que estão frequentando a reunião, porque viram que não é nada disso, que o nosso movimento não é assim (Cleide).

Embora reconheça vantagens do coletivo, Cleide destaca que há um controle excessivo do coletivo em relação às visitas na Ocupação. Isto porque ela quer receber a sobrinha (apenas para dormir), de modo que ela também se beneficie da localização próxima ao trabalho, e a coordenação pede que as visitas com frequência sejam evitadas, por causa dos custos.

Quando a gente morar sozinho, quando a gente tiver o nosso apartamento aí a gente pode fazer o que quiser. Essa é uma forma que eu acho que vai melhorar. Você não vai ser tão monitorado pelas pessoas, pela coordenação (Cleide).

Segundo Mila, ex moradora, o motivo principal de sua saída foi que não aguentava a intromissão dos outros em sua vida, apontando sua “liberdade” como o grande diferencial entre morar na Ocupação e no Caju.

Qual a diferença de morar aqui e morar no Caju? A diferença é minha liberdade. Eu saio da minha casa, posso trancar a minha porta, ninguém manda na minha vida, eu e meu filho (Mila).

Em relação à limpeza, Coralina, ex moradora, parece muito ressentida com a Ocupação. Em sua fala, nota-se uma percepção muito distinta dos demais moradores e ex moradores, como José, que valorizam a limpeza como a maior qualidade da Ocupação.

Eu não gosto não desse negócio de coletividade, cada um tem uma cabeça, eu gosto assim de viver em um ambiente tranquilo. Aqui [apartamento dela no Cantagalo] é tudo limpinho, está desarrumado ainda, mas está tudo limpinho. [...] Eu chorava ali dentro [da Ocupação], menina! Barata que não acabava mais e eu falava ‘não vou ficar ali não’. Nem que eu arranje uma casa pra eu alugar, mas aqui eu não fico (Coralina).

Olha! Eu valorizo ali... [...] A única coisa que eu vi lá e que talvez em outros lugares não exista é a limpeza. A limpeza é total. A mulher cobra muito aquilo ali, o negócio de limpeza (José).

Diferente dos militantes, todos os não militantes entendem a escala da portaria e da limpeza como uma forma de solucionar um problema de falta de dinheiro. Houve unanimidade na preferência por contratar alguém, se tivessem condições financeiras. Na fala de José, ficou claro que, embora a coordenação tente impedir a troca monetária no espaço da Ocupação, para evitar reproduzir a desigualdade social do “mundo de fora”, há exceções na prática. Enquanto morava lá, era acordado no andar de José que ele pagava todo o material de limpeza e, em troca, não contribuía com o trabalho de limpar as áreas comuns.

Na época não tinha porteiro e cada um tinha que prestar o seu trabalho como porteiro. Limpeza, eu nunca fiz. Eu sempre paguei alguém para fazer. Dava o meu material. No meu andar, era tanto de material para limpar durante o mês. Aí, eu pegava a comprava o material todo e eles limpavam. Quer dizer, eles não compravam material para fazer a limpeza (José).

Apesar das reclamações, na prática, Cleide percebe que as atividades de portaria e de limpeza contribuem para a união e o aprofundamento do conhecimento das pessoas.

É importante porque ai você está vendo a união das pessoas. As pessoas se unem pra fazer aquele tipo de trabalho e dar uma força pra outra. E a gente também vai recolhendo essa experiência, conhecendo as pessoas (Cleide).

A diferença que aparece na compreensão política da Ocupação entre os militantes e não militantes, em função das diferentes trajetórias de vida e formações políticas, também é (re)produzida na prática, tanto que antes das assembleias a coordenação faz uma reunião para definir a pauta, o que pode significar uma contradição para uma prática autogestionária. Por outro lado, pode ser que seja esta prática da coordenação a frente do projeto que tenha impedido o esfacelamento da Ocupação, seja através do despejo ou do controle do tráfico, como aconteceu com outras ocupações no Centro do Rio, como por exemplo a Zumbi dos Palmares.

O conflito entre a ideologia da casa própria e a coletivização da propriedade, associado respectivamente à liberdade e a constrangimentos, fica evidente na fala de Coralina, que chegou a ser da

coordenação, mas, em função destes conflitos e por ter recebido um apartamento pelo PAC, desistiu da Ocupação. Apesar de ter chegado a compor a coordenação, Coralina demonstra sua dificuldade de adesão ao projeto, quando diz que não cogitou se desfazer de sua casa no Cantagalo, que ficou alugada enquanto ela morava na Manuel Congo e lhe possibilitou receber o apartamento.

O desgosto pela coletividade também não parece ser compartilhado pela maioria. Helia e Mila (ex moradora), por exemplo, consideram que a experiência vivida no período da cozinha coletiva foi de grande valor:

No começo era ótimo, tinha mais união porque era tudo no coletivo né, hoje em dia tá cada um no seu canto. No começo todo mundo se preocupava com todo mundo, eu achava ótimo (Mila).

Quando vim para cá a cozinha era mutirão. Como eu gostava! Escovava meu dente, tomava meu banho e ia pra cozinha. As meninas falavam pra caramba: “Poxa mãe! Você parece que mora na cozinha!” Acabava o plantão e continuava na cozinha conversando até na hora de todo mundo ir embora. [...] Acabaram me colocando até como chefe da cozinha. Eu fazia as compras e aquele negócio todo. No começo era muito bom. Depois que tirou a cozinha e cada um foi para o seu espaço, aí mudou muito. Cada um quer ver o seu nariz (Hélia).

Todas as contradições apresentadas exemplificam algumas das dificuldades enfrentadas pelo MNLM-RJ na luta pelo direito à cidade, em meio a um sistema capitalista. Utopismos de processos e espaciais emancipatórios não são pautas evidentes nos discursos dos moradores e ex moradores não militantes, que ainda se encontram imbuídos da ideologia dominante, da casa própria, do individualismo e, portanto, das demandas mais pragmáticas do movimento social. As práticas coletivas e autogeridas fazem parte do processo de formação contrahegemônico, demonstrando, ainda que modestos e diferenciados em cada indivíduo, avanços no projeto coletivo.

No que diz respeito ao projeto da cooperativa, existem diferentes graus de adesão. Ninon, Nadia e Joana fizeram o curso de cooperativismo em uma segunda turma, segundo elas, por pressão da coordenação, pois, na verdade, não pretendem trabalhar na Ocupação. Na

linha argumentativa de Joana, percebe-se que sua experiência de participar da cooperativa fazendo quentinhas para a Cúpula dos Povos lhe rendeu pouco dinheiro para as horas trabalhadas. Para compensar a instabilidade, a remuneração teria que ser mais alta. Como ela não percebeu diferença do trabalho na cooperativa para os contratos temporários que ela experimentou, prefere um emprego assalariado, com um salário fixo e benefícios.

No cooperativismo você não tem patrão. Então, se você não tem patrão vai ser dividido o tempo que você trabalhou. [...] Então, é igual ao meu dia ali. As lojas pediam, mas as lojas só queriam 15 dias só, pagando R\$325,00 reais. [...] Eu não vou falar com você do cooperativismo que eu vou ter doze avos de alguma coisa [como no décimo terceiro], eu não vou ter! Eu vou ter realmente aquilo ali... Vamos supor, vai ser dividido o dinheiro, como não tem patrão, o dinheiro é dividido (Joana).

Sendo pensionista e não tendo uma necessidade de possuir outra fonte de renda, Cleide também prefere não se comprometer integralmente com a cooperativa, por considerar o “trabalho puxado”.

Eu fiz um curso de cooperativismo que é pra trabalhar, mas de vida eu não quero e não tenho condição. [...] Cooperativa você sabe como é né, é um trabalho puxado, você tem que chegar junto. A hora que chegar um funcionário tem que tá todo mundo ali pegando firme. Se deu o seu horário de saída e o seu colega tiver atrapalhado, aí você tem que ajudar ele. Você pode ser o gerente, mas se a limpeza tiver atrasada você pega também. Cooperativa, coletivo, tem que ser isso, entendeu [...] Eu posso trabalhar assim... precisando de mim eu tô lá. Se precisar de fazer uma sobremesa, alguma coisa assim pro restaurante, fazer uma limpeza no salão por exemplo, eu to aqui pra isso. Agora ter um dia pra mim eu não quero, até porque não posso, não tenho condição [de saúde] (Cleide).

José, que optou por sair da Ocupação para voltar a morar perto de seu comércio, também não se filiou à cooperativa, pois ele escolheu continuar como um empreendedor individual.

Eu tive que escolher, ou aqui [Anchieta], ou lá [Centro] e eu preferi aqui [Anchieta]. [...] eu não vou estar me prendendo a um lugar que

eu estou vendo que vai demorar e vai ser mais difícil para resolver aquilo ali. Aqui não. Eu estou vendo que estou trabalhando para mim e estou resolvendo os meus negócios com mais facilidade (José).

O caso de Coralina é similar ao de José e hoje ela está satisfeita em ser uma “empresária”.

Agora eu sou a minha patroa. A gente tem que sonhar alto né. Agora eu sou uma empresária, tenho meu documento pra colocar aqui na parede pra mim dar nota fiscal, Agora eu trabalho pra mim e não tem ninguém pra me perturbar (Coralina).

Já Renata, a não militante que está mais engajada no projeto coletivo, participando da produção das quentinhas e também das tarefas de organização do cotidiano, defende que a falta de patrão garantirá maiores rendimentos, uma vez que não será expropriada a mais valia:

Temos que pensar como a gente vai se manter aqui dentro, acho isso importante. Isso que a gente tem que ficar pensando [...] Porque as contas vão ser altas, vai ser gás de rua, o IPTU [Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana] vai ser muito caro né, então assim a gente tem que ter o cuidado e preocupação de encontrar uma forma da gente poder se manter aqui dentro. E graças a Deus a gente tem né, o projeto da Petrobrás que vai dar esse apoio pra gente. [...] a gente espera que a cooperativa dê certo e que a gente consiga pagar. Nosso objetivo não é nem de trabalhar fora. O objetivo é da gente estar trabalhando aqui dentro. A gente tá imaginando que dê certo e a gente consiga ganhar mais do que lá fora porque aqui a gente não vai ser empregado de ninguém, o dinheiro vai pra gente dividir entre a gente (Renata).

Antes eu não trabalhava, era uma dona de casa sustentada pelo marido. Então, não tem nada do que eu possa reclamar do movimento, porque o movimento só me fez crescer sabe. Até no estudo mesmo, eu tinha parado de estudar na 4^a série ... então de mim eu só tenho a falar bem e agradecer (Renata).

Seu depoimento revela que o envolvimento com o Movimento mudou sua vida em vários sentidos, desde a questão profissional, pois deixou de ser dona de casa para trabalhar na cooperativa, até na reflexão sobre a realidade, que passou do plano do individual para o coletivo.

O movimento fez uma mudança tão grande na minha vida sabe, por que eu não sabia o que era movimento e [...] hoje em dia eu não consigo nem pensar só a minha vida. Eu me vejo hoje fazendo parte de um movimento social que eu entrei só pra realmente conseguir a minha moradia mas hoje eu penso de forma diferente. Hoje eu não consigo pensar só na minha moradia, na minha vida. Hoje eu penso que assim, o que eu quero nesse momento é garantir a minha moradia e sempre dando continuação na luta. [...] Você vê muita gente sem casa, pagando aluguel, trabalhando pra pagar aluguel e as pessoas não têm condições. Às vezes deixam de comer bem porque tem que pagar aluguel e assim quando você tem uma casa tudo fica mais fácil, sabe, você não tem a preocupação de todo mês ficar pagando o aluguel. Tudo fica mais fácil [com uma moradia]. Você fica desempregado, mas você tem o dinheiro e dá pra você sobreviver até arrumar um emprego, mas quando você fica desempregado e tem que pagar aluguel o negócio muda (Renata).

Ao ser perguntada sobre sugestões para próximas ocupações, Renata sugeriu que se misturasse pessoas com crenças diferentes, pois, embora este não tenha sido um critério explícito, na MC, “99% é crente”, havendo “uns nove ou dez pastores”. Inicialmente, ela se sentia “do diabo”, porque gostava de funk e usava roupas curtas. Todavia, depois de um tempo, percebeu que muitas pessoas da Igreja agem diferente do que falam e passou, inclusive, a se incomodar com a falta de comprometimento com a luta pela moradia dos religiosos em benefício da Igreja.

Talvez por problemas na elaboração das perguntas, mas o fato é que somente nas entrevistas com as lideranças, com exceção de Rosaura, e na de Renata que apareceram elementos de utopismo. No caso de Geraldo e de Luisa, que são os coordenadores nacionais do MNLM-RJ, surgem utopismos espaço temporais, referentes à reforma urbana e à vontade de transformar o Centro no que diz respeito à sua função e às classes populares que usufruem dele. Renata, Maria e Elisa apresentaram mais utopias de processo, desde a universalização do direito à moradia (Renata), passando pela universalização dos direitos do cidadão (Elisa) ao socialismo (Maria). Nas entrevistas com os outros não militantes foi possível trabalhar com as experiências atuais e pretéritas de seus cotidianos, no plano individual, sem que houvesse indicações de projetos coletivos de cidade e sociedade que os orientassem.

Embora todos os entrevistados morem no Centro, na Ocupação Manuel Congo, ou em algum momento tenham feito esta opção e depois mudado de ideia, não pareceu pelos discursos que existe uma vontade de acesso à “centralidade” à “vida urbana” lefebvrianas, pois os discursos valorizam a vida comunitária. As praças são a atividade de lazer mais valorizada pela maioria, pensadas como um lugar onde se pode encontrar a vizinhança, ou seja, os semelhantes, não como um espaço público do encontro das diferenças.

5. Conclusão

Em um contexto de distopias, com a materialização da utopia neoliberal, que presentifica o tempo e anula a dimensão histórica, pensar em utopias de uma cidade democrática e integrada se torna uma tarefa hercúlea. Com ausência de uma política habitacional estruturada como uma política de Estado e com o Programa Minha Casa Minha Vida produzindo massivamente unidades habitacionais padronizadas nas periferias, dissociadas das necessidades dos trabalhadores, as ocupações urbanas que se propõem a praticar a autogestão se constituem em peixes nadando contra a correnteza.

A criação de programas habitacionais para atender, em alguma medida, as reivindicações dos movimentos sociais, por um lado, representou uma vitória – afinal, está sendo “conquistada a casa própria” –, mas, por outro, encolheu os horizontes desses movimentos, levando-os a focar suas lutas nas urgências do pragmatismo gestor (TELLES, 2006).

O contexto das ocupações e de suas demandas é o chamado “progresso”, que abarca, por exemplo, a inserção da cidade na competição por investimentos internacionais. Tal “progresso” vem criando várias contradições para afirmação de uma utopia alternativa à sociedade capitalista.

Contudo, o MNLM-RJ, ou pelo menos os seus militantes e alguns dos não militantes, ainda parece estar mais comprometido com os princípios da reforma urbana, concebidos na década de 1980. Será que este Movimento também mudaria seu foco na luta à medida que conquiste mais financiamentos públicos para seus projetos?

Sobre a relação entre os programas habitacionais existentes e os movimentos de moradia, foi possível perceber que os recursos disponíveis e tempos do Estado inviabilizam a existência de um campo profis-

sional para assessoria técnica aos movimentos, quase que impondo um trabalho militante e voluntário. Como uma política pública pode pressupor trabalho voluntário?

Para além das diretrizes e normativas dos órgãos públicos, o projeto do MNLM-RJ é incorporar a assessoria técnica entre os seus militantes, na cooperativa, de modo que esta relação seja mais orgânica. Contudo, com os recursos exíguos, tem sido difícil encontrar profissionais comprometidos com princípios da reforma urbana preparados para assumir questões complexas impostas em um processo de reforma de um prédio. A esse respeito, nos colocamos a seguinte questão: qual a formação que as universidades, em especial as públicas, têm praticado em seus cursos? Em que medida existe espaço para a formação crítica ao mercado?

As trajetórias de vida e discursos dos entrevistados demonstram que, com exceção dos coordenadores nacionais e da militante que não é da coordenação, a disputa pelo centro, no sentido da conquista de um espaço das classes dominantes, não foi um fator fundamental de mobilização para a ocupação. As necessidades individuais, relacionadas ao acesso a uma moradia em uma área menos violenta, sem precisar coabitar com outros familiares ou amigos e para a qual não pagariam aluguel parecem ter sido as principais motivações para a adesão à Ocupação.

A análise das falas aponta para uma tensão entre duas diferentes lutas: pela moradia e a partir da moradia. A primeira é compartilhada por todos que precisam de um lugar para morar enquanto a segunda, mais ampla, se apresenta nos desdobramentos da luta para pensar a cidade e o campo da produção, com a cooperativa. Consolidar a ocupação de um prédio comercial e redefinir coletivamente as regras para seu uso são passos nesse caminho. Embora os moradores tenham participação diferenciada na luta, depois do longo tempo na Ocupação, todos estão modificados.

Depois de sete anos de lutas, negociações e entraves burocráticos, o MNLM-RJ, com a manutenção da Manuel Congo em localização estratégica, no centro de uma grande metrópole, avança na materialização da utopia dialética e da vida urbana lefebvriana. Vimos ao longo da pesquisa que os avanços foram atravessados por conflitos, contradições e pactuações no interior do próprio movimento, particularmente entre o que denominamos “militantes” e “não militantes”. Todavia,

notamos, pela análise das falas, que esta classificação, em alguns momentos, dificultou a leitura dos conflitos e diferenças internos a cada um dos grupos. A história da Ocupação mostrou que a dualidade entre o território político e o território doméstico entra sempre em interseções e conflitos e é nesse processo que são construídas as representações que os moradores da Manuel Congo têm da cidade.

Não somente na Manuel Congo os processos alteram os projetos. A própria ocupação é um contexto que evidencia a existência de um campo de forças dentro do Estado, por onde o Movimento circulou. As várias burocracias da cidade vão pautando todo o tempo a vida da Manuel Congo e diferentemente de quase todas as outras ocupações na região central, ela foi mantida. Atribuímos sua permanência ao fato dela ser organizada por um movimento nacionalmente estruturado, que participa dos conselhos das políticas públicas urbanas e, por isso, tem voz junto ao Estado, isto é, a algumas forças nele presentes. Porém, isto não significa que a reforma da Manuel Congo transformará o centro do Rio de Janeiro em um lugar de moradia, especialmente popular.

Além das questões políticas inerentes a esta transformação do centro em área de moradia, mas também como consequência delas, falta ao centro, para se constituir como efetivo lugar de moradia, a vizinhança. Um componente importante para o cotidiano das pessoas é sua sociabilidade. Apesar dos recursos disponíveis no centro da cidade, alguns não militantes, especialmente aqueles que já desistiram da ocupação, mantiveram seus laços sociais e profissionais no bairro de origem, não transferindo seu cotidiano para o centro. Logo, conclui-se que a acessibilidade é fundamental, mas os vínculos também são muito importantes, o que aponta para a necessidade da reconstrução dos vínculos sociais.

No entanto, as ações da Prefeitura no sentido da preservação e “revitalização” da região central e os investimentos privados realizados no entorno da Cinelândia demonstram que, embora o discurso da moradia no centro venha sendo incipientemente incorporado, os pobres e miseráveis não estão incluídos nessa proposta. O centro ainda é hoje a sede do poder político, que, na perspectiva dominante, deve ser protegido de outros projetos de cidade e sociedade. Esta é uma questão que deve ser aprofundada em pesquisas futuras.

A vivência numa ocupação autogestionária no centro possibilitou a muitos dos entrevistados o acesso a recursos urbanos. Caminhar no

parque, frequentar as praças e a praia foram novas apropriações dos espaços públicos por parte dos ocupantes, sinalizando a ampliação do campo de suas possibilidades já que, talvez com poucas exceções, os moradores não tinham acesso a essas amenidades em seus bairros e favelas de origem.

A ocupação dos espaços públicos, por iniciativas individuais ou por ações organizadas pelo Movimento, faz parte da luta do MNLM-RJ por uma apropriação efetiva do centro. Com este objetivo, o núcleo de cultura da cooperativa, em parceria com a APAFUNK, organiza saraus, por exemplo.

Outros recursos disponíveis no centro, como as aulas de ballet e cursos de línguas, frequentados por algumas crianças da Ocupação, também foram acessados por alguns moradores que, além do mais, diminuíram seu tempo para ir e voltar do trabalho; alguns, inclusive, conseguiram novos postos de trabalho justamente em função da proximidade da moradia.

Todavia, conforme afirma Harvey (1980), o fato de estas famílias estarem morando no centro não garante seu acesso a todos os recursos existentes. Isto porque a acessibilidade também envolve, além de distância e tempo, barreiras sociais e culturais. Um exemplo são os centros culturais que, embora gratuitos e localizados no centro, não são usados pela maioria deles.

Mesmo a coordenadora nacional do MNLM-RJ, que possui uma extensa formação política, sendo uma das principais formuladoras de projetos e estratégias do Movimento, não menciona os centros culturais como uma facilidade na área central. Aqueles que os mencionaram estão em duas categorias: com ensino superior ou com filhos que participam do espaço Criarte, no qual militantes universitários trazem novos estímulos cognitivos para as crianças.

A partir da constatação do perfil de quem usa os centros culturais, criamos a hipótese de que, para se apropriar dos espaços culturais que privilegiam a cultura erudita (museus e teatros, por exemplo), valorizada pelas classes dominantes, seria necessário o contato com pessoas de outras classes para além do ambiente de trabalho, ou seja, em momentos nos quais as trocas são menos hierarquizadas e mais fluidas. Apesar de alguns militantes não considerarem como central na luta a questão cultural, resgatando-se o embrião do projeto cultural do MNLM-RJ, presente desde a ocupação do Cine Vitória, percebe-se

que a ideia era conhecer a cultura dominante, continuar produzindo uma cultura “das periferias” e divulgá-la em espaços públicos e equipamentos culturais disponíveis na região central. Conforme Bourdieu (2010), buscando associar, dialeticamente, as estruturas objetivas e as representações destas estruturas, se avançaria na luta pela definição do que (in)existe.

Conforme percebido nas entrevistas realizadas, relativamente poucos moradores estão apostando na cooperativa do MNLM-RJ. A maioria deles manteve seu projeto de assalariamento como a melhor opção, por valorizar os direitos e benefícios trabalhistas envolvidos em uma relação de trabalho com carteira assinada, ou aposta em um empreendedorismo autônomo, associando-o a liberdades e ganhos que não acreditam que alcançariam na cooperativa.

Nota-se, entretanto, que uma parcela dos moradores está se dedicando e investindo na cooperativa. Este grupo é composto, basicamente, por militantes e por não militantes que aderiram ao projeto político da Ocupação com o passar do tempo e a partir da formação política. Estes vislumbram horizontes mais ambiciosos de transformação, não somente no campo da reprodução social, ou seja, no acesso à moradia em uma área infraestruturada e valorizada, mas também nas relações de trabalho, buscando escapar “de um patrão que explora seus funcionários” e propondo um projeto gerido coletiva e horizontalmente. Uma pesquisa sobre a prática da cooperativa, seus conflitos e desafios seria interessante para refletir mais propriamente sobre um projeto de outra economia, pensada em consonância com as problemáticas urbanas da cidade capitalista.

Em relação à forma de organização do MNLM-RJ, ficou claro que a estratégia de mobilização está enraizada em uma grande rede informal de amigos e familiares que se articulam para participar do Movimento, inicialmente em atividades de formação. Portanto, distancia-se da estratégia daquelas ocupações que abrigam moradores de rua e realizam a formação política a partir do encontro nos imóveis ociosos. É interessante observar que, morando juntos na Manuel Congo, muitas pessoas casaram entre si e tiveram filhos, o que demonstra valores de família e estabilidade. Serão “filhos do Movimento”? Continuarão na luta?

Ratificando a ideia de Bourdieu (2007) de que o *habitus* é uma “estrutura estruturada e estruturante”, os moradores das ocupações declararam perceber transformações em suas atitudes ao longo do

tempo, especialmente quanto à forma de se vestir, ao tom de voz, ao nível de organização pessoal. Segundo eles, tais transformações geraram mudanças na forma como a vizinhança reage à Ocupação. Ou seja, as práticas e classificações das práticas dos moradores se alteraram a partir da mudança de suas condições objetivas.

Com base nas falas, fica claro que a maior parte dos não militantes não formula projetos de cidade, contudo, valorizam a vida comunitária. Alguns militantes, por sua vez, prezam o conflito de classes, formulando o centro como um lugar de conflito. A proposta desses militantes é ocupar imóveis ociosos nas regiões centrais como uma forma de questionar a desigualdade de acesso aos serviços públicos e comerciais. Contudo, mesmo entre os militantes, não fica claro um projeto para a totalidade da cidade. Quais as formas de conexão entre o centro e suas periferias? Como projetos autogestionários podem reafirmar a centralidade e possibilitar a superação das periferias?

Ocupar o centro é uma forma de explicitar o conflito de classes que dá materialidade a ele. É, também, uma possibilidade de torná-lo um local de moradia, se todas as ocupações forem reformadas e conseguirem transformar o espaço no entorno. As entrevistas, no entanto, revelaram os limites do processo para uma apropriação plena da cidade em sua diversidade, tanto dos espaços públicos, como dos teatros, cinemas e museus.

Continuamos com a questão da apropriação de todos os serviços e equipamentos e concluímos que, para além da formação política, identificada pela coordenação como um desafio, faltaria uma formação mais ampla - cultural e escolar- aos moradores da Manuel Congo para que possam, mais do que se apropriar da cultura dominante, aprofundar um projeto cultural que dispute com a cultura dominante. Cabe, para tal, acionar o núcleo de cultura da cooperativa como mais um caminho para transformar as relações sociais desiguais na sociedade capitalista. Portanto, o processo não pode se restringir à formação para cooperativa, mas teria que englobar uma formação humanista, para se pensar e lutar por uma utopia de cidade, mais democrática e integrada.

Referências

ALMEIDA, Gelson Martins de. **Histórico da Ocupação Manuel Congo**. Rio de Janeiro, 10 jan. 2013. Entrevista concedida a Irene de Queiroz e Mello.

AZEVEDO, Sergio de; ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. **Habitação e poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 135p.

BARREIRA, Marcos Rodrigues Alves; BOTELHO, Maurílio Lima. Crise urbana e favelização no Rio de Janeiro: para uma crítica da “questão urbana” contemporânea. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, III, 2008, Londrina. **Anais ...**Londrina: GEPAL, 2008. 11f. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/marcosrodrigues.pdf>>. Acesso em 17 abr. 2014.

BARRÓN TORREZ, Rachel Freire. **Centralidade contemporânea, novos sujeitos e projetos**: o caso das universidades na área central do Rio de Janeiro. 2009. 193 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BARROS, Luís Tôrres. **Política habitacional em Goiás**: do mutirão ao cheque-moradia. 2011.192 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BONDUKI, Nabil. Da experiência com os movimentos para a formulação de uma nova política habitacional. In: _____. **Habitação e autogestão**: construindo territórios de utopia. Rio de Janeiro: Fase, 1992. Cap. 5, p. 139-167.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. **O Poder Simbólico**. 14^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 [1989]. Cap. 5, p. 107-132.

_____. *O habitus e o espaço dos estilos de vida*. In: _____. **A Distinção:** crítica social do julgamento. 1ª ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. p. 162-211.

_____. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, P. (Org.) **A Miséria do Mundo**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 150-166.

_____. O novo capital; Por uma ciência das obras. In: _____. **Razões práticas:** Sobre a teoria da ação. 9ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996. Caps. 2 e 3, p. 35-90.

CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim.; ARAÚJO, Flávia Souza Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. 251f.

CARLOS, Euzineia; SILVA, Marta Zorzal e. Associativismo, participação e políticas públicas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 163-194, out. 2006.

Carta Mundial pelo Direito à Cidade. 6 Novembro 2009. 31p. Não publicado.

CARVALHO, Maria Alice Resende. É impossível ser feliz sozinho... ou a cidade como bem público. In: MOREIRA, P.L. e LOPES, S. **Cidade integrada:** debate com a sociedade. Rio de Janeiro: IAB-RJ/Prefeitura do RJ, s/ data. P. 79-87.

CAÚLA, Adriana. **Trilogia das Utopias:** urbanismo, hq's e cinema. 2008. 356f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLÍMPIADAS. **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro:** dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: maio 2013. Disponível em: <http://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf>. Acesso em: 5 jan 2014.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J. & PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J. & PANFICHI, Aldo (org.) **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 13-93.

DRAGO, Felipe. **Autogestão na produção habitacional:** programa Crédito Solidário, entre a institucionalização e o confronto político. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)- Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). **Plano institucional 2008/2010**: democracia e sustentabilidade na mobilização por direitos, nov. 2007. 87f.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI). *Scripta Nova - Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. XII, n. 270 (56), 21 p., dez. 2008. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-56.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

FERNANDES, Adriana dos Santos. **Escuta ocupação**: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro. 2013. 310 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade. 18 p. 2012a. Disponível em: <http://agburbana.files.wordpress.com/2013/12/texto_isa_reginaferreira_port.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2013.

_____. Movimentos sociais, autogestão e a construção da política nacional de habitação no Brasil. In: LAGO, Luciana Corrêa (org). **Autogestão habitacional no Brasil**: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2012b. p.116-136.

_____. A autogestão habitacional no Brasil a partir do Governo Lula: produção e agentes. In: LAGO, Luciana Corrêa (org). **Autogestão habitacional no Brasil**: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2012c. p. 139-185.

FRUGOLI JR., H. **O centro, a Av. Paulista e a Av. Luiz Carlos Berrini na perspectiva de suas associações**: centralidade e exclusão social. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.

G1 PORTAL DE NOTÍCIAS DO GLOBO. Governo promete ajuda aos sem-teto. **O Globo**. Rio de Janeiro, 08 out. 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL146883-5606,00-GOVERNO+PROMETE+AJUDA+AOS+SEMTETO.html>> Acesso: em 17 de abr. de 2013.

GOULART, Gustavo. Polícia Militar diz que estado vai demolir QG para construir imóvel. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 maio 2012a. Rio. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/policia-militar-diz-que-estado-vai-demolir-qq-para-vender-imovel-4984478>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

GOULART, Gustavo. Construção de prédio em quartel da Polícia Militar terá de ser aprovada pelo Iphan. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 maio 2012b. Rio. Dispo-

nível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/construcao-de-predio-em-quartel-da-policia-militar-tera-de-ser-aprovada-pelo-iphan-5013742#ixzz2zzFyWTlu>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

GRELLET, Fabio. Cinelândia renasce com vocação comercial: imóveis no centro do Rio estão se transformando. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 26 jun. 2011. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2606201120.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 382 p.

_____. The right to the city. **New Left Review**, n. 53., p. 23-40, set./out. 2008. Disponível em <newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>. Acesso em: 05 fev. 2013.

_____. Space as a keyword, In: CASTREE, N; GREGORY, D. (ed.). **David Harvey: a Critical Reader**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 270-293.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano XVI, n. 39, p. 48-64. 1996.

_____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. II, n.6, p.6-35, jun/set 1982.

_____. **Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Base de mapas, 2010. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em 5 de jun. de 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo de 2010. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em 7 de ago. de 2013.

Instituto Pereira Passos (IPP), Base de mapas digitais, 2010. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/mapa_digital_rio/?config=config%2Fipp%2Fbasegeoweb.xml>. Acesso em: 5 de jun. de 2014.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 202p.

LAGO, Luciana Corrêa do. O associativismo produtivo na periferia urbana: novos conflitos em pauta. In: CUNHA, Neiva Vieira; FELTRAN, Gabriel de Santis. (Org.) **Sobre periferia: novos conflitos no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013. p. 178-193.

_____. Introdução. In: LAGO, Luciana Côrrea do (org). **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2012. p. 7-16.

LAGO, Luciana Corrêa do; CARDOSO, Adauto Lucio. A dinâmica imobiliária na organização social do território metropolitano do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, mimeo, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 192 p.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 178 p.

_____. **O Direito à Cidade**. 5^a ed. São Paulo: Editora Centauro, 2011. 144 p.

LOPES, Maria de Lourdes. **Histórico da Ocupação Manuel Congo**. Rio de Janeiro, 30 nov. 2012. Entrevista concedida a Irene de Queiroz e Mello.

MACHADO, Luis Antônio. Quarenta anos de sociologia das classes populares urbanas. In: CARNEIRO, S.; SANT'ANNA; M. (org.). **Cidades, olhares, trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 21-42.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 1^a edição. Petrópolis: Vozes, 2011. 219 p.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**, livro Primeiro: o processo de produção do capital. 3^a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 579 p.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de Moradia e Sem-Teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche**. 2008. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MINEIRO, Edilson; RODRIGUES, Evaniza. Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. In: LAGO, Luciana Côrrea do (org). **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2012. p. 19-48

MONNET, Jérôme. Les dimensions symboliques de la centralité. **Cahiers de Géographie du Québec**. Québec, v. 44, n. 123, p. 399-418, dez. 2000.

MONTEIRO, João Carlos Carvalhaes dos Santos. **Habitação social na área central do Rio de Janeiro: reflexões críticas a partir do Programa Novas Alternativas**. 2011.173 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA - SANTA MARIA. Por que tanta gente do Km3, participava das ocupações do MNLM nos prédio federais durante a realização das edições do Fórum Social Mundial. **Blog MNLM – SM**. Rio Grande, 05 jun 2007. Disponível em: <<http://mnlmsm.blogspot.com.br/2007/06/reforma-urbana-j-destinao-de-imoveis-da.html>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA – RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://mnlmrj.blogspot.com.br/>>. Acesso em 10 abr. 2014.

MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA – RIO GRANDE DO SUL, 2012. Disponível em: <<http://mnlm-rs.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

NAIME, Jéssica. Política de Habitação Social no Brasil pós 2003: incentivos e barreiras estatais à produção associativa. In: LAGO, Luciana Côrrea do (org). **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2012. p. 70-115.

NASCIMENTO, Claudio. Autogestão: economia solidária e utopia. **Otra Economía**. São Leopoldo, v. II, nº 3, p. 27-40, 2º sem/ 2008. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1104/288>>. Acesso em: 3 jan. 2013.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. Os movimentos de sem-teto e a luta pelo direito à moradia na área central da cidade de São Paulo. In: Simpósio Lutas Sociais na América Latina, III, 2008, Londrina. **Anais ...Londrina: GEPAL**, 2008, 11f. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/robertadosreis.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2013.

NÚCLEO DE ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E PESQUISA (NAPP). **Elaboração de metodologia**: Relatório do Seminário de Elaboração de Metodologia. Rio de Janeiro: mar. 2009. 15p. Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária - Centro de Resistência Cultural Manuel Congo (Movimento Nacional de Luta pela Moradia) - Contrato de Repasse 250.837-89. Produto 1. 2009a.

_____. **Diagnóstico Participativo**: Diagnóstico Social. Rio de Janeiro: maio 2009. 26p. Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária - Centro de Resistência Cultural Manuel Congo (Movimento Nacional de Luta pela Moradia) - Contrato de Repasse 250.837- 89. Produto 2.1. 2009b.

_____. **Diagnóstico Participativo**: Sistematização e Análise das Informações. Rio de Janeiro: mar. 2010. 18p. Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária - Centro de Resistência Cultural Manuel Congo (Movi-

mento Nacional de Luta pela Moradia) - Contrato de Repasse 250.837- 89. Produto 5. 2010a.

_____. **Consolidação do Plano de Trabalho** - Projetos Geradores de Renda. Rio de Janeiro: maio 2010. 12p. Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária - Centro de Resistência Cultural Manuel Congo (Movimento Nacional de Luta pela Moradia) - Contrato de Repasse 250.837- 89. Produto 10. 2010b.

_____. **Oficina preparatória de geração de trabalho e renda**. Rio de Janeiro: jun. 2010. 14p. Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária - Centro de Resistência Cultural Manuel Congo (Movimento Nacional de Luta pela Moradia) - Contrato de Repasse 250.837- 89. Produto 6. 2010c.

_____. **Estudo preliminar de Geração de Trabalho e Renda/Estudo de viabilidade de Mariana Crioula**. Rio de Janeiro: set. 2010. 34p. Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária - Centro de Resistência Cultural Manuel Congo (Movimento Nacional de Luta pela Moradia) - Contrato de Repasse 250.837-89. Produto 7. 2010d.

_____. **Seminário de Geração de Trabalho e Renda**. Rio de Janeiro: abr. 2011. 8p. Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária - Centro de Resistência Cultural Manuel Congo (Movimento Nacional de Luta pela Moradia) - Contrato de Repasse 250.837- 89. Produto 8. 2011a.

_____. **Futura Execução da Obra**. Rio de Janeiro: jun. 2011. 9p. Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária - Centro de Resistência Cultural Manuel Congo (Movimento Nacional de Luta pela Moradia) - Contrato de Repasse 250.837- 89. Produto 9. 2011b.

NUNES, Edison. Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, jun. 1989. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200005&lng=en&nm=iso>. Acesso em 22 jan. 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 74, p. 67-95, mar. 2006.

OSTROWER, Isabel Milanez. **Cuidar da casa e lutar pela moradia**: a política vivida em uma ocupação urbana. 2012. 246 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PACHECO, Suzana Mara Miranda. O comércio e sua dinâmica no centro do Rio de Janeiro. **Boletim Geter**, Rio de Janeiro, ano II, n. 2, mar. 1999.

RABHA, Nina Maria de C. Elias. **Centro do Rio**: perdas e ganhos na história carioca. 2006. 456 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

RAMOS, Tatiana Tramontani. **As barricadas do hiperpreariado urbano**: das transformações no mundo do trabalho à dinâmica sócio-espacial do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. 2012. 545 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

RAMALHO, Sergio. Manifestantes Invadem Palácio Dom João VI. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 nov., 2008. Rio, p. 14.

RAVERA, Celia. **Histórico da Ocupação Manuel Congo**. Rio de Janeiro, 27 fev. 2013. Entrevista concedida a Irene de Queiroz e Mello.

RIBEIRO, Ticiane. **Histórico da Ocupação Manuel Congo**. Rio de Janeiro, 20 fev. 2013. Entrevista concedida a Irene de Queiroz e Mello.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 75-92.

ROSENFELD, C. L. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO, VIII, 2004, Coimbra. **Anais...**, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppgsocio/Cinara%20Indiv%C3%ADduo-Sociedade.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2011.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 110 p.

SANTOS JUNIOR, Orlando; MONTANDON, Daniel Todtmann. Síntese, desafios e recomendações. In: SANTOS JUNIOR, Orlando, MONTANDON, Daniel Todtmann. (Org.) **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade**: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2011. p. 27-56.

SCHTEINGART, Martha, Aspectos teóricos y prácticos de la autogestión urbana. **Sociológica**, Mexico, ano 5, n. 12, p. 113-128, jan./abr. 1990.

SILVEIRA, Carmen Beatriz. **O entrelaçamento urbano-cultural**: centralidade e memória na cidade do Rio de Janeiro. 2004. 329p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os ativismos e movimentos sociais. In: SOUZA,

Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. cap. 4, p. 273-313.

_____. “Território” da Divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo e Presidente Prudente: Expressão Popular e Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Presidente Prudente, p. 57-72, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de; TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e ‘lugares’ do movimento dos sem-teto. **Revista Cidades – Ativismos Sociais e Espaço Urbano**, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 29-66, 2009.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, R. **Nas tramas da cidade:** trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanistas/IRD, 2006, 439 p.

VENTURA, Fernanda. INSS anuncia que vai colocar a venda 200 imóveis em 2009; ano passado foram vendidos sete. **Total News**, 2009, Brasil. Disponível em: <http://www.totalnews.com.br/Brasil/inss-anuncia-que-vai-colocar-a-venda-200-imoveis-em-2009-ano-passado-foram-vendidos-sete/>. Acesso em: ago. 2010.

VILLAÇA, Flavio. **A responsabilidade das elites e a decadência dos centros do Rio e de São Paulo**. 1993. Disponível em: <<http://www.flaviovillaca.arq.br/>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

Esta obra foi impressa em processo digital/sob demanda,
na Oficina de Livros para a Letra Capital Editora.
Utilizou-se o papel Pólen Soft 80g/m² e a fonte ITC-NewBaskerville
11 sobre 14. Rio de Janeiro, janeiro de 2016.